



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Rádios Comunitárias: Em prol da Comunicação para o Desenvolvimento

Perspectiva Comparada: Guiné-Bissau e Moçambique

Patrícia Filipa da Mota Paula

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutora em Ciências da Comunicação

Júri

Doutor Adelino Torres, Professor Catedrático (Jubilado), ISEG
Doutora Anabela de Sousa Lopes, Professora Adjunta, ESCS
Doutor Adelino Gomes, especialista no domínio científico da tese
Doutor Filipe Brito Reis, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL
Doutor José Rebelo, Professor Associado (com Agregação), ISCTE-IUL

Setembro, 2012

RESUMO

O fenómeno globalização não eliminou, como se previa, os obstáculos sociais e económicos do mundo contemporâneo, pelo contrário, tem contribuído sobremaneira para o agravamento do fosso entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, sendo a pobreza e a exclusão social consequências imediatas deste processo. Por outro lado, sobretudo em África, a globalização é responsável pelo aparecimento de iniciativas de desenvolvimento local que pressupõem novas perspectivas de adaptação das políticas públicas nacionais às singularidades locais das zonas urbanas e rurais. As rádios comunitárias instituem-se, por conseguinte, como ferramentas essenciais à estruturação destas novas dimensões físicas, económicas, políticas, sociais e culturais.

A presente tese centra-se numa análise comparativa do panorama radiofónico comunitário de dois países africanos lusófonos: Guiné-Bissau (2003, 2004, 2007) e Moçambique (2009) e incide na tensa relação entre poder político e rádios comunitárias através de uma revisão teórica de dois conceitos emergentes: Comunicação para o Desenvolvimento e Glocalização.

Um estudo cujos objectivos-chave são: **1.** Apurar qual o papel destes media de proximidade na construção de uma cidadania exigente e participativa, **2.** Expôr os perigos que ameaçam a sustentabilidade destes instrumentos de *empowerment*, privados de molduras institucionais viáveis, **3.** Abordar as potencialidades e os limites das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) e da migração digital, **4.** Identificar similitudes e discrepâncias entre as onze estações emisoras analisadas, discutir problemáticas actuais e propor soluções exequíveis rumo à uniformização de critérios, definições e enquadramentos legais e **5.** Alertar para a importância da «Comunicação de Suporte ao Desenvolvimento», cuja relevância tem sido amplamente reconhecida pelas agências das Nações Unidas que, diariamente, apostam nas Rádios Comunitárias como instrumentos de participação cívica na esfera pública, como garantes fidedignos dos direitos e liberdades humanas em contextos caracterizados pela extrema pobreza, como antídotos ao isolacionismo, à apatia e à infoexclusão gerados pela «Globalização da Informação» e como ferramentas multissectoriais de desenvolvimento socioeconómico, vitais à prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

PALAVRAS-CHAVE: África Lusófona, Rádios Comunitárias, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos, Empoderamento

ABSTRACT

Against earlier expectations, the Globalization phenomenon has not eliminated social and economic barriers in the contemporary world. On the contrary, it has greatly contributed to a growing gap between developed and developing countries, with poverty and social exclusion emerging as immediate consequences of this process. On the other hand, globalization is responsible, particularly in Africa, for the emergence of local development initiatives that require new perspectives for adjusting national public policies according to local singularities of urban and rural areas. Community radios are, therefore, essential tools for structuring these new physical, economic, political, social and cultural dimensions.

This thesis focuses on a comparative analysis of community radio realities in two Lusophone African countries: Guinea-Bissau (2003, 2004, 2007) and Mozambique (2009) and it focuses on the tense relationship between political power and community radios through theory reviewing of two emerging concepts: “Communication for Development” and “Glocalization”.

A study that pursues the following key-objectives: **1.** Determining the role these media can play so as to build challenging and participatory citizenship, **2.** Exposing dangers threatening the sustainability of these tools of empowerment, if deprived of viable institutional frameworks, **3.** Addressing the potential and the limits of Information and Communication New Technologies (ICNT) and digital migration, **4.** Identifying similarities and differences among the observed eleven radio stations, discussing resulting issues and investigating feasibility solutions for unifying criteria, definitions and legal frameworks, **5.** Raising awareness to «Development Support Communication» as a concept whose relevance has been widely acknowledged by the United Nations Organisation agencies by keeping highlighting Community Radios as tools for civic partaking on the public sphere as faithful guarantors of human rights and freedoms in contexts featuring extreme poverty, as antidotes to fight isolation, apathy and information exclusion generated by «Globalized Information» and as multi sector tools for social and economic development that are vital to meeting the Millennium Development Goals.

Key-Words: Lusophone Africa, Community Radio, Sustainable Development, Human Rights, Empowerment

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve o apoio de várias pessoas e instituições a quem desejo manifestar o meu profundo agradecimento, as quais passo a destacar:

Ao Professor Doutor José Rebelo, orientador das Teses de Mestrado e Doutoramento, pela amabilidade e disponibilidade demonstradas ao longo deste percurso académico, já longo, e cujo apoio permanente e assertivo foi indispensável para a concretização deste sonho.

À FCT, pela Bolsa de Doutoramento atribuída, que me permitiu cumprir o cronograma oportunamente exibido ao ISCTE-IUL, apresentar comunicações em congressos realizados no estrangeiro, publicar artigos da especialidade em revistas científicas de referência, entrevistar personalidades ligadas à problemática em questão e realizar pesquisa bibliográfica «*in loco*» em países com grande *know-how* em «comunicação comunitária».

Ao CIES ISCTE-IUL, entidade de acolhimento, pela ajuda financeira e administrativa.

À paciência, gentileza e receptividade das populações guineense e moçambicana, especialmente à ONG AD, à INFORMORAC, ao CAICC, ao FORCOM, ao ICS e aos radialistas de todas as Rádios Comunitárias estudadas, cujo acompanhamento diário, no terreno, foi indispensável.

Agradecimentos especiais aos jornalistas Tomás Vieira Mário, João Cabrita, Benilde Nhalevilo, Jorge Handem, Mussá Baldé e Talata Baldé pela actualização quase diária das informações, ao longo dos últimos anos, inclusive com reuniões em Portugal.

Aos meus amigos Alice Espada, Horácio Amorim e Manuel Santana, pelo apoio demonstrado em palavras, em actos, em carinho e em disponibilidade total.

Aos meus pais, pelo amor incondicional: o de contribuírem, na medida das suas possibilidades, para que a filha vá tão longe quanto possível nos estudos.

**À memória de Ermelinda Mota
(ausente fisicamente mas sempre uma referência)**

INTRODUÇÃO

“A participação dos cidadãos no processo político, a sua capacidade de influenciar a formulação das políticas públicas, a abertura do governo às demandas da população e a transparência com que o governo trata dos assuntos públicos são indicadores da qualidade da democracia. Para além da forma mais elementar de participação política que é o voto livre e periódico para a escolha dos representantes, um regime democrático deve oferecer aos cidadãos outras formas de participação e envolvimento no processo político. Tal participação depende das liberdades e direitos formalmente estabelecidas por uma Constituição, mas, também, da capacidade real de organização, mobilização e advocacia das sociedade civil e política”.

OSISA & AfriMAP, 2009: 14

1. Enquadramento, Objecto de Estudo, Razões da Escolha do Tema

O tema «mobilização popular» é, hoje, indissociável dos princípios que regem a democracia representativa, dos direitos e liberdades humanas fundamentais e da interconexão vital entre Globalização da Informação, Desenvolvimento Glocal, Comunicação Participativa e Rádios Comunitárias. Daí o tema escolhido: A radiodifusão comunitária como instrumento de cidadania e factor de desenvolvimento local.

O objectivo-chave da presente Tese de Doutoramento é contribuir para ampliar o debate sobre a «democratização da comunicação» por via de um estudo situacional do panorama radiofónico comunitário de dois países africanos lusófonos: Guiné-Bissau e Moçambique. Por conseguinte, procurou-se analisar se as características das onze estações emisoras observadas respeitam os princípios que integram o conceito de Rádio Comunitária, instituído pela Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), ou se, pelo contrário, a ausência de alguns destes requisitos obsta esta designação. Questionou-se, também, até que ponto as grelhas programáticas e respectivos conteúdos informativos veiculados - alvo de uma análise crítica pormenorizada - fornecem bases sólidas para o alargamento das escolhas das populações e sua participação activa na gestão da coisa pública.

A auscultação dos diversos actores directa e indirectamente envolvidos na edificação destas rádios (ONG nacionais e internacionais, associações de base, organizações sindicais, cooperativas locais, Estado, Igreja, agências das Nações Unidas, líderes comunitários, clubes de ouvintes, núcleos de jovens e população em geral) e a observação dos sistemas de interacção e das dinâmicas internas destes órgãos de comunicação social possibilitou aferir, por exemplo: que entidades motivaram a sua criação, modelos de funcionamento, tipos de gestão e apropriação, formas de financiamento, constrangimentos materiais, técnicos, humanos e financeiros, desafios de auto-sustentabilidade a curto, médio e longo prazos, enquadramento legislativo (ou falta dele), traços distintivos entre estações e entre países,

parceiros e redes de cooperação, entidades prestadoras de serviços (sobretudo no âmbito da assistência técnica e da formação jornalística), vantagens e desvantagens das NTIC e da migração digital, qualidade do acesso ao conhecimento, à partilha de informações e de oportunidades e algumas necessidades prementes, das quais destaco duas: a realização de estudos de audiometria consistentes/regulares e a elaboração de indicadores que permitam aos peritos em Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) elaborar um Índice de Desenvolvimento Comunitário que meça o grau de acesso das populações a estes media e permita, assim, destacar estas iniciativas que ousam concretizar o potencial criativo das pessoas, contribuindo sobremaneira para a vivência colectiva e para a educação não formal.

Considero-me uma jornalista inquieta que, à maneira socrática, procura mais do que simples novidades e deseja entender o que está em jogo quando a linguagem predominante remete para o tripé «Direitos Humanos, Comunicação Social e Desenvolvimento Sustentável», premissas-chave sempre actuais e estreitamente ligadas aos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD). Daí a questão central que conduziu a este estudo: Até que ponto as emissoras analisadas cumprem a sua missão de «Rádio Comunitária»? Ou seja: de que forma contribuem para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento social, económico, financeiro, político, ambiental, jurídico, religioso, ideológico e cultural dos PALOP supracitados?

As Rádios Comunitárias (RC) parecem-me verdadeiros espaços de informação, formação, entretenimento, educação, consciencialização e consolidação de ideias que nos permitem indagar acerca dos caminhos que a comunicação social tem percorrido e das potencialidades humanas em termos de auto-desenvolvimento. O que, simultaneamente, exige de nós uma tomada de posição sobre o que é a liberdade e de que forma podemos vivê-la na relação indivíduo-sociedade-poder. Porque são sinónimo de desenvolvimento enquanto compromisso com as prerrogativas da liberdade, as RC são hoje reconhecidas e utilizadas pelas Nações Unidas (NU) como importantes instrumentos de *empowerment* e de *accountability*.

A obra de Amartya Sen *Desenvolvimento como Liberdade* alerta exactamente para a necessidade de relativizar a dimensão material e os indicadores de crescimento económico em prol da valorização das esferas social e cultural visando ampliar a capacidade dos indivíduos trilharem o seu próprio destino, através de estratégias e instrumentos desenvolvimentistas que assegurem o seu bem-estar a todos os níveis. O verdadeiro desenvolvimento humano traduz-se em cooperação, solidariedade, inclusão social, equidade de género, emancipação individual

e colectiva, construção de capital social, boa-governança, respeito pelo outro e estímulos à economia do conhecimento. Premissas inscritas nas demandas dos media comunitários.

A presente tese resulta do trabalho de campo realizado na Guiné-Bissau (2003, 2004 e 2007) e em Moçambique (2009) com o intuito de apurar «qual o papel das RC no *empowerment* das populações rurais, pobres, marginalizadas e infoexcluídas». Em Bissau analisei, diária e pormenorizadamente, quatro RC (Voz de Quelélé, Jovem, Voz de Djalicunda e Sol Mansi) e em Maputo visitei sete emissoras, algumas inseridas em Centros Multimédia Comunitários (CMC): **1.** CMC da Namacha (RC Cascatas), **2.** CMC da Manhiça (RC Komati), **3.** CMC de Xinavane (RC Xinavane), **4.** RC Muthyiana, **5.** RC Voz Coop, **6.** CMC de Moamba (Rádio Moamba) e **7.** Rádio Maria. Por não cumprirem certos requisitos que considero vitais ao sector - os quais explanarei no capítulo IV -, não considero as duas últimas comunitárias mas sim, estatal local e religiosa, respectivamente.

2. As Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau e de Moçambique – Porquê?

Numa primeira abordagem, a comunidade dos PALOP apresentou-se como palco desejável para o trabalho de campo e de análise sobre a temática desenvolvida em tese. Primordialmente, por nela se encontrarem exemplos reais e concretos de experiências de rádio comunitária, desde os casos com resultados mais positivos aos casos menos conseguidos como, de igual modo, pelo mosaico de dificuldades e desafios, sejam os de carácter jurídico ou económico-financeiro que apresenta. Factor também relevante, o de todos os países nela integrados se encontrarem em estádios de desenvolvimento que os identificam como Países em Vias de Desenvolvimento e, assim, oferecerem campo de análise para o papel das Rádios Comunitárias na Comunicação para o Desenvolvimento.

Importava, ainda, que esta experiência colhida em PALOP fosse conhecida em Portugal, não apenas em função dos laços linguísticos, mas também das suas relações económicas, dada a especificidade histórica e a nova plataforma de relações de cooperação desenvolvida no período pós-colonial, facilitada nos anos de democratização multipartidária e, desde então, em aproximação crescente.

Todos estes PALOP ofereciam, também, terreno fértil de observação nas dimensões de diversidade étnica e cultural e, portanto, justificavam um olhar sobre a coesão social, a consolidação da democracia, a procura de equilíbrios entre modernização ocidentalizada e desenvolvimento sem perda de uma identidade assente em pilares tradicionais próprios ou, ainda, uma diversidade geográfica interna e uma localização regional que podem ser vistas

como ameaças identitárias, não só em termos das tendências da globalização como por se situarem na periferia de países integrados noutros poderosos blocos de interesses geo-estratégicos.

Paralelamente, importava não perder de vista que o conceito de Rádio Comunitária é inexistente em Portugal, apesar embora as experiências de Rádios Locais efectuadas neste país mas que não corresponderam, nem nunca se procurou que correspondessem, aos princípios básicos do conceito. Deste modo, uma melhor compreensão do conceito, do argumentário socio-político e do conhecimento prático da experiência de rádios comunitárias em países africanos de língua oficial portuguesa não deixaria de ter também alguma relevância para Portugal, cujo crescente papel na cooperação - por via, nomeadamente, de novos fluxos de migração social e económica no seio da CPLP - é evidente.

A opção feita pela Guiné-Bissau justifica-se por ter sido este o primeiro dos PALOP a dar expressão prática à experiência de Rádios Comunitárias, processo que tem sido acompanhado de perto por outros países africanos e lusófonos. Quanto a Moçambique, porque é o PALOP com o maior número de RC e, conseqüentemente, alvo de maior atenção (projectos feitos à medida) e ajuda financeira por parte das NU. É, também, o PALOP onde se verifica maior diversificação, quer em termos de propriedade destes media, quer ao nível do número de actores sociais locais, regionais, nacionais e transnacionais envolvidos.

Por outro lado, Moçambique conheceu uma evolução desta experiência, que teve como ponto de partida a importância da distribuição de informação do centro para a periferia, por razões eminentemente políticas, seja no período pós-independência, seja no período de guerra civil, mas, desde então, com maior participação comunicacional da periferia para o centro e já com algumas experiências bem sucedidas de programação com dimensões educacional e desenvolvimentista.

A hipótese de observação de Angola foi afastada face aos constrangimentos político-jurídicos internos (nos últimos anos legalizou algumas rádios locais mas não deu, até agora, sinais de abertura efectiva às RC). Já no caso de Cabo-Verde (primeiro PALOP a iniciar o processo de mudança e a consolidar democraticamente um regime político multipartidário), considere-se que as suas características geográficas e culturais ou, ainda, a sua menor diversidade étnico-cultural e estágio de desenvolvimento ofereciam um campo de análise mais limitado. Em São Tomé e Príncipe, o projecto das RC (pensado pela ONG International Alert, pelo PNUD e pela UNICEF) está ainda a dar os primeiros passos mas conta já com algumas iniciativas

interessantes, exs: RC de Anguené e RC Tlachá, sobre as quais a ONGD Help Images fez um documentário digno de visualização (in: <http://vimeo.com/2927489>).

Em síntese, quer a Guiné-Bissau, quer Moçambique, não só dispunham de um campo mais vasto e temporalmente longo de experiências de RC, como também se apresentaram como países de maior extensão territorial, maior diversidade e riqueza étnico-cultural, sujeitos a desafios de democratização pós-conflitos internos sangrentos, a desafios de desenvolvimento e crescimento económico, a desafios de coesão social face à diversidade étnica e religiosa. Enfim, ambos estavam situados na periferia de potências ou sub-potências regionais do continente africano, o primeiro, em globalizante zona de influência francófona, e o segundo, em zona de influência anglófona.

Todos estes factores são de pertinência relevante para os vários aspectos que me proponho desenvolver em defesa do papel potencial das Rádios Comunitárias na participação cívica, na consolidação da democracia, na defesa da identidade e da coesão social, nos esforços de educação e capacitação das populações e no aproveitamento dos seus contributos e envolvimento na procura do desenvolvimento humano e económico.

3. Objectivos Gerais e Específicos da Investigação

1º) Averiguar, num cenário de democracia participativa, inclusiva e pluralista (instaurado, em ambos os casos, pela Constituição da República de 1990 e pela Lei de Imprensa de 1991), que condições devem ser satisfeitas para que a informação comunitária constitua um instrumento de emancipação destas sociedades africanas;

2º) Demonstrar que o desafio da sustentabilidade não pode ser enfrentado a partir de uma perspectiva simplista - como a designada “Teoria dos 3P’s” (Joanesburgo 2002): Proveitos (viabilidade económica), Planeta (preservação ambiental) e Pessoas (coesão/justiça social) - que desconsidera totalmente a importância das dimensões comunicacional, informacional, tecnológica e multicultural para o progresso das sociedades em vias de desenvolvimento;

3º) Apresentar dois estudos de caso, por via de uma perspectiva comparada de países geograficamente muito diferenciados (a Guiné-Bissau, situada na costa ocidental de África, e Moçambique, situado na costa oriental da África Austral), caracterizados por realidades sociais, políticas, económicas e culturais distintas, permitindo perceber o progressivo enquadramento do seu sector radiofónico comunitário;

- 4º) Identificar as funções das RC no seio da sociedade civil e perceber a sua relação turbulenta e/ou conflituosa com o poder político, que as obriga a operar ilegalmente com base em licenças provisórias e a pagar taxas em pé de igualdade com o sector comercial;
- 5º) Analisar as molduras legislativas que disciplinam o sector, deixando algumas pistas para uma crescente valorização/credibilização/delimitação do mesmo, nomeadamente através da adopção de «Códigos de Conduta», à semelhança da Austrália;
- 6º) Identificar as áreas cinzentas e/ou pouco claras que descredibilizam o sector, apelando a uma maior intervenção da AMARC, nomeadamente no que respeita às rádios de propriedade estatal e religiosa, cuja estrutura *top-down* impede uma efectiva apropriação comunitária;
- 7º) Perceber quais são as vantagens e as desvantagens da inclusão das NTIC (por via dos CMC implementados pela UNESCO) e da migração digital (esta última, obrigatória para os países da SADC até 2015, situação que abrange Moçambique).

4. Perguntas de partida às quais o estudo pretende responder

Esta investigação procura responder a sete questões amplamente discutidas pelas NU: **1.** Como definir estes media, alternativos às rádios comercial e estatal? **2.** Porque é que temas sobre *empowerment* local, poder comunitário e participação cívica são vitais ao desenvolvimento sustentável? **3.** Que papel desempenham os media locais na construção, facilitação e priorização de um discurso desenvolvimentista? **4.** Quais são as perspectivas-chave no que concerne ao estudo do tripé: Media, Comunicação e Desenvolvimento? **5.** Como definir «Comunicação para o Desenvolvimento»? **6.** Estará o conceito de «sustentabilidade» incompleto? No final, os leitores devem ser capazes de perceber claramente o conceito de rádio comunitária apresentado por Jane (2004: 186):

“Uma rádio comunitária não é um instrumento neutro ou uma ferramenta inocente que quase automaticamente serve a comunidade. Antes pelo contrário, é um meio social de produção de ideias, sendo assim um instrumento que tem a ver com a distribuição do poder de decisão numa determinada comunidade. Por constituir-se em um espaço privilegiado para a socialização das opiniões e conhecimentos, deve ser palco e instrumento de luta no convencimento e pressão aos agentes sociais, sua política editorial e os princípios de ética e moral devem estar sempre presentes na luta contra a manipulação das informações, buscando, com a sociedade civil, a democratização dos meios e do acesso à informação”.

5. Metodologia

Em termos de métodos de pesquisa no terreno, destacam-se: **a)** Análise de conteúdo do discurso mediático (jornais, revistas, *newsletters*, *blogs*, *sites*, *chats*); **b)** Análise documental (artigos e depoimentos de peritos em C4D, relatórios, dossiês e boletins oficiais, cadernos informativos das NU); **c)** Pesquisa bibliográfica presencial nas ONG dos PALOP analisados (exs: AD, SNV, Swissaid, Tiniguena, IBIS, Divutec, ALTERNAG, Placon-GB, Plan Internacional), em bibliotecas internacionais [School of Oriental and African Studies (SOAS), London School of Economics and Political Science (LSE), British Library e Senate Library], em organismos supranacionais [exs: Council for Development of Social Science Research in Africa (Codesria, Senegal), MISA Moçambique e UNOGBIS Guiné-Bissau], em livrarias de renome mundial (Water Stones, Foyles e Blackwell's), em editoras especializadas em comunicação comunitária (SAGE, La Crujía) e em Gabinetes de Informação estatais de vários países, além dos analisados (exs: Brasil, Argentina, África do Sul, Espanha); **d)** Cerca de 150 entrevistas (abertas e fechadas) individuais, colectivas e familiares (presenciais, telefónicas e electrónicas) a personalidades das mais variadas inserções sociais (políticos, cientistas sociais, empresários, sindicalistas, activistas de associações e ONG's, representantes da Igreja, profissionais da comunicação social, escritores/poetas, docentes e estudantes universitários); **e)** Análise de conteúdo dos depoimentos gravados em suporte áudio; **f)** Testemunhos de rua obtidos junto das audiências e/ou público-alvo das RC estudadas; **g)** Sondagens de opinião (inquéritos realizados na Guiné-Bissau, no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, cujo questionário já abrangia o sector comunitário); **h)** Observação participante e não participante nas RC (ministrei formação jornalística aos radialistas, fui locutora em alguns espaços noticiosos e entrevistada em directo sobre o propósito da investigação); **i)** Entrevistas (presenciais, por *e-mail* ou via *skype*) a entidades internacionais reputadas e directamente relacionadas com as RC, destaco: Women's International News Gathering Service (WINGS - Canadá), Palestine News Network (PNN), Centro Peruano de Estudios Sociales (CEPES - Perú), Cooperativa de Trabajo para la Comunicacion Social (Argentina), Bangladesh NGO's Network for Radio and Communication (BNNRC), Association Catholique Mondiale pour la Communication (SIGNIS – Bélgica), Agenzia Multimediale di Informazione Sociale (AMISNET – Itália), Free Tunisian Radios Syndicate, Farm Radio International (Canadá), National Electronic Media Institute of South Africa (NEMISA), Commonwealth of Learning (Canadá), Malindi Education & Development Association (MEDA, Quénia), entre outras.

6. Estrutura da Tese

Capítulo I: Versa o enquadramento teórico e doutrinário de 30 Instrumentos Político-Legislativos - apresentados sob a forma de cronograma - para o reconhecimento e observância dos Direitos e Liberdades Humanas fundamentais, adoptados nos últimos 62 anos (1948-2010) em prol da liberdade de imprensa, de expressão, de opinião, de pensamento, de associação e de acesso à informação e comunicação comunitárias. Principais motores para a prática de um jornalismo produtor de conhecimento, estes direitos/liberdades estão consagrados em inúmeras Declarações Universais, Cartas Populares, Protocolos, Conferências Regionais, Planos de Acção, Convenções, Pactos e Fóruns Internacionais - nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão em África (2002) e a Conferência Regional Africana pelo Direito de Acesso à Informação (2010). Um enquadramento abrangente que culmina com uma análise comparada das cinco gerações de direitos humanos. A multiplicidade de referências bibliográficas permite-nos subscrever a posição de Bindé (2007: 43):

“As sociedades do conhecimento emergentes não se podem limitar à introdução de algumas reformas para reduzir as desigualdades de acesso à sociedade global da informação e para combater as disparidades económicas e educativas que lhes subjazem. Entre outros princípios constitutivos, também devem incluir a salvaguarda e promoção dos direitos e liberdades proclamados por instrumentos internacionais de direitos humanos universalmente reconhecidos - entre os quais se destaca o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais”, de 1966.

Capítulo II: Possibilita um olhar atento e interpretativo sobre as várias Décadas do Desenvolvimento, desde o Paradigma dominante da Modernização (cujo discurso ocidental economicista marcou sobretudo as décadas de 1960, 70 e 80) até às Perspectivas Comunitaristas (cuja importância começa a ser reconhecida a partir de meados de 1990). Uma análise que permite observar a evolução teórico-prática da «Comunicação para o Desenvolvimento», não só ao nível das estratégias programáticas das NU em prol de instrumentos de comunicação social de apropriação local mas também de conceitos-chave para a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), tais como: capacitação, responsabilização, participação cívica, cidadania activa, equidade de género e associação comunitária. Um texto que estimula debates inéditos, propõe novos caminhos práticos para a C4D, reconhece os falhanços e as consequências nefastas dos modelos

desenvolvimentistas transactos, identifica os progressos alcançados e alerta para os desafios institucionais que a pós-modernidade impõe em termos de liberdades humanas:

“Modernity has proved to be a mixed blessing. It has liberated humanity from material poverty but it has also enslaved it to spiritual poverty. A communitarian strategy attempts to strike a balance between the requirements for capital accumulation and socio-political mobilization by focusing on those values that unite rather than divide, empower rather than disable, and create conditions of social peace rather than social conflict. In its attempt to ban poverty and enhance community, a communitarian strategy is faced with a dual choice - to critique or to seek power, to become a political party or to remain a political movement (Servaes, Jacobson & White, 1996: 61-62).

Capítulo III: Aborda a importância da rádio em África (por via de testemunhos reais obtidos no terreno) e as características distintivas das rádios comunitárias (origem, evolução, amplitudes, definições, formulações, objectivos, missão, conquistas, potencialidades, fraquezas internas, desafios, preocupações, interesses, prioridades, aprendizagens, contextos e seu carácter multi, inter e transdisciplinar), relacionando-as com conceitos-chave (comunidade «versus» sociedade, desenvolvimento local e/ou comunitário, democracia, boa-governança, identidade, multiculturalidade, *empowerment*, comunicação local/comunitária/popular/alternativa/horizontal/dialógica/participativa, *accountability*, educação para o desenvolvimento e globalização «versus» glocalização) vitais à sua compreensão enquanto forças motrizes emancipadoras dos povos. Características e conceitos que permitem compreender essas RC na «Perspectiva Ética do Desenvolvimento» que impõe um novo modelo de comunicação “Pesquisa-Acção Participativa”, amplamente abordado por Melkote e Steeves (2001: 341-43):

“Participatory Action Research (PAR) has emerged as a forceful methodology cum action approach, principally as a reaction to the degradation of the economic and social conditions of poor and marginalized groups. The basic ideology of PAR is that endogenous efforts and local leaders will play the leading role in social transformation using their own praxis. The PAR takes place in a local context, uses local material/non material inputs, and is dominated by local people and their organizations”.

Capítulo IV: Traça uma perspectiva comparada, pormenorizada e assertiva do panorama radiofónico comunitário da Guiné-Bissau e de Moçambique, não só em termos de enquadramento e evolução histórica (RC surgem de iniciativas, projectos e necessidades distintas e apresentam semelhanças e dissemelhanças dignas de destaque) bem como ao nível

das grelhas programáticas das onze estações emissoras estudadas e cuja análise permitiu inclusive comparar o tipo de conteúdos veiculados em 2007 e 2009 (Bissau e Maputo, respectivamente) com os de 2012. Actualiza os dados reunidos através da consulta de *sites* e *blogs* entretanto criados pelas RC - inexistentes aquando da investigação no terreno - e por meio de entrevistas electrónicas dirigidas aos directores das REDES/FÓRUNS nacionais, bem como aos editores e radialistas das emissoras em causa. Propõe uma viagem exploratória que culmina na identificação de alguns desvios perigosos (Rádios Moamba e Maria, em Moçambique) que, a meu ver, têm contribuído sobremaneira para a banalização do sector e que a AMARC designa de “áreas cinzentas” sobre as quais evita sequer pronunciar-se... embora faça parte das suas atribuições teóricas, elevar o desenvolvimento assistencial que as RC possibilitam:

“The World Association of Community Radio Broadcasters (AMARC) based in Montreal, Canada, is an umbrella organization supporting community radio broadcasters all over the world. It has been in the forefront to make radio a community-oriented medium that responds to the community’s needs and contributes toward the development of the community. The AMARC has encouraged a role for radio as a vehicle for expression and participation of the community (Mayo & Servaes, 1994, cited in Melkote & Steeves, 2001: 340).

Conclusão: Destaca os aspectos essenciais (especialmente em termos de legislação) destes hinos à tradição popular que permitem a humanização do desenvolvimento. Resume os pontos fortes e os pontos fracos das RC observadas, inclusive os desvirtuamentos que podem, a curto/médio prazo, ameaçar a sua sustentabilidade por falta de confiança dos financiadores. Sintetiza os traços comuns entre Guiné-Bissau e Moçambique, designadamente ao nível das propostas editoriais. A par dos desafios da migração digital, aborda as insuficiências, potencialidades, possibilidades, limites e efeitos perversos do uso das NTIC/Internet na comunicação comunitária (CiberRC e/ou Rádios Digitais), de que são exemplo: a incapacidade de grande parte da população compreender os conteúdos electrónicos (maioritariamente em inglês), a perda do sentimento de pertença territorial (agora substituído pelo de pertença cibernautica) e a perda de laços linguísticos tradicionais exigida pelo elevado e diverso número de ouvintes em rede.

São colocadas questões para reflexão sobre os possíveis impactos práticos e simbólicos - dessa apropriação tecnológica - para as emissoras e comunidades, e provável necessidade de redefinição dos conceitos de comunidade, de C4D e de RC. É criticado o facto de não existirem índices - à semelhança do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - que meçam,

com acuidade, o acesso e a apropriação aos/dos media comunitários e são deixadas propostas de indicadores que o permitam fazer. São apresentados os Códigos de Conduta adoptados pela Austrália como um possível passo intermédio - entre a actual ilegalidade e a legalidade esquecida/ignorada - para desbloquear alguns impasses que prejudicam o sector. É alegado que o desenvolvimento sustentável precisa, urgentemente, de integrar os saberes locais e que esta deficiência demonstra que o conceito de sustentabilidade está incompleto por ignorar as dimensões do conhecimento/da informação. É proposto um «novo desenvolvimento» - numa concordância interligada com as propostas de Latouche (decrecimento do Norte através da espiral dos oito R's) e de Ramonet (altermundialização e/ou mundialização alternativa ao modelo neoliberal em curso) -, sempre alicerçado na inevitável massificação das NTIC e na proliferação dos CMC da UNESCO, os quais visam minimizar o crescente fosso informacional/tecnológico/de conhecimento Norte-Sul e Urbano-Rural, e aumentar o acesso à C4D por via de uma coabitação frutífera entre os novos recursos e as fontes e abordagens tradicionais de conhecimento:

“On the one hand, the introduction of new ICTs into poor or marginalised communities works best when it draws on traditional channels of communication and information, on the reservoirs of indigenous knowledge within the community and on its existing information resources. On the other hand, traditional forms of knowledge acquisition are insufficient to foster an inclusive knowledge society. People in poor and marginalised communities need access to mechanisms that provide multiple sources of rapid information and information exchange. Internet and associated technologies are pivotal to the new means of knowledge acquisition. Community Multimedia Centre offers a strategy that integrates new and traditional information and communication systems at the local level” (Hughes, 2003: 83-84).

Anexos:

I. Mapa de Entrevistas efectuadas na Guiné-Bissau (1ª e 2ª fases: 2003 e 2004); **II.** Mapa de Entrevistas realizadas na Guiné-Bissau (3ª fase: 2007); **III.** Mapa de Entrevistas efectuadas em Moçambique (2009); **IV.** Guião das entrevistas realizadas em ambos os PALOP; **V.** Listagem das RC da Guiné-Bissau; **VI.** Mapa dos Centros Emissores da Rádio Sol Mansi (Diagramas de Cobertura); **VII.** Listagem das RC do FORCOM (Moçambique); **VIII.** Listagem Geral dos CMC, Telecentros e RC de Moçambique (que, por exclusão de partes, nos permite aferir que RC são membros do Instituto da Comunicação Social (ICS)); **IX.** Programa de Cooperação Guiné-Bissau/UNICEF (2003-2007) intitulado “Políticas Sociais & Comunicação para o Desenvolvimento” (exemplifica o tipo de projectos que as NU

desenvolvem nesta área através das RC); X. Artigo científico publicado na revista colombiana *Signo y Pensamiento* nº 59 (Julho-Dezembro de 2011), filiada nas seguintes *databases*: REDALYC, SCIELO, LATINDEX, DIALNET e PUBLINDEX.

7. Conceitos Operacionais Relevantes

Além de um processo de construção e selecção contínuo, a conceptualização é um método operacional combinado, cuja construção empírica pode ser produzida a partir da observação participante e não participante (directa ou indirecta) e, também, de conceitos e/ou paradigmas desenvolvidos por prestigiados investigadores que, como eu, testaram a sua eficácia «*in loco*». Pela via da descoberta e da compreensão, pretende-se que esta investigação contribua para um reconhecimento da indissociabilidade entre: comunicação para o desenvolvimento, transformação social e progresso dos PVD, capacitação das populações infoexcluídas através da comunicação comunitária, boa-governança alicerçada na democratização da comunicação, equidade informacional/tecnológica e sustentabilidade do Planeta por via de instrumentos activos de participação que motivem o respeito pelo ambiente, pela multiculturalidade e pelos direitos e liberdades humanas legalmente consagrados. Urge, por conseguinte, definir alguns conceitos operacionais utilizados que exprimem o essencial apreendido. Destaco:

Desenvolvimento: O prémio Nobel da Economia, Amartya Sen, recusou conceitos pré-definidos, contornou reducionismos, ousou traçar novos quadros interpretativos, recorreu a roupagens integradas e a novas problemáticas de análise e optou por identificar o “desenvolvimento” com a luta pela expansão das liberdades dos indivíduos, pela emancipação das mulheres, pela equidade de género e pela superação das desigualdades e constrangimentos sociais inerentes a grupos pobres, marginalizados, minoritários e infoexcluídos. Uma abordagem que privilegia o bem-estar dos seres humanos, o valor da felicidade, as oportunidades individuais e colectivas, os compromissos sociais partilhados, as liberdades políticas e sociais, a segurança económica, a transparência política e a gestão responsável, a participação cívica na vida pública, a satisfação mental por via do resgate e valorização das tradições, as competências educacionais (escolarização), a cooperação mutuamente benéfica através de redes de trabalho, as interacções e/ou iniciativas que coloquem a liberdade no centro das atenções (de que são exemplo as RC), o papel dos líderes e das autoridades locais, dos governos, dos partidos políticos e das instituições cívicas e os meios de comunicação como indutores de desenvolvimento.

“Although development is often understood as improving the living conditions in society, it also evokes images of education, health care, human dignity, and improved participation in the democratic process in a country. Communication plays a role in all of these” (Srampickal, 2006: 4):

Uma visão multifacetada que alia a expansão dos mercados ao desenvolvimento das oportunidades sociais e realça os direitos democráticos, a base informacional, a liberdade de escolha democrática e os indivíduos como agentes activos na identificação das suas necessidades, na selecção de estratégias desenvolvimentistas dinâmicas adaptadas aos contextos locais e na realização do seu potencial. Órgãos de Comunicação Social (OCS) livres são a chave para a democratização da comunicação e, por conseguinte, para o desenvolvimento dos povos, das comunidades, das sociedades e das nações. O que nos remete para os conceitos de *desenvolvimento participativo* “entails the active engagement of the citizenry in the production, sharing and utilisation of relevant knowledge towards improving their livelihoods” (Manyozo, 2007: 11) e de *desenvolvimento comunitário* “estratégia metodológica de apoio à construção de um senso de identidade dos atores locais, inicialmente a respeito do seu território e, em continuidade, de seu projeto de desenvolvimento, buscando desenvolver no sujeito coletivo a força utópica necessária ao seu processo de transformação social” (Silva & Arns, s/d: 10).

Comunicação: O sector da comunicação tem percorrido um caminho tortuoso, sobretudo nos PVD, onde a tendência é os Estados/os governos assumirem-se como senhores da palavra, cujos interesses estão acima das necessidades e preocupações da sociedade civil. Nas primeiras décadas do desenvolvimento (anos 60, 70 e 80), a comunicação era entendida como um processo unilateral, hierarquizado e verticalizado que visava a mera transmissão de informação. Em meados da década de 1990, o mundo começou a testemunhar um progresso notável rumo ao pluralismo informativo e à participação popular no sector da comunicação social, em prol da consolidação de democracias representativas de todas as esferas sociais. Comunicar é, hoje, sinónimo de espaço privilegiado de troca de ideias e interesses, de aquisição de capacidades técnicas e de promoção do conhecimento e do entendimento. Daí a aposta das NU na utilização da comunicação no apoio ao desenvolvimento sócio-cultural, político e económico. «Os media ao serviço do desenvolvimento» é o *slogan* que melhor caracteriza a sociedade actual, cuja estratégia de comunicação exige que todos os sectores da sociedade tenham acesso a informações, opiniões, ideias, pontos de vista e oportunidades de expressão diversificadas na língua que usam e entendem.

Por sua vez, a Globalização da Informação trouxe uma nova abordagem e sinais encorajadores de ampliação destes direitos. Destaca-se a revolução digital em curso (NTIC/Internet), a qual permite ampliar as conexões mundiais e a participação das populações na resolução dos problemas nacionais. Contudo, o crescente fosso comunicacional/tecnológico Norte-Sul impõe acções, estratégias e projectos que assegurem os direitos e as liberdades fundamentais dos infoexcluídos, de que são exemplo as RC. Os CMC da UNESCO são um resultado dessa preocupação e permitem uma complementaridade entre os canais tradicionais de comunicação e os novos media, entre os *mass-media* e os media comunitários, como assegura Choudhury (2011: 2):

“Communication is a two way process where messages flow both ways. Communication also refers to that use of different forms of media, such as print, electronic media (radio, television), new media etc. These media are used as an empowerment tool, i.e. it is used as a tool to facilitate and encourage the participation of people in developmental activities. Different mass media is used to effectively communicate knowledge and information to people for developmental purpose”.

Comunicação Democrática: É exactamente aquela que garante a construção da cidadania, da soberania e da representatividade popular (estritamente associadas à credibilidade das instituições), o fortalecimento do pluripartidarismo, o respeito pelas identidades locais e pela opinião pública, a consolidação da ética na política, a confiança no sistema político-partidário e a institucionalização de práticas participativas que motivam o cidadão a interessar-se pelos assuntos que lhe dizem respeito e a participar em processos decisórios de interesse público (eleições, referendos e iniciativas populares). Daí a crescente aposta das instituições de auxílio ao desenvolvimento nas rádios comunitárias, actores empenhados na transparência política, no respeito pelo outro, na resposta a necessidades básicas, na inclusão das camadas populares rurais e na multiculturalidade como factores-chave do desenvolvimento social. Uma espécie de guardiãs da democracia, como enfatiza Fairchild (2000:93):

“Democracy in communication is the most amorphous yet omnipresent ideal that defines community radio, because (...) a radio station can be considered more or less democratic only if it facilitates participation and is reasonably accessible to the local population. Democratic communication is also dependent on deeper issues. First and foremost is the transparent exercise of power within a structure that guarantees the broadest possible form of public accountability. In fact, the nature of the power relations formed between an institution and its constituency are what distinguishes community radio most clearly from public or commercial broadcasting”.

Comunicação para o Desenvolvimento: Novo paradigma de comunicação e de desenvolvimento sinónimo de comunicação horizontal, dialógica, participativa, popular, recíproca, solidária, inclusiva, democrática, centrada nos verdadeiros problemas das pessoas, inseparável da cultura, de outras áreas disciplinares (sociologia, antropologia, psicologia, etc.) e de conceitos vitais à nova «economia do conhecimento» (empoderamento, responsabilização, equidade de género, cidadania participativa, desenvolvimento sustentável, produtividade intelectual, etc.). O conceito foi sofrendo inúmeras actualizações: nas primeiras décadas do desenvolvimento, a ênfase era colocada nos *mass-media* (conteúdos persuasivos/generalistas) e actualmente é colocada nos media locais/comunitários (conteúdos feitos à medida), isto porque percebeu-se que a natureza de cada intervenção desenvolvimentista deve ser equacionada segundo o contexto geográfico, histórico, cultural, político-partidário, religioso e económico-financeiro de cada país, de cada região, de cada comunidade. A análise desse contexto deve, inclusive, considerar diferenças em termos de raça, género, classe social, escalão etário, religião, questões ambientais e outros valores ético-sociais (liberdade de expressão/de imprensa/de opinião). Isto significa que a voz dos sem voz começa a ser ouvida na definição dos Planos de Desenvolvimento. As populações pobres, excluídas e marginalizadas deixam de ser meros receptáculos da informação e começam a tomar posições, a assumir riscos e a fazer opções de vida. Um processo de comunicação que se pretende horizontal e para o qual as RC contribuem:

“(…) when we refer to development communication, it is about such communication that can be used for development. It is about using communication to change or improve the way of living of the citizen of a country. Here we use difference types of messages to change the socio-economic condition of people. These messages are designed to transform the behaviour of people or for improving their quality of life. Therefore, development communication can be defined as the use of community to promote development” (Choudhury, 2011: 3).

“often used to draw attention to an emphasis on two-way communication processes (...). It wants to give preference to horizontal approaches that encourage dialogue centered on problem analysis and a search for solutions, as well as bottom-up approaches that aim to raise the awareness of decision-makers (Otsyina & Rosenberg, 1997, cited in Srampickal, 2006: 6).

Mass-Media: Permitem o acesso massificado à informação o que, *per si*, segundo a organização independente de direitos humanos ‘Article XIX’, torna os governos responsáveis, aumenta a participação pública, promove o envolvimento das mulheres na política, torna as empresas privadas mais responsabilizáveis, inibe a corrupção e o clientelismo, promove a

transparência governativa, protege a privacidade e os direitos humanos, promove os direitos da classe operária, a saúde, a educação, a cultura, dinamiza a economia, protege o meio ambiente, fortalece a segurança interna dos países e consciencializa para os desafios desenvolvimentistas que a Globalização impõe:

“As information sources, mass media like radio, television, print, and the Internet can provide information, creating a clear understanding of what development is, and can inform a large mass of people about developmental concepts, issues, programs, and so forth. They can educate people on these issues, in an appealing and convincing way. They can create a desire for better lives among underdeveloped people. Mass Media provide a vast reservoir of knowledge and information, serve as tools for development (...) by exposing governmental and other forms of corruption” (Srampickal, 2006: 4).

Rádio Comunitária: Apesar das vantagens evocadas e da aparente contradição, os *mass-media* são, a meu ver, sinónimos de isolamento geográfico e de aprisionamento intelectual, e parecem ter um impacto relativamente baixo quando se trata de influenciar as decisões políticas das pessoas. As RC são “media radicais” que fazem toda a diferença nos processos de desenvolvimento exactamente porque integram uma tendência glocalizadora que pressupõe a partilha do poder estatal com a sociedade civil. Daí que a comunicação comunitária seja a mais eficaz e vital forma de comunicação em África e as RC sejam “uma defesa contra os fanáticos políticos e religiosos que excitam as chamas do conflito” (Alumuku & White, 2005: 63-64), exactamente por promoverem uma radiodifusão participativa “refers to radio programming generated in consultation or with the participation of selected segments of audiences, the aim being to support social change and sustainable development initiatives” (Manyozo, 2007: 11) através de programas capacitadores das pessoas visando “diagnose their problems and clarify their objectives so that they may be able to make wise decisions” (Librero, 1985:1, cited in Manyozo, 2007: 11).

Promover uma cultura de paz, atender a um público específico com sensibilidades diferentes, responder às necessidades locais por via de soluções engendradas no seio das comunidades, estabelecer bases de acção, implementar novos ritmos de desenvolvimento, promover a autovigilância, valorizar as vozes da diversidade, possibilitar a partilha dos mesmos códigos simbólicos (mitos, ritos, linguagens), apresentar novas propostas de sustentabilidade, incentivar a participação multilateral ao nível micro, aperfeiçoar o funcionamento social (desenvolvimento comunitário permite que os cidadãos comuniquem melhor), combater a pobreza, a opressão, a injustiça, as desigualdades sociais, a desonestidade, a concentração de

poderes, a ausência de estruturas confiáveis, a corrupção político-partidária, a desestruturação societal, a desinformação e/ou informação descaracterizada (veiculada pelos *mass-media*), marcar uma nova forma de ver o mundo e trilhar novos rumos históricos constituem apenas alguns dos objectivos das RC. Contudo, há ainda um longo caminho a percorrer para a sua verdadeira valorização, salienta Choudhury (2011: 11):

“An important weapon to development has not been enough importance and popularity. Community radio can help in development of local area by upholding their problem or disseminating information locally. Steps have not been taken by the government to popularize this form of radio to support and influence communities to set up these. Rules have not properly been framed to regularise the contents of private channels. Plans should have been drawn in a manner to strictly promote development through radio channels which have not been done”.

Comunidade: O termo é extremamente lato e abrangente, e por conseguinte, um dos mais problemáticos no âmbito da temática do desenvolvimento. Contudo, com os adventos da globalização e da industrialização - e consequente necessidade de transpor a cultura do individualismo e do auto-isolamento - o conceito tem evoluído no sentido de eliminar a carga histórica negativa que lhe é inerente (sinónimo de tradicional/atrasado/inferior por oposição a sociedade como sinónimo de moderno/avançado/superior) sendo, actualmente, reconhecido como elementar à elaboração de novas oportunidades para o desenvolvimento humano. Já Ferdinand Tönnies (1855-1936) correlacionava comunidade com intercâmbio social, afirmando que esta se une por via de uma vontade colectiva natural, actualmente projectada/legitimada (diria eu) pelas RC onde as pessoas se relacionam em prol de interesses comuns e por meio de vínculos de sangue/geográficos/emocionais/afectivos, pessoais/profissionais/de vizinhança/geracionais, directos ou indirectos. O conceito ganha força como a solução para alguns problemas de que padecem os governos nacionais na implementação de programas e projectos de desenvolvimento e é, agora, sinónimo de pertença, partilha e identidade. Todavia, reconhece-se que as comunidades só influenciam activamente o rumo do desenvolvimento se estiverem organizadas em associações, redes, núcleos, fóruns, cooperativas, federações, instituições culturais, etc., cabendo ao Estado incentivar/potenciar estas estruturas. Quando falamos de RC, a comunidade materializa-se na perspectiva local, isto porque são ferramentas que exigem dos governantes, respostas às demandas/prioridades das comunidades, como atesta Downing (2001: 39):

“It has a localist sense (this community stands firm on the issue of...), a world politics rhetoric (the international community’s stance against terrorism), a professional sense (the scientific community), a politics of sexual frankness usage (community standards of decency), and a nostalgic sense hearkening back to a supposed era of harmony (we need to recover a sense of community). Community also commonly turns up as a way of attributing lock-step homogeneity of opinion to minority ethnic groups (the Black community, the Jewish community). The designations *community radio* and *community access* have been ways of defining these media as institutions responsive to demands and priorities from below (...).”

Participação (Comunitária): São inúmeras as formulações conceptuais encontradas. Contudo, porque o tema são as RC, interessa-nos a categorização de Kisil (2000: 149), sobretudo a ideia de participação como um *meio* para atingir um objectivo (união/cooperação da comunidade em torno de um projecto que visa determinados resultados) e como um *fim* (enquanto processo alicerçado na confiança e solidariedade das pessoas). Diferenças? A primeira emerge enquanto técnica de gestão e a segunda constitui um meio de formação das pessoas, permitindo-lhes participar na tomada de decisões através do diálogo e da negociação como formas de consciencialização e de emancipação social (em consonância com a teoria da acção cultural dialógica de Paulo Freire). Nesta perspectiva, segundo Lisk (cited in Kisil, 2000: 149), a participação sugere a integração dos indivíduos na execução de programas, a partilha colectiva dos resultados obtidos e o seu empenhamento na avaliação dos mesmos. Para Pearse (cited in Kisil, 2000: 149), a participação pressupõe energias combinadas que reforcem o controle dos grupos ou movimentos marginalizados sobre os recursos e instituições. Em suma, no sentido mais lato, participação significa aumentar a receptividade e as aptidões das populações face aos programas de desenvolvimento bem como incentivar projectos locais (Lele, cited in Kisil, 2000: 149).

Formulações que nos remetem para os conceitos de *comunidade* enquanto “unidade orgânica, não passiva, dinâmica e não estática, que desenvolve, cresce, declina, muda e altera-se em resposta às iniciativas externas e tensões internas, em termos de infra-estrutura e de múltiplo leque de relações que se desenvolvem e mantêm-se dentro dela” (Chichava, 1999: 11) e de *participação comunitária* enquanto forma de mobilização política que permite aos mais desfavorecidos e necessitados (excluídos do progresso social) expressarem as suas necessidades por via de acções colectivas que envolvem as comunidades nos processos de monitorização e avaliação dos seus próprios problemas (Idem).

“People are ‘voiceless’ not because they have nothing to say, but because nobody cares to listen to them. Participation, which necessitates listening, and moreover, trust, will help reduce the social distance between communicators and receivers, between teachers and learners, between leaders and followers as well as facilitate a more equitable exchange of ideas, knowledge and experiences. However, the need to listen is not limited to those at the receiving end. It must involve the governments as well as the citizens, the poor as well as the rich, the planners and administrators as well as their targets” (Servaes & Malikhao, 2005: 91).

Democracia: Implica direitos e deveres, remete para um leque de oportunidades que dependem de práticas democráticas como a comunicação participativa. A ausência de democracia é, *per si*, uma desigualdade. A boa-governança democrática alicerça-se no reconhecimento da complementaridade entre representação política e participação directa. Segundo Bobbio (1986: 18) “a democracia deve ser entendida como (...) um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. (...) A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, na qual são consideradas as decisões coletivas”.

O conceito simplista de democracia pressupõe, assim, algum nível de igualdade social entre os indivíduos e estruturas institucionais de representação democrática. Todavia, para Bobbio, a democracia não cumpriu seis promessas, entre as quais: o nascimento de uma sociedade pluralista e a educação para a cidadania. As RC instituem-se como espaços fora do *mainstream* mediático que trabalham exactamente no sentido de cumprir tais compromissos.

Perante os desafios da globalização da informação, Castells - na obra “O Poder da Identidade” - sugere três alternativas: 1ª) Revitalizar a democracia local, fortalecendo as autoridades locais e regionais e incluindo os cidadãos na definição dos rumos dessa democracia, 2ª) Aproveitar os benefícios das NTIC para incentivar a participação política e a comunicação *online* entre cidadãos, agora com maior acesso a informações que possibilitam decisões informadas; 3ª) Estimular a mobilização de base em torno, por exemplo, de questões ambientais, inclusive por via eletrónica, embora o autor admita que muitos cidadãos estão excluídos deste processo por não terem acesso à Internet.

Estratégia Comunitária: Agora que o «Paradigma da Modernização» - enraizado na ideia de desenvolvimento como sinónimo de crescimento económico, de modernização dos PVD através da adopção de *templates* ocidentais e de difusão de informações altamente persuasivas e verticalizadas que subestimavam as especificidades locais - foi parcialmente abandonado, há

que “abraçar” o «Paradigma do *Empowerment*» alicerçado numa “Comunicação de Suporte ao Desenvolvimento” (Melkote & Steeves, 2001: 352) centrada nas iniciativas das pessoas/das comunidades, na comunicação dialógica, na partilha de conhecimentos úteis e descodificáveis por todos, na difusão de informações que permitam a identificação de soluções e consensos, na multiplicidade de perspectivas sociais e culturais, no engajamento de todos os actores sociais nos projectos desenvolvimentistas e no conhecimento/nas NTIC como alicerces do desenvolvimento sustentável. As RC contribuíram sobremaneira para esta mudança:

“A communitarian strategy is based on a set of principles that include the primacy of community, non-violence, ecology, participatory democracy, economic self-reliance, social responsibility, cultural pluralism and spiritual freedom. Although the communitarian strategy may be critiqued for its absence of historical precedence and the lack of a detailed socioeconomic plan of action, there is now a sufficient body of literature and historical evidence to suggest that it is a viable communication and development policy option. This does not, however, render it immune to the totalitarian temptations characteristic of the modern world” (Tehranian, 1989, Chapter 10, cited in Servaes, Jacobson & White, 1996: 61).

Empowerment: Desde que existe civilização e/ou organização social humana, a comunicação é a inevitável forma coerente de manifestar sentimentos, pensamentos, sensações e, no limite, quem somos. A Humanidade consagra no processo de comunicação comunitária uma aliança com a ‘nova ordem’ mundial, marcada pela consolidação da elevação da tolerância, da liberdade e da capacitação. A nova conjuntura global, a urgência e a complexidade dos problemas que diariamente enfrentamos, a aceleração da mobilidade e o aumento da disponibilidade tecnológica expõem as sociedades e os indivíduos a níveis de visibilidade e protagonismo impensáveis em tempos remotos. Todavia, urge converter essa exposição em diferenciação, isto é, alimentá-la por via de um trabalho constante de renovação de imaginários e narrativas. Para isso, é preciso que se afirmem espaços que permitam leituras diferenciadas e lugares tradicionais reservados a públicos pobres, marginalizados e infoexcluídos, tornando menos rígida a separação entre sítios de criação e de usufruto.

As RC possibilitam a fruição de um vastíssimo leque de propostas, expressamente programadas a pensar na diversidade local, nas suas múltiplas sensibilidades e nas diversas expressões culturais que a compõem, arrastando as comunidades para uma espiral de criatividade, extroversão e conhecimento. São organismos vivos, redes onde se cruzam pessoas, caminhos, sons, informações e sistemas de organização; são espaços que envolvem uma cadeia de cumplicidades e as ‘forças culturais’ das comunidades; são movimentos de

aspiração pela liberdade, pela democracia, pelo protagonismo das populações rurais e dos actores regionais, pela valorização das singularidades do mundo e pelo enraizamento de massas humanas. Estão, assim, na vanguarda das mudanças de mentalidade e de comportamento e das transformações sociais e políticas.

Nesta linha de pensamento, centrada nas RC, *empowerment* é sinónimo de autonomia e participação dos cidadãos na vida pública, de culturas participativas, abertas e descentralizadas e de rapidez, flexibilidade e alto desempenho, graças à excelência da sua dinâmica e dos resultados proporcionados. Em suma, *empowerment* pode ser entendido numa vertente quadripartida: **1. Poder** (confiar nas pessoas, dar-lhes liberdade e autonomia de acção), **2. Motivação** (incentivá-las constantemente, reconhecer o seu bom desempenho, recompensá-las pelos resultados e permitir que usufruam dos benefícios do seu trabalho e celebrem o alcance das metas), **3. Desenvolvimento** (disponibilizar recursos visando a capacitação e o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas, o que pressupõe praticar, facultar informações e conhecimento, instruir sobre novas técnicas, criar e desenvolver talentos organizativos, continuamente), **4. Liderança** (direccionar as pessoas, fixar objectivos e metas, mostrar novas perspectivas, avaliar níveis de desempenho e gerar retroacção).

“Empowerment is the mechanism by which individuals, organizations, and communities gain control and mastery over social and economic conditions, over political processes, and over their own stories. Empowerment involves not merely increased influence over external forces (at multiple levels) but also over internal impediments to change” (Melkote & Steeves, 2001: 366).

Desenvolvimento Sustentável: A pujança económica das sociedades industrializadas - grandemente propiciada pelas NTIC - não impediu o recrudescimento da exclusão social. As novas ferramentas tecnológicas provocam a aceleração das dinâmicas económicas e sociais, a desregulamentação dos mercados mundiais, a subsistência do flagelo da pobreza e a exclusão silenciosa daqueles que não as dominam. Atacar a divisão digital e, simultaneamente, garantir o desenvolvimento sustentável nos domínios económico e social constitui o verdadeiro desafio deste século. É hoje amplamente reconhecido que uma economia saudável depende de uma sociedade esclarecida - alicerçada na coesão e inclusão sociais, no respeito pela multiculturalidade e pela individualidade local/regional - que domine as ferramentas da modernidade e que consiga conciliar as vertentes económica, ambiental, tecnológica e social. Esta ‘sociedade da informação’ impõe uma ‘economia do conhecimento’, ou seja, privilegiar

a comunicação/a informação/a aprendizagem/a consciencialização como bens estratégicos indispensáveis ao crescimento económico, em detrimento da mera acumulação de saberes codificados.

A meu ver, a desatenção dada ao pensamento enquanto direito humano está na base da crise ambiental/ecológica em curso. As liberdades individuais - maiores conquistas da civilização humana - têm o poder de ajustar o rumo do desenvolvimento humano e de implementar um novo paradigma assente: **1.** em abordagens multi, inter e transdisciplinares, **2.** na variedade dos produtos culturais, **3.** num elevado sentido de fraternidade entre as pessoas, **4.** na capacidade de pensar, agir e produzir livremente e **5.** em possibilidades de mudança ‘feitas à medida’.

Daí que Robert Dahl (cited in Rodrigues, 2010: 178) eleja seis “instituições políticas da democracia representativa moderna”. São elas: **1.** Representantes eleitos, **2.** Eleições livres, justas e frequentes, **3.** Liberdade de Expressão, **4.** Fontes alternativas de informação “devendo essas fontes estar efectivamente protegidas pela lei”, **5.** Autonomia de Associação e **6.** Cidadania inclusiva. Como veremos ao longo da presente tese, ao compatibilizar a multiplicidade de vertentes suprarreferidas, as RC possibilitam avaliar o grau de sustentabilidade das sociedades, das instituições, dos mercados, dos processos, etc.:

“(…) a antecipação e a auto-imposição de restrições ao desenvolvimento faz sentido apenas num quadro de consentimento fundado numa ampla partilha do conhecimento, das dúvidas e das incertezas, salvaguardadas sempre as garantias fundamentais da liberdade e da igualdade política e deixando espaço para o livre exercício da solidariedade humana. Um aumento da igualdade traduz-se em menor possibilidade de uso arbitrário do poder (...) o que resulta em benefício das liberdades” (Rodrigues, 2010: 191-92).

8. Síntese dos Resultados

Concluída a investigação, que beneficiou da colaboração de um número considerável de peritos internacionalmente reconhecidos, de estudos realizados sobre outros países europeus, sul-americanos e africanos, da contribuição de um amplo grupo de actores no terreno, da comparação de um conjunto razoável de rádios comunitárias nos PALOP e, ainda, de visitas ao terreno, nomeadamente às entidades e/ou organismos directamente relacionados com a radiofonia comunitária, é possível apresentar os seguintes resultados:

1. A veracidade do *slogan* da FAO “não há desenvolvimento sem comunicação” já que a economia do conhecimento - da qual o progresso das nações se alimenta - baseia-se na capacidade de iniciativa, na criatividade, na aprendizagem contínua, na salvaguarda de conhecimentos tradicionais, na cidadania participativa, na equidade tecnológica, na inclusão das comunidades rurais e em estratégias locais de boa-governança;
2. A importância vital das RC - enquanto instrumentos de comunicação para o desenvolvimento - no processo de desenvolvimento dos PVD, na prossecução dos ODM e na redefinição do conceito de sustentabilidade... em consequência das suas características ímpares: participação da comunidade na propriedade do meio, na programação, na gestão/administração, na operacionalidade técnica, na avaliação, no financiamento e na implementação de estratégias de sustentabilidade financeira. Um processo ‘*down-top*’ que se inscreve no novo paradigma de desenvolvimento “pensar global, agir local”, consolidado pelo *empowerment* individual e colectivo;
3. Concordância generalizada sobre os diversos constrangimentos (humanos, materiais, técnicos, financeiros, legais e de desvirtuamento conceptual) que diariamente prejudicam o bom funcionamento destas ferramentas de cidadania inclusiva. Destaco: elevada rotatividade de pessoal que devido ao regime de voluntariado gera irregularidades na programação, excessiva burocracia no processo de concessão de licenças, restrições incongruentes à publicidade, ingerência político-partidária (constantes acções de repressão e criminalização), vazio institucional e/ou ausência de molduras legais que as distingam do sector comercial e cooperativo, funcionamento dependente de alvarás/licenças provisórias (cultura jurídica legalista excludente), distribuição desequilibrada do espectro radioelétrico - sob o controlo do Estado - em benefício dos *mass-media*, estações emissoras designadas de «comunitárias» mas cuja propriedade é do Estado e da Igreja (estrutura *top-down*) contrariando os cânones da AMARC, falta de formação jornalística dos radialistas, ausência de entidades reguladoras independentes, crescente fosso informacional/tecnológico cujos CMC da UNESCO não conseguem minimizar na totalidade, cultura de massas que impede uma maior apropriação destes OCS e ausência de indicadores quantitativos que avaliem o seu estágio de desenvolvimento;
4. A infoexclusão é um flagelo que remete, não só, para questões de acesso e conectividade, mas também, para disparidades de conteúdo: “resulta tanto da divisão cognitiva como da divisão digital, e relaciona-se com barreiras educativas, culturais e linguísticas que tornam a Internet estranha e inacessível aos grupos populacionais marginalizados pela globalização”

(Bindé, 2007: 47). As RC e os CMC promovem verdadeiras sociedades do conhecimento em nome do desenvolvimento humano enquanto soluções minimizadoras da divisão informacional e tecnológica, respectivamente. Contudo, as NTIC só constituirão uma fonte de mudanças sociais/uma promessa de desenvolvimento para todos os quadrantes da sociedade se houver um compromisso leal entre: liberdade de expressão, acesso ao conhecimento, comunicação comunitária e boa-governança democrática;

5. A mudança do paradigma da modernização para o paradigma do *empowerment* veio privilegiar a ‘Comunicação de Suporte ao Desenvolvimento’, uma moldura revolucionária que parte da noção de “equilíbrio social” através da capacitação dos infoexcluídos, da partilha horizontal de conhecimento (relação sujeito-sujeito), da participação cívica direccionada para controlar as necessidades básicas, da informação como fonte de poder, da compreensão da estrutura, dos fluxos, das transformações estratégicas e dos actores da globalização e de iniciativas locais/de base em prol da comunicação de grupo/interpessoal/glocal, de que são exemplo as RC;

6. A premência da questão: faz sentido falar de desenvolvimento sustentável - ou mesmo de sustentabilidade - em sociedades onde as desigualdades são evidentes a todos os níveis, onde o respeito pelos direitos e liberdades humanas, pela democracia e pela justiça, pelos valores e códigos morais, pela literacia e pelo conhecimento informal, pelos princípios da autonomia e do pluralismo, pelos direitos de propriedade e de associação... não sejam evidentes?

9. Limitações do estudo

1. Ausência de redes de supervisão e de indicadores/dados estatísticos quantitativos que permitam avaliar o estado geral e o progresso das RC enquanto instrumentos de prossecução dos ODM e incluir a comunicação comunitária, *per si*, no IDH. Uma realidade que pode vir a alterar-se, a médio prazo, por via de um novo aparelho de monitorização e avaliação da incidência das RC, como explicou - na AMARC10 - Kofi Larweh, da Rádio ADA (Gana):

“Is an e-voting tool developed and being used by an organization called INK in the Netherlands. The device looks like a mobile phone in the hand, but slightly bigger. It has both alphabets and numerals 0 to 9. Even non-literates are able to use it effectively, in fact they find it very interesting to work with. The set up is through a wireless router that makes it possible for all the e-voting units to be computerized through a software that calculates totals, analyzes information rapidly for immediate feedback depending on what you are looking for. Ghana

Community Radio Network has 50 pieces of the equipment and has been using them in the years 2009 to 2011”.

2. Apesar dos inúmeros *e-mails* trocados com o coordenador da AMARC África, Alymana Bathily, não foi possível apurar que países africanos já adoptaram uma Lei de Radiodifusão Comunitária ou qualquer outro tipo de moldura legal adequada a este sector, por forma a reconhecer-lhe características próprias e conceder-lhe regalias especiais. Daí a comparação forçada com os Códigos de Conduta australianos, visando deixar uma base sólida de análise para um caminho que os PVD têm que começar a percorrer. Embora se saiba que a África do Sul, o Burkina Faso e a Namíbia estão entre os países africanos com quadros legais mais elaborados e com autoridades reguladoras independentes, como manda a Carta Africana para a Radiodifusão de 2001;

3. Devido à pouca receptividade e/ou disponibilidade demonstrada pelo Instituto da Comunicação Social (ICS), não foi possível analisar mais rádios estatais moçambicanas (pretensão que se impunha pela necessidade de aprofundar o argumento da sua discutível classificação como comunitárias), tendo a análise interna ficado algo desequilibrada, dado que analisei seis RC do Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM).

NOTAS FINAIS:

NOTA I: A presente tese está escrita segundo a ortografia anterior ao Novo Acordo Ortográfico.

NOTA II: As fotografias apresentadas são todas do arquivo do autor, excepto aquelas cuja fonte está devidamente identificada.

“The freedom of people to express themselves is the most important of all rights that human beings claim in that it is only extinguished by death”.

Raymond Louw, cited in Hadland & Thorne, 2004: 19.

Capítulo I

Comunicação e Direitos Humanos

Instrumentos Político-Legislativos para o seu reconhecimento e observância

1. Comunicação e/ou Informação: um bem social mundialmente precioso

A praxis da comunicação deve constituir-se como um direito humano. A luta pela efectivação desse direito é ancestral e intensificou-se nos últimos 150 anos, sobretudo nas duas últimas décadas, nomeadamente com o advento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) que permitem a difusão de mensagens, em tempo real, junto de públicos cada vez mais numerosos e distantes entre si. Comunicar é interagir culturalmente, é transmitir valores, é partilhar conhecimentos, é cooperar com o OUTRO, é dialogar no desenvolvimento. A verdadeira comunicação não impõe uma estrutura verticalizada, não se efectiva unilateralmente e sem retorno. “Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência” (Bakhtin, 2005: 257). Pressupõe, sim, múltiplos indivíduos, discursos distintos, estruturas democráticas, cidadãos participativos, alteridade social, engajamento comunitário e diálogo reflexivo:

“O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciar-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue” (Freire, 1987: 78-79, cited in Gomes, 2007: 4).

Estas palavras profundas remetem-nos para a filosofia educacional libertadora de Paulo Freire - pensador comprometido com a «praxis da liberdade» - que assenta numa análise assertiva da relação complexa entre oprimido e opressor e na proposta de uma pedagogia libertadora assente numa educação voltada para a consciencialização da opressão e consequente acção transformadora, isto é: os indivíduos devem actuar de forma responsável e participativa na construção e reconstrução do seu espaço:

“Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem a buscar a verdade, mas a impor a sua” (Freire, 1997: 78-79, cited in Gomes, 2007: 4).

Freire defende que os indivíduos só conseguem compreender verdadeiramente o mundo que os rodeia, superar a opressão e as desigualdades sociais por via do diálogo e do desenvolvimento da consciência crítica através da consciência histórica, a qual lhes permite trabalhar em prol de um mundo mais justo onde exista: amor, solidariedade, igualdade, autonomia, respeito pela diferença e confiança. Neste contexto, impõe-se a pergunta de (Bauman, 2000: 9, cited in Gomes, 2007: 77): “Se a liberdade foi conquistada, como explicar que entre os louros da vitória não esteja a capacidade humana de imaginar um mundo melhor e de fazer algo para concretizá-lo? E que liberdade é essa que desestimula a imaginação e tolera a impotência das pessoas livres em questões que dizem respeito a todos?” É exactamente esta impotência e/ou inércia que as Rádios Comunitárias (RC) combatem, possibilitando: reforçar a comunicação para o desenvolvimento, agir em prol da liberdade, empreendedorismo social, resgate da herança cultural, defesa das marcas identitárias nacionais, mobilidade e conectividade regional, luta pela efectivação dos direitos humanos, desenvolvimento comunitário sustentado e sustentável, emancipação individual, imaginação colectiva, participação na gestão da coisa pública, respeito pela diversidade cultural, democracia inclusiva, combate à info-exclusão, progresso tecnológico, estreitamento espaço-temporal e comunicação horizontal. São, por isso, antítese de isolamento geográfico, de “decrecimento” e de aprisionamento intelectual.

Etimologicamente, comunicar significa “tornar comum, estar em relação, partilhar”. Eu vou mais longe e defendo que a respiração está para o indivíduo (ser inatamente social e sociável) como a comunicação está para a sociedade: é uma questão de sobrevivência! Comunicar é, assim, um dos fundamentos da evolução humana. Usando as palavras de Wolton (2004: 18), “O mais importante, na informação e na comunicação, não são as ferramentas nem os mercados, mas o ser humano, a sociedade e as culturas. Por isso, não há comunicação sem uma teoria da comunicação, isto é, sem uma representação das relações humanas e sociais, e,

finalmente, sem uma teoria da sociedade e da democracia”. Outrora privilégio da minoria, o acesso à palavra é hoje instrumento fundamental nas sociedades modernas. Uma realidade possível por via dos *mass-media* e das novas tecnologias que introduziram alterações radicais no quotidiano do ser humano. O conceito de actualidade está, por isso, intrinsecamente ligado ao poder dos media que, por sua vez, fragmentam as inúmeras dimensões da realidade e as transformam em discurso social. É exactamente esta dimensão que nos alerta para a importância da «comunicação participativa» e/ou «comunicação para o desenvolvimento» que responde a necessidades de carácter social, cultural, político, económico, religioso, educacional, ambiental, etc. (como veremos no segundo capítulo). Segundo Bordenave (2003: 89), “É próprio da comunicação contribuir para a modificação dos significados que as pessoas atribuem às coisas. E através da modificação de significados, a comunicação colabora na transformação das crenças, dos valores e dos comportamentos. Daí o imenso poder da comunicação. Daí o uso que o poder faz da comunicação”.

Não restam dúvidas de que a comunicação, sobretudo os *mass-media* (alicerçados nas NTIC), se encontra no epicentro das alterações sociais e culturais da modernidade. Um verdadeiro diferencial que agrega valor a qualquer sociedade na era da «Globalização da Informação». A comunicação global, ao contrário do que seria esperado, tende a valorizar aspectos culturais próprios, particularismos identitários, evidenciando mecanismos de comunicação interpessoal e formas de mediação locais, de que são exemplo as RC. Para Ferin (2002: 10-11):

“A complexidade e a multiplicidade das inter-relações estabelecidas – pelas pessoas, a todo o instante, em todas as situações, mediadas, ou não, por instituições ou tecnologias – permitem falar de uma comunicação global e de uma cultura global, onde quotidianos, estilos de vida, tradições, crenças e visões do mundo, em suma, as diversas culturas se interpenetram, a ritmos acelerados e com consequências imprevisíveis. Esta comunicação global - impulsionada pelas TIC, pelos media tradicionais (imprensa, cinema, rádio, televisão e publicidade), pelos novos media (telemóveis, Internet e televisões interactivas) e pelas industrias culturais e de conteúdo – criou a miragem de uma cultura global, fundada no paradigma da modernização, universalmente partilhado”.

Harms (1976) enumera os direitos que integram o direito de comunicar: “a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e outros direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à protecção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo. Para garantir o direito de comunicar seria preciso dedicar

todos os recursos tecnológicos de comunicação a atender às necessidades da humanidade a esse respeito”, acrescenta o autor.

Nas últimas décadas, o mundo testemunhou uma evolução notável rumo à garantia dos Direitos e Liberdades Humanas fundamentais (direito à liberdade de expressão, direito à liberdade de informação - informar e ser informado -, direito à liberdade de imprensa, direito à liberdade de opinião e de consciência, direito à liberdade de associação, direito à liberdade de circulação, etc.), valores fundamentais que inspiram a existência e o funcionamento dos meios de comunicação comunitários em África. O impulso por trás desta evolução emanou de anos de discussão, planeamento e negociação (internacional, nacional, regional e local) e pode ser percebido numa variedade de instrumentos político-legislativos convergentes, aprovados e adoptados progressivamente ao longo das últimas décadas por organizações multilaterais (os quais destacarei mais à frente). Em que consistem estes Direitos? São inúmeras as formulações apresentadas:

“A liberdade de informação é, antes de mais, o direito que todos os membros da comunidade têm de estar ao corrente dos acontecimentos susceptíveis de interessar a sua existência, de orientar as suas reflexões, de influenciar as suas escolhas (...). Desta liberdade de informação deriva a liberdade que o informador tem de aceder ao conhecimento dos factos e dos documentos, ultrapassando o segredo por detrás do qual se entrincheiram as questões públicas, e a liberdade de divulgar aquilo de que teve conhecimento” (McBride, 1980, cited in Mário, 2008: 9-10).

Condesso (2007, cited in Mário, 2008: 10) corrobora a ideia: “Direito à informação é, hoje em dia, uma das expressões-chave que aparece associada aos direitos de cidadania, integrados por um conjunto de garantias que envolvem a comunicação interindividual num Estado democrático com vigência dos princípios da participação e do livre acesso à informação”.

Para Van Eijk (1999, cited in Hadland & Thorne, 2004: 20), o acesso aos media - por via da liberdade de informação e/ou expressão - é fundamental e deve ser assegurado pelos governos nacionais: “in jurisprudence a distinction is made between so-called classical and social constitutional rights. Freedom of expression is a classical right designed to protect citizens against the authorities. But freedom of expression is also, in current legal opinion, a social constitutional right. This means that apart from a passive task (non-interference), the governments also have an active role to play in ensuring citizens are able to gain access to the media”.

Hadland e Thorne (2004: 20) complementam a ideia: “The government, therefore, has a legal and arguably constitutional obligation to promote a media to which ordinary people can achieve access. It is arguable whether freedom of expression can be said to exist, for instance, in a situation where stark imbalances in access to media and communication exist and where marginalised groups have virtually no access to either”.

Por razões históricas amplamente conhecidas (colonização, lutas de libertação, guerras civis), tem sido particularmente difícil para África avançar em termos de «liberdade de imprensa» (Figuras 1 e 2), realidade espelhada no Índice Mundial da Liberdade de Imprensa 2011/2012 (publicado a 25 de Janeiro de 2012, que mede o grau de liberdade dos jornalistas e das empresas jornalísticas e o respeito pelas liberdades fundamentais supracitadas, em 179 países): “It was Africa that also saw the biggest falls in the index. Djibouti, a discreet little dictatorship in the Horn of Africa, fell 49 places to 159th. Malawi (146th) fell 67 places because of the totalitarian tendencies of its president, Bingu Wa Mutharika. Uganda fell 43 places to 139th. Finally, Côte d’Ivoire fell 41 places to 159th because the media were badly hit by the fighting between the supporters of rival presidents Laurent Gbagbo and Alassane Ouattara” (in: <http://en.rsf.org/press-freedom-index-2011-2012,1043.html>).

Neste índice, mais de 50 por cento das nações africanas analisadas figuram acima da 90ª posição (números precisos: 30 em 51 países figuram na segunda metade da tabela, ou seja: 16,7 por cento do total). Neste nicho de 16 países aleatoriamente seleccionados (Figura 1), encontramos a Guiné-Bissau e Moçambique nos 75º e 66º lugares (quando em 2010 ocupavam a 67ª e a 98ª posições, respectivamente), números que demonstram uma maior pujança e afirmação da comunicação social moçambicana, sobretudo devido ao crescimento exponencial dos media comunitários que em muito têm contribuído para a democratização do sector e conseqüente respeito pelos direitos humanos fundamentais.

Figura 1 in www.rsf.org

-	Sierra Leone	21,00	↑↑
-	Tonga	21,00	↑↑
66	Mozambique	21,50	↑↑
67	Mauritania	22,20	↑↑
68	Croatia	23,33	↓↓
-	Burkina Faso	23,33	↓
70	Bhutan	24,00	↓
-	Greece	24,00	=
72	Nicaragua	24,33	↑↑
73	Maldives	25,00	↓↓
-	Seychelles	25,00	↓
75	Guinea-Bissau	26,00	↓
-	Senegal	26,00	↑↑
77	Armenia	27,00	↑↑
78	Kuwait	28,00	↑
79	Togo	28,50	↓↓

Na última década e meia, o continente africano tem vivenciado uma série de problemas sensíveis (jornalistas presos, OCS censurados e encerrados, directores destituídos sem aviso prévio) e situações graves (Figura 2) que, no limite, acabaram na morte implacável de jornalistas. Destaco os mais noticiados: Carlos Cardoso (22 Nov. 2000, Maputo,

Mozambique, Jornal *Metical*), Didace Namujimbo (21 Nov. 2008, República Democrática do Congo, Rádio OKAPI), Sheik Nur Mohamed Abkey (4 Maio 2010, Somália, *Rádio Mogadiscio*), Jean-Léonard Rugambage (24 Junho 2010, Ruanda, Jornal *Umuwugizi*), Lucas Mebrouk Dolega (17 Janeiro 2011, Tunísia, European Press Photo Agency), Ahmed Mohammed Mahmoud (4 Fevereiro. 2011, Egipto, Jornal Al-Ahram), Shoukri Ahmed Ratib Abu Bourghoul (2 Janeiro 2012, Síria, Al-Thara) Gilles Jacquier (11 Janeiro 2012, Síria, France 2 TV).

Segundo este barómetro: desde 2002, já morreram mais de 600 jornalistas em 70 países (in: <http://es.rsf.org/el-barometro-de-la-libertad-de-prensa-periodistas-muertos.html>), entre os quais figuram dois países de expressão portuguesa (Angola e Brasil) e 19 países africanos (exs: Egipto, Líbia, Nigéria, Uganda, Somália, RDC). “Crackdown was the word of the year in 2011. Never has freedom of information been so closely associated with democracy. Never have journalists, through their reporting, vexed the enemies of freedom so much. Never have acts of censorship and physical attacks on journalists seemed so numerous. The equation is simple: the absence or suppression of civil liberties leads necessarily to the suppression of media freedom. Dictatorships fear and ban information, especially when it may undermine them” (in: <http://en.rsf.org/press-freedom-index-2011-2012,1043.html>).

Um cenário cíclico que resulta, a meu ver, de uma falha grave de percepção por parte dos Estados africanos que entendem «comunicação» como «direito de comunicar», ignorando os direitos de «informar e ser informado». Urge, por isso, reconhecer esta dimensão da comunicação como um Direito Humano inalienável instituindo, assim, um novo Paradigma da Modernidade, alicerçado em novas liberdades, positivadas em vários documentos normativos.

“Hoje em dia se considera que a comunicação é um aspecto dos direitos humanos. Mas esse direito é cada vez mais concebido como o direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado. Acredita-se que a comunicação seja um processo bidirecional, cujos participantes – indivíduos ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Esta ideia de diálogo, contraposta a de monólogo, é a própria base de muitas das ideias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos” (UNESCO, 1983: 287, cited in Gomes, 2007: 112).

2. A UNESCO e o mundo da Comunicação

“(…) part of the world is on its way to joining the knowledge society, while the other part is immersed in a basic struggle against misery” (in:

http://www.portalcomunicacion.com/informe_macbride/eng/articles_m_det.asp?id_content=13&id_article=1). O cenário dos media reflecte, sem dúvida, o grau de desenvolvimento interno dos países. Infelizmente, o universo do conhecimento e da modernização tecnológica é ainda um privilégio das nações industrializadas: o Norte domina a produção e difusão de informação e o Sul limita-se a consumi-la num clima de privação (sérias dificuldades no acesso à informação e à comunicação) e intimidação constante (muitos jornalistas e OCS são meros reféns da classe política e promotores das ideologias dominantes).

Figura 2 in www.rsf.org



Por conseguinte, defendo que a elaboração de novas políticas de comunicação exige: 1. Vinculação a outros sectores (cultura, ciência, economia, religião, ambiente, educação) e 2. Alterações nas próprias estruturas do poder, ou seja: em tempos de Globalização, importa reavaliar a relação entre a infraestrutura (modelo de desenvolvimento económico, evolução tecnológica e relações de produção) e a superestrutura do poder político, ideológico e cultural que preside ao processo de comunicação:

“Se há centenas de milhões de homens e mulheres privados dos instrumentos indispensáveis da comunicação, qual o sentido que tem falar do direito a informar ou a ser informado? É, pois, indispensável juntar todos os meios possíveis – educativos, culturais e sociais -

combinados com as diversas técnicas de comunicação e os meios de comunicação social, para eliminar esta tarefa que embota as perspectivas de todos os Países do mundo” (UNESCO, 1983: 83, cited in Gomes, 2007: 110-111).

Wolton (2004: 18) corrobora esta necessidade, pormenorizando-a:

“No momento em que a informação e a comunicação, dimensões ancestrais de qualquer experiência humana e social, passam a constituir indústrias e mercados, é preciso desenvolver urgentemente conhecimentos e teorias para relativizar o tecnicismo e o economismo, e preservar as dimensões de emancipações que, desde o século XVI, na Europa, estiveram na origem das batalhas pela liberdade de informação e de comunicação. Para mim, não haverá democracia no plano mundial sem uma reflexão teórica sobre os desafios políticos, culturais, técnicos, antropológicos e sociais ligados à comunicação”.

As RC possibilitam exactamente contribuir, pensar e agir nestas áreas. Um cenário inquietante – pautado por inúmeras necessidades - que nos remete para a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC)¹, entendida como um processo em contínua evolução alicerçado no direito de comunicar (UNESCO, 1985: 33-34, cited in Gomes, 2007: 106). Uma iniciativa lançada nos anos 70 pelo «Movimento dos Países Não-Alinhados» em nome de um reequilíbrio dos fluxos de informação que representa uma necessidade das nações do Terceiro Mundo – cuja entrada no panorama internacional se dá com a Conferência de Bandung, em 1955 – reivindicarem: distribuição equitativa dos recursos de comunicação, salvaguarda da sua herança cultural e direito de equidistância face aos dois blocos antagonistas: EUA e União Soviética.

“Com o vertiginoso crescimento e avanço tecnológico que os meios de comunicação alcançaram nas décadas de 60 e 70 e com a mudança do perfil dos países membros da UNESCO - em consequência do processo de independência de dezenas de nações africanas e asiáticas - surgiu nos anos 70, um movimento reivindicando uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) que propõe a distribuição equitativa dos recursos de

¹ NOMIC pretende: priorizar a auto-suficiência comunicacional; encorajar a produção e distribuição de produtos culturais a nível nacional; estabelecer imprensa comunitária em áreas rurais; estabelecer políticas nacionais que fortaleçam a identidade cultural e a criatividade; valorizar formas não comerciais de comunicação e informação; contribuir para os direitos humanos através dos mass-media; experimentar novas formas de envolvimento público na gestão dos mass-media; encorajar a cooperação entre profissionais de media e suas associações visando aumentar o conhecimento entre nações e culturas; melhorar a distribuição internacional do espectro radioeléctrico; estabelecer regulamentação sobre fluxo de dados e comunicação transfronteiriços (SURPRENANT, 1985; UNESCO, 1987, cited in FREITAS, 2002).

comunicação entre as nações e mudanças profundas nos fundamentos legais e institucionais, que hoje regem as relações internacionais de comunicação.”²

Em 1977, a UNESCO instituiu a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (presidida pelo irlandês Sean McBride, jornalista e prémio Nobel da Paz) que elaborou e divulgou, em 1980, um relatório intitulado “Um Mundo, Muitas Vozes” – também conhecido por “Relatório MacBride”³ – até à data, o texto universal mais abrangente e profundo sobre «democratização da comunicação» - que sugeria uma «Nova Ordem Comunicacional Mundial» - para resolver problemas estruturais graves, inexplicavelmente actuais, pertinentes e que merecem ser revisitados: «concentração dos media por parte de grandes grupos económicos (fruto da liberalização do sector: fusões e aquisições em massa), verticalidade do processo comunicacional, comercialização da informação, desigualdades tecnológicas e/ou acesso desigual à informação e à comunicação» -, com vista à promoção da paz, da democracia participativa e do desenvolvimento humano.

“Todos os problemas levantados pela NOMIC⁴, através das resoluções e do Relatório MacBride, continuam a pautar as discussões atuais sobre: eliminação dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a situação atual; eliminação dos efeitos negativos de certos monopólios, públicos ou privados, e das concentrações excessivas; eliminação das barreiras externas e internas que se opõem a uma livre circulação e a uma difusão mais ampla e melhor equilibrada da informação e das idéias; pluralidade das fontes e canais da informação; diversidade na solução dos problemas da informação e da comunicação já que as condições sociais, políticas, culturais e económicas diferem de um País a outro e, no centro de um mesmo País, de um grupo a outro” (UNESCO, 1980: 74-75, cited in Gomes, 2007: 127).

Opinião partilhada por Joan Manuel Tresserras no seu artigo “Presentation: 25 Years of the McBride Report: A Bold and Controversial Diagnosis about Communication”:

² TRAMONTE, Cristiana (1993). “O movimento internacional por uma Nova Ordem Informativa e Comunicativa”. In: <http://base.d-p-h.info/fr/fiches/premierdph/fiche-premierdph-321.html>

³ Recomendações Gerais: reconhecimento da interdependência global, atenção ao desequilíbrio dos fluxos de comunicação, reconhecimento da comunicação como um direito individual, políticas de comunicação para o desenvolvimento (planeamento e financiamento) e participação social em todos os níveis.

⁴ “A instauração de um novo equilíbrio e de uma melhor reciprocidade na circulação da informação, condição favorável para o sucesso de uma paz justa e durável e para a independência económica e política dos PVD, exige que sejam corrigidas as desigualdades na circulação da informação com destino aos PVD, precedente deles, ou em algum desses países. Para tal fim é essencial que os meios de comunicação de massas desses países disponham das condições e dos meios necessários para fortalecer-se, estendendo-se a cooperação entre si e com os meios de comunicação de massa dos países desenvolvidos” (Artigo 6º da Declaração sobre os Princípios Fundamentais relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa para o Fortalecimento da Paz e da Compreensão Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos e a Luta contra o Racismo, o Apartheid e o Incitamento à Guerra” – UNESCO, Paris, 1978).

“Some focuses and approaches of the MacBride Report are still in force at the beginning of the 21st century. The communication ecosystem has changed, along with its area and capacities, but the bases of discrimination in terms of information, culture and symbolism have not altered substantially. And this comes precisely when, now more than ever, economic and political domination seem to be settling on another form of domination, built on the basis of unequal access to the sources of knowledge” (in: http://www.portalcomunicacion.com/informe_mcbride/eng/home.asp).

3. Relatório McBride enfatiza «importância dos Media Locais»

“O Relatório MacBride é um marco na história. Ele não foi somente um exercício científico básico de descoberta para o estado da comunicação no mundo, mas o primeiro e principal exercício de avaliação das forças sócio-económicas no mundo naquela época. Entendo o Relatório no contexto do que é conhecido como ‘o grande debate da mídia’ nas últimas três décadas e meia” (Nordenstreng, 2008: 119). O documento suprarreferenciado impunha, por conseguinte, novas respostas para gigantescos desafios: 1. Responder à diversidade das condições sócio-económicas e aos diversos níveis e tipos de desenvolvimento; 2. Instaurar um fluxo informacional/comunicacional livre e equilibrado no mundo, minimizando os problemas específicos dos PVD; 3. Identificar e eliminar os problemas da comunicação que impediam iniciativas em prol da instauração da NOMIC; 4. Redimensionar o papel da comunicação visando sensibilizar as populações para a resolução progressiva dos seus problemas mediante uma acção concertada nos planos local, regional, nacional e internacional (UNESCO, 1983: 68, cited in Gomes, 2007: 108). A importância dos recursos, das organizações e dos media locais foi amplamente sublinhada:

“A next step in the organization of social communication is at the level of groups or local communities (...) communities and individuals have also taken the initiative in creating their own means of communication (...) they are often used for social purposes, as a support for local development schemes for hygienic and health campaigns, for religious and political actions, as well as in relation to all initiatives where conscious involvement of local populations is felt necessary. Among promoters of such types of information means and group media are public authorities, development officers, professionals such as agronomists and barefoot doctors, teachers and local political activists, priests and artisans. More emphasis should be placed on these media and local activities for four main reasons: one, because they may be overshadowed and pushed into the background by the big media; two, because mass-media have been expected to accomplish tasks and goals for which they are not fitted; three,

because in many countries the neglect of a certain balance between big and small led to unnecessary wastage of scarce resources, by using inappropriate means for diverse audiences; four, because by establishing links between them broader horizontal communication could be developed” (UNESCO, 1980: 55-56).

Joan Manuel Tresserras assume isso mesmo, realçando o direito de participação activa das comunidades e respectivas culturas nesta «nova ordem comunicacional»:

“The MacBride Report was the most ambitious attempt of its time to summarise and tackle the major challenges presented at the worldwide scale by the process of business concentration in the media and the publishing and audiovisual industries, the adoption of new communication technologies and infrastructures, and the control of the generation of information flows and cultural content. The Report emphasised the need to correct the inequality and imbalances of communication, information and culture between a rich and influential world and a poor and progressively irrelevant world. It proclaimed that freedom of information (transmission and reception) could not be reduced to the freedom of the news market and said that pluralism and diversity were necessary and should be demanded. The Report affirmed the right of all communities and cultures to project their own voice in a 'new order'” (in: http://www.portalcomunicacion.com/informe_mcbride/eng/home.asp).

Ao apresentar o documento, o então Director Geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow, foi peremptório: “É mister desenvolver harmoniosamente ideias novas e multiplicar as iniciativas para lutar contra as forças da inércia. Com o estabelecimento de uma nova ordem mundial da comunicação, cada povo deve poder aprender com os demais, informando-os ao mesmo tempo sobre como concebe a sua própria condição e a visão que tem dos assuntos mundiais. Quando isso for atingido, a humanidade terá dado um passo decisivo em direção à liberdade, à democracia e à solidariedade” (UNESCO, 1983: viii-ix, cited in Gomes, 2007: 108). Hoje, em pleno século XXI, esse passo está claramente por dar o que nos permite aferir sobre a ineficácia parcial (a meu ver) do Relatório supracitado:

“Por se tratar de uma solução de compromisso, negociada habilmente durante dois anos, envolvendo interesses complexos e contraditórios, é compreensível que o Relatório MacBride tenha desagradado a gregos e troianos. Tanto assim que ao ser bombardeado pela diplomacia norte-americana, com o apoio de vários governos e instituições do mundo capitalista, ele não mereceu a defesa intransigente do bloco comunista, já em processo de desagregação. Essa tarefa foi assumida por intelectuais de renome internacional, bem como por figuras representativas do movimento terceiro-mundista e por instituições de prestígio mundial como a Igreja Católica” (Melo, 2008: 43-44).

José Marques de Melo, Professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo vai mais longe aludindo ao carácter idealista do documento:

“Dez anos depois de sua publicação, o Relatório MacBride permanece atual. (...) Suas utopias aguardam terreno fértil para vicejar. (...) Na verdade, as idéias contidas no documento produzido por Sean MacBride nunca foram combatidas na essência. (...) A conjuntura política foi-lhe desfavorável. Nos estertores da guerra fria, as grandes potências ocidentais ditaram sua sentença de morte. (...) MacBride tinha consciência de que a NOMIC não se esgota num conjunto de preceitos mágicos, correspondendo efetivamente a um processo histórico” (Idem).

Kaarle Nordenstreng (2008: 122), perito em Comunicação Internacional e professor na Universidade de Tampere, na Finlândia, rotulou o Relatório de “missão impossível” porque sugeria uma “plataforma inexecutável e inviabilizadora da NOMIC⁵”. Nesta linha de pensamento, encontramos “A Geopolítica dos Media” de Jacques Barrat (2009: 331-332), onde este considera que foi nula a contribuição, até à data, da informação e da comunicação para reduzir o fosso económico entre países subdesenvolvidos e industrializados, do mesmo modo que considera ter havido um fracasso das rádios educativas/rurais na inclusão dos marginalizados, uma total ineficácia do Relatório McBride e a morte da NOMIC, argumentando que a sua implementação não poderia preceder a instituição de uma Nova Ordem Económica Mundial, e assim concluindo que os media e as TIC não são obrigatoriamente ferramentas de desenvolvimento proeminentes:

“(…) le développement de l'information et de la communication n'a jusqu'à maintenant en rien aidé un quelconque décollage économique. L'échec des radios éducatives, des radios rurales, des émissions audiovisuelles destinées aux femmes, aux plus humbles, aux plus défavorisés, etc. est patent, et ce aussi bien sur le continent africain qu'en Amérique Latine. La mise en pratique des thèmes jadis chers aux amis de Sean MacBride comme le repli sur soi, le protectionnisme en matière d'information sous le prétexte du refus de tout néo-colonialisme occidental, n'aurait pu qu'inciter les pays sous-développés à aggraver encore les défauts de leurs systèmes d'information. Le NOMIC est donc heureusement mort quand bien même il s'était construit sur des constats dont certains étaient justes. Les médias comme les NTIC ne peuvent pas être obligatoirement qualifiés d'outils de développement”.

Uma posição, a meu ver, errada e pessimista à luz dos resultados positivos alcançados nas últimas décadas - nomeadamente em termos de ODM's - por via de estratégias e projectos de Comunicação para o Desenvolvimento inovadores que elegeram as RC como instrumentos

⁵ A plataforma da NOMIC está contida na famosa Resolução de Belgrado, aprovada pela 32ª Sessão da Assembleia Geral da UNESCO realizada em Outubro de 1980.

privilegiados de acção de base no terreno. À inquietação do autor “Comment d'ailleurs pourrait-on imagier l'existence d'un NOMIC avant qu'un nouvel ordre économique mondial n'ait été institué?”, eu argumento com insuficiências e deficiências de conteúdos de mensagem e dos processos comunicacionais e interrogo como é sequer possível ingressar num caminho de desenvolvimento económico sem assegurar um panorama mediático incentivador da participação comunitária, independentemente do sentido e controlo de conteúdos?! Com efeito, a importância dos Media e das NTIC é reconhecida, mesmo se aceitarmos a proposição de Barrat de que terão muitas vezes contribuído para manter o subdesenvolvimento e as injustiças, pois que as elites políticas e económicas nesses casos assim os têm determinado e utilizado para controlar as percepções externas de uma imagem positiva. Do mesmo modo, como ferramentas que são, podem ser utilizadas para os fins mais obscuros e tenebrosos... de que é exemplo a utilização tribalista da acção de genocídio no conflito étnico entre Hutus e Tutsis, no Ruanda, pela rádio local Mil Colinas. Porém, é indiscutível que são fundamentais ao desenvolvimento, no apropriado aproveitamento do seu eficaz e eficiente potencial de envolvimento e aproximação entre os centros e as periferias.

Um exercício desafiante que impõe a elaboração teórico-prática de uma «Agenda Global para África» que priorize os Direitos Humanos: saúde, educação, assistência social e informação. No âmbito desta última, o papel da comunicação, sobretudo comunitária, é fundamental para fomentar mudanças comportamentais na sociedade, aproximando o discurso da prática:

“It is important to establish the new agenda of communication and information problems. (...) The agenda should also inevitably include the difficulties some countries or communities have in planning or executing specific local policies which allow the deployment of similarly local communication and culture industries so that plural and diverse local issues can be present on global stages without having to necessarily be diluted into them” (in: http://www.portalcomunicacion.com/informe_macbride/eng/articles_m_det.asp?id_content=13&id_article=1).

A sustentabilidade do Planeta depende de uma comunicação efectiva entre sectores público e privado e sociedade civil. Como veremos mais à frente, a informação local é vital para a construção de uma «parceria global para o desenvolvimento», daí a necessidade de elevar a comunicação ao estatuto de Direito Humano. Eu penso que o relatório McBride reflecte o reconhecimento disso mesmo:

“O status de Direitos Humanos dado à comunicação, pelo Relatório, sendo então o primeiro documento da Organização das Nações Unidas (ONU), através da UNESCO, a trazer

explicitada a necessidade de considerá-la algo mais que apenas liberdade de informação e expressão individuais, implica em demandas que envolvem não somente questões éticas, mas sociais, econômicas, políticas e culturais. A efetivação desse novo Direito fundamental e inalienável implicaria na construção de outro paradigma de modernidade” (Gomes, 2007: 112).

Urge que todos (governos, instituições supranacionais, ONG, associações de base, grupos sociais e cidadãos) percebam que a comunicação e/ou informação não é um produto comercial mas sim um produto e uma necessidade social, elementar ao pleno exercício dos direitos humanos, à boa-governança, à democracia inclusiva e à pluralidade cultural:

“A informação é o oxigénio da Democracia. Se as pessoas não souberem o que está a acontecer na sua própria sociedade e se as acções daqueles que os governam forem ocultadas, não poderão contribuir de forma significativa e com a sua quota parte nos assuntos dessa mesma sociedade. Mas a informação não é só uma necessidade para o cidadão - é uma parte essencial da boa governação. A má governação necessita de sigilo para poder sobreviver. Permite ineficiência, esbanjamento e corrupção para se poder manter. Como observou a Prémio Nobel da Economia Amartya Sen, nunca se registou uma onda de fome grave num país que possua um sistema democrático de governo e uma comunicação social relativamente livre. A informação permite que o cidadão possa escrutinar as acções do governo e é a base para um debate adequado e informado sobre tais acções” (MISA, 2002: 50).

Em suma: À semelhança de hoje, o fosso informacional/comunicacional/tecnológico Norte-Sul, Urbano-Rural e Rural-Rural constituía, assim, nas décadas de 1970-80, tema de discussão e de acesa controvérsia mundial, apesar dos poucos avanços alcançados:

“Nesse momento, o desequilíbrio das correntes de notícias e da informação entre os países industrializados e os países em desenvolvimento tinha passado a ser um tema importante nas reuniões internacionais e um dos aspectos do debate sobre os problemas políticos e económicos fundamentais do mundo actual. Hoje em dia, não há praticamente ninguém que negue a realidade desse desequilíbrio. Mas não existe um acordo geral sobre as aplicações concretas do conceito, e menos ainda sobre as soluções possíveis do problema e as políticas que conviria aplicar para resolvê-los. Por esse motivo, os conceitos de circulação e de corrente de sentido único, de equilíbrio e de desequilíbrio passaram a ser elementos do debate e da confrontação internacional” (UNESCO, 1983: 57-58).

Tomás Vieira Mário (2008: 5-6), coordenador do Instituto PANOS em Moçambique, explica o que ditou as alterações nas regras do jogo: o acentuar das desigualdades Norte-Sul provocado pela globalização, o periclitante panorama geoestratégico da região, o

desequilíbrio do cenário internacional provocado pela Guerra Fria (mundo dividido em dois blocos: socialista e capitalista) e a vitória do capitalismo neoliberal, e fala das consequências:

“A relação entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa no contexto das relações sociais, económicas e políticas das sociedades requer uma permanente visão e actualização do conceito «liberdade» na sua relação com as linhas de «interesses pessoais», políticas e económicas. (...) As ideias de liberdade e democracia ganharam novos qualificativos. Deste modo, os qualificadores da ideia de liberdade passaram a ser caracterizados matricialmente como sendo Democracia Participativa e Inclusiva, Responsabilidade Social, Transparência e Prestação de Contas, Boa-Governança, Alternância Política e Democrática”.

Marcos para os quais os programas das RC contribuem diariamente, como veremos mais à frente nesta tese. O argumento central deste capítulo é que a Democracia não deve ser percebida apenas como um sistema político, deve também equacionar questões sobre «acesso à informação e/ou comunicação». Académicos mundialmente reconhecidos, como Ignacio Ramonet, defendem que um sector de media diversificado, independente, pluralista, transparente, equitativo em termos de acessibilidade, participativo e sem fins lucrativos é essencial a uma democracia efectiva. Não restam dúvidas que o surgimento e aprofundamento de uma nova era democrática - impulsionada pelas NTIC e alicerçada na transparência, na responsabilização, na consciencialização, na acessibilidade, na capacitação, na equidade, no progresso social, na emancipação individual e colectiva e no desenvolvimento sustentável - reforça os princípios e objectivos basilares do sector dos media comunitários em África.

4. «Instrumentos de Advocacia dos Media» dos últimos 62 anos (1948 -2010):

Para a «Liberdade da Palavra» contribuíram, assim, inúmeras molduras e/ou instrumentos legais complexos, multidimensionais e interdependentes (partes de um todo que remetem para um amplo conjunto de questões jurídicas, legislativas, regulamentares, políticas e constitucionais) que visam promover, assegurar e fortalecer o respeito pelos direitos e liberdades supra-referenciadas e que, deste modo, constituem patamares importantes do Direito Internacional que nos permitem perceber como se deu a construção do conceito da comunicação como um direito humano, tendo-se a sua importância alterado e expandido com base na conjuntura que determinou a elaboração de cada documento, aqui afluída:

1. A **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**, adoptada e proclamada pelas Nações Unidas (NU) em 1948 e cujo Artigo XIX dita o seguinte: «Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser incomodado

pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteira, informações e ideias por qualquer meio de expressão». Uma «bandeira» universal sob cuja sombra repousam os principais conceitos, teorias e padrões internacionais de legislação e exercício de direitos fundamentais, em que se inclui a liberdade de informação” (Mário, 2008: 9). Tal direito é também assegurado pelo Art.º 19 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e pelo Art.º IV da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

“Com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a comunidade internacional reconheceu a dignidade inerente a todos os membros da família humana, garantindo a todo o mundo direitos iguais e inalienáveis. Os direitos à comunicação são intrinsecamente vinculados à condição humana e são baseados em um novo, mas forte entendimento das implicações dos direitos humanos e o papel das comunicações. Sem direitos à comunicação, os seres humanos não podem viver em liberdade, justiça, paz e dignidade. O reconhecimento desta necessidade humana universal nos tem inspirado a estabelecer uma declaração sobre os direitos de comunicação baseada nos princípios-chaves da liberdade, inclusão, diversidade e participação” (World Association for Christian Communication, 2004, cited in Gomes, 2007: 120).

De realçar: a organização independente de direitos humanos «Article 19», criada em 1987, com sede em Londres, e que - como o próprio nome indica - enaltece o Artigo supracitado da DUDH. Esta organização trabalha em vários países na promoção e protecção do direito à liberdade de expressão e na luta contra todas as formas de censura e silenciamento das vozes, defendendo que “O acesso à informação não é um direito elitista (...), é parte integrante do conceito de ‘governo aberto’ que pressupõe processos e procedimentos governamentais transparentes” (in: <http://www.article19.org>).

Neste *site*, encontramos inúmeras notícias (Figura 3) sobre a luta permanente e incessante de algumas RC africanas em prol da aprovação de uma Lei de Radiodifusão Comunitária (inexistente na maioria dos países), alicerçada no



ARTICLE 19 is concerned that the Ghanaian National Communications Authority is denying community radio stations sufficient access to broadcasting licences through lengthy delays in processing licensing applications. ARTICLE 19 believes that legislation dealing with licensing processes in Ghana falls short of international legal standards.

The ability of communities to be involved in debates on matters of public interest is an important aspect of the right to freedom of expression. Community radio stations must have a realistic possibility of getting the broadcasting frequency they require. ARTICLE 19 urges the Ghanaian government and the National Communications Authority (NCA) to ensure that its licensing procedures are fair, transparent and delivered within the clear time limits in line with international legal standards on freedom of expression and broadcast regulation.

Figura 3 in: www.article19.org (consultado a 12-03-2012).

respeito pelas liberdades de expressão e de informação, que facilite o acesso às licenças e às frequências, numa plataforma de igualdade com as rádios pública e comercial. Com parceiros regionais em mais de 30 países, a Article 19 monitoriza, facilita e garante a transparência e seriedade dos processos de licenciamento, apelando aos governos nacionais e às entidades responsáveis que assegurem o direito à comunicação e/ou informação e o respeito pela dignidade humana. Outras atribuições: reforço da capacitação local, protesto contra a censura estatal e societal, monitorização, investigação, edição e organização de grupos de pressão e de campanhas publicitárias em prol da livre circulação de informação, defesa de processos legais em nome da liberdade de expressão - onde quer que ela se encontre em perigo -, criação de estratégias e/ou modelos para desenvolver a liberdade de imprensa e dar voz aos sem voz (MISA, 2002: 8).

2. A Convenção Internacional sobre «Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial», adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1965, e cujo Artº. 5 apela à tolerância e espírito de abertura dos Estados, obrigando-os a garantir a todos os cidadãos - sem distinção de raça, cor, origem nacional ou étnica - o usufruto dos seguintes direitos: Direito à igualdade de participação em actividades culturais; Direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; Direito à liberdade de opinião e de expressão; Direito à liberdade de reunião e de associação pacífica. O Artº. 7 invoca a importância da informação no desenvolvimento: “Os Estados Partes comprometem-se a tomar medidas imediatas e eficazes, sobretudo no campo do ensino, educação, cultura e informação, para lutar contra preconceitos que conduzam à discriminação racial e para favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais e étnicos” (in: <http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/cerd/docs/CERD.pdf>).

3. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos - adoptado pela XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas a 16 de Dezembro de 1966, só entrou em vigor em 1976 quando se atingiu o número mínimo de adesões estipulado: 35 Estados. Importa destacar o ponto 1 do Artigo 1º “Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento económico, social e cultural” e o ponto 2. do Artigo 19º: “Toda e qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão; este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem consideração de fronteiras, sob

forma oral ou escrita, impressa ou artística, ou por qualquer outro meio à sua escolha”. (ONU, 1966). In: http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/067.pdf (consultado a 18-09-2012).

4. A Convenção sobre «Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher» - mais conhecida por «documento internacional de direitos das mulheres» -, adoptada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, é “O único tratado de direitos humanos que (...) considera a cultura e a tradição como forças influentes para moldar os papéis dos géneros e as relações familiares”, defendendo que “(...) a máxima participação da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável ao pleno e completo desenvolvimento de um país, ao bem-estar do mundo e à causa da paz”. (MISA, 2002: 25). Em vigor desde 1981 – e com 169 Estados signatários em 2002 – este documento reconhece as graves discriminações contra a mulher “(...) nas áreas política, económica, social, cultural e civil ou em qualquer outra área” (incluindo a da comunicação) e, no seu Art.º 3, solicita aos Estados membros que adoptem as medidas necessárias, sobretudo legislativas, para assegurar o “pleno desenvolvimento e progresso da mulher” visando garantir “o exercício e o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem”, um papel muito caro às RC.

Reconhecendo e reafirmando a importância da «Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher» (1952), este documento estabelece o direito desta, sem qualquer discriminação, a aceder à educação, ao emprego e às actividades económicas e sociais (Artigos 10, 11 e 13, respectivamente). “Este direito recebe especial atenção no caso da mulher das áreas rurais, cuja particular luta e contribuição económica vital, merecem, como se indica no Artigo 14, mais atenção na etapa de planificação de políticas” (MISA, 2002: 26). Este Art.º 14 aborda a necessidade de garantir a participação das mulheres “na elaboração e execução do planeamento de desenvolvimento a todos os níveis”, inclusive comunitário (alíneas a e f). Neste contexto, realço a alínea c) do Art.º 7 que reitera a necessidade dos Estados garantirem a participação das mulheres “em organizações e associações não governamentais que se ocupem da vida pública e política do país”. Exemplos reais no terreno: ONG, organizações ambientalistas, grupos feministas ou associações de moradores responsáveis pela criação, gestão, manuseamento e programação de RC.

5. A **Carta Africana para os Direitos Humanos e dos Povos** (conhecida por Carta de Banjul), adoptada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização de Unidade Africana (OUA), em 1981, em Nairobi, que defende a liberdade, a igualdade, a justiça e a dignidade como objectivos essenciais para a realização das legítimas aspirações dos povos africanos. Em vigor desde 1986. “(...) a Carta Africana revela-se o único tratado relativo a direitos do homem que consagra, de forma desenvolvida, a noção de deveres individuais não só em relação ao próximo, mas também em função da comunidade, na linha da tradição africana” (Pires, 1999: 336), linha esta seguida e respeitada pelas RC.

Outras novidades deste texto: Ao extrapolar a concepção individualista dos direitos do homem; ao criar normas jurídicas positivas em matéria de deveres individuais; ao autonomizar o conceito de comunidade; ao criar um novo “sujeito” de direito internacional; ao cobrir os direitos de terceira geração (impondo uma relação de interdependência e igualdade para com os restantes direitos) e ao estabelecer como obrigações dos indivíduos “servir a sua comunidade nacional colocando as suas capacidades físicas e intelectuais ao seu serviço” (Ponto 2. do artigo 29º.) - características que definem um radicalista comunitário -, a Carta institui um marco importante em matéria de direito internacional, embora com algumas lacunas: “a definição imprecisa dos direitos e a sua enunciação de forma ambígua e insuficiente, bem como a ausência de limitações específicas, ou melhor, a formulação de limitações que protegem o Estado, em detrimento do indivíduo, reduzem o conteúdo dos direitos, por vezes abaixo do nível mínimo exigido pelo direito internacional dos direitos do homem” (Matringe 1996, cited in Pires, 1999: 337).

Outras limitações: **1.** A Carta não faz referência à democracia, vital à protecção e desenvolvimento dos direitos humanos; **2.** Os direitos inscritos no artigo 17º. (direito à educação e à participação na vida cultural, respeitando e promovendo os valores tradicionais da comunidade) “não impõem directamente obrigações aos Estados, nem permitem aos cidadãos exigir acções das autoridades públicas para assegurar o seu exercício” (Pires, 1999: 344-345); **3.** O artigo 9º. declara que "todo o indivíduo deve ter o direito de ser informado e o direito de expressar e difundir as suas opiniões de acordo com a lei" mas não contempla o direito «de se informar» e é impreciso no que respeita aos itens que integram a liberdade de expressão, “como sejam a liberdade de procurar, difundir e receber livremente informações ou ideias, escritas, orais ou por imagem, nem tão-pouco se faz referência à comunicação social, liberdade distinta mas conexas com a liberdade de expressão” (Matringe 1996, cited in Pires,

1999: 342). No âmbito deste evento foi criada a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) para monitorar e promover a observância dos termos da Carta.

6. A 22ª **Conferência Geral da UNESCO** sobre «importância da construção do Direito à Identidade Cultural» (1983, Paris) cuja resolução 3.2 é clara: o objectivo não é substituir a noção de direito de comunicar por outros direitos já reconhecidos pela comunidade internacional, mas sim aumentar o seu âmbito através de novas possibilidades de diálogo e de comunicação participativa entre culturas, possibilitadas pelos avanços nos media (Hamelink, 2005: 146). São inúmeros os factores que explicam a crescente importância dos Direitos Culturais no pós-II Guerra Mundial: **1.** O surgimento de nações pós-coloniais que almejavam definir a uma identidade através dos seus valores tradicionais (os países recém-independentes viam os seus traços identitários como um instrumento de legitimação e de luta contra o poder colonial); **2.** A proliferação dos *mass-media*: janela de oportunidade para uma interacção cultural sem precedentes; **3.** A Globalização e consequentes riscos de concentração e uniformização cultural; **4.** As NTIC que agravaram o fosso tecnológico «Norte-Sul», isolando comunidades inteiras e ignorando a importância dos actores locais no desenvolvimento.

Como definir cultura? “(...) conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2006, cited in Gomes, 2007: 133). Por conseguinte, Hamelink (2005: 106) explica a importância do Direito à Identidade Cultural: “As formas das sociedades lidarem com a provisão e o processamento de informação são determinadas por perspectivas culturais. Conteúdos informacionais são produtos culturais. A informação é parte de uma produção cultural da sociedade. Entre as questões importantes dessa dimensão está o compartilhamento do conhecimento e a protecção da identidade cultural”. A própria UNESCO reconhece que o acesso aos media comunitários é crucial para a protecção e efectivação deste Direito: “Os direitos à cultura incluem a possibilidade de cada homem obter os meios de desenvolvimento de sua personalidade, através de sua participação direta na criação de valores humanos e de se tornar, dessa forma, responsável por sua situação, seja em escala local ou global” (UNESCO 1968: 107, cited in Hamelink, 2005: 115).

7. A **Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento Sustentável** (1986) que estipula uma nova ordem internacional alicerçada na igualdade, na soberania, na interdependência e na solidariedade e pressupõe cidadãos activos e empenhados no desenvolvimento das suas comunidades, realidade promovida - a todos os níveis - pelas RC:

Artigo 1º “O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento económico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados”.

Artigo 2º “A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deveria ser participante activo e beneficiário do direito ao desenvolvimento; Todos os seres humanos têm responsabilidade pelo desenvolvimento, individual e coletivamente, levando-se em conta a necessidade de pleno respeito aos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como seus deveres para com a comunidade (...)” (Kleinmayer & Neves, 2009: 45).

Para Delgado (2001, cited in Kleinmayer & Neves, 2009: 46), “A presente Declaração dispõe em vários de seus dispositivos sobre a responsabilidade dos estados no sentido de criar condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento de forma a tomar medidas económicas e sociais capazes de oferecer igualdade de oportunidades para todos em acesso aos recursos básicos, educação, serviço de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição equitativa de renda”. Ana Paula Teixeira Delgado critica o carácter economicista do desenvolvimento, inerente ao Paradigma dominante da Modernização e inibidor do usufruto de algumas liberdades humanas: “(...) é grave o fato do direito ao desenvolvimento ser associado apenas ao crescimento económico, em detrimento de suas dimensões sociais, culturais e políticas, de suma importância no que concerne ao processo de capacitação das pessoas, compreendendo-se aí, aspectos como a educação, o conhecimento, a justiça social, a participação pública e o fortalecimento das instituições democráticas (...)” (Kleinmayer & Neves, 2009: 48). Tudo premissas-base para as quais as RC contribuem directa e diariamente por via do seu enfoque no desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, convém lembrar a ideia de «desenvolvimento como liberdade» defendida por Amartya Sen (2000: 17) e efectivada pelas Rádios Comunitárias:

“O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais pode ser muito importante como um

meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e económicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)”.

Para Antonio Carlos Wolkmer e Maria de Fátima Wolkmer (2005, cited in Kleinmayer & Neves, 2009: 47): “(...) o novo Direito ao desenvolvimento está fundado na solidariedade, na superação da miséria, na melhoria das condições socioeconómicas, na força criadora do poder comunitário e no favorecimento da realização integral da pessoa humana com dignidade”. A importância da mobilização comunitária surge exactamente porque os Estados, *per se*, não conseguem garantir todos os valores fundamentais. A responsabilidade da sua efectivação deve ser atribuída à sociedade como um todo (esfera privada, terceiro sector, associações de base, grupos de pressão, sindicatos, cidadãos, igreja, ONG, *Mass-Media*, etc.)

8. A Carta Africana para a Participação Popular no Desenvolvimento e na Transformação - adoptada na Conferência Internacional sobre «Participação Popular no Processo de Recuperação e Desenvolvimento em África» (1990, Arusha, Tanzânia), reconhece a importância da participação popular na concepção, execução e avaliação das estratégias e programas de desenvolvimento (também reconhecida no Acordo de Parceria ACP-UE de Cotonu). Destaco dois objectivos do encontro:

“Sensitize national governments and the international community to the dimensions, dynamics, processes and potential of a development approach rooted in popular initiatives and self-reliant efforts; Identify obstacles to people’s participation in development and define appropriate approaches to the promotion of popular participation in policy formulation, planning, implementation, monitoring and evaluation of development programmes” (in: <http://www.africanreview.org/docs/civsoc/arusha.pdf>).

As recomendações supracitadas englobam uma série de actores, incluindo os governos africanos, aqui desafiados a identificar e eliminar obstáculos legislativos e normativos à participação do povo. A este respeito, o então Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, afirmou “the recovery and development must be determined by Africa itself and by the vibrant cultures of its peoples”. De lembrar que também a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), aprovada em Outubro de 2001, em Abuja, aborda a necessidade de se enfrentar os desafios colocados ao continente em matéria de desenvolvimento e indica o caminho para a sua recuperação: capacitação social, promoção e

respeito pela democracia e pelos direitos humanos, responsabilização, transparência, boa-governança e democracia directa a nível local e nacional:

“Sociedades civis fortes, independentes e organizadas são um elemento indispensável para a construção da Nação e sua governação democrática, bem como para a promoção do respeito pelos direitos humanos, da reconciliação social e política e do desenvolvimento com rosto humano. (...) África não tem somente de fomentar instituições próprias das democracias liberais, tais como: media independentes (...) precisa de cerzir as estruturas dos consensos sociais para as principais transformações, construir sentimentos de solidariedade nacional, regional e a nível do Continente, fomentar a convicção de que a opinião de cada um, e de cada país, é importante, e criar um clima de confiança cívica e de optimismo social” (Roque, 2007: 38-39).

Como demonstrarei no capítulo III, as RC são agentes de mudança que permitem uma auto-organização para a resolução dos problemas colectivos e, por conseguinte, a reconstrução comunitária/regional/nacional através de formas tradicionais de cooperação entre as pessoas. Como realçou Olukoshi (1995: 27, cited in Roque, 2007: 39) “(...) nenhum sistema democrático pode florescer sem ter como âncora as forças sociais do país”, isto porque: em tempos de globalização, o poder de intervenção da sociedade civil é essencial à democracia.

9. Declaração de Windhoek (1991) - em prol de uma Imprensa Africana Livre, Independente, Diversificada, Pluralista e Democrática - foi o resultado da 30ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e cujas disposições são claras, destacando-se três artigos:

“5. O movimento mundial para a democratização e liberdade de informação e expressão constitui uma contribuição fundamental para a realização das aspirações humanas, 9. Os Estados Africanos deverão ser encorajados a assegurar as garantias constitucionais de liberdade de imprensa e liberdade de associação, 10. Para encorajar e consolidar as mudanças positivas que se registam em África e para contrariar as negativas, a comunidade internacional – especificamente: organizações internacionais (governamentais e não governamentais), agências de desenvolvimento e associações profissionais - devem, prioritariamente, apoiar financeiramente o desenvolvimento e criação de jornais, revistas e periódicos não governamentais que reflectam a sociedade no seu conjunto e os diversos pontos de vista das comunidades a que se destinam” (MISA, 2002: 41).

Lacunas do Documento: remete apenas para a imprensa escrita, ignorando a liberalização da radiodifusão e a mundialização do sector do audiovisual e telecomunicações, falha corrigida

anos mais tarde (ver Windhoek +10) . De referir que, dois anos após a aprovação deste documento, a ONU estabeleceu o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa: 3 de Maio.

10. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD, 1992, Rio de Janeiro) – que consagrou o conceito de «desenvolvimento sustentável», usado pela primeira vez em 1987 no Relatório Brundtland, intitulado “O Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (chefada pela então Primeira-Ministra da Noruega: Gro Harlem Brundtland) e criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas. Neste documento, o desenvolvimento sustentável é concebido como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Há uma crítica inequívoca ao modelo de desenvolvimento adoptado pelos países industrializados (uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas) e reproduzido pelos PVD. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e padrões de produção e consumo vigentes e apela a uma nova visão das relações homem/meio-ambiente, possibilitada pela comunicação comunitária/local.

O evento comprovou a importância atribuída à questão ambiental no início da década de 1990, contribuiu para uma maior consciencialização de que os países desenvolvidos são os grandes responsáveis pela degradação ambiental e apelou à adopção de um modelo de crescimento económico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. Destacou-se a elaboração do documento oficial “Agenda 21” que ressaltou a necessidade e/ou inevitabilidade de cada país “se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os sectores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais” (in: http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21).

Cada país desenvolve a sua própria «Agenda 21» que constitui um “poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento”. Isto é: rumo ao paradigma “Pensar Global, Agir Local”⁶, um modelo de evolução que alia o desenvolvimento

⁶ “Pensar Global, Agir Local” é o lema do Plano de Acção Global “Agenda 21” (adoptado por 179 nações) e cujo programa de acção assenta numa forte parceria entre actores locais (associações de base, ONG, empresas, sindicatos) visando um desenvolvimento sustentável para o século XXI.

económico ao progresso social, salvaguardando o ambiente e os recursos naturais, visando o bem-estar das gerações vindouras. Um «modus operandi» possibilitado pelas RC que permitem às populações determinarem o seu futuro e o tipo de desenvolvimento que pretendem para si mesmas, instituindo-se como vozes encantatórias do desenvolvimento.

Embora o conceito de «desenvolvimento sustentável» formulado pela «Agenda 21» contemple já um círculo afecto à esfera social (Figura 4) e, dentro desta, considere já a importância do associativismo/da parceria entre actores locais (Figura 5) - realidade intrínseca às RC -, ele não contempla o fortalecimento do papel dos media nem as dimensões do conhecimento, da informação e da comunicação. Uma falha grave ainda por corrigir!

Contudo, as Secções III e IV deste documento, sobre “Fortalecimento do papel dos grupos principais” e “Meios de execução”, respectivamente, alertam para as seguintes necessidades:

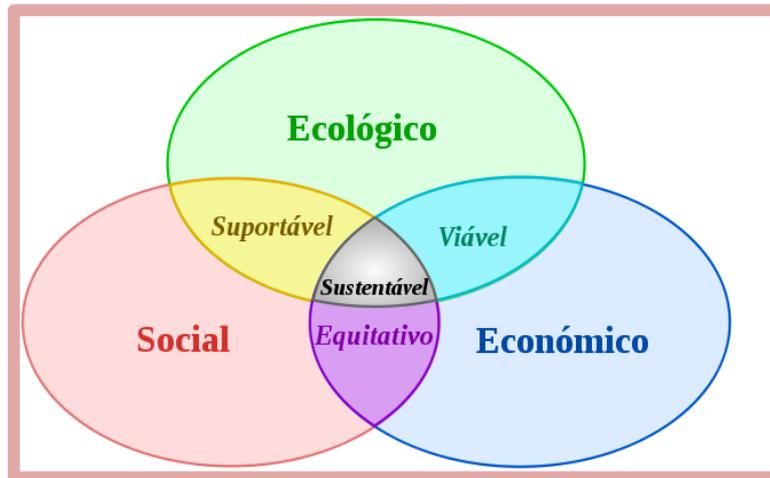
1. Instrumentos mundiais de emancipação da mulher em prol de um desenvolvimento sustentável e equitativo;
2. Reconhecimento e consolidação do papel das populações autóctones e respectivas comunidades;
3. Fortalecimento do papel das ONG unidas em defesa de um desenvolvimento sólido, racional e equilibrado;
4. Fomento da educação, da capacitação e da consciencialização e
5. Mecanismos/estruturas nacionais e cooperação internacional visando ampliar a capacidade interna dos PVD (in: http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21).

Necessidades em tudo relacionadas com o papel das RC: instrumentos de equidade social que instituem um Novo Paradigma Comunicacional para o século XXI, que eu denomino por: Acção Local, Impacto Global (permitem humanizar a Globalização através do olhar atento e preocupado das populações). Defendo que não há sustentabilidade ambiental - ou outra - se negligenciarmos a questão social, isto porque: é preciso respeitar o ser humano - os seus direitos e as suas liberdades fundamentais - para que este possa respeitar a natureza. O homem e a sua capacidade comunicativa é a parte mais importante do meio ambiente... uma questão que tem sido constantemente esquecida e/ou ignorada pelas agências das Nações Unidas nos vários documentos oficiais produzidos mas cujas RC têm lembrado constantemente através de programas e acções concretas no terreno.

Resumindo: o conceito de «sustentabilidade» conheceu três etapas: 1ª) anos 50/60: surge um conceito aparentado, o «crescimento económico sustentado», que remetia para a necessidade de garantir um crescimento económico ilimitado no tempo. Foi uma fase economicista por

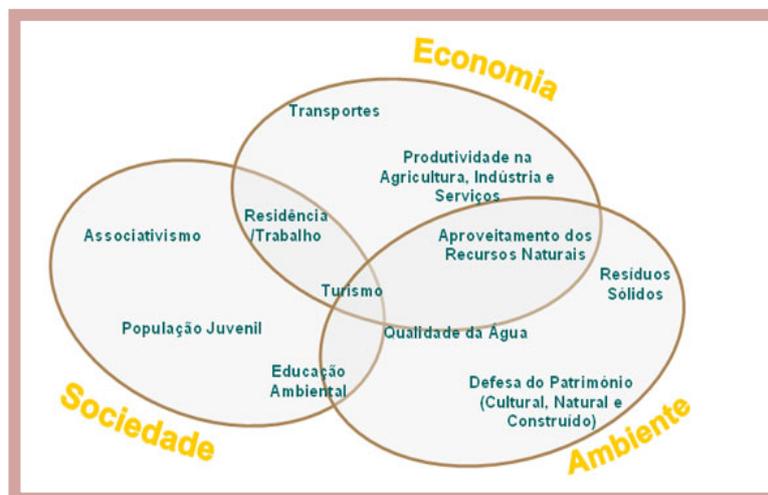
excelência. Em 1980, surge a expressão sustentabilidade (manutenção do ecossistema, preservação da diversidade genética, utilização sustentável dos recursos, etc.).

Figura 4



In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_sustentável

Figura 5



In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Desenvolvimento_sustentável

Em 1987, o Relatório “Brundtland” define o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades”. 2ª) Em 1992, na Conferência do Rio de Janeiro, o conceito assume uma dimensão ambiental (gestão intergeracional de recursos), ignorando por completo a componente económica. Neste mesmo evento é aprovado o Plano de Acção das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no Século XXI “Agenda 21”, cujo capítulo 28 enfatizava já as «prioridades locais». 3ª) Em

2002, surge em Joanesburgo a Teoria dos 3P's, ou seja, o conceito é explicitado num tripé: Proveitos (viabilidade económica), Planeta (preservação ambiental) e Pessoas (coesão/justiça social). Uma evolução importante mas insuficiente pois ignora a importância vital dos media.

11. **II Conferência Mundial de Direitos Humanos** (1993, Viena), cujo Programa de Acção é claro quanto à urgência de: valorizar os particularismos identitários, motivar o *empowerment* das populações, responsabilizar os governos nacionais pela introdução de molduras legislativas adequadas à efectivação dos direitos humanos e envolver os media, sobretudo locais, neste cenário democratizador da palavra:

Ponto 8º: “Democracy, development and respect for human rights and fundamental freedoms are interdependent and mutually reinforcing. Democracy is based on the freely expressed will of the people to determine their own political, economic, social and cultural systems and their full participation in all aspects of their lives. In the context of the above, the promotion and protection of human rights and fundamental freedoms at the national and international levels should be universal and conducted without conditions attached. The international community should support the strengthening and promoting of democracy, development and respect for human rights and fundamental freedoms in the entire world”.

Ponto 39º: “Underlining the importance of objective, responsible and impartial information about human rights and humanitarian issues, the World Conference on Human Rights encourages the increased involvement of the media, for whom freedom and protection should be guaranteed within the framework of national law” (in: [http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.CONF.157.23.En](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.CONF.157.23.En)).

12. O primeiro e mais completo instrumento multilateral legalmente vinculante: a «**Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais**», adoptada pelo Conselho da Europa em 1995 e em vigor desde 1998, na qual os Estados aderentes assumem inúmeras obrigações: salvaguardar a liberdade de associação, expressão, pensamento, consciência e religião; garantir às minorias a manutenção e desenvolvimento da sua cultura e identidade; assegurar a criação, o uso e o acesso a *mass-media* minoritários; integrar as minorias nacionais na vida económica, social e cultural, e fomentar a sua participação em actividades de ONG nacionais e internacionais. Premissas-base que motivam as populações pobres, marginalizadas e info-excluídas a criar e usar media locais/comunitários para promover a cidadania activa, a capacitação consciente, o pluralismo cultural e a valorização das línguas

locais... outra obrigação dos Estados-partes desta Convenção-Quadro: “reconhecer o direito de uso de uma língua minoritária na vida particular e pública e exibir informação na língua minoritária e de fomentar o conhecimento da cultura, história, língua e religião tanto da maioria como da minoria” (in: Revista Internacional Direito e Cidadania, nº 11 Outubro 2011- Janeiro 2012, ISSN nº 1983-1811).

Porquê? As línguas locais são, a meu ver, o património imaterial de cada Nação, são o código de expressão e de entendimento de princípios e valores comunitários e são compatíveis com a língua oficial de cada país. Infelizmente, o português tende a ocupar uma posição glotofágica na CPLP e as línguas nacionais vão perdendo espaço de intervenção, ficando o seu uso reduzido a cerimónias religiosas e pouco mais... realidade com graves consequências sociais e políticas já que - sendo a Língua a nossa casa – há pessoas que correm o risco de ficar desalojadas! Perigo que as RC combatem, difundindo nas línguas e/ou dialectos locais em que as populações encontram utilidade/necessidade, permitindo-lhes descobrir o seu potencial social, educativo, político e económico. As RC são instrumentos de unidade linguística com capacidade aglutinadora e de convivência de vários idiomas. A Língua constitui um eixo comum de esperanças, capacidades e incapacidades, emergências, amarguras, hierarquias, supremacias, realismos, necessidades, sentimentos, memórias, valores, ritmos, crenças, tradições, concepções do mundo e da vida, etc. e assume grande importância diplomática porque permite entender as balanças de poder. Segundo a UNESCO, em 2008, das 6900 línguas ainda vivas no Planeta, pelo menos 2500 corriam o risco de desaparecer. A National Geographic fala de uma extinção a cada duas semanas até ao final deste século! Numa conjuntura severamente preocupante mas que não elimina nem dispensa a esperança, é tempo de assumir o peso das línguas locais na boa governação democrática dos PVD, via RC.

13. A **Carta Popular para a Comunicação** (1996): um texto baseado numa ampla variedade de tratados e convenções internacionais que pressupõe uma esfera de entendimento comum entre todos os cidadãos que pretendam participar, contribuir e beneficiar do desenvolvimento das estruturas de comunicação, isto é: pessoas que queiram participar crítica e activamente na sua comunidade, expressando livremente as suas ideias e opiniões. Embora não constitua um fim em si mesmo, o texto permite uma reflexão assertiva e ininterrupta sobre o futuro da Humanidade. O artigo 2º. sobre «Liberdade» impõe que “Todas as pessoas têm o direito de acesso aos canais de comunicação, independentemente do controlo governamental ou comercial”. O artigo 3º. sobre «Acesso» remete-nos, directamente, para as vantagens das RC:

“De forma a poder exercer os seus direitos, o cidadão deve ter acesso justo e equitativo: a recursos e oportunidades locais e globais para os canais de comunicação convencionais e modernos; a receber opiniões, informações e ideias numa linguagem que utilize normalmente e que compreenda; a receber uma gama de produtos culturais que sejam desenhados para uma grande variedade de gostos e interesses; a uma forma fácil de consulta a factos sobre a propriedade dos meios de comunicação social e fontes de informação” (MISA, 2002: 37).

Pressupostos para a elaboração da carta:

“constatação de que em todo o mundo as pessoas enfrentam: formas de censura generalizada, informações distorcidas e enganosas, imagens estereotipadas de género e raça, acesso restrito ao conhecimento e canais insuficientes para comunicar as suas ideias e opiniões. A realidade do nosso ambiente de comunicação reduz a capacidade de homens e mulheres comuns para controlar as decisões que outros tomam sobre suas vidas. Este "desempoderamento" viola o direito humano à igualdade, dignidade e liberdade” (in: http://www.nrec.org/center_old/synapse32/charter1.html).

14. Grande incentivador do conteúdo local nos media, o **Protocolo da SADC para a Cultura, Informação e Desportos** (adoptado em 2000 no Malawi e já ratificado por Moçambique) destaca os seguintes objectivos no seu Artigo 17º.:

“(a) Cooperar e colaborar na promoção, estabelecimento e desenvolvimento da comunicação social comunitária, comercial, pública, regional e global para a livre circulação de informação; (c) Desenvolver e promover a cultura, opinião e talento regionais aumentando o conteúdo local na comunicação social como revistas, rádio, televisão, vídeo, filme e novas tecnologias de informação; (d) Tomar medidas positivas para limitar as diferenças entre as áreas urbanas e rurais, aumentando a cobertura da comunicação social seja ela privada, pública ou comunitária; (e) Encorajar a utilização de línguas indígenas na comunicação social como veículos de promoção da intercomunicação local, nacional e regional” (MISA, 2002: 46).

Figuram ainda as seguintes necessidades: **1.** Sensibilizar os OCS para a equidade de género na difusão da informação, **2.** Transformá-los em instâncias motivadoras da diversidade cultural, étnica e linguística, **3.** Promover o direito à propriedade local, **4.** Motivar os Estados signatários a actualizarem as infraestruturas de comunicação, nas áreas urbanas e rurais, visando assegurar um maior acesso à comunicação/informação, **5.** Motivá-los também a criar novas políticas de informação e a cooperar no aperfeiçoamento da «livre circulação de informação» através, por exemplo, de uma “rede de computadores interligada” que permita a

troca de informações entre as agências de notícias da região, **6.** Reduzir a dependência da informação e dos produtos culturais importados (MISA, 2002: 46-49).

15. A **Declaração do Milénio das Nações Unidas** - aprovada na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais: a Cimeira do Milénio (6-8 de Setembro de 2000, Nova Iorque) - reflecte as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países que definiram objectivos concretos: promover a democracia e fortalecer o estado de direito; incentivar o respeito pelos direitos e liberdades humanas fundamentais internacionalmente reconhecidos, sobretudo o direito ao desenvolvimento; implementar estruturas sólidas de colaboração com o sector privado e com as organizações da sociedade civil em prol do desenvolvimento e da erradicação da pobreza; zelar para que todos aproveitem as vantagens das NTIC - recomendação também formulada na Declaração Ministerial do Conselho Económico e Social de 2000 - e “assegurar a liberdade dos meios de comunicação para cumprir a sua indispensável função e o direito do público de ter acesso à informação” (in: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>).

16. A Terceira **Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados** (14-20 Maio de 2001, Bruxelas) que vinculou a comunidade internacional, nomeadamente os países industrializados, a tomar medidas concretas em prol dos Países Menos Desenvolvidos (PMD). Destacam-se os **Pontos 9.** “o desenvolvimento sustentável constitui uma escolha política que exige a participação dos cidadãos e a mobilização dos recursos internos (humanos, intelectuais e naturais) para a utilização óptima dos sistemas locais de conhecimento e a melhoria e o desenvolvimento dos serviços públicos” e **12.** “o fomento da democracia e dos direitos humanos, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a protecção do ambiente, um sistema jurídico operacional, meios de comunicação social livres e a implicação da sociedade civil na programação das políticas sectoriais são factores indispensáveis para um desenvolvimento económico e social duradouro” (in: Jornal Oficial das Comunidades Europeias - C 21 E/346 de 24.1.2002).

ONU, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável constituem, assim, um tripé essencial ao progresso do continente africano. No primeiro parágrafo da Carta das Nações Unidas (1945), os povos do Planeta reafirmam a “fé nos direitos fundamentais do homem e na igualdade de direitos entre nações grandes e pequenas” e veiculam a vontade de “promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla”. O Artigo 55

amplia esse propósito, afirmando que as Nações Unidas favorecerão “níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento económico e social”. A multiplicidade de áreas de actuação da ONU (exs: desenvolvimento sustentável e social, direitos das mulheres e das crianças, direitos humanos, preservação ambiental, saúde materna, equidade de género, alimentação, educação, comércio, sociedade da informação, redução da criminalidade, bem-estar social) confunde-se com as prioridades programáticas das RC e motivou a fixação de objectivos internacionais e a recomendação de políticas nacionais e multilaterais, espelhadas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), cuja prossecução conta com o empenho destes media: espelho de crises e alternativas.

17. A **Carta Africana da Radiodifusão** (2001) – resultado da conferência da UNESCO “Windhoek +10” que reuniu peritos da comunicação social africanos para celebrar o 10º aniversário da Declaração de Windhoek e ultrapassar as suas limitações (actualizá-la, complementá-la e expandi-la) visando suprimir as graves restrições à radiodifusão livre, independente e pluralista, bem como ao direito de comunicar através da rádio (principal fonte de comunicação e informação pública em África): “Um modelo de vanguarda no processo de tomada de decisões políticas e na preparação de projectos de legislação que determinem o futuro da tecnologia da radiodifusão e informação em África” (MISA, 2002: 43).

Além de priorizar algumas acções concretas (destaco: 1. Distinguir entre «emissoras públicas descentralizadas» e «emissoras comunitárias», 2. Promover o direito de acesso das emissoras comunitárias à Internet em prol das comunidades onde estão inseridas, 3. Mobilizar recursos financeiros para aferir das constantes mudanças registadas ao nível dos *mass-media* e das novas tecnologias em África), o documento remete para a necessidade de criação de um “sistema tridimensional de radiodifusão (público, comercial e comunitário), exige que toda a radiodifusão controlada pelo estado e pelo governo seja transformada em serviço público de radiodifusão e estabelece que quadros regulatórios devem ser baseados no respeito pela liberdade de expressão, diversidade e a livre circulação de informação e ideias” (Mário et al., 2010: 31). O Ponto III. define «Emissoras Comunitárias»: “emissoras formadas para a comunidade, pela comunidade e sobre a comunidade e cuja propriedade e gestão são representativas da comunidade, dedicando-se, sem fins lucrativos, a assuntos de desenvolvimento” (MISA, 2002: 44-45).

18. **Declaração da SADC sobre Informação e Tecnologias de Informação** (2001) – centrada nas estruturas de telecomunicações, promove a criação de uma plataforma de entendimento e/ou actuação tridimensional: “Governo responsável por um quadro político favorável; reguladores independentes responsáveis pelo licenciamento; e uma multiplicidade de provedores, responsável pela provisão de serviços, num ambiente competitivo” (Mário et al. 2010: 30). O documento reconhece que o processo de difusão de informação é mais eficaz num ambiente caracterizado por: “policy guidelines; legislation; well defined strategy; telecommunications deregulation; reliable, efficient and scalable network infrastructure; human resources development in the area of ICT; knowledge management; affordable access to information; natural way for collaboration and conversation; seamless integration; ubiquitous access; and security” (in: <http://www.sadc.int/index/browse/page/176>).

Na alínea “Community Participation and Governance in ICT Development”, os Estados signatários comprometem-se a assegurar que as TIC não agravam as desigualdades entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre zonas rurais e urbanas; pelo contrário, devem capacitar e motivar as populações a participar - como iguais - na sociedade global da informação, contribuindo para a sua diversidade e com resultados práticos benéficos para a população mundial. Moçambique assumiu o compromisso de seguir as disposições desta Declaração. Outros protocolos e declarações da SADC podem ser consultados em: <http://www.sadc.int/english/key-documents/> (consultado em 12-02-2012).

19. Em 2001, a 31ª Conferência Geral da UNESCO adoptou a **Declaração Universal de Diversidade Cultural** que nos remete para o tema “Cultura «versus» Direitos Humanos” e cujo Artigo 6º é claro: “todas as culturas devem ter a capacidade de se auto-expressarem e de se tornarem conhecidas e devem, por isso, ter acesso aos meios de expressão e disseminação”. A Declaração remete para um plano de acção com múltiplos objectivos, de entre os quais destaco os mais directamente ligados às RC: **1.** Preservar o património linguístico da humanidade; **2.** Promover o acesso dos PVD às NTIC; **3.** Envolver a Sociedade Civil na elaboração de políticas sociais que visem a preservação da diversidade cultural.

Como declarou o Diretor-Geral da UNESCO à época, Koichiro Matsuura: “Esta é a primeira vez que a comunidade internacional se comprometeu com um instrumento de definição de parâmetros tão abrangente, elevando a diversidade cultural ao grau de ‘herança comum da humanidade’ (...) e fez de sua proteção um imperativo ético, inseparável do respeito pela

dignidade humana” (Hamelink, 2005: 113). Por sua vez, Hamelink (2005: 114) complementa esta ideia remetendo exactamente para o mote das RC, enquanto hinos à herança cultural:

“A proliferação dos meios de comunicação de massa criou a possibilidade de uma interação cultural sem precedentes, bem como os riscos de uniformidade cultural. A difusão de uma sociedade consumidora, largamente promovida pelos meios de comunicação de massa, levantou preocupações sérias sobre a emergência de uma nova “cultura global” homogénea. A adoção do direito à cultura como parte do sistema de Direitos Humanos, com sua ênfase inclusiva, direitos para “todos”, implica a saída de uma concepção elitista do setor para uma visão da cultura como «herança comum»”.

20. Adotada pela Comissão Africana em 2002, a **Declaração de Princípios sobre «Liberdade de Expressão em África»** visa interpretar detalhadamente - para os estados membros da UA - os direitos à liberdade de expressão consagrados na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. De destacar, quatro Artigos distintos mas complementares:

I “A liberdade de expressão e informação, incluindo o direito de procurar, receber e disseminar informação e ideias, quer seja oralmente, por escrito ou impresso, na forma de arte, ou através de outra forma de comunicação, incluindo para além fronteiras, é um direito humano fundamental e inalienável e uma componente indispensável da democracia. Todo o indivíduo tem oportunidade igual de exercer o direito à liberdade de expressão e de ter acesso à informação sem discriminação”; **IV**. “o direito à informação deve ser garantido por lei”; **V**. “a radiodifusão comunitária e comercial devem ser encorajadas”; **VII**. “as autoridades de regulação da radiodifusão e das telecomunicações devem ser independentes e adequadamente protegidas contra interferências, particularmente de natureza política ou económica” (Mário et al. 2010: 27-29).

Relevância deste último ponto: a verdade é que as Rádios Pública e Comercial africanas são órgãos verticalizados e não participativos que parecem ter sido “raptados” pelas elites políticas que utilizam os microfones, a seu bel-prazer, para veicular mensagens político-partidárias. Resultado: “A significant number of voters feel that politicians do not share the troubles of ordinary citizens or understand the everyday impact of their political decisions” (Coleman, 2003). Realidade que constitui um grave problema de legitimidade do Estado democrático! A este respeito, Giddens (1994: 16) questiona-se: “It is possible to overcome the distance between governments and the citizenry, to ‘democratic democracy’, when both parties are considerably ambivalent about engaging with the other?” Rennie (2006a: 1) responde: “Participatory, community-based media would seem to hold at least a partial

solution to this problem as it allows citizens to bring their concerns into the public sphere”, elevando a participação e a representação a conceitos-chave num mundo globalizado. Mill (1859/1964: 218) resume a complexidade da questão:

“(…) it is evident that the only government which can fully satisfy all the exigencies of the social state is one in which the whole people participate; that any participation, even in the smallest public function, is useful; that the participation should everywhere be as great as the general degree of improvement of the community will allow; and that nothing less can be ultimately desirable than the admission of all to a share in the sovereign power of the state. But since all cannot, in a community exceeding a single small town, participate personally in any but some very minor portions of the public business, it follows that the ideal type of a perfect government must be representative”.

O acesso às RC pode, por conseguinte, constituir a única solução de debate livre e independente já que estas ajudam à transformação da esfera pública dominante: permitem criar mini-esferas públicas de contra-poder controladas por camadas sociais subalternas que se constituem como alternativas viáveis de integração social (apesar da ausência de um quadro legislativo específico): “Community media has been imbued with ambitions of social change and simultaneously marginalised in communication policy the world over” (Rennie, 2006b). A inexistência de uma Lei de Radiodifusão Comunitária na maioria dos países (sobretudo africanos) faz emergir duas posições contrárias: “Some believe democracy would not exist at all without the contemporary media as it promotes freedom, civic virtue and individual rights (Harthley, 1996, cited in Rennie, 2006a: 2-3). For others, the media itself is undemocratic – controlled by a small number of elites who determine what information is available and how it is disseminated” (Garnham 1990; Golding & Murdoc 1997, cited in Rennie, 2006a: 3). Figura proeminente nesta área, Rennie (2006a: 3) desmistifica a questão: “Regardless of which side you take, it is undeniable that the media is the primary means through which people understand the nation and related configurations that tie us together (culture, business, community); an understanding that informs our democratic choices”.

Actualmente, Democracia significa: 1. Perceber através de que OCS podemos informar e ser informados livremente e 2. Ser participantes activos num processo comunicativo horizontal, realidade promovida pelas RC: “These movements indicate that people are concerned with political affairs that they cannot directly influence via votes or even by nationally based political parties. The question is not only ‘how do we represent ourselves to politicians’, but ‘how do we represent ourselves to the global community’ and whether efficacy is possible at

the global level” (Rennie, 2006a: 5). Para o autor - posição que corroboro -, as RC possibilitam representação local e, conseqüentemente, ambicionam alteridade social através da integração dos cidadãos no processo de desenvolvimento:

“Community media deals in representation. Not necessarily representation of political issues or political leaders (as has traditionally been the domain of the mainstream media) – but representation of the individual and community. Every instance of community media – whether alternative, local or conservative – involves self-expression. Representing oneself, ideas, creativity or politics is an act of participation. It shows us what is occurring in civil society, through personal stories, local concerns, or just through straightforward, unhindered commentary” (Rennie, 2006a: 9).

21. Em 2003 (Genebra) e em 2005 (Túnis), a **Cúpula Mundial da Sociedade da Informação** (WSIS), reunida pela ONU, constituiu uma óptima oportunidade para a comunidade internacional se posicionar sobre os desenvolvimentos informacionais - denominados por “Sociedade da Informação” - que afectam hoje a maioria das sociedades e propôr estratégias e instrumentos de redução das desigualdades digitais através da ampliação do acesso à Internet nos PVD: “O mundo está mudando rapidamente, nem sempre para melhor, graças ao impacto das TIC. O potencial que se abre com o uso dessas ferramentas já alterou fortemente a sociedade, mesmo para aqueles a quem se possibilitou apenas o papel de «sujeitos passivos» (Sathler, 2004: 240)”⁷. Mas... se, por um lado, as NTIC facilitam e agilizam a criação, a disseminação, a transmissão, a recepção, o armazenamento e a gestão de informações, por outro, o uso das mesmas tem contribuído para: maior hierarquização das estruturas de poder, aprofundamento das desigualdades sócio-económicas, práticas políticas elitistas e secundarização dos conhecimentos tradicionais. Duas faces de uma mesma moeda que afectam positiva e negativamente as RC, como atesta a conclusão desta Tese.

Premissa-base do debate: “sem os direitos da comunicação, os seres humanos não podem viver em liberdade, justiça, paz e dignidade”, razão pela qual a ONU permitiu, pela primeira vez, a participação do terceiro sector (sociedade civil) numa Cúpula Mundial. As conferências instituíram o Dia Mundial da Sociedade da Informação: 17 de Maio.

⁷ In: http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/cs_umesp/article/viewFile/183/141 (consultado a 12-05-2012).

22. **A Convenção sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais** (2005) cujo Artigo 2 - sobre direitos humanos e liberdades fundamentais - afirma: “A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como a possibilidade dos indivíduos de escolherem expressões culturais” (Gomes, 2007: 140-141). De realçar os pontos 6. e 7. do mesmo artigo:

“A diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A protecção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras” (UNESCO, 2005: 4).

“O acesso equitativo a uma rica e diversificada gama de expressões culturais provenientes de todo o mundo e o acesso das culturas aos meios de expressão e de difusão constituem importantes elementos para a valorização da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo” (Idem).

«Diversidade Cultural»: um conceito extremamente importante em tempos de «Globalização da Informação», que deve ser consolidado em benefício das gerações vindouras e cujo reconhecimento como património comum da humanidade e como realidade emancipadora dos povos permitirá, também, elevar a comunicação a direito humano. Porquê? “Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos económicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem” (UNESCO, 2005: 4).

23. **Congresso Mundial sobre Comunicação para o Desenvolvimento** (FAO, Roma, 2006), objectivos: 1. Provar o valor agregado da Comunicação para o Desenvolvimento e o seu papel central no aumento do impacto e da sustentabilidade das intervenções de desenvolvimento; 2. Argumentar em prol da integração da Comunicação para o Desenvolvimento no planeamento e implementação de iniciativas de desenvolvimento que visem alcançar os ODM:

“O mundo comprometeu-se com uma agenda ambiciosa que busca atacar as questões interligadas de pobreza e sustentabilidade, assegurar amplo acesso à saúde e à educação, e fortalecer as instituições e as políticas que são as bases da responsabilidade governamental para com seus cidadãos. A comunicação efetiva - que suporta e conduz a intervenções de desenvolvimento bem-sucedidas e sustentáveis - está no coração dessa agenda e coloca as pessoas mais afetadas no centro das discussões, debates, escolhas e decisões necessárias para guiar seus próprios processos de desenvolvimento” (in: <http://web.worldbank.org>).

No discurso de abertura, o Director-Geral da FAO, Jacques Diouf, afirmou que “communication and sustainable development are closely bound. They are different facets of the same endeavour... reaching across and bringing people closer together. Effective communication is a two-way process. It is a dialogue, not a lecture. It implies all participants having a voice. Effective communications had the potential to change the lives of millions by planting the seeds of knowledge, and hope, among the world’s poor” (in: <http://www.fao.org/newsroom/en/news/2006/1000430/index.html>).

24. A **Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação (2007)**, cujos vários pontos do Artigo 27º expressam a pertinência do «acesso à informação em democracia»: “2. Encorajar a participação popular e a parceria com as Organizações da sociedade civil; 7. Desenvolver e utilizar as tecnologias de informação e de comunicação; 8. Promover a liberdade de expressão, em particular a liberdade de imprensa assim como incentivar o profissionalismo dos media; 9. Colocar à disposição os valores democráticos das instituições tradicionais”, exactamente a mais-valia das RC.

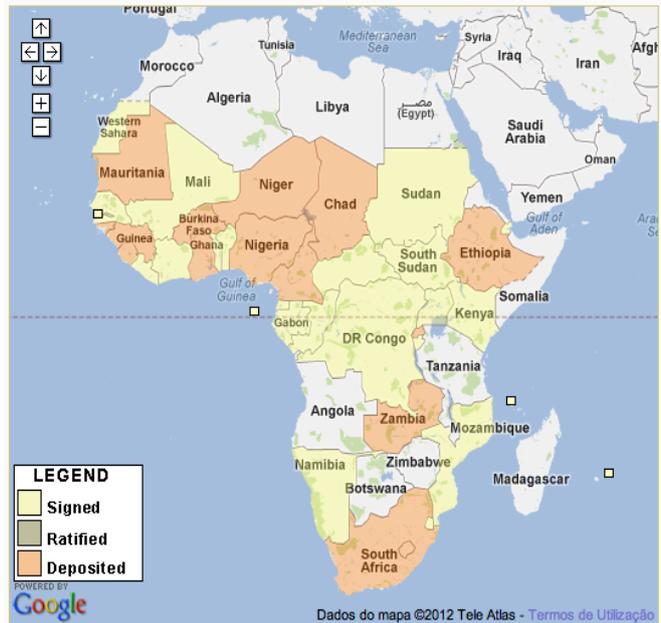
Destaco também os Artigos 29º, 30º e 35º

onde os Estados signatários se comprometem a desenvolver meios e estruturas adequados para assegurar: 1. O papel vital das mulheres na promoção e no reforço da democracia, 2. A participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento e 3. A integração das autoridades e organizações tradicionais - particularmente ao nível das comunidades rurais – em prol de uma democracia participativa (in:

<http://www.eisa.org.za/PDF/acdep.pdf>). O mapa com as estatísticas (assinatura: 39

países; ratificação: 15 países; depósito:15 países), actualizado em Fevereiro de 2012, pode ser visto no *site* do Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa (EISA), inscrito na legenda da Figura 6. A listagem completa pode ser consultada em:

Figura 6



In: <http://www.eisa.org.za/EISA/aucharter.htm>

http://au.int/en/sites/default/files/Charter%20on%20Democracy%20and%20Governance_0.pdf (consultado a 14-03-2012).

25. A **Declaração de Table Mountain** (2007, Cidade do Cabo), emitida pela World Association of Newspapers and News Publishers (WAN-IFRA), constitui um apelo sério a todos os africanos, sobretudo às elites políticas, para o reconhecimento de que o tão almejado progresso social só é alcançável num ambiente caracterizado por uma comunicação social livre de qualquer controlo político, governamental e económico:

“Through this Declaration, WAN-IFRA has stated its conviction that Africa urgently needs a strong, free and independent press to act as a watchdog over public institutions, a crucial role that the press is hindered from and punished for playing by the widespread resort to 'insult laws' and criminal defamation, in particular. Major African and international non-governmental organisations that, day after day, defend and promote freedom of expression and freedom of the press have now endorsed the Declaration and expressed their readiness to contribute to this campaign. Together, with determination, we will now aggressively press our case in the hope for a better future for African media freedom” (in: <http://www.wan-ifra.org>).

26. O **Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento** (2008) – Nos pontos 1, 2 e 3 do Artigo 29º, os Estados signatários comprometem-se a garantir a inclusão da perspectiva de género em todas as políticas, programas e leis de informação, de comunicação e de media e a formação das mulheres nestes domínios; a encorajar os meios de comunicação social e os organismos a estes ligados a integrarem a perspectiva de género nos seus códigos de conduta, políticas e procedimentos, e a adoptar e implementar princípios éticos, códigos de conduta e políticas que tenham em atenção o género; a tomar medidas tendentes a promover a igual representação das mulheres na propriedade e nas estruturas de topo dos Órgãos de Comunicação Social, tudo em conformidade com o Protocolo sobre Cultura, Informação e Desportos.

De realçar, também, o Artigo 31º sobre «Acesso Universal à Informação, à Comunicação e à Tecnologia»: “State Parties shall put in place information and communication technology policies and laws in the social, economic and political development arena for women’s empowerment, regardless of race, age, religion, or class. These policies and laws shall include specific targets developed through an open and participatory process, in order to ensure women’s and girl’s access to information and communication technology” (in:

<http://www.sadc.int/english/key-documents/protocols/protocol-on-gender-and-development/>. Um esforço inscrito nas grelhas de programação das RC analisadas em ambos os PALOP, onde as mulheres são as principais intervenientes na comunicação, o rosto da resistência, e não apenas uma voz bonita ou um atractivo de publicidade.

27. **Fórum «Média e Desenvolvimento»** (2008, Ouagadougou) – resultado da estreita colaboração entre Comissão Europeia, Comissão da União Africana, Commonwealth, CPLP, Organização Internacional da Francofonia (OIF) e activistas da liberdade da comunicação social, este evento abordou três temas inerentes a esta Tese: 1. Os media e a Boa-Governança: onde está a relação?; 2. A liberdade dos media nos países em desenvolvimento: quadro jurídico e realidade no terreno; 3. O papel dos media locais: acção local, impacto global? Num Documento Temático (Issues Paper) da Direcção-Geral do Desenvolvimento da União Europeia, publicado durante a organização do evento, pode ler-se:

“Em países onde os vectores de educação, de formação cidadã ou muito simplesmente de divertimento são raros e frequentemente limitados às elites urbanas, o papel dos media enquanto plataforma cultural, educativa, social, política e económica é ainda mais importante. (...) a criação e a viabilidade dos media podem ser limitadas por um desenvolvimento económico reduzido” (Comissão Europeia, 2008: 1).

Foram colocadas várias questões pertinentes e deixadas algumas pistas de reflexão (em tudo interligadas com a presente tese, nomeadamente este capítulo) que remetem para problemas reais no terreno: 1. Que mecanismos implementar para efectivar princípios universais como independência, transparência, pluralismo e liberdade de expressão (pedras basilares de uma imprensa livre numa sociedade democrática: essencial ao desenvolvimento económico e social sustentável)? 2. Que orgânica institucional criar para definir e delimitar as competências dos diversos actores (ministérios da comunicação, gabinetes de informação, instâncias de regulação, organizações profissionais e estruturas de formação)? 3. Como incluir a importância dos media e da liberdade de imprensa nos critérios de avaliação da governação?

“A informação livre, veiculada por media independentes, é uma condição essencial da democracia e do desenvolvimento. Sem os media, as sociedades perdem a consciência do seu passado, o conhecimento do seu presente e o espaço de debate necessário para a construção do seu futuro. O desenvolvimento económico e social sustentável dos Estados necessita, não somente de uma democracia sólida, mas também de um debate esclarecido e livre sobre o futuro, dando lugar a todas as opiniões. Desde logo, os media condicionados ou sob influências não somente são prejudiciais ao bom funcionamento da democracia mas também ao desenvolvimento sustentável dos países” (Comissão Europeia, 2008: 1).

4. Como pode a comunidade internacional mobilizar-se e intensificar a luta contra a repressão e a censura? 5. Como e porquê apoiar e financiar media independentes em termos de capacitação, complementando organizações da sociedade civil? 6. Como abordar o tema “acesso aos media «versus» papel das mulheres, jovens, deficientes e grupos marginalizados/vulneráveis”, na perspectiva do direito de todos à informação? 7. Importância da «cooperação para o desenvolvimento» neste âmbito? Abordagens apropriadas a nível local, nacional, regional e continental? 8. Poderão os media contribuir para melhorar a imagem de África no mundo, evitando o êxodo rural e a emigração das populações”?

“Os media desempenham um papel fundamental nas questões de boa governação na medida em que permitem integrar o conjunto dos cidadãos no processo democrático, informando-os no dia a dia da acção dos dirigentes. (...) Os alertas dos media sobre os assuntos de boa governação permitem mobilizar a população ou pelo menos incitá-la à vigilância” (Comissão Europeia, 2008: 4).

9. Que condições políticas e económicas criar para que os profissionais da informação possam ser actores de pleno direito da democracia e assim contribuir para a boa-governação? 10. Como contornar os conflitos com os poderes político e económico? 11. Como garantir o respeito pelos princípios deontológicos definidos sócio-profissionalmente? 12. Como assegurar a viabilidade económica dos media, essencial à sua independência? 13. Há utilidade numa plataforma "Formação Media" para facilitar a informação, interacção e planificação? 14. Como formar futuros gestores de media?

“A existência dos media, por si só, não constitui indicador da sua liberdade de tratar os assuntos que desejam. A independência, a segurança tanto física como material das quais beneficiam os media, condicionam a qualidade do jornalismo e dos conteúdos apresentados às populações. A questão da liberdade dos media nos países em desenvolvimento põe-se, por conseguinte, de maneira crucial” (Comissão Europeia, 2008: 5).

15. Actuarão os órgãos de regulação em prol da liberdade dos media? 16. Há utilidade na elaboração duma Carta Pan-Africana sobre os media? 17. Enquadramento e funções dos media de proximidade (imprensa, rádios e televisões comunitárias), isto é, mais-valias das abordagens participativas na produção e difusão das notícias? 18. Como estimular a criação, o financiamento, a formação profissional e o intercâmbio de boas práticas ao nível dos media comunitários?

“As políticas do desenvolvimento concentram-se frequentemente à escala de acção nacional. No entanto, as parcerias locais podem permitir uma resposta às necessidades mais urgentes de

maneira eficaz. Assim, os media locais podem fornecer mais informação, mais intercâmbios, mais compreensão da realidade visto que beneficiam frequentemente de uma proximidade, de uma confiança e de uma independência reconhecidas pelas populações. Além disso, os media locais garantem o acesso à informação, incluindo em áreas remotas” (Comissão Europeia, 2008: 6).

Todas estas interrogações e constatações impõem a legitimidade da temática “Direitos Humanos «versus» Media & Desenvolvimento Local”, sobre a qual é urgente continuar a reflectir e a agir, não só ao nível de eventos mas principalmente com acções concretas das diversas agências das Nações Unidas, ex: a formação de peritos em Comunicação para o Desenvolvimento que passariam a liderar os projectos desenvolvimentistas alicerçados nos media comunitários, cuja mais-valia é: ensinar a quem não sabe e a quem não tem.

28. Fórum Global para o Desenvolvimento dos Media (FGDM) “Informação de qualidade para todos” (2008, Atenas) – parte integrante da celebração do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e cujo objectivo foi propor estratégias exequíveis que garantam o desenvolvimento de media livres, independentes, plurais, sustentáveis e inseridos nos programas de desenvolvimento. Responsável pela abertura da conferência, o Presidente da Grécia, Karolos Papoulias, foi peremptório: “This is not only a demand from people who use and consume media. It is not only a demand from people who work in the media. Quality information is a necessity for all societies, whether rich or poor, whether in Europe or in Africa, in Asia or in North America, in Australia or in Latin America. «Quality information for All» is essential to the quality of democracy; it is a crucial factor for the respect of the human rights” (in: <http://www.gfmd-athensconference.com>).

Ideia corroborada pelo, também presente, Prémio Nobel Orhan Pamuk “Media play a key role in creating and strengthening democracy and human development. Never has the need for independent media support been so great. The work of media assistance organizations at the local, regional, and international level to strengthen media around the world is vital in addressing the challenges that threaten free media today” (in: <http://www.gfmd-athensconference.com>). Segundo a directora, Bettina Peters, a missão do FGDM “é tornar o desenvolvimento dos meios de comunicação uma parte integrante das estratégias globais de desenvolvimento, tal como a educação ou a saúde”⁸, ideia que subscrevo a cem por cento.

⁸ In: <http://www.acp-eucourier.info/pt-pt/content/um-fórum-global-para-o-desenvolvimento-dos-meios-de-comunicação-0> (consultado a 11-05-2012).

29. Adoptado pelo Governo moçambicano, o **Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta** (PARPA II/2006-2010) aborda claramente a importância da liberdade de imprensa, do direito à informação, da mobilização popular, dos agentes comunitários e da alfabetização através da Rádio:

“O Governo tem consciência de que o direito à informação constitui um dos elementos fundamentais para o exercício da cidadania e participação na construção de um Estado democrático. Uma vez que um Estado de Direito Democrático envolve o debate público e tomada de decisões e a livre circulação de ideias e opiniões, a informação e o acesso à informação, por exemplo, sobre as contas públicas, bem como o diálogo regular com os Governos locais e a Sociedade Civil, estimulam a transparência e reforçam a Boa-Governança” (Mário, 2008: 93).

Na página 100 deste documento, a alínea relativa à «Alfabetização e Educação Não Formal e de Adultos» foca o objectivo principal: “redução das elevadas taxas de analfabetismo entre homens e mulheres, jovens e pessoas portadoras de deficiência, sobretudo nas zonas rurais, através de programas de qualidade, envolvendo o uso de línguas locais e em coordenação com a sociedade civil” bem como os objectivos específicos: “Redução da taxa de analfabetismo em 10%, através de: alfabetização de 1.500.000 pessoas, 70% das quais mulheres, e tendo em conta o alcance da meta de Educação Para Todos, com recurso a programas de educação não formal, programas de rádio, televisão e alfabetização presencial” (in: http://www.pap.org.mz/downloads/parpa_ii_aprovado_pt.pdf), para os quais as RC contribuem, embora não haja instrumentos quantitativos para avaliar tal desempenho (excepto a medição de audiências de programas educacionais oficiais).

30. A **Conferência Regional Africana pelo Direito de Acesso à Informação** (Gana, 7-9 Fevereiro 2010) – na qual Moçambique esteve presente - abordou exactamente os constrangimentos políticos e institucionais “que limitam o exercício do direito de saber em África”. Participantes descreveram os principais obstáculos “falta de vontade política” e apresentaram possíveis soluções “instrumentos regionais de comunicação”, em prol de um “avanço sustentado e sustentável” em termos de direitos humanos: “Consistent with the Atlanta Declaration principles, access to information laws should be entrenched in regional instruments as well as national and sub-national laws and should extend to all levels and

branches of government, particularly local levels, to public information held by the private sector, and cover other non-state actors”⁹.

Jimmy Carter, presidente norte-americano entre 1977-1981, Prémio Nobel em 2002 e patrono do evento, disse mesmo que "contrariamente a outras regiões do mundo, não houve uma onda de países aprovando e implementando leis de acesso à informação. Em África, somente cinco países aprovaram leis, e esse número inclui o Zimbabué, que muitos dizem usar a lei para reprimir ao invés de fornecer informação". No decorrer do evento, Pansy Tlakula, comissária da União Africana para os Direitos Humanos e Liberdade de Expressão, congratulou Moçambique: “no «Top 5» de África em matéria de acesso à informação e na África Austral está entre os quatro países que respeitam o direito à liberdade de informação e apresenta uma abrangente protecção para o direito de acesso à informação” (in: <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/9805229>).

De realçar um interessante exemplo deste novo tipo de activismo em prol do acesso à informação: o Centro Carter (criado por Jimmy Carter em 1982, inserido na Universidade de Emory, desenvolve actividades em mais de 65 países) para quem:

“Access to information is the cornerstone to good governance, meaningful participation, and increasing transparency, and is recognized as a fundamental human right. Democracy depends on a knowledgeable citizenry whose access to a range of information enables them to participate more fully in public life, help determine priorities for public spending, receive equal access to justice, and hold their public officials accountable. Inadequate access to public information allows corruption to flourish, and back-room deals to determine spending in the interests of the few rather than many”.

Destaca-se o Projecto sobre “Acesso à Informação” cujos objectivos se entrecruzam nas mais-valias das RC: “Explore other mechanisms to advance transparency, such as voluntary openness strategies; Convene meetings of the relevant stakeholders to encourage a participatory lawmaking process, thus providing greater legitimacy to the process and the legislation; Develop and promote civil society's ability to request information and monitor government compliance” (in: <http://www.cartercenter.org/peace/americas/information.html>). O projecto visa "getting a dialogue started between groups that never speak", está fisicamente representado em África (Libéria e Mali) e o respectivo texto integral pode ser visualizado em: http://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/ati_key_to_democracy.pdf

⁹ In: <http://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/americas/conference2010/african-reg-findings-plan-of-action.pdf> (consultado a 15-04-2012).

5. Cinco Gerações de Direitos Humanos

Porque acreditava que os Direitos Humanos são fruto de uma evolução histórica, Bobbio (2004: 5), um dos maiores filósofos políticos da cultura italiana, classificou-os em Gerações (sem qualquer intenção de hierarquizá-los, reconhecida a sua interdependência). A primeira geração (séculos XVII e XVIII) é representada pelos direitos de liberdade (civis, políticos e liberdades individuais clássicas) e caracterizada por um Estado não intervencionista. A segunda geração de direitos (séculos XIX e XX) surge no âmbito das lutas operárias e do pensamento socialista da Europa Ocidental e alarga aos grupos sociais os direitos sociais, económicos e culturais dos indivíduos: os de carácter trabalhista (salário justo, férias, previdência e segurança social) e os de carácter social (saúde, educação, habitação e acesso aos bens culturais). Em contraste com a primeira geração, admite um comportamento intervencionista do Estado. A terceira geração de direitos surge na segunda metade do século XX perante uma divisão do mundo em três blocos (países desenvolvidos, países à procura do desenvolvimento e países subdesenvolvidos), realidade que motiva ideais de fraternidade e solidariedade e faz emergir os direitos à paz, ao meio ambiente equilibrado, à autodeterminação dos povos, à qualidade de vida das pessoas, à comunicação e a outros direitos difusos, consolidados com a DUDH em 1948. A quarta geração de direitos caracteriza-se pela pesquisa biológica e científica, pela defesa do património genético, pelo avanço tecnológico, pelo direito à democracia, à informação e ao pluralismo.

A quinta geração de direitos, defendida por um grupo restrito de autores, nos quais me incluo, defende que a globalização tecnológica (internet) e o progresso científico colocam desafios complexos que as anteriores gerações de direitos não conseguiram resolver (ex: salvaguarda e transmissão das tradições pelas gerações actuais), pondo em causa o próprio progresso da Humanidade. Neste contexto, há que salientar a posição de Bobbio: “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los”. Como? Através da “teoria do agir comunicativo”, de Habermas (1989: 39), que remete para três conceitos-chave: interacção social, participação colectiva e “ações orientadas para o entendimento mútuo”, onde o actor social enceta o processo comunicativo e é produto das acções de socialização que o moldam, visando uma compreensão mútua e consensual. Este conceito de «agir estratégico» inclui “ações orientadas pelo interesse para o sucesso”, possibilitadas pelas RC que valorizam a linguagem como elemento vital do conhecimento. Elas permitem às populações dizer a quem governa o que lhes vai na alma. A vida humana é feita de escolhas. As RC são a escolha daqueles que anseiam dar significado à sua existência.

Em suma, os 30 dispositivos internacionais suprarreferenciados permitem-nos aferir que os «Direitos da Comunicação» assentam em dez pilares (liberdade, conhecimento, disseminação, emancipação, inclusão, diversidade, pluralismo, transparência, participação e regulação) e remetem-nos para a terceira geração de direitos humanos “(...) também denominados de direitos de fraternidade ou de solidariedade, trazem como nota distintiva o fato de se desprenderem, em princípio, da figura do homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos (família, povo, nação), e caracterizando-se, conseqüentemente, como direitos de titularidade coletiva ou difusa” (Ingo Wolfgang Sarlet, 2007: 58, cited in Kleinmayer & Neves, 2009: 47).

A democracia é, sem dúvida, o único regime político que garante aos homens igualdade nos princípios que asseguram os Direitos Humanos de liberdade, fraternidade, acesso à Informação, à Comunicação e à Cultura: “A comunicação é também uma das frágeis aquisições do movimento de emancipação, uma vez que o seu progresso caminha junto com o combate pela liberdade, pelos Direitos Humanos e pela democracia” (Wolton, 2004: 27, cited in Gomes, 2007: 47). Posição partilhada pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (1980, cited in Hamelink, 2005: 145):

“As necessidades de comunicação em uma sociedade democrática devem ser atendidas pela extensão dos direitos específicos, tais como o direito a ser informado, o direito a informar, o direito à privacidade, o direito a participar na comunicação pública – todos elementos de um novo conceito, o direito de comunicar. No desenvolvimento do que chamamos de uma nova era de direitos sociais, nós sugerimos que todas as implicações do direito de comunicar sejam exploradas mais profundamente”.

Termino este capítulo com a resposta de Eleanor Roosevelt à pergunta: Onde começam, afinal, os direitos e as liberdades humanas universais?, citação onde identifico as RC: esses “pequenos lugares” que reinstituem dois *slogans* do Maio de 68 em Paris: “A Imaginação ao Poder”; “A liberdade é o crime que contém todos os crimes. É a nossa arma absoluta!”

“Em pequenos lugares, perto de casa, tão perto e tão pequenos que não podem ser vistos em nenhum mapa do mundo. No entanto, estes são o mundo do indivíduo; a vizinhança em que ele vive; a escola ou universidade que ele frequenta; a fábrica, quinta ou escritório em que ele trabalha. Assim são os lugares onde todo homem, mulher e criança busca igual justiça, igual oportunidade e igual dignidade, sem discriminação. A não ser que esses direitos lá tenham sentido, eles têm pouco sentido em qualquer lugar. Sem a acção organizada do cidadão para defender esses direitos perto de casa, nós procuraremos em vão pelo progresso do mundo”.

“Development communication should be practiced not as a message communication but rather as emancipatory dialogue, a particular form of non-exploitative, egalitarian dialogue, which is carried out in an atmosphere of profound love and humility and which progressively examines contexts and experiences of oppression”.

Freire, 1970, cited in Melkote & Steeves, 2001: 299.

CAPÍTULO II

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO TERCEIRO MUNDO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

O presente capítulo visa responder a cinco questões amplamente discutidas a nível mundial, embora por um grupo muito restrito de pessoas: Porque é que temas sobre capacitação local, poder social e participação activa/voz são primordiais no desenvolvimento? Que papel podem os media desempenhar na construção, facilitação e priorização de um discurso desenvolvimentista? Quais são as abordagens-chave no que concerne ao estudo do tripé: Media, Comunicação e Desenvolvimento? Como definir «Comunicação para o Desenvolvimento» (doravante designada pela sigla inglesa: C4D)? Será a C4D útil na resistência aos efeitos nefastos da Globalização? Qualquer tentativa de resposta implica abordar o nascimento e a queda, as contradições e as inconsistências do Paradigma dominante da Modernização. Percebê-lo implica abordar as três Décadas do Desenvolvimento, representativas da evolução do papel da comunicação nos projectos de desenvolvimento aplicados nos PVD: “Given their necessary connection, much of the discussion of development communication overlaps with talk about development in general and theories of development. Understanding the context and content of communications for development is necessary” (Srampickal, 2006: 3).

Parêntesis I: A Assistência Multilateral ao Desenvolvimento, através das agências especializadas das NU, nasce em 1945 “The more than 50 years since World War II have witnessed the political emancipation of most of the Third World from colonization and the birth of the United Nations and its various executing or multilateral agencies, marking the formal beginning of development aid to Third World countries” (Melkote & Steeves, 2001: 47), permitindo humanizar e democratizar a comunicação (como ficou demonstrado no capítulo I) “The United Nations has played a leading role in promoting human rights and duties. These ensure a person’s responsible participatory action in society by balancing

empowerment through communication with social responsibilities and service to one's own society" (Srampickal, 2006: 5) através de projectos de C4D no Terceiro Mundo (exemplos concretos de projectos serão dados adiante):

"The concept of development communication arose within the framework of the contribution that communication and the media made to development in the countries of the Third World. In the 1950s and 1960s, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and US AID (the American Aid Agency) sponsored numerous projects utilizing the media for communication, information, or educational purposes, with a view to facilitating development. Other major United Nations agencies, like the Food and Agriculture Organization (FAO), the United Nations Development Programme (UNDP), and the United Nations Children's Fund (UNICEF) also got into the act, and subsequently promoted communication within the framework of development project implementation" (Bessette & Rajasunderam, 1996: 9).

Parêntesis II: A Assistência Bilateral ao Desenvolvimento surge em 1949, quando o então presidente dos EUA, Harry Truman, propôs o «Programa dos 4 Pontos» (versão para o Terceiro Mundo do Plano Marshall que visou a reabilitação da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial) porque: "More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people" (Daniels, 1951: 10-11, in Melkote & Steeves, 2001: 51). Os 4 pontos remetiam para os objectivos, a longo prazo, dos EUA: 1. Apoiar a ONU, reforçando a sua capacidade de decisão e de acção no terreno; 2. Revitalizar a economia mundial; 3. Defender os amantes da liberdade em todo o mundo "contra os males da censura" e 4. Apostar num novo programa de "modernização e investimento de capital".

Aliviar o sofrimento do Terceiro Mundo pressupunha, assim, copiar o modelo de desenvolvimento ocidental (conhecimento, tecnologia, práticas, competências e novos mecanismos de poder) em diversas áreas: Agricultura, Comércio, Indústria e Saúde. Segundo Truman (1949), a prosperidade e a paz destes países dependia de "greater production" através de "wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge" (Daniels, 1951, cited in Melkote & Steeves, 2001: 52). O resultado desta proposta era, cada vez mais, comparável com: desenvolvimento sinónimo de poder, controlo, persuasão e dominação do Norte industrializado.

1. As Três Décadas do Desenvolvimento «versus» evolução da C4D

A Primeira Década do Desenvolvimento (1960) é um período de grande optimismo, caracterizado pelo crescimento económico - através da Industrialização (em detrimento da Agricultura), da Urbanização e da Ocidentalização - e pelo investimento intensivo de capital em tecnologia e sua transferência para o Sul:

“In the 1960s the emphasis was on technological transfer from the North to the South. Although the traditional practices of the people of developing countries had enable them to survive for millennia, the prevailing wisdom of the times dismissed them without any evaluation. (...) Therefore, it made unquestionable sense that the Third World people discard unconditionally their primitive ways and embrace the technologies that had wrought such extraordinary progress in the advanced countries of the North” (Melkote & Steeves, 2001: 54).

Um processo, à partida, simples, designado por “Tendência Pró-Inovação”. Infelizmente, rapidamente se concluiu que as debilidades do Terceiro Mundo eram muito mais profundas e abrangentes do que se supunha: os destinatários não possuíam formação alguma que lhes permitisse optar de entre um leque de alternativas infundável:

“It was soon clear, however, that the post-colonial Third World problem was quite different. There was no adequate pre-existing base of expertise except within the erstwhile colonialists themselves. More significantly, masses of people had to have their traditional lifestyles changed radically. Development, therefore, involved not simply the transfer of capital and technology, but also the communication of ideas, knowledge, and skills to make possible the successful adoption of innovations” (Melkote & Steeves, 2001: 54).

Por conseguinte, a importância dos *mass-media* nos projectos de desenvolvimento começava a ser reconhecida: “The pressures of economic development goals, the size and dispersion of target audiences in developing areas, the availability of modern communication technology, and an interest in selling expensive communication equipment all worked to make media an important element in rural development programs. Development personnel strived to use the latest gadgets in carrying out aggressive multimedia campaigns” (Diaz-Bordenave, 1977: 13-14). Impunha-se a questão: qual o papel dos *mass-media* na aceleração do processo de modernização?

A resistência das populações a esta mudança radical impôs a adopção da “Tendência Pró-Persuasão” cujo objectivo era convencer as pessoas a alterar os seus estilos de vida através da comunicação persuasiva, a cargo das agências das NU que, numa primeira fase, enviou

especialistas para trabalhar em conjunto com os Ministérios da Agricultura, cujos departamentos de extensão se encarregavam de ensinar aos agricultores as técnicas e as práticas inerentes à agricultura moderna. O objectivo já não era a mera transferência de tecnologia mas, sim, a formação técnica dos destinatários no terreno, sem qualquer formação académica. De referir que a maioria dos programas de extensão basearam-se no modelo de “Difusão de Inovações” de Everett Rogers, considerado o pai da Comunicação para o Desenvolvimento. “The diffusion model assumes that a proper combination of mass-mediated and interpersonal communication strategies can move individuals from a process of awareness (usually of a new technology) through interest, evaluation, trial, and finally the adoption of that technology” (Melkote & Steeves, 2001: 56). O objectivo era transformar o agente de extensão num agente de mudança que influenciasse as decisões dos destinatários rumo à adopção das inovações tecnológicas ocidentais. Um processo de intervenção que supunha um fluxo hierarquizado e unidireccional de mensagens minuciosamente orientadas que, muitas vezes, ignorava a essência e a compatibilidade dos materiais de comunicação:

“In the 1960s American universities initiated research on development communication on a large scale. Lerner and Schramm (1967), Pye (1963), and Rogers (1962) advocated the modernization theory, which simply held that the developing countries needed to adapt new technologies (including communication technologies) and increase production at all levels which could lead to development. Theories like the diffusion of innovation and the two step flow and the use of extension experts offered sure success formulae for development. The role of communication was to transfer technological innovations from development agencies to their clients, and to create an appetite for change through raising a climate for modernization among the members of the public. These describe elitist, vertical, top-down communication models” (Srampickal, 2006: 5).

Quando questionados acerca das suas fontes de informação no processo de difusão-adopção, os agricultores referenciaram os media (sobretudo a Rádio), cuja pouca massificação nos PVD obrigou a responsabilizar os agentes - em número reduzido e sem formação em Comunicação - pela descoberta de novas formas de persuasão através da comunicação interpessoal: “As mass-media were not widely available in developing countries in the early years of development, it became a precedent to allocate most extension resources to field staff at the expense of exploring other kinds of methods” (Colle, 1989).

Priorizou-se, portanto, a Difusão da Modernização: Ocidente exporta ideias e TIC para os PVD esperando que a adopção das mesmas gerasse uma mudança radical na estrutura social –incluindo atitudes e comportamentos individuais - do Terceiro Mundo: “Economic growth

via the Western model of adopting a capitalist economic system, building up formal infrastructure, and acquiring technologies is prioritized. Implicit in the discourse of modernization is a certain philosophy of what development in the Third World should be, and how it should be brought about” (Melkote & Steeves, 2001: 71). Rogers (1976: 121) remete-nos para a origem deste conceito de desenvolvimento: “grew out of certain historical events, such as the Industrial Revolution in Europe and the United States, the colonial experience in Latin America, África, and Asia, the quantitative empiricism of North American social science, and capitalistic economic/political philosophy”.

Assistiu-se, assim, a um *boom* nos estudos sobre Difusão (em 1960 eram 54, em 1975 eram mais de 800!). Porquê? “The diffusion of innovations research established the importance of communication in the modernization process at the local level. In the dominant paradigm, communication was visualized as the link through which exogenous ideas entered the local communities. Diffusion of innovations then emphasized the nature and role of communication in facilitating further dissemination within local communities” (Melkote & Steeves, 2001: 126). Comunicação e Desenvolvimento constituíam, assim, dois elos indissociáveis e imprescindíveis ao crescimento económico pensado e imposto pelos Estados centrais, cujo objectivo era assegurar a sua própria hegemonia a nível mundial.

Contudo, vários factores conduziram ao falhanço das estratégias de Difusão: **1.** Imprecisão dos conceitos difundidos que ignoravam a dimensão cognitiva da comunicação (distorcendo a ideia de comunicação como processo); **2.** Ignoravam as preferências, os fracos conhecimentos/competências dos destinatários e demais entraves: “these technologies could not be adapted exactly, as many of these countries lacked basic infrastructure items like electricity and transportation” (Srampickal, 2006: 5), essenciais ao sucesso dos projectos; **3.** Não chegavam aos segmentos populacionais mais pobres e marginalizados, ou seja, à grande fatia dos agricultores de subsistência na África Subsariana: as mulheres. Consequências: incompatibilidade entre inovações de manutenção complexa e condições locais limitadas dos PVD, ampliação do fosso sócio-económico e do fosso relativo aos benefícios da comunicação (agricultores de subsistência excluídos das redes interpessoais de comunicação), desigualdades de género cada vez mais evidentes por via da tendência patriarcal da modernização que via a mulher como um entrave ao desenvolvimento, atribuindo-lhe papéis domésticos passivos e secundários em termos de desenvolvimento:

“Modernization exported a Western patriarchal model in which the male breadwinner headed the family unit while the woman raised children and managed the household (Young,

1993: 19). As a result, family welfare programmes were devised which gave women instruction in home economics, in improved nutrition, health, and hygiene (Melkote & Steeves, 2001: 96). The modernization bias toward production for the market thus ignored women's economic roles and female-dominated ventures in agriculture, industry, marketing, and the service sectors (Boserup, 1970). In the discourse of development, women were relegated to the social welfare sector that was of marginal utility to development. (...) these welfare programmes (...) Women entered them passively, rather than actively, as recipients rather than contributors, clients rather than agents, reproductive rather than productive" (Kabeer, 1994: 6);

4. Menosprezavam o crescente fosso informacional/comunicacional/tecnológico; **5.** Pressupunham modelos orientados para a Autoridade em detrimento de modelos dirigidos ao Utilizador, isto é: minimização da importância da participação local no desenvolvimento favorecendo a comunicação de massas:

"In development literature, mass communication media have been considered the prime movers in social development. This view was much stronger in the 1950s and 1960s when the central focus was on the big mass media to the neglect of interpersonal/organizational networks and indigenous channels of communication (Tehranian, 1994). Mass media such as newspapers and the radio were saddled with the important task of spreading information as widely as possible. Government authorities, subject experts, and extension agents would go on the radio or visit villages lecturing on how to have smaller families, increase agricultural yields or how to live healthier lives. Communication flows were hierarchical, one-way, and top-down. People were regarded as passive receivers of development information" (Melkote & Steeves, 2001: 248-249).

A obra de Daniel Lerner *O Fim da Sociedade Tradicional*, publicada em 1958 e considerada um grande passo para a superação dos constrangimentos supracitados, analisou as correlações entre «Crescimento Económico, Desenvolvimento e Modernização», destacando-se a importância da urbanização, da alfabetização, da exposição aos media e da participação democrática: "Implicit in his formulations was the belief that the interaction of literacy and mass media was the means by which the masses would eventually break free of their stupefying bonds of traditionalism, heralding, as it were, the passing of traditional society" (Melkote & Steeves, 2001: 58). Segundo Lerner, "People in the Third World could expand their empathy by exposure to mass media, which showed them new places, behavior, and cultures. In short, mass media had the potential of blowing the winds of modernization into isolated traditional communities and replacing the structure of life, values, and behavior

there with ones seen in the modern Western society” (Melkote & Steeves, 2001: 116).

Consequentemente – e no âmbito do optimismo inerente aos anos 60 -, nasceram as Tendências Pró-*Mass Media* e Pró-Alfabetização e/ou Literacia: através de conteúdos indutivos, os *mass-media* seriam responsáveis por criar um conhecimento, um interesse e uma aceitação generalizados pelas inovações introduzidas pelas agências das NU. Schramm (1964: 27) explica a importância conjunta dos media e da educação na mobilização das populações locais: “The task of the mass media of information and the “new media” of education is to speed and ease the long, slow social transformation required for economic development, and, in particular, to speed and smooth the task of mobilizing human resources behind the national effort”. Segundo alguns peritos, o objectivo era transpôr o “subdesenvolvimento dos recursos humanos” construindo “capital humano”. No seu livro “Mass Media e Desenvolvimento Nacional”, Schramm (1964: 41-42) vai mais longe: “in the Third World, villages are drowsing in their traditional patterns of life... the urge to develop economically and socially usually comes from seeing how the well-developed countries or the more fortunate people live”. Os *mass-media* funcionavam, assim, como uma escada de acesso a um mundo melhor e estavam incumbidos de preparar as populações dos PVD para uma rápida mudança social em prol da modernização. Acreditava-se que a informação e/ou literacia constituía, assim, o elo em falta na cadeia de desenvolvimento implementada:

“Les moyens d’information contribuent au développement national en aidant à provoquer des transformations sociales, plus précisément à favoriser l’adoption de nouvelles coutumes et pratiques et, dans certains cas, l’introduction de nouvelles relations sociales. Ces modifications du comportement reposent nécessairement sur des transformations profondes des attitudes, des convictions, des techniques et des norms sociales” (Schramm, 1966: 140-41).

Nesta altura, predominava no Terceiro Mundo a crença na Teoria Hipodérmica e/ou Teoria da Bala Mágica (conceitos elaborados pela Escola Norte-Americana nos anos 30 mas posteriormente descartados): cada indivíduo é uma ilha que reage isoladamente aos efeitos poderosos, directos, abrangentes, simultâneos, rápidos, naturais e uniformes dos media. Acreditava-se que estes eram “multiplicadores mágicos dos benefícios do desenvolvimento” e, consequentemente, “agentes e índices de modernização”, capazes de revolucionar e ampliar as expectativas das populações através dos líderes de opinião e/ou líderes comunitários, cuja influência sobre a restante comunidade era inequívoca:

“Contained in their messages would be the persuasive components which, by some alchemy

of the bullet theory of communication, would produce a climate of acceptance. Change agents would then furnish targeted segments of adopters with the details of information and the skills necessary to make adoption of the innovations feasible. Early adopters would then presumably constitute role models for others in their social system to emulate. By these demonstration effects, the innovations would trickle down to the rest of the community. Over time, therefore, the innovations would diffuse across whole social systems” (Melkote & Steeves, 2001: 58).

A relação directa entre «disponibilidade de meios de comunicação» e «desenvolvimento nacional» era, assim, indiscutível... razão que motivou a UNESCO a fixar, inclusive, critérios mínimos de «media para o desenvolvimento»: 10 jornais, 5 rádios, 2 televisões e 2 lugares de cinema por cada 100 pessoas (Melkote & Steeves, 2001: 375). Contudo, alguns peritos vaticinavam já o carácter insuficiente destas medidas em prol do desenvolvimento, alertando para a necessidade de incluir as populações nos debates radiofónicos:

“La multiplication des postes de radio, des journaux et des salles de cinéma ne s'accompagnera pas nécessairement d'une accélération correspondante du progrès social. Il ne suffit pas de multiplier les messages et les moyens d'information. Plusieurs pays ont constaté par exemple qu'il ne suffisait pas de créer une tribune radiophonique rurale pour faire adopter des pratiques nouvelles. Cependant, un programme de questions et de réponses sur les méthodes agricoles s'est révélé très utile en Jordanie, et des débats organisés autour d'émissions radiophoniques pour des groupes d'auditeurs ruraux ont largement contribué à susciter des transformations. En general, la radio ne présente pas d'utilité dans l'alphabetisation, mais elle rend de grands services dans les écoles” (Schramm, 1966: 140).

Apesar da integração dos media e da literacia no processo de desenvolvimento dos PVD, a difusão de inovações no Sul ficou muito à quem do êxito esperado. Porquê? Devido a um fluxo comunicacional individualista, hierarquizado e unidireccional que se revelou demasiado simplista e ingénua, pois ignorava completamente os efeitos das desigualdades sociais, as diferenças/percepções individuais, as categorias sociais (ex: nível de escolaridade), o poder da opinião pública, o contexto comunicacional e as variáveis intervenientes no processo comunicativo. Pior, os não adoptantes (vasta maioria) foram rotulados de preguiçosos, atrasados, obscurantistas, e culpabilizados pela não adopção. Porquê? Rogers, em 1969, responde com a designação “Subcultura de Camponeses” que remetia para a «Tendência dos 10 Constrangimentos Sócio-Psicológicos» “não manipuláveis” (exs: ambiente familiar, fatalismo, baixa empatia, desconfiança mútua, expectativa de recompensas adiada) que implicava uma “mudança radical da estrutura de

pensamento destas populações como pré-condição para a reconversão” (Melkote & Steeves, 2001: 60). Já não se tratava apenas de convencer os destinatários da superioridade das inovações ocidentais em relação às suas práticas e ideias tradicionais, era imprescindível alterar a sua forma de ser, estar e pensar. Consequência: a pressão sobre os agentes de mudança das NU era, agora, incalculável já que, a existir uma sub-cultura de camponeses, havia ínfimas possibilidades de produzir mudanças concretas a curto prazo, realidade que inibiu a pesquisa sobre C4D, situação que, como veremos, a década de 1970 veio alterar...

Em suma: este Paradigma dominante de Desenvolvimento «Modernização» remetia para um planeamento económico centralizado (assumia-se que o desempenho do desenvolvimento podia ser medido quantitativamente através de instrumentos económicos)

“Certainly economic growth and scientific values constitute key themes in “development” as the solution to “underdevelopment”. Most problems plaguing Third World nations were diagnosed as economic in nature. As Rogers noted (1976c), economists were ultimately in charge of development plans. Five-year plans were launched in several countries to dovetail development activities and help bring about orderly economic progress. Bilateral and multilateral aid organizations were involved in these plans. This approach was at the macro level. Problems were identified and solutions offered at the higher levels of government” (Melkote & Steeves, 2001: 72)

e para uma impiedosa depredação dos recursos naturais em prol desse progresso económico: “the value of nature was its singular capacity to feed the voracious appetite of the development machine. Devoid of logic or intelligence of its own, it was the “knowing” scientist who possessed the rationality, competence, and power to understand the opaque structure of nature and exploit it for instrumental ends. In this way, the scientific method in the development discourse revealed its colonizing mentality over nature” (Braidotti et al., 1994; Fox-Keller, 1985, cited in Melkote & Steeves, 2001: 98).

Nesta década, atribuiu-se o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo a problemas internos dos países, percebidos como um entrave ao desenvolvimento (ex: perspectivas tradicionais - leia-se limitadas - sobre gestão do meio ambiente, pouca diferenciação entre papéis de género e entre instituições autóctones, dimensões religiosa e espiritual bastante arreigadas, valores culturais e estruturas sociais tendenciosas e exponencial crescimento populacional, realidade que motivou, inclusive, o Ocidente a elaborar projectos de controlo das taxas de fertilidade) e não a factores externos (relacionamento com outras nações). Mais: até 1970, os constrangimentos político-económicos ao desenvolvimento foram ignorados.

Consequência: estes países foram obrigados a seguir o trilho desenvolvimentista imposto pelas nações industrializadas, isto é: a realidade das pessoas foi reduzida a objecto de pesquisa científica e as narrativas locais foram marginalizadas e ridicularizadas:

“In the dominant paradigm, industrialization was considered the main route to successful economic growth. At least, that was the means by which North America and West Europe had developed in the late 19th century. So, Third World countries were encouraged to invest in a program of industrialization such as hydroelectric projects, steel industries and a diversity of manufacturing units. Development performance was measured by quantitative indicators such as: gross national product (GNP) and per capita income” (Melkote & Steeves, 2001: 72-73).

Crítérios considerados objectivos em oposição à subjectividade inerente a conceitos como justiça social, direitos humanos, diversidade cultural, equidade de género, liberdade de expressão e de informação, preservação ambiental, participação e poder locais, capacitação colectiva, saberes tradicionais, etc.: mais difíceis de quantificar.

2. Modernização e Desenvolvimento: conceitos gémeos indissociáveis

Em suma, na década de 1960, Modernização e Desenvolvimento eram praticamente sinónimos. Pressupunha-se que a difusão de inovações tecnológicas – do Norte para o Sul – significava uma evolução automática dos indivíduos: de tradicionais para modernos (assim estes aceitassem e implementassem as inovações tecnológicas impostas). Tradicional era antítese de desenvolvimento: “The dominant paradigm of development took a very negative view of tradition. It had to be destroyed if the Third World nations and peoples wanted to modernize” (Melkote & Steeves, 2001: 183-84). Consequência: a modernização desenraizou muitas pessoas e comunidades das suas histórias, culturas, objectivos e ritmos de vida. Urge, por isso, analisar as definições da época para cada um destes conceitos-chave.

Para Everett Rogers (1969: 48) modernização significava “process by which individuals change from a traditional way of life to a more complex, technologically advanced, and rapidly changing style of life”. Tipps (1973: 204, cited in Melkote & Steeves, 2001: 74) pormenoriza a ideia, alertando para a importância de atingir objectivos concretos:

“A transition, or rather a series of transitions from primitive, subsistence economies to technology-intensive, industrialized economies; from subject to participant political structures; from closed, ascriptive status systems to open, achievement-oriented systems; from extended to nuclear kinship units; from religious to secular ideologies; and so on. Thus conceived, modernization is not simply a process of change, but one which is defined in

terms of the goals toward which it is moving”.

Melkote e Steeves (2001: 71) identificam a sua natureza: “Modernization is based on liberal political theory and is therefore grounded in the grand project of “Enlightenment”, namely reasoning, rationality, objectivity, and other philosophical principles of Western science. Modernization approaches, including more recent neo-classical economic theories, extol scientific rationality and individualism”. Eu diria que a Modernidade é o paradigma de desenvolvimento que guiou e balizou o pensamento intelectual entre 1940 e 1960, e influenciou a evolução teórico-prática da C4D, alicerçando-se em vários adventos: expansão do Cristianismo (hoje uma das maiores religiões do mundo), crescente poder da Igreja Católica, visão teocêntrica do mundo, valorização do sagrado e do princípio da autoridade, fragmentação mundial e conseqüente perda da visão de conjunto, planeamento macro-económico e elevada intervenção do Estado na economia. Uma época caracterizada por movimentos/manifestações em prol da paz, da preservação ambiental, da equidade de género, do reconhecimento e efectivação dos direitos humanos, da alteridade (valorização do homem em detrimento dos mercados) e da aculturação (por via das migrações).

Conceitos implícitos à Modernidade: **1.** A arte de bem governar e/ou gerir o destino dos países; **2.** A política como luta democrática pelo poder (sua conquista, manutenção e expansão); **3.** O poder entendido como capacidade de agir e produzir efeitos pré-acordados sobre indivíduos isolados ou grupos de pessoas; **4.** A pressão como instrumento de efectivação desse mesmo poder que se estabelece sempre em relação com o OUTRO; **5.** O desenvolvimento dependente de dois factores: recursos produtivos da sociedade e instituições económicas (visão redutora e perigosa).

Quanto ao conceito de desenvolvimento, Everett Rogers (1969: 18, cited in Gumucio & Tufte, 2006: 362) é peremptório: “a type of social change in which new ideas are introduced into a social system in order to produce higher per capita incomes and levels of living through more modern production methods and improved social organization”. Fjes (1976: 4, cited in Melkote & Steeves, 2001: 79) sustenta este parecer: “It was generally assumed that a nation became truly modern and developed when it arrived at that point where it closely resemble Western industrial nations in terms of political and economic behavior and institutions, attitudes toward technology and innovation, and social and psychic mobility”.

Rogers, conceituado perito em C4D, correlaciona «exposição aos mass-media e desenvolvimento»: “Development Communication refers to the uses to which communication are put in order to further development. Such applications are intended to

either further develop in a general way, such as by increasing the level of the mass media exposure among the nations citizen, in order to create a favourable climate for development, or to support a specific definite program or project” (Choudhury, 2011: 3). Definições limitadas cujas falhas são óbvias:

“Any discussion of development must include the physical, mental, social, cultural, and spiritual growth of individuals in an atmosphere free from coercion or dependency. Also, greater importance must be given to preserving and sustaining traditional cultures, as these constitute the media through which people at the grassroots structure their reality. Local cultures in developing nations and elsewhere are not static. To talk, therefore, of uprooting local cultures is not only naïve but also ethically indefensible” (Melkote & Steeves, 2001: 332-333).

Visando minorar estas lacunas, a UNESCO identificou, em 1963, instrumentos capazes de melhorar a C4D em inúmeras vertentes, inclusive: mobilização dos cidadãos e seus recursos:

“collection of basic data and systematic analysis of the population densities, geographical limitations to communications, variety of social structures, ecology and agricultural transportation, physical communication, mobility of population, electrification industrial capacity, manpower capacity; production of an inventory of the present community resources, including the modern and traditional media, an analysis of the variety of present communication structures; critical analysis of communication policies (or lack of the same), including such considerations as ownership, structures, decision making; critical analysis of the communication needs of each society, especially in relation to the existing social and communication structures and the uses of communication” (Srampickal, 2006: 13).

Como veremos mais à frente, as definições supracitadas vão evoluindo ao longo dos tempos numa tentativa de incluir aspectos da cultura local, estratégias participativas e atribuir um rosto humano à C4D nos processos de desenvolvimento.

Em suma, a abordagem da “Difusão de Inovações” - alicerçada numa “mudança externamente induzida” através da comunicação de massas e interpessoal - implicava cinco etapas (Consciencialização, Interesse, Avaliação, Julgamento e Adopção), dividia os adoptantes em cinco categorias (inovadores, primeiros adoptantes, maioria adiantada, maioria atrasada e retardatários) e apresentava os PVD como sociedades fechadas/estáticas/passivas/atrasadas que urgia revitalizar por via da influência, da assistência técnica, do conhecimento, dos recursos, dos métodos de produção, da organização social e do apoio financeiro externos. Segundo Frey (1973), os primeiros adoptantes distinguiram-se dos restantes pelas seguintes características: “usually younger,

higher social status, more favorable financial status, engaged in more specialized operations, equipped with greater mental abilities, more opinion leadership characteristics. In terms of communication behavior, earlier adopters used more mass media and cosmopolite information sources” (Melkote & Steeves, 2001: 125), ou seja, desproporcionalmente influentes na comunidade por integrarem uma elite informada, esclarecida e instruída.

Por contraste, a Segunda Década do Desenvolvimento (1970), remete-nos para um período pessimista (desilusão com os resultados e com a natureza do desenvolvimento) caracterizado pela exploração do Terceiro Mundo e cuja consequência foi: “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, este último visto como resultado do progresso europeu. São apontadas três críticas ao Paradigma dominante de Desenvolvimento «Modernização»: **1.** Ênfase exagerada no indivíduo como foco da mudança; **2.** Negligência dos obstáculos sócio-estruturais e políticos à mudança; **3.** Atribuição da culpa do subdesenvolvimento às vítimas do mesmo. Mais: registam-se sérios problemas no uso dos «media para o desenvolvimento» - que consideravam o receptor um alvo indefeso e passivo face à comunicação persuasiva - cujo potencial acaba por ampliar o fosso informacional entre info-incluídos e info-excluídos.

Embora as debilidades inerentes às supracitadas «Tendências do Modelo de Difusão de Inovações» tivessem gerado uma “revolução de frustrações” entre as populações, surgem, nos anos 70, concepções alternativas de Desenvolvimento - alicerçadas em modelos de crescimento mais equitativos, em prol de uma melhoria das condições de vida dos mais pobres - com ênfase nas seguintes áreas:

a) Participação activa das pessoas em actividades desenvolvimentistas (a comunicação participativa ganhou adeptos, defensores de que os indivíduos são sujeitos activos na recepção, processamento, interpretação e difusão da informação veiculada pelos media... agora considerados agentes de reforço (cujos efeitos são limitados) e, não tanto, agentes motivadores de mudanças comportamentais);

b) Auto-determinação e auto-confiança das comunidades locais e sua respectiva libertação da dependência externa:

“The idea of self-development gained popularity in the 1970s. In other words, user-initiated activity at the local level was considered essential for successful village-level development. Thus, the emphasis was not so much top-to-bottom flows of information and messages from a government official to a mass audience, but importantly, bottom-up flows from users to sources, and horizontal communication flows between people. Self-development implied a

different role for communication from what was conceptualized and operationalized in the modernization paradigm. Communications flows were now initiated in response to articulated needs of the users” (Melkote & Steeves, 2001: 249-250);

c) Tecnologias, estruturas, iniciativas, dinâmicas, mecanismos e saberes tradicionais;

d) Discutiram-se, pela primeira vez, Modelos de Desenvolvimento Sustentáveis (Conferência das NU sobre o Ambiente – Estocolmo, 1972) visando ultrapassar a visão ocidental da natureza: objecto a ser explorado e subjogado. Objectivo: criar uma nova relação entre sociedade e natureza no âmbito do desenvolvimento;

e) É feita a distinção entre Pobreza Relativa (alguns países e/ou pessoas são mais pobres que outros (as) e Pobreza Absoluta (pressupõe uma vida privada das necessidades humanas básicas);

f) A Conferência sobre População (Bucareste, 1974) possibilitou uma mudança de perspectiva no que respeita à «superpopulação como restrição primária»;

g) Proposta de reorientação da política desenvolvimentista: de uma abordagem economicista hierarquizada para uma abordagem humanista e equitativa da distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Há uma preocupação clara com as necessidades primárias das pessoas:

“Provide adequate food and clean drinking water, decent shelter, education, security of livelihood, adequate transport, help people participate in decision-making, uphold a person’s dignity and self-respect and socio-economic right to international resources. This included the right to universal primary education; the right to adequate food and health standards; the right to equitable employment, and the right to minimum wages and collective bargaining” (Streeten, 1979, cited in Melkote & Steeves, 2001: 167).

É, aqui, claramente perceptível a referência indirecta à importância das RC e do respeito pelos Direitos Humanos. No âmbito desta «Abordagem das Necessidades Básicas», o Overseas Development Council desenvolveu o “Physical Quality of Life Index” que incorporava dados sobre três factores: esperança de vida no primeiro ano de idade, mortalidade infantil e literacia. Pergunta: seria este o antecessor do actual Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)? Independentemente da resposta, ambos os índices pecam por não medirem indicadores como: disponibilidade de media, acesso aos media, instrumentos político-legislativos associados à liberdade de imprensa e de expressão, etc.;

h) Reemergência da cultura local e da religião nas actividades de desenvolvimento: interesse renovado pelo estudo do papel positivo da cultura local na mudança social;

i) Valorização de canais tradicionais de C4D, considerados extensões da cultura local: “In the early 1970s, several international conferences addressed the idea of using folk media to promote development. Folk media consist of a variety of forms: folk theater, puppetry, story telling, folk songs, folk dances, ballads, mime, and more” (Melkote & Steeves, 2001: 252-53). Wang e Dissanayake (1984b: 22, cited in Melkote & Steeves, 2001: 253) complementam a definição: “communication system embedded in the culture which existed before the arrival of mass media, and still exist as a vital mode of communication in many parts of the world, presenting a certain degree of continuity, despite changes”.

Ranganath (1975: 12, cited in Melkote & Steeves, 2001: 253) vai mais longe “living expressions of the lifestyle and culture of a people, evolved through the years” e pormenoriza as inúmeras vantagens-chave destes canais populares de comunicação:

“they are part of the rural social environment and, hence, credible sources of information to the people. They command the audience as live media and are ideal examples of two-way communication. They have proved useful in generating grassroots participation and a dialogue between the performers and the audience. Many of the folk media formats are flexible, thus facilitating the incorporation of development-oriented messages in their themes”;

j) Consciencialização crescente das desigualdades de género no desenvolvimento, o movimento feminista internacional começou a ganhar força por via de inúmeras iniciativas. Destaco: **1ª)** A Emenda “Percy” à Lei de Assistência Externa dos EUA (1973): determinou que os projectos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) deviam considerar explicitamente as Mulheres, **2ª)** A Assembleia Geral das NU declarou «1975» como o «Ano Internacional das Mulheres» e organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México, cujo resultado foi: estipulação da Década da Mulher: 1975-1985, **3ª)** Foram lançadas iniciativas WID “Woman in Development” e as mulheres começaram a organizar-se em prol da mudança social, nomeadamente através dos *mass-media*:

“The work of WID specialists led to greater visibility for women’s roles in development. The WID specialists sought to integrate women into the mainstream of economic development and lobbied to ensure that the benefits of modernization accrued to women (and not just men). Women’s access to education, training, employment, credit, capital, and land were emphasized in this discourse. (...) By the mid-1970’s, the call for equity was incorporated within the rubric of meeting basic human needs and poverty alleviation” (Melkote & Steeves, 2001: 187-88).

Contudo, a abordagem WID foi criticada por subscrever o modelo dominante da modernização, ignorando os malefícios do discurso patriarcal do desenvolvimento, isto é: “Development practitioners accepted the ideas that development for Third World women meant becoming more modern” (Parpart, 1995: 259). Realidade que motivou outra crítica por parte dos movimentos feministas do Sul: “The point of contention between the First World women and Third World women rested on the nature of their goal. While the former were interested in bringing about greater equality between the sexes, the latter went beyond mere equality to questioning the structural inequalities that deprived women (and some men) of access to resources and power” (Melkote & Steeves, 2001: 189).

Impunha-se a pergunta: quererão as mulheres do Sul ser efectivamente integradas neste modelo de desenvolvimento externo ou anseiam escolher um tipo de progresso alternativo e mais consentâneo com a realidade que as rodeia? Eu penso que as RC respondem «SIM» à segunda premissa. Mais: nesta década de 1970, apenas uma pequena e/ou insignificante parte do orçamento das agências das NU era dedicada a iniciativas WID;

1) Devido ao crescimento estável das TIC, foram sugeridas novas estratégias de C4D visando diminuir o fosso informacional/de conhecimento entre os “pobres informados e os ricos informados”: **1.** Utilizar a Comunicação nos esforços de auto-desenvolvimento (as actividades propostas pelos utilizadores a nível local são essenciais para o progresso das comunidades); **2.** Utilizar a Comunicação como catalizador para a mudança. Ao invés de «causa única», esta deve encorajar o diálogo entre peritos e beneficiários (item referido, mais tarde, no Relatório McBride “Um Mundo, Muitas Vozes”, publicado em 1980 pela UNESCO); **3.** Reduzir a tendência Pró-Literacia através de conteúdos customizados e avaliações de resultados; **4.** Utilizar a comunicação para consciencializar as pessoas acerca da dura realidade que as rodeia, a todos os níveis. Alíneas que, agora, explicarei em detalhe:

A abordagem comunicacional dos anos 60 - centrada na Difusão de Inovações - foi substituída, na década de 70, pelo «Marketing Social», uma abordagem faseada com etapas intermédias e mensagens mutáveis que enfatizava a necessidade de alterar os valores, os conhecimentos e os comportamentos dos recipientes e permitia um trabalho mais activo, incisivo, assertivo e com melhores resultados sociais em temas como: planeamento familiar, equidade de género, responsabilidade sexual, alfabetização de adultos, paternidade responsável, prevenção e controlo do HIV-SIDA, etc. porque abrangia mais pessoas invisíveis na estrada do desenvolvimento. Em 1971, o conceito foi assertivamente definido “the design, implementation, and control of programs calculated to influence the

acceptability of social ideas and involving considerations of product, planning, pricing, communication, distribution, and marketing research” (Kotler and Zaltman, 1971: 5, cited in Melkote & Steeves, 2001: 127) mas foi sofrendo alterações... e, na década de 1990, era descrito como “the application of commercial marketing technologies to analysis, planning, execution, and evaluation of programs designed to influence the voluntary behavior of target audiences in order to improve their personal welfare and that of their society” (Andreason, 1995: 7, cited in Melkote & Steeves, 2001: 127). Os especialistas em Marketing Social trabalham em prol da troca de experiências e conhecimentos e não apenas em termos de persuasão dos destinatários, isto é: o processo de comunicação tornou-se mais convergente porque os participantes criam e partilham informações visando alcançar um entendimento mútuo. Apesar das vantagens referidas, esta estratégia comunicacional apresenta vários contrangimentos que perpetuam os problemas dos anos 60:

“(...) is usually top-down with the receivers treated as targets for persuasion and change. This goes against newer models and perspectives that call for participatory approaches where the receivers are participants in the communication intervention efforts. In general, social marketing has a commercial marketing orientation that often privileges mass communication and neglects informal communication channels that may be most salient to poorer sectors in society, especially those in rural areas. Women are especially neglected in these campaigns” (Melkote & Steeves, 2001: 242 e 245).

Conclusão: muito pouco se alterou na forma de perceber e implementar a C4D nos PVD, isto porque, a preocupação com os “efeitos” sugere que o modelo mecanicista “estímulo-resposta” não havia desaparecido totalmente.

O início da década de 70 caracterizou-se também pelo aumento exponencial de aparelhos de rádio e televisão no terceiro mundo “Between 1965 and 1995 the number of radios in developing countries grew more than tenfold, from 82 million to 997 million. The number of television sets grew from only 13 million to 707 million” (Piotrow et al, 1997: 11 cited in Melkote & Steeves, 2001: 139) e pela crescente tendência de comercialização e privatização de canais de rádio e de televisão. Realidade que motivou a massificação e o sucesso dos «Programas de Entretenimento-Educação», um tipo de *marketing* social muito específico em que os conteúdos educacionais são inseridos em programas de entretenimento radiofónicos, televisivos, teatro popular, discos, vídeos, etc. Singhal e Rogers (1999, cited in Melkote & Steeves, 2001: 140) salientam a importância dos mesmos na mudança social “At the individual level by influencing awareness, attention, and behavior toward a socially

desirable objective; and at the larger community level of the individual audience member by serving as an agenda setter, or influencing public and policy initiatives in a socially desirable direction”, ou seja: o objectivo subjacente a esta abordagem comunicacional - muito valorizada nas últimas duas décadas como parte integrante de campanhas de *marketing* social - é promover valores consistentes com as convicções dos líderes de opinião (sejam eles líderes políticos, religiosos ou executivos na área da comunicação social), possibilitando às populações identificarem-se com esses referenciais e imitem-nos visando uma melhor interpretação e resolução dos problemas sociais.

Lacunas deste tipo de abordagem: “mass media audiences, for example, those who have access to television, frequently constitute only small segments of the target population. The most at-risk populations may not be reached by entertainment-education, populations that may disproportionately include women” (Luhtra, 1991; Worthington, 1992, cited in Melkote & Steeves, 2001: 143), isto é: estes programas chegavam apenas às elites e/ou grupos económicos favorecidos, marginalizando as populações rurais: pobres e infoexcluídas.

3. Década de 1970 marca o aparecimento formal do termo «C4D»

A década de 1970 ficou marcada pela afirmação de peritos em comunicação do Terceiro Mundo, treinados nos EUA, que desafiaram a natureza da pesquisa americana em termos de C4D, reconhecendo que os primeiros projectos de desenvolvimento não valorizaram os verdadeiros entraves comunicacionais. Alguns mostraram-se cépticos face à «Tendência dos Constrangimentos Sócio-Psicológicos» - que parecia ter conduzido os investigadores a um beco sem saída - defendendo que os argumentos que sustentavam a noção de «Subcultura de Camponeses» constituíam:

“an artifact of the measurement instruments used. The factors seemed to be more in the eye of the beholders than in the reality of the peasants. This view led to an attempt to rethink diffusion research and implications for professional practice. Field studies in Kenya supported this hypothesis. There, researchers found at least six non-psychologically based factors, which they termed “bottlenecks”, and which together made it difficult, even impossible, for farmers to adopt recommended innovations” (Ascroft, 1973, cited in Melkote & Steeves, 2001: 61).

São eles: 1. Escassez de conhecimentos e aptidões adequadas sobre as inovações a adoptar, 2. Número reduzido de pessoas envolvidas no processo de planeamento do desenvolvimento, 3. Ausência de incentivos materiais e financeiros essenciais à adopção, 4. Desenvolvimento inadequado do mercado para venda e compra de produtos, 5. Ausência de

infraestruturas facilitadoras da difusão de informação e distribuição de materiais, 6. Falta de oportunidades de trabalho nas áreas rurais fora das épocas mais trabalhosas. Eu acrescentaria: 7. Estratégias e conteúdos de comunicação imperfeitos e mal direccionados.

Surgiu, assim, a «Tendência dos Constrangimentos Externos à Adopção» que culminou, em 1973, com a “Política de Novas Orientações” de Robert McNamara, então Presidente do BM, em prol de um “Desenvolvimento Rural Integrado”, que pressupunha uma abordagem conjunta e multidisciplinar dos constrangimentos ao Desenvolvimento e uma mudança de foco: de objectivos económicos para a satisfação das necessidades básicas das populações: comida, água potável, abrigo, educação básica e segurança, items hoje abordados pelas RC em diversos programas, difundidos em várias línguas maternas.

O trabalho destes peritos permitiu a conceptualização da comunicação como um alicerce imprescindível aos projectos e actividades desenvolvimentistas, denominando-a: Comunicação de Suporte ao Desenvolvimento (CSD): “The DSC specialist has the job of bringing the communication gap between the technical specialists with expertise in specific areas of knowledge (such health, agriculture, and literacy) and potential users who may need such knowledge and its specific applications to improve their performance, increase their productivity, or improve their health. The DSC expert is expected to translate technical language and ideas into messages that would be comprehensible to users” (Melkote & Steeves, 2001: 62).

O termo “Comunicação para o Desenvolvimento” foi usado, pela primeira vez, em 1972¹⁰, por Nora C. Quebral - considerada a “mãe da C4D” - que a define assim: "the art and science of human communication applied to the speedy transformation of a country and the mass of its people from poverty to a dynamic state of economic growth that makes possible greater social equality and the larger fulfilment of the human potential” (Quebral, 2002: 16; 2006b e 2012: 3).

“First used in the Philippines in the 1970s by Professor Nora Quebral, the expression “development communication,” designates the processes of transmitting and communicating new knowledge related to rural environments. (...) An attempt at informing, creating awareness, educating, and enlightening the people so that they can better their lives in every way, development communication includes participatory action for learning and sharing of powers: social (human rights and the emergence of the civil society), economic (egalitarian society) and political (democratization), within specific cultural contexts” (Srampickal,

¹⁰ In: <https://sites.google.com/site/c4dconsulting/c4d-training/introductions/introductions-what-is-c4d>

2006: 3).

Do curriculum desta pioneira em C4D, constam outras atribuições e feitos: ex-Presidente do «Center for Development Communication»¹¹, fundadora do «Nora C. Quebral Development Communication Centre, Inc. (NCQDCCI)» e vencedora da primeira edição do Prémio Hildegard para «As Mulheres nos Media e na Comunicação», em 2007. O seu artigo de referência "Development Communication in the Agricultural Context" (1971) constituiu a primeira semente de todo um trabalho em prol da maximização do potencial da C4D enquanto “realização do potencial humano” e fez dela uma das figuras mais proeminentes nesta área (não só porque criou uma disciplina académica assim intitulada, mas também, porque gerou uma nova vaga de investigadores empenhados na temática.

Quebral é hoje professora na Universidade das Filipinas “Los Baños”¹² onde, em 1974, conseguiu duas proezas: renomeação do departamento a que presidia: de “Department of Agricultural Communication” para "Department of Development Communication" e aprovação de um bacharelato de quatro anos - equivalente a uma licenciatura - em C4D, passos históricos na prática da C4D que elegeram *Los Baños*, a primeira instituição académica no mundo com um diploma multi e interdisciplinar nesta área. O vasto curriculum deste curso integrava já disciplinas reveladoras da importância dos media comunitários, da participação cívica e da necessidade de compreensão da estrutura e dinâmica sociais dos PVD, exs: “Community Broadcasting, Communication and Society, Broadcast Speech and Performance for Community Radio, Management and Production of a Community Newspaper; Radio Drama and Documentary, Educational Broadcasts, Sociology of Developing Countries, Community Survey and Program Planning, Rural Development Programs, Agricultural and Economic Development” (Quebral, 1975: 35-36, cited in Manyozo, 2006: 85). Conquista curricular que deu os seus frutos: “Between 1987 and 1998, the Department was elevated into an Institute and then later a College (...) centred around three cornerstones of agriculture, rural development journalism and educational broadcasting” (Manyozo, 2006: 84 e 87).

Ora vejamos este tripé: o facto do Departamento de ‘DevCom’ estar localizado no seio da Escola Superior de Agricultura fez com que as primeiras iniciativas de C4D elessem os agricultores como beneficiários do desenvolvimento... embora, nas décadas posteriores, a DevCom se tenha centrado noutros aspectos do desenvolvimento humano. Quebral e Ely

¹¹ In: <http://www.cendevcom.org/> (consultado a 19-06-2012).

¹² In: <http://www.devcom.edu.ph/site/index> (consultado a 19-06-2012).

Gomez (1976: 1-2, cited in Manyozo, 2006: 87) explicam esta orientação agrícola dos primeiros cursos e/ou projectos: “When we speak of development communication today, we are mainly concerned with the mass of people in the so-called developing societies [which have] a colonial past, a basically agricultural economy and a galloping birth rate. We focus (...) on the small farmers, labourers, fishermen and others (...) who make up the greatest number in any developing country [and are] poor”. Na segunda área-chave, “jornalismo de desenvolvimento rural”, a ênfase foi colocada no comunicador para o desenvolvimento e nos media comunitários para “Circulate knowledge that will inform people of significant events, opportunities, dangers and changes. (...) Provide a forum where issues affecting national or community life may be aired. (...) Teach those ideas, skills and attitudes that people need to achieve a better life. (...) Create and maintain a base of consensos that is needed for the stability of the state” (Quebral & Gomez, 1976: 6, cited in Manyozo, 2006: 87-88). O terceiro elemento do tripé remete para a radiodifusão comunitária com programação educativa, facilitadora das relações interpessoais em contexto rural: “Local media, of which community radio is an important part, were thus conceived as excellent teaching channels” (Quebral & Gomez, 1976: 9, cited in Manyozo, 2006: 89).

Anos mais tarde, Felix Librero (1985: 17), outro douto em C4D, corrobora a importância de práticas radiofónicas inspiradoras de uma “educação partilhada” entre indivíduos, famílias e comunidades e, como tal, propiciadoras de «desenvolvimento ao serviço dos interesses, necessidades e objectivos das pessoas»:

“Radio as an educational medium should be employed as a tool for non-formal education, with the concept that most people must be reached at their present state of educational development and level of interest and understanding in order to help them attain their articulated needs and interests. (...) The success of rural educational broadcasting depends on two equally important factors: the knowledge and understanding of subject matter, and one’s understanding of the people. (...) This is accomplished through programs, which the audience and broadcaster work together, and not merely through schemes thought out and planned entirely by the broadcaster for his audience”.

Em suma, “Los Baños” oficializou:

1. Uma DevCom centrada nas pessoas;
2. Uma ruptura com o paradigma dominante da modernização;
3. As RC como “lubrificantes sociais” vitais à paz duradoura;

4. Projectos participativos de sucesso “The UPLB-based community radio DZLB itself was established for purposes of non-formal education in the rural setting. (...) Also known as “The Voice of the Village”, became a pinnacle of local development collaboration, coordination and cooperation with government agencies and other institutions, conducting localized and personalized broadcast programming, encouraging audience involvement, as well as conducting evaluations and research” (Librero, 1985: 1 & Gomez, 1975: 91, cited in Manyozo, 2006: 89). Curiosidade: Numa iniciativa do Ministério da Agricultura centrada na extensiva produção de arroz e respectiva auto-suficiência nesta área, esta rádio foi responsável pela formação dos comunicadores agrícolas governamentais entre 1976 e 1979 e pela difusão de programas educativos à distância, após os quais emitia certificados de habilitações (um pouco à semelhança do actual *e-learning* universitário);

5. Abriu caminho a iniciativas internacionais dignas de reconhecimento por toda a África:

“The African school of development communication emerged in two different forms: In the Anglophone African School, development communication emerged in the late 1960s and early 1970s, a result of the continent's post-colonial and communist movements. Radio and theatre were used in community education, adult literacy, health and agricultural education. In terms of theatre, African universities swiftly developed the concept "taking theatre to the people" in rural development. On the other hand, in Francophone Africa, through sponsorship of Bretton Woods-school institutions, radio developed as an approach and tool in rural development”¹³

6. Destacou-se como “pioneer in development communication teaching and the most productive in development communication education in the World (Quebral, 2002: 1). Most Bretton Woods organizations have worked with or are indirectly linked to the School” (Manyozo, 2006: 92), sendo hoje parceira de inúmeras escolas e instituições europeias, africanas e americanas na difusão de iniciativas de C4D focadas na redução do sofrimento humano.

Com este salto qualitativo, o conceito de desenvolvimento alterou-se significativamente: “The improvement of the well-being of the individual and the betterment of the quality of his or her life” (Report of the Working Committee on Communication in Support of Development, 1973, cited in Moemeka, 1989: 3). Everett Rogers (1975: 345-358) vai mais longe: “widely participatory process of social change and material advancement (including greater equality, freedom and other valued qualities) for the majority of the people through

¹³ In: <http://www.communicationforsocialchange.org/mazi-articles.php?id=272> (consultado a 20-06-2012).

their gaining greater control over their environment” e enaltece o seu carácter multifacetado: “change toward patterns of society that allow better realization of human values, that allow a society greater power over its environment and over its own political destiny, and that enables its individuals to gain increased control over themselves”. Percebeu-se o seguinte: “It is not solely a matter of technology or of gross national product. More importantly, it is a matter of increased knowledge and skills, growth of a new consciousness, expansion of the human mind, the upliftment of the human spirit, and the fusion of human confidence” (Moemeka, 1989: 4).

Bem como se alterou o papel atribuído à Comunicação no processo de Desenvolvimento: “As a concept development communication stems from the belief that telephones, radio, television, the Internet, or group media can support the overall betterment of less privileged people in underdeveloped countries. Development communication generally refers to the planned use of strategies and processes of communications aimed at achieving development” (Srampickal, 2006: 3). Dagrón (2001) reitera esta mudança radical:

“in the 1970s, people turned to the role of communication in supporting development activities and specific projects (family planning, oral rehydration, basic health care, agriculture, etc.). Attention then turned to the potential of small media and community media: participatory videos, audio cassette forums, and traditional media (theater, puppet shows, stories, etc.). People also placed more emphasis on the contribution of communication to the promotion of democratic and social rights, which led to the development of community radio and communication agencies in the South dedicated to these aspects”.

Florangel Rosario Braid (1979, cited in Choudhury, 2011: 3), ex-Presidente do Comité de Comunicação da Comissão Nacional da UNESCO nas Filipinas, resume a importância da comunicação de forma notável: “an element of the management process in the overall planning and implementation of the developmental programs” e Paulo Freire (1970, cited in Srampickal, 2006: 5) correlaciona C4D com direitos humanos, participação, consciencialização e acção:

“development communication can be considered as a tool that the grassroots can use to assert control through becoming aware of the various facets of the real development problems in their region; organizing in order to react collectively and effectively to these problems; bringing to light the conflicts that divide the various interest groups; becoming politicized - learning to provide alternatives to problem situations and finding solutions to various problems; and becoming “technicized” - obtaining the necessary tools to put to

concrete use the solutions provided by the community”.

4. C4D: *mass-media* «versus» *media participativos*

De referir que os termos “Communication in Support of Development”, “Development Support Communication”, “Communication for Development”, “DevCom”, “ComDev”, “Development Communication”, “Media for Development”, “Participatory Communication”, “Social Communication”, “Participatory Development Communication”, “Communication for Sustainable Development”, “Communication for empowerment”, etc., remetem para uma mesma realidade, embora com índices de eficácia diferentes para meios de comunicação de massas e para meios de comunicação participativos (mais eficazes):

“Communication is a process of creating awareness, constantly enlightening those involved in the process; various media serve or promote this process. But communication media have their limits. As information sources, mass media like radio, television, print, and the Internet can provide information, creating a clear understanding of what development is, and can inform a large mass of people about developmental concepts, issues, programs, and so forth. They can educate people on these issues, in an appealing and convincing way. They can create a desire for better lives among underdeveloped people. But mass media do not work magically. In fact, a number of recent empirical studies indicate that the mass media in themselves do not help development as much as participatory media do (Hornik, 1988; Wilkins, 1999; Servaes, 1989; Jacobson & Servaes, 1999).

Nos anos 70, a importância da informação e da comunicação locais, dos media tradicionais e do auto-desenvolvimento comunitário impôs-se também por influência das TIC:

“Communication was used increasingly in self-development activities. In other words, user-initiated activity at the local level was considered absolutely essential for successful development at the village level. Revised concepts of development communication, such as self-help, grassroots participation, and two-way communication, led to a re-examination of the advantages of traditional media as vehicles for information, persuasion, and entertainment of rural people. Since the mid-1970s, there has been a steady growth in information and communication technologies (ICT) and their application in development” (Melkote & Steeves, 2001: 268-69).

A importância da apropriação, do uso e do controlo das TIC pelas ONG, organizações de base, associações de moradores, RC e/ou populações é também evidente para muitos autores: “The greatest potential for the use of ICT’s in rural development, then, lies with intermediate organizations. At some point in the future, though, it is imperative that the

people themselves or their organizations directly control the use of ICT's and be able to design and interpret the information systems and the attendant technologies to derive the greatest benefit" (Melkote & Steeves, 2001: 269).

Conclusão: as décadas de 1960 e 1970 - marcadas pela ascensão e queda do paradigma "Media para a Modernização" e/ou "expansionismo e imperialismo económico e cultural da Modernização" - caracterizam-se pela emergência de um novo tipo de desenvolvimento e, conseqüentemente, de uma nova estratégia de comunicação, «Comunicação para o Desenvolvimento», que impunha a pergunta: «como utilizar os media para difundir inovações ocidentais em prol do desenvolvimento (leia-se mudança social) das sociedades do Terceiro Mundo»?

"The second half of the 20th century brought a tradition of communication research and practice geared toward Third World development needs, an area that has come to be known as development communication. Research and projects addressing development communication flourished during the First Development Decade in the 1960. Since 1970s, Western development aid and all facets of the process, including communication, have been challenged. Many large and expensive projects promoting social change have failed to help their intended recipients, or have resulted in even worsened conditions for them" (Melkote & Steeves, 2001: 19).

Razões que explicam o fracasso deste modelo desenvolvimentista inerente ao paradigma da modernização:

1. A comunicação de massas era percebida como mera transmissão de informação, ou seja: processo linear de mensagens unidirecionais e impessoais que poucas oportunidades de resposta concedia ao receptor. Supunha-se que a exposição à C4D/aos media, *per si*, gerava consciencialização e mudança. Ignorou-se a capacidade organizacional da comunicação e o seu papel de acção social participativa:

"The classical mechanic-vertical model, which sees communication as a process of transmission of modes of thinking, feeling, and behaving from one or more persons to another person or persons. This model assigns actively predominant role to the communicator, and a passive role to the communicatee: a sort of one-way communication in which emphasis is on the effects that communication can have on people or on ways in which messages can use people" (Beltran, 1974: 13, cited in Moemeka, 1989: 5);

2. O carácter indissociável entre comunicação e cultura foi subvalorizado;

3. Os aspectos imateriais do desenvolvimento (valores/tradições/línguas locais) foram

claramente ignorados;

4. As mensagens mediáticas centravam-se nos indivíduos e não nos grupos, cujo poder, a capacidade e o direito de enfrentar estruturas sociais opressivas era desvalorizado;

5. Visão etnocentrista do desenvolvimento que considerava o terceiro mundo atrasado devido às suas tradições ancestrais;

6. Controlo das comunicações por parte de grandes instituições (corporações privadas, fundações, governos e grandes partidos políticos) que tinham poder de decisão e influência em termos de manufactura, distribuição e difusão de mensagens;

7. O tripé «comunicação, desenvolvimento e *empowerment*» não era percebido como interdependente e impulsionador de progresso;

8. A C4D era vista como um “processo de *marketing* persuasivo” e, não, como uma alavanca das capacidades nacionais, um método de construção de consensos e de angariação de alianças, socialmente sensível, multifacetado e alicerçado nas estruturas societais políticas, económicas, religiosas, culturais e ideológicas;

9. Os modelos e/ou estratégias de desenvolvimento não eram cultural e historicamente sensíveis, ignoravam a importância das diferenciações de género, classe, raça, etnia, religião, escalão etário e nacionalidade;

A Terceira Década do Desenvolvimento (1980) - conhecida por «década perdida do desenvolvimento» - caracterizou-se por: **1.** Recessão global na maioria dos países industrializados, **2.** Sérias dificuldades económicas nos PVD (problemas na balança de pagamentos, dificuldades para liquidar os empréstimos concedidos e drásticas descidas dos preços para exportação), **3.** Imposição de Políticas de Ajustamento Estrutural pelas agências doadoras aos países devedores visando reanimar as suas economias paralisadas, **4.** Implementação de um modelo económico neo-liberal: redução do papel do Estado, dependência crescente dos mercados e redução significativa dos gastos estatais no sector dos serviços sociais (saúde, subsídios de alimentação, educação), **5.** Aumento da pobreza entre os carenciados e os marginalizados, e conseqüente depredação dos recursos naturais, **6.** Crescente consciencialização das desigualdades de género e das diferenças globais ao nível das prioridades femininas, assuntos debatidos na Conferência de Copenhaga (1980) e na Conferência de Nairobi (1985), **7.** Críticas à «Abordagem das Necessidades Básicas» e respectiva retórica marcam o discurso sobre «desenvolvimento» dado que as necessidades

humanas permaneciam insatisfeitas.

De ressaltar, a implementação de iniciativas GAD “Gender and Development” - por parte das agências das NU e de movimentos feministas - cujo âmbito de actuação vai muito para além das iniciativas WID que marcaram os anos 70: “The GAD approach goes beyond the creation of equality between the sexes to question the underlying assumptions of the dominant social, economic, and political structures that accord and perpetuate an inferior status to women relative to men”. Outras ideias inerentes a esta abordagem: “Women are incorporated into the development process but in very specific ways; that a focus on women alone was inadequate to understand the opportunities for women for agency or change; that women are not a homogenous category but are divided by class, color and creed; that any analysis of social organization and social process has to take into account the structure and dynamic of gender relations” (Young, 1993: 134, cited in Melkote & Steeves 2001: 189).

Parêntesis: As RC respeitam esta diferenciação através dos seus «núcleos de género» e difundem programas específicos para cada categoria, dado que reconhecem que a emancipação feminina ocorre em ritmos distintos, de diferentes formas e através de uma correlação positiva entre diversos índices sócio-demográficos, exs: alfabetização e formação, disseminação de meios de comunicação, educação formal e informal, criação de instituições, actividades e projectos participativos, governos democráticos, boa-governança e capacidade institucional para motivar o crescimento a todos os níveis, inclusive social.

Um cenário que motivou a reformulação de conceitos-chave por parte de Andrew Moemeka, professor da Universidade de Lagos, na Nigéria, que apela a programas comunicacionais localmente engendrados em prol da coesão nacional e do desenvolvimento humano, via RC.

“Our concept of Communication, which I call the humanized, democratic interactive model, places emphasis on how people use communication or messages. It stresses genuine dialogue, free and proportioned opportunity to exert mutual influences and rejects the idea that persuasion is the chief role of communication. Here, feedback is imperative; its importance lies in the opportunity it creates for understanding the other person’s point of view and, therefore, for ensuring co-orientational influences”. (Moemeka, 1989: 5)

“Development Communication is not merely a matter of transmitting information about how things can be done better by using available facilities. It is much more than the exchange of problem-solving information. It also involves the generation of psychic mobility or empathy, raising of aspirations, teaching of new skills and encouragement of local participation in development activities” (Moemeka, 1989: 9).

Na década de 1990, e daí em diante, temos assistido a uma proposta de desenvolvimento – e consequentemente de C4D - orientada para as seguintes premissas-chave:

1. Mobilização de recursos, implementação de estratégias e alteração de comportamentos em prol de um Ambiente Sustentável [maior sensibilidade à degradação do ambiente, para a qual contribuiu a Conferência das NU sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992)]. A natureza começava, finalmente, a ser vista como um universo físico capaz de implodir, com consequências catastróficas e irreversíveis para a Humanidade: “In the latter part of the 20th century (...) the institutional discourse then moved from mere exploitation to management of natural resources. Today, “sustainable development” or “sustainable environment” is the key phrase to describe the relationship of the development machine with environment” (Melkote & Steeves, 2001: 98). A vulnerabilidade da natureza constitui, assim, uma nova área de intervenção das agências das NU, com espaço programático «ECO-CIÊNCIA» assegurado por muitas RC em todo o mundo;

2. Valorização das necessidades humanas: maior preocupação com os direitos e liberdades fundamentais, com valores mais humanísticos e com o respeito pela vida, items abordados na Conferência dos Direitos Humanos (Viena, 1993),

3. Debate de políticas sobre população mundial na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo 1994);

4. Discussão de políticas globais sobre bem-estar social: retorno à retórica das necessidades básicas defendida na década de 1970 (Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social - Copenhaga, 1995). De realçar, a introdução do IDH, publicado pela primeira vez em 1990, mas recalculado para os anos transactos, a partir de 1975. No entanto, Melkote e Steeves (2001: 169) defendem que “as long as those who favor the neo-classical approach wield power in development, the basic needs approach cannot dominate. Considerations of national and global security and economics will always take priority”. Preocupação partilhada por vários peritos dos PVD: “that the real motiv of basic needs proponents is to sustain global patterns of power by maintaining a “reserve army” of labor for capital, an “army” that is perhaps better fed, but still disempowered” (Hoogvelt, 1982: 101, cited in Melkote & Steeves, 2001: 169);

5. Foco nas Abordagens Participativas de C4D: reforço da consciência crítica entre as populações, nas suas comunidades, e de estratégias de *empowerment* local: crescimento

exponencial de Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau e em Moçambique (capítulo IV);

6. Aparecimento de estudos pós-modernos, pós-estruturalistas, pós-coloniais e feministas que desafiaram as perspectivas e os modelos logocêntricos e ocidentais (desconstrução da ideologia dominante do poder);

7. Maior abertura à diversidade cultural como pilar fundamental da identidade;

8. Maior preocupação com a equidade de género e/ou emancipação feminina: Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres (Beijing, 1995) e Conferência da Mulher (Beijing5, New York, 2000);

9. Abordagens de desenvolvimento centradas nas pessoas e que sublinham a importância da auto-confiança, da capacitação, da participação local e da sustentabilidade ambiental;

10. Aumento exponencial das tendências a favor da globalização de estilos de vida, gostos, modas e do entretenimento mediado pelos mass-media;

11. Ascendência dos mercados globais e das empresas (visão macroeconómica);

12. Aparecimento do ciberespaço: NTIC geram maior caudal de informações novas. A este respeito, convém lembrar que a globalização veio colocar novos dilemas/novos objectivos de desenvolvimento e, conseqüentemente, novas estratégias de C4D. Em três volumes (1996, 1997, 1998) sobre «A Lógica das Redes na Era da Informação», Castells descreve um novo Paradigma Global no qual o PODER, “is no longer concentrated in institutions (the State), organizations (capitalist firms), or symbolic controllers (corporate media, churches). It is diffused in global networks of wealth, power, information and images, which circulate and transmute in a system of variable geometry and dematerialized geography. Yet it does not disappear” (Castells, 1997: 359). Este autor defende a existência de um “Quarto Mundo” (Castells, 1997:148) que integra vários países - fora da economia mundial pela sua fraca capacidade de crescimento - em três continentes (África, América do Sul e Ásia), alheios às mudanças de poder propiciadas pelas NTIC e pela Globalização. Isto é: os beneficiários do desenvolvimento são exactamente os mesmos: nações industrializadas e elites urbanas dos PVD (posição que corroboro na conclusão da presente Tese):

“Castells concludes that the network society will continue to widen the gap between the haves and the have nots, increasingly divided into those with access to cyberspace and other

forms of mobility and those without access. While the increased globalization of the planet is rendering national boundaries less relevant” (Melkote & Steeves, 2001: 64). Castells conclui ainda que “However, these gaps will be defined less and less by geography (industrialized versus Third World nations) or by transnational economic structures, but rather by a digital divide, i.e., those with access to cyberspace and others without such access” (Melkote & Steeves, 2001: 173).

Questões que nos remetem para a pós-modernidade e/ou actualidade, onde a engrenagem do desenvolvimento “is very powerful because of its vast reach and institutional backing. Institutions that are partners in the enterprise of development include state bureaucracies, aid agencies, multilateral agencies, the global network of NGO’s, private banks, technical consultancies, and research departments in universities” (Crush, 1995, cited in Melkote & Steeves, 2001: 153). É, por conseguinte, inquestionável a importância da C4D e dos seus instrumentos directos (RC) nos PVD.

Assume-se hoje - em oposição às décadas transactas -, que a natureza de cada intervenção desenvolvimentista deve ser equacionada segundo o contexto histórico, cultural, político e económico de cada país, de cada região, de cada comunidade. A análise desse contexto deve considerar **1.** Divisões sociais relevantes em termos de raça, género, classe social, escalão etário e religião; **2.** Questões ambientais (cosmos, recursos naturais, sustentabilidade ambiental) e **3.** Outros valores ético-sociais (justiça, preocupação pedagógica, equilíbrio opinativo, rigor informativo, narrativas locais, passado histórico, objectivos dos indivíduos):

“Development success requires a creative mix of government - and private – sector input, and both small - and large – scale initiatives. However, it is the specific context that decides what mix of resources to use (Honadle, 1999). Today, specific local circumstances and diversity are important factors that need to be addressed in policy and planning instruments. This will call for innovative, temporary networks of task forces that can best deal with the problems and challenges emanating from specific contexts” (Melkote & Steeves, 2001: 198).

Hoje, o Desenvolvimento/a C4D - via RC - privilegia o *bem-estar* das pessoas/das comunidades, em contraste com a Modernização (ex-libris do consumo material) que privilegiou o *bem-ter* (ex: pequenos agricultores eram tratados como pequenas empresas cujo objectivo final seria o lucro), um modelo que aumentou exponencialmente a pobreza. Infelizmente, muitas vezes, as receitas do desenvolvimento não foram adequadamente investidas no progresso dos PVD mas sim reconvertidas pelas elites africanas em mercadorias (educação superior cara, casas luxuosas e carros importados) ou canalizadas para projectos de desenvolvimento pouco prioritários. Um consumo excessivo disfuncional

que obrigou as elites africanas a garantirem a sua impunidade através de uma técnica infalível: vender a ideia de que a dominação ocidental constituía o único meio para a universalização da modernização, um paradigma que ignorou as especificidades culturais, geográficas, ideológicas e históricas (colonização, lutas de libertação, guerras civis) dos PVD e lhes retirou a possibilidade de trilhar o seu destino: “The dominant paradigm denied history to developing nations. The assumption was that the Third World nations resembled earlier stages of the history of West European nations” (Melkote & Steeves, 2001: 171), imagem distorcida que classificou o Terceiro Mundo de “subdesenvolvido”, um conceito imaginado que - como demonstrei - interferiu negativamente com a evolução da C4D.

Embora, como vimos, o funcionamento do aparelho da Modernização tivesse sido assegurado por uma ampla rede de organizações internacionais (NU e outras) - que determinaram “what could be said, thought, imagined; in short, it defined a perceptual domain, the space of development” (Escobar 1995a: 214, cited in Melkote & Steeves, 2001: 92) - esse desenvolvimento foi sempre acompanhado de iniciativas - com as lacunas supracitadas - em prol da C4D: “The realization has been, even during the emergence of the dominant development paradigm, that communication involving community participation formulates a very important facet in the promotion of sustainable development” (Bessete & Rajasunderam, 1996). Uma realidade reconhecida por Karin Gwinn Wilkins e Bella Mody (2001) nas suas definições de DevCom: “a process of strategic intervention toward social change initiated by institutions and communities” (Manyozo, 2006: 83).

Hoje, graças aos avanços conseguidos, a DevCom moderna é assim caracterizada: “diverse methodological and theoretical trajectories but still centres around participatory production and utilization of indigenous knowledge in local development” (Mulenga, 1999, cited in Manyozo, 2006: 83). Foi, finalmente, reconhecida a importância do tradicional, do diferente, da multiculturalidade, do ambiente e, sobretudo, da mulher no desenvolvimento sustentável: “Females are already central to virtually all concerns of development, for instance, farming and meeting basic needs, sustaining the environment, and contributing economically. In fact, the improvement in the conditions of women’s lives is statistically related to societal improvement” (UNDP, 1997, cited in Melkote & Steeves, 2001: 189-90). Um progresso teórico-prático que muito se deve à acção e/ou eficácia das RC: vozes de esperança que instituíram uma nova forma de combate à pobreza, à ignorância e ao isolacionismo.

5. Parêntesis-Síntese: evolução simultânea dos conceitos «Desenvolvimento & C4D»:

Em 1960, a ênfase foi colocada na transferência tecnológica de Norte para Sul, ou seja, a ajuda ao desenvolvimento económico focou-se nos países do Terceiro Mundo sob a forma de «planeamento e desenvolvimento de infra-estruturas». Época optimista face ao potencial dos *mass-media* - perante receptores passivos e isolados - no processo de modernização do Terceiro Mundo. Isto é: *mass-media* tinham uma forte componente pró-desenvolvimentista. Contudo, ao ignorar as limitações estruturais dos PVD, os investigadores usaram incorrectamente a comunicação de massas que expunha as pessoas à realidade incopiável do Ocidente. Mais: “The predominant concern of communication research through the 1960s was the effects of a particular source, medium, message, or a combination of these elements on the receiver. The obsession with effects of mass media on behavior alteration through increased exposure to mass media gave little consideration to the content of the messages to which the audience was exposed. In fact, there was an implicit assumption that any kind of mass media exposure would led to development” (Melkote & Steeves, 2001: 223).

Curiosamente, reportando-se à “informação ao serviço do desenvolvimento económico e social”, Schramm (1966: 211-12), defendia - já nesta altura - que há sempre uma contra-reacção à informação (indiferença, rejeição, aceitação, crítica) e que é em função desta que as forças dirigentes fazem a gestão da informação, de acordo com os seus próprios objectivos. Segundo o autor, os meios de informação interessam-se por dois tipos de contra-reacção, sendo uma delas conseguida pelos media locais:

“La première est celle qu’ils provoquent eux-mêmes par leurs programmes. Dans de nombreux pays, on le fait très efficacement en donnant à l’information un caractère «local». La radio devient «locale»; les journaux essaient vers les petites villes et envoient des reporters dans les villages. En d’autres termes, on fait largement appel à la production locale. On obtient ainsi une contre-réaction sous forme de nouvelles et d’opinions locales et on encourage le public à penser que les moyens d’information sont à sa disposition et ne servent pas seulement à s’adresser à lui”.

Na década de 1970, sob a influência do Presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, as prioridades eram: desenvolvimento rural integrado e necessidades básicas, o que permitiu a atribuição de novos papéis à C4D (interesse inovador pelas culturas locais) e aos *mass-media* (cujos efeitos eram agora percebidos em termos de sujeitos activos e membros de grupos sociais). Nos anos 80, o foco era o «ajustamento estrutural» e/ou condições de empréstimo (manutenção de taxas de câmbio competitivas, redução das despesas

governamentais e privatização de agências governamentais) e a pesquisa sobre comunicação passou a privilegiar “o papel de grandes estruturas económicas e políticas” no processo de desenvolvimento, em detrimento de factores individuais. Em 1990, o desenvolvimento humano tornou-se central incluindo temas como: direitos humanos, questões de género, cultura e preservação ambiental (reconciliação entre natureza e sociedade). A globalização e o aumento de fluxos de capital privado para os PVD forçaram o Banco Mundial, as agências das NU e outras agências bilaterais a adaptarem-se: anulação das dívidas dos países mais pobres, pequenos empréstimos (através dos bancos locais) às populações para iniciarem os seus próprios negócios e aumento da colaboração com as ONG locais, nomeadamente para a criação de RC que permitissem a reconceptualização do papel da comunicação no desenvolvimento nacional. Por conseguinte, também os *mass-media* passaram a conceder mais tempo à «informação para o desenvolvimento» e aos assuntos supracitados.

Hoje, as abordagens alternativas de desenvolvimento para o Terceiro Mundo tendem a ser pluralistas, multifacetadas, multidisciplinares, multisectoriais, multiculturais e multiétnicas e remetem-nos para um conjunto de objectivos - partilhados pela maioria dos peritos em desenvolvimento - interligados e indissociáveis:

1. Equidade na distribuição da informação e/ou acesso à comunicação e demais vantagens do desenvolvimento “The emphasis is placed on the poorest of the poor. Growth with equity was the clarion call of the 1970s and has been reintroduced in the 1990s under the banner of development with a human face” (Melkote & Steeves, 2001: 199);
2. Participação activa das pessoas no terreno “The objective is to involve the input of people in activities that are ostensibly set up for their benefit. This gives people voice and ensures that development plans and decisions are relevant and meaningful to them” (Idem);
3. Independência das comunidades locais na elaboração de projectos de desenvolvimento em prol dos seus próprios objectivos “The reliance would be on local skills and material resources, thus fostering greater self-reliance in development and leading to freedom from external dependency” (Idem);
4. Integração de ideias tradicionais e modernas, de sistemas velhos e novos, de elementos endógenos e exógenos, que constituam um todo apropriado às necessidades de cada comunidade “The local culture is not something to be discarded but instead would benefit from the native wisdom to come up with a unique syncretization that incorporates critical traditionalism with critical modernism” (Idem). É facilmente perceptível a importância dos

media comunitários nos objectivos mencionados.

Na última década, a importância da participação e autonomia locais no processo de desenvolvimento foi reconhecida e o próprio conceito de «desenvolvimento» evoluiu drasticamente: “A process of social change which has as its goal the improvement in the quality of life of all or the majority of people without doing violence to the natural and cultural environment in which they exist, and which seeks to involve the majority of the people as closely as possible in this enterprise, making them the master of their own destiny” (Wang & Dissanayake, 1984a: 5, cited in Melkote & Steeves, 2001: 198). Ideia corroborada por Jonathan Crush (1995: 6-7, cited in Melkote & Steeves, 2001: 46): “Development is fundamentally about mapping and making, about the spatial reach of power and the control and management of other peoples, territories, environments, and places”.

Assim como evoluiu o conceito de C4D que, hoje, significa: *empowerment* individual e colectivo, organização popular, acção comunicativa integradora das minorias, ressuscitação de experiências e conhecimentos locais, enquadramento multi e interdisciplinar (contribuição da psicologia social, da ciência política, da sociologia, da economia, da antropologia, etc.), libertação da opressão, repositório de conhecimento, comunicação emancipadora dos povos e das comunidades:

“(…) development communication is not message exchange but rather “emancipatory communication” that will free people to determine their own futures. That should include everyone participating in the process, not just the so-called target groups. The assumption is that once people get in touch with their sources of oppression as well as their sources of power, they will then be able to find solutions” (Melkote & Steeves, 2001: 39).

Outros peritos na matéria (Manyozo, 2010; Quebral, 1988; Servaes, 2008) complementam a ideia: “Communication for Development on the other hand refers to both the study and the praxis (theory and practice) of the employment of media and communications as facilities for empowering citizens and challenging development epistemology and hegemony in ways that would improve people’s livelihoods, societies and the environment”. Moemeka (1994: 13) resume, de forma notável, os pontos anteriores: “Development communication is the application of the processes of communication to the development process. In other words, development communication is the use of the principles and practices of the exchange of ideas to achieve development objectives. It is, or should be, therefore, an element of the management process in the overall planning and implementation of development programs”.

Choudhury (2011: 1 e 3) integra a perspectiva de estabilidade governativa “Communication is used for more than just passing on information from one person to another. It is often used as a tool to facilitate the participation of people in developmental activities. Such form of communication is known as development communication. (...) Media plays an important role in development communication through circulation of knowledge, providing forum for discussion of issues, teach ideas, skills for a better life and create a base of consensus for stability of the state” e atribui duas funções-chave à C4D “transforming role by bringing in social change in a way that will bring a higher quality of life. Here communication acts as an instrument to achieve these objectives and socializing role by seeking to maintain some of the established values of the society. In playing these roles, development communication seeks to create an atmosphere for change as well as providing innovation through which society may change”.

A FAO (2010: 7) enaltece o papel crucial/decisivo das RC como instrumentos de C4D:

“Whitin the context of social learning for adaptatitve livelihoods, communication plays a key role. Communication for Development or ComDev is a participatory approach that integrates the use of communication strategies, media and processes to enable people and institutions to share knowledge and information and reach consensus towards common action. As promoted by FAO and other development agencies, ComDev combines participatory communication methods and processes with a variety of media and tolls ranging from rural radio to ICT’s. Its strategies focus on responding to knowledge and information needs of rural audiences, including both rural knowledge institutions and vulnerable groups”.

Visão partilhada por Hadland e Thorne (2004: 23) “Communications for development came to imply two-way communications rather than the top-down approach used previously. Two forms of community media developed out of this: independent, privately-owned organizations with a community development orientation which were produced with some level of community participation; and communications initiatives in the development industries which sought to incorporate community participation in ownership, management and production” e por Jacob Srampickal (2006: 3), docente na Universidade Gregoriana Pontifícia de Roma:

“Without an adequate two-way flow of information and dialogue between periphery and center-exchange of knowledge, market information, political dialogue-development is unlikely to take place. Communication can link individuals and communities, governments and citizens in participatory and shared decision-making. Or, from an instrumental point of

view communication media support development, either through informational and educational campaigns or through participatory forms of group media, which change attitudes and beliefs”.

Linje Manyozo (2006: 83), professor de C4D na London School of Economics (LSE) define a DevCom moderna: “a group of method-driven and theory-based praxes that employ participatory foreground and backdrop communication tools in strengthening community decision-making processes and structures with the aim of improving livelihoods and promoting social justice”. Para mim, uma C4D útil e eficaz caracteriza-se por: conteúdos comunitários úteis, objetivos locais, regionais e nacionais claros, acompanhamento e validação independentes, processo responsável e sensível ao *feedback* das populações, resistente às pressões políticas, inovador, criativo, financeiramente sustentável, contínuo, gerador de envolvimento voluntário (ONG, associações de base e de moradores, instituições educativas, cooperativas de agricultores, apicultores, pescadores e pecuária, grupos de pressão ambientalistas e feministas, etc.) e de partilha mútua. Concordo, por isso, com a divisão tripartida de Wilbur Schramm (considerado o pai dos estudos sobre comunicação) quanto ao papel dos media no desenvolvimento:

INFORMAR “for the development of the society, correct social, political and economic influence is the main criteria. This information should be both national and international. People should be aware of the areas or facts which hamper the development process” (Choudhury, 2011: 4);

INSTRUIR “Mass literacy is an essential criteria to development. This is possible by imbibing basic skills among the people. Mass media plays an important role in this. Mass media can instruct people and educate them. These basic skills help people to develop their standard of living” (Idem);

PARTICIPAR “Voluntary and steady participation of the citizen of the country is necessary for its overall development. Such participation is possible in a liberal society. Such awareness is possible through debate, conflict and discussion. Discussions and debate helps people to know current issues, participate in developmental programme and bring a change in the standard of living of the society” (Choudhury, 2011: 5).

6. C4D sinónimo de *Empowerment*

Falar de C4D é falar de *empowerment* que, além de autonomia local, significa: “process by which individuals, organizations, and communities gain control and mastery over social and economic conditions (Rappaport 1981); over democratic participation in their communities (Zimmerman and Rappaport 1988); and over their stories” (Melkote & Steeves, 2001: 37).

Rappaport (1987: 121, cited in Melkote & Steeves, 2001: 354) vai mais longe: “a psychological sense of personal control or influence and a concern with actual social influence, political power, and legal rights”. Mas existem outras definições imponentes que provam a inquestionável importância das RC: “an intentional, ongoing process centered in the local community, involving mutual respect, critical reflection, caring and group participation, through which people lacking an equal share of valued resources gain greater access to and control over those resources” (Melkote & Steeves, 2001: 354).

Fawcett et al. (1984: 146, cited in Melkote & Steeves, 2001: 354) reiteram esta ideia: “community empowerment is the process of increasing control by groups over consequences that are important to their members and to others in the broader community”. Defendo, por isso, que o processo de capacitação começa quando os indivíduos, os grupos e as comunidades se apercebem da insignificância, irrelevância, impotência, invisibilidade, abandono, desigualdade, exclusão e desvalorização a que são sujeitos pela sociedade em geral e pelo resto do mundo.

Contudo, como veremos mais aprofundadamente no quarto capítulo, este *empowerment* comunitário proporcionado pelas RC é, muitas vezes, bloqueado e/ou impedido por pressões sociais, políticas, económicas e religiosas. Alguns governos - de que é exemplo Angola - tentam resistir à proliferação destes media, limitando a liberdade de expressão e o fluxo de informação nos restantes OCS (públicos e privados). O Estado desempenha, assim, múltiplas funções na C4D:

“First, it can resist movements that limit the development of its people. If it abandons its economy, politics, culture, or control of information flow to global autonomies, the state has essentially surrendered itself. Second, if the government has allowed transnational media to come and dominate, or allowed local media institutions to take to mindless entertainment and serve the interests of the market economy, it is hard to use the very same media to serve development needs” (Srampickal, 2006: 12).

7. Agências das NU, ONG, Fundações e Consórcios apostam claramente na C4D (RC)

“After a strong emphasis on mass media as agents of development, a general scepticism emerged in most developing countries about the media’s contribution to development. Today people recognize that the modern electronic media are more apt for the dissemination of information and for entertainment, whereas small low cost cultural media are much better suited for education, awareness, and development” (Atton, 2002). Daí a aposta inequívoca

de inúmeras organizações internacionais nas RC como instrumentos privilegiados de C4D - sobretudo em projectos para o Terceiro Mundo - dado o seu elevado grau de penetração e a sua invulgar capacidade de articular conteúdos educativos de acordo com as especificidades das comunidades envolvidas.

Por exemplo, cada uma das organizações que integra a “família das NU” elabora, financia e monitoriza projectos de C4D nas mais diversas áreas de actuação, ou seja: é presença obrigatória na programação das RC, campanhas: **1.** Da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre desenvolvimento rural, preservação do ambiente, nutrição, comercialização de produtos alimentares e agrícolas; **2.** Da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - grande protagonista no sector da comunicação social - em torno de três áreas-chave: “the free flow ideas by word and image, communication for development, and the development of socio-cultural impact of new communication technologies” (Melkote & Steeves, 2001: 49); **3.** Do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), no âmbito dos desafios impostos pelo crescimento populacional, visando encontrar soluções de equilíbrio entre População e Recursos através de estratégias informacionais, educacionais e comunicacionais; **4.** Do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre má nutrição infantil, fortalecimento das infraestruturas de saúde e expansão da educação primária “The UNICEF has actively relied on communication activities to garner public interest and support for its programs. In partnership with UNDP, UNICEF set up a Development Support Communication unit in the 1960s to stimulate and improve participation in all its projects” (Mayo & Servaes, 1994, cited in Melkote & Steeves, 2001: 50); **5.** Da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre imunização, controlo e erradicação de doenças mortais (HIV-SIDA, malária, tuberculose, varíola, lepra) e **6.** Do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) sobre construção e reforço da capacidade nacional em prol do desenvolvimento humano:

“The concept development support communication (DSC) was first articulated within the UNDP in the 1960s by Erskine Childers. It ascribed a management function to DSC: Communications were not confined to information or broadcasting organizations and ministries, but extended to all sectors; and their success in influencing and sustaining development depended to a large extent on the adequacy of mechanisms for integrated and coordinated multi-sectorial project planning” (Mayo & Servaes, 1994: 4, cited in Melkote & Steeves, 2001: 49).

A C4D constitui, assim, uma componente de peso no trabalho destas instituições internacionais para quem as RC são instrumentos pacíficos de luta diária. Exemplos concretos dessa aposta no terreno:

I. O **Instituto PANOS** aplicou deliberadamente a «Comunicação como suporte ao Desenvolvimento» em diversas áreas [Família e Cultura Tradicional, Género, Educação, Saúde, Ambiente, Juventude e Valor da Comunidade (importância de trabalhar juntos no desenvolvimento, formas de melhorar o espírito e a cooperação comunitárias, necessidades das comunidades hoje, etc.)]:

“PANOS is a regional non-profit, non-governmental communication for development organization. We use innovative methodologies to engage the media and other key stakeholders to ensure that the development agenda is shaped and driven by the most affected members of Africa’s communities. Communication is part of the fabric of societies. Panos believes that a communication environment that promotes development is one that enables poor people to make their voices heard, that helps people to participate in decision-making, and that encourages public debate - from the community level all the way to international policy” (in: <http://www.panos.org/node/22>).

Nos diversos *sites* desta organização, é bem visível a importância atribuída à C4D e às RC, incluindo a publicação de diversos estudos e manuais especialmente concebidos para radialistas comunitários (ver Figuras 7 a 10).

Figura 7



The image shows a screenshot of the PANOS website. At the top, there is a red navigation bar with the PANOS logo and the text "25 Years of Communicating for Development". Below this, there is a secondary navigation bar with links for Home, About Us, Our Work, Resources, Get Involved, News, and GAP. A search bar is also present. The main content area features a featured article titled "Pulaar/Fulfulde handbook for community radios". The article includes a thumbnail image of a radio broadcast and a detailed description in French and English. The French text states that the publication is intended for community radio animators in sub-Saharan Africa and is a practical and indispensable tool. The English text explains that Pulaar is the mother tongue of millions of people in Africa and is used as a communication medium in certain regions of West Africa. The Institut Panos Afrique de l'Ouest is presenting this manual to strengthen the capacities of Pulaar speakers in radio and to support the development of quality Pulaar programs. The collaborators listed are Abdoul Malal Diop (Professor at ENS - Dakar), Jaayre Diallo (author-translator), Siley Ndiaye (RTS journalist), and Souleymane Niang (consultant journalist).

In: <http://www.panos.org/node/254> (consultado a 17-07-2012).

Outras Publicações: In: <http://www.panos.org.zm/sites/www.panos.org.zm/files/RadioGuide.pdf>

Figura 8



In: <http://panoscaribbean.org/community-media-environment> (consultado a 18-07-2012).

Figura 9



In: <http://www.panos.org/node/29> (consultado a 19-07-2012).

Figura 10

The image shows a screenshot of the Panos Institute Southern Africa website. At the top, there is a navigation bar with the logo, a search bar, and links for 'Member Login' and 'Panos Staff Emails'. Below the navigation bar is a main banner featuring a photograph of a community meeting. The banner text reads: 'A Southern African community that is informed, engaged and empowered to drive its own development'. To the left of the banner is a vertical menu with links: Home, About Us, Programmes & Ongoing Projects, Media Centre, PSAf Methodologies, Reports and Publications, Case Studies, Job Opportunities at PSAf, Contact Us, and a URL: http://www.panos.org.zm/content/psaf-supports-media-freedom-zambia. Below the banner, there is a main content area with a headline: 'Community radios foster behaviour change in Mozambique'. The text below the headline discusses the organization's work with two community radio stations in Mozambique to enhance their capacity to produce and air communication programmes on HIV prevention. To the right of the main content area is a sidebar with 'Programme Highlights' and 'Blogs'. The 'Programme Highlights' section includes a link to 'read more ..'. The 'Blogs' section features two entries: 'A daily struggle to access clean water' and 'Itezhi Tezhi community station has improved access to health information'.

In: <http://www.panos.org.zm/content/community-radios-foster-behaviour-change-mozambique>

II. A aposta da FAO na C4D e/ou nas RC prova que a Comunicação tem a capacidade de melhorar as práticas diárias de agricultores, camponeses, pescadores, apicultores, etc. - sobretudo em África, onde a maioria da população sobrevive da agricultura - através de programas que incluem informações sobre: **1.** Melhores práticas de cultivo, **2.** Vantagens de uma nutrição adequada, **3.** Vulnerabilidades, impactos e acções de adaptação à mudança climática, **4.** Normas de segurança, **5.** Boletins meteorológicos regulares, **6.** Informação sobre preços das sementes nos países vizinhos, **7.** Segurança alimentar, **8.** Prevenção de desastres naturais (erosão costeira, enchentes), **9.** Consequências do aquecimento global, **10.** Incentivos estatais, **11.** Como solicitar micro-créditos, **12.** Opinião de especialistas, etc. Na verdade, o papel das RC vai muito para além da difusão de informação, exs: elas mobilizam-se para angariar fundos em prol das famílias afectadas pelas chuvas e fazem *lobby* junto aos governos para a execução de obras de adaptação à mudança climática de longo prazo.

A Presidente da AMARC, Maria Pía Matta, foi recebida, em Julho de 2011, pelo Director-

geral da FAO, José Graziano da Silva, que frisou a importância multifacetada das RC em todo o mundo e o seu papel vital na construção de uma democracia representativa:

“Creo que particularmente para las zonas rurales de Latinoamérica y África el tema de las radios comunitarias es clave para llevar información de urgencia con los impactos del cambio climático que se van a acentuar. No hay manera de hacer ningún mecanismo de alerta temprana sin tener involucrada a la radio” (...) la pertenencia de la comunidad, fomentan la participación e incentivan esa idea que el ciudadano puede dar su opinión. La radio comunitaria es clave por su capilaridad y su presencia local”.

A representante da AMARC enalteceu a parceria (bem visível no âmbito das várias iniciativas/projectos no terreno) e defendeu uma maior vinculação entre «alimentação, agricultura e comunicação»: “el trabajo con la FAO permite a AMARC una perspectiva de desarrollo comunicacional. Esta relación es importante para que se entienda que somos actores por el desarrollo democrático y no simplemente estaciones de radio” (in: <http://www.youtube.com/watch?v=YVuDUiOILZk>).

Numa comunicação sobre “La Importancia de la Radio y las Nuevas Tecnologías de Información y Comunicación en Apoyo a la Seguridad Alimentaria y el Desarrollo Rural”, Ester Zurberti, chefe do Serviço de Extensão, Educação e Comunicação para o Desenvolvimento da FAO, foi peremptória:

“La radio sigue jugando un papel clave en las áreas rurales donde es definitivamente el medio más popular también llamada “el Internet de los pobres. La FAO trabaja desde hace más de 30 años en el tema de la comunicación para el desarrollo rural. En los últimos años, la FAO ha multiplicado esfuerzos para superar la brecha digital especialmente ligando el uso de la radio al Internet para la difusión de informaciones relevantes en el medio rural. Dada la situación de pobreza en el mundo, la FAO concentra actividades en Africa, y es allí que se vienen implementando proyectos destinados a mejorar la capacidad de las radios comunitarias para llegar a sus poblaciones con información relevante”.

No site da FAO relativo ao projecto DIMITRA “a participatory information and communication project which contributes to improving the visibility of rural populations, women in particular”, podemos identificar um *link* específico “Community Radio/Media” (Figura 11) que nos transporta para um mundo infindável de projectos que envolvem as RC e de publicações sobre a importância das mesmas. Destaco:

a) “The One to Watch: Radio, New ICTs and Interactivity” (FAO, 2003), onde pode ler-se: “Africa’s community radio stations play an active role in the process of local development.

They inform the population, help people share experiences and knowledge, and facilitate exchanges. These

stations are often integrated into the community and are accessible to members from all social strata, including the illiterate and speakers of non-written languages” (in:

<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/006/y4721e/y4721e00.pdf>);

Figura 11



Dimitra Project Gender, rural women and development ENG FR

- Home
- Dimitra News
- About Dimitra
- Dimitra Workshops
- Dimitra Publications
- Dimitra Database
- Resources by Theme
 - Access to land and natural resources
 - Agriculture & Food Security
 - Climate change
 - **Community Radio / Media**
 - Conflict & Peace Building
 - Education & Training
 - Empowerment
 - Gender
 - Health
 - HIV/AIDS

Community Radio / Media

Climate Airwaves: Community Radio, Action Research and Advocacy for Climate Justice in Ghana

International Journal of Communication, Vol 5 (2011)

Community radio is well recognized as a powerful vehicle for advocacy and social change in Africa, but its use in the field of climate change has remained very limited, and then largely for top-down transmission of information to communities. This article discusses lessons learned to date from the Climate Airwaves, an initiative aimed at developing new approaches for supporting community radio broadcasters to investigate, communicate, and engage in broader debates on the impacts of climate change on vulnerable communities in Ghana. It also discusses in depth the central role that action research aimed at effecting social change plays in this particular initiative, and in climate justice initiatives more broadly.

In: <http://www.fao.org/dimitra/resources-by-theme/community-radio-media/en/>

b) “Communicating Gender for Rural Development: Integrating Gender in Communication for Development” (FAO, Dimitra, 2011) que define minuciosamente C4D:

“vital process in managing and supporting social, economic and political transformations, and one that places rural communities at the heart of development initiatives. All stakeholders in such initiatives, from agricultural producers, rural communities, community radio stations and local authorities through to development practitioners and planners, are considered as equal partners in communication. Consequently, all development actors adhere to the same understanding of communication and to the principle of concerted action” (in: <http://www.fao.org/docrep/014/am319e/am319e00.pdf>).

Deste documento, podemos ainda extrair as características-chave da C4D:

“the right to information and communication; the importance of information accessibility; the recognition and value of the knowledge of every individual; the need for the population itself, including marginalised individuals such as women, to take ownership of their development; the necessity of participation for negotiated decision-making and to ensure the sustainability of initiatives; the value of dialogue, discussion and the consideration of different points of view; the benefit of exchanging knowledge; awareness of the absence of neutrality in information and communication” (FAO & Dimitra, 2011: 25).

c) “Manual Diagnóstico Participativo de Comunicación Rural” (Roma, 2008) que focaliza, situa e enquadra a C4D nas suas múltiplas vertentes:

“La Comunicación para el Desarrollo, es el diseño sistemático y el uso de actividades de participación, enfoques de comunicación, métodos y medios para compartir información y conocimiento entre todos los socios en un proceso de desarrollo rural, para asegurar el entendimiento mutuo y el consenso que lleva a la acción. Tiene como fin facilitar la participación de la población en todos los niveles del proceso de desarrollo, para identificar e implementar políticas apropiadas, programas y tecnologías para prevenir y reducir la pobreza con el fin de mejorar las estrategias de vida de la población, de una manera sostenible” (in: http://www.comunicacionparaeldesarrollo.org/media_files/download/DPCR.pdf).

d) “Advancing Adaptation through Communication for Development” (Roma, 2010) que explica a importância da C4D no processo de adaptação das populações às mudanças climáticas:

“ComDev is central to the community-based adaptation approach to climate change. It combines participatory communication methods and processes with a variety of media and tools ranging from rural radio to information and communication technologies (ICTs). ComDev involves the systematic design and use of participatory communication processes, strategies and media to share knowledge and information among all stakeholders in a particular agro-ecological context” (in: <http://www.fao.org/docrep/012/i1553e/i1553e00.pdf>).

e) “Diseño Participativo para una Estrategia de Comunicación” (Roma, 2008) que demonstra a importância e versatilidade da rádio:

“la radio es multifacética y entre otras cosas, puede servir para transmitir mensajes, mejorar la organización de grupos y organizaciones, ampliar el foro para el diálogo social, proporcionar la construcción de capacidades de la comunidad, incrementar la conciencia y el conocimiento sobre los temas de la comunidad, llevar la voz de la gente hasta los altos niveles de la estructura política y movilizar a la comunidad para que se haga cargo de temas de interés colectivo” (in: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/y5794s/y5794s00.pdf>).

f) No âmbito da temática “Como podem as rádios ajudar os agricultores a tomar decisões informadas”, destaco o documento “Participatory Radio Campaigns and Food Security” (2011), da Farm Radio International, que nos dá conta da «African Farm Radio Research Initiative (AFRRI)»:

“a 42-month action research project implemented by Farm Radio International (FRI) in partnership with World University Service of Canada (WUSC), and with the support of the Bill & Melinda Gates Foundation. Working with partner radio stations in five African

countries – Tanzania, Uganda, Mali, Ghana, and Malawi – AFRRRI created a series of farm radio programs designed to educate farmers and enable them to improve their agricultural practices” (in: <http://www.farmradio.org/pubs/farmradio-prcreport2011.pdf>).

g) “Communication and Sustainable Development: Selected papers from the 9th UN roundtable on communication for development” (Roma 2007) que descreve o que caracteriza a revolução transformadora das últimas décadas, na qual as RC estão incluídas:

“New freedoms, a blossoming of public debate, a resurgent community radio movement, a proliferation of channels and titles across all media, a dynamic interplay between old and new technologies, the increasingly globalized nature of information and communication industries and connectivities and the loosening of government control over information have all characterized this revolution” (in: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1476e/a1476e00.pdf>).

De realçar a iniciativa «FAORURALRADIO»: “The FAO Extension, Education and Communication Service has from the very outset considered rural radio as the privileged medium available to rural communities, to have access to useful information and knowledge, to dialogue and to share experience, knowledge and techniques. Rural radio is a vital communication tool, particularly in Africa. Created and established more than three decades ago, this form of radio has become increasingly familiar, loved and used by the local populations. It promotes the exchange of views, brings people closer together, stimulates information, and enhances the value of local know-how” (ver Figura 12).

Figura 12

The screenshot shows the FAORURALRADIO website interface. At the top, there is the FAO logo and the text "FAORURALRADIO" and "FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS helping to build a world without hunger". Below this is a search bar and navigation links for "Rural Radio Home", "SD Dimensions", "Departments", "www.fao.org", "français", and "español". The main content area is titled "News" and features a red header for the article "Prioritisation of information/communication needs for rural community radios' listeners". The article text discusses the analysis of information needs for rural community radios in African countries, the purpose of the study, and the methods used. A sidebar on the left contains a "Rural Radio" logo and a list of navigation options: About US, Audio & Video Resources, News, Events, Contact Us, Food Security Channel, News from the Field, Partners, PhotoGallery, Publications, Training Materials, and Workshops. On the right, there are sections for "AMARC", "Related Links" (including links to AMARC, COIN, EMPRES, and GIEWS), and "News from the Field" (listing various regional and thematic news items).

In: http://www.fao.org/sd/ruralradio/en/24546/highlight_51341en.html (consultado a 27-07-2012).

III. A **UNESCO** e o **PNUD** não fogem à regra e têm apoiado e financiado a criação de RC em todo o mundo, nomeadamente em Moçambique, palco de execução do projecto mais profundo e abrangente realizado até à data, em todo o mundo, intitulado: “Fortalecimento da Democracia e Boa-Governança através do Desenvolvimento dos Media em Moçambique” (1998-2006) que permitiu: avaliação técnica das estações de rádio existentes, apoio ao serviço público de radiodifusão, implementação - de raiz - de 10 Rádios Comunitárias nas províncias, reforço e fortalecimento do pluralismo e dinamismo dos órgãos de comunicação, descentralização e fortalecimento institucional dos media, formação de jornalistas e editores, avaliação do ensino do jornalismo no país, apoio à imprensa escrita emergente e reforço do equilíbrio de género (in: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001227/122727porb.pdf>):

"Strengthening Democracy and Governance through Development of the Media in Mozambique" was the title of a major UNESCO/UNDP media development project from 1998 to 2006. The project was created to support Mozambique's process to become a multiparty democracy after the peace accord in 1992. The project aimed to strengthen and further develop an independent and democratic, diverse and pluralist media landscape with both public, private and community actors” (in: <http://www.mediamoz.com/>).

A partir das experiências obtidas nas RC implementadas pelo projecto supracitado, estas duas agências das NU publicaram múltiplos documentos vitais ao sector da Comunicação Comunitária neste PALOP, destaco:

1. “Rádio Comunitária: No Ar, Legalmente. Do Licenciamento ao Exercício em Moçambique” (2000)¹⁴;
2. “Algumas Experiências de Apoio ao Estabelecimento de Rádios Comunitárias pela UNESCO em Moçambique: Ondas Comunitárias” (2001)¹⁵;
3. “How to do Community Radio: a primer for community radio operators” (2002)¹⁶
4. “Manual de Apoio: Integração e Formação de Produtores de Programas em Rádios Comunitárias” (2003)¹⁷;
5. “O meu Primeiro Passo na Produção de Programas nas Rádios Comunitárias (2003)¹⁸;
6. “Participation by Community Radios in Civic Education and Electoral Coverage” (2003)¹⁹;
7. “Manual de Pesquisa para Rádios Comunitárias: Técnicas simples para monitoramento e avaliação de rádios comunitárias” (2004)²⁰;

¹⁴ In: <http://www.mediamoz.com/CR/CC.pdf> (consultado a 27-04-2012).

¹⁵ In: http://www.mediamoz.com/CR/CR_WAVES.pdf ou http://www.mediamoz.com/CR/Livro_Unesco.pdf

¹⁶ In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001342/134208e.pdf> (consultado a 27-04-2012).

¹⁷ In: http://www.mediamoz.com/CR/crmanuals/IntForm_ManApoio.pdf (consultado a 27-04-2012).

¹⁸ In: <http://www.mediamoz.com/CR/crmanuals/PrimPasso.pdf> (consultado a 27-04-2012).

¹⁹ In: <http://www.mediamoz.com/ME/doc/creeng.pdf> (consultado a 27-04-2012).

²⁰ In: <http://www.mediamoz.com/CR/crmanuals/ManPesq%20.pdf> (consultado a 27-04-2012).

8. “Manual de Procedimentos Administrativos das Rádios Comunitárias e Centros Multimédia (2006)”²¹.
9. “Media Development Indicators: a framework for assessing media development” (2008)²²
10. “Community Radio Handbook” (2001)²³
11. “Community Media: A Goog Practice Handbook” (2011)²⁴.

De destacar o “International Programme for the Development of Communication (IPDC)”, criado, em 1980, pela UNESCO, do qual Moçambique e Guiné-Bissau são beneficiários, cujo objectivo é “to contribute to sustainable development, democracy and good governance by fostering universal access to and distribution of information and knowledge through strengthening the capacities of developing countries and countries in transition in the field of electronic media and print press”, e cuja 26ª sessão foi clara quanto à importância da C4D:

“As stated in its Constitution, UNESCO is dedicated to promoting the free flow of ideas by word and image. Its efforts in the area of media development and the defense of press freedom over the past decades are a strong indication of the Organization’s unwavering commitment to the development of free, independent and pluralistic media. This focus on media development assistance is clearly linked to media’s potential to strengthen democratic processes which are participatory, transparent and accountable, and encompass all actors of society” (Paris, 26-28 Março 2008).

Palavras de Abdul Waheed Khan, Sub-Director Geral da UNESCO para a Informação e Comunicação, corroboradas pelo seu homólogo Janis Karklins:

“The media’s contribution to the creation and sustaining of functioning democracies and their potential to serve as a catalyst for human development provide the justification for UNESCO’s media development efforts. Free, independent and pluralistic media empower citizens with information that enables them to make informed choices and actively participate in democratic processes. They can help enhance transparency and accountability, by facilitating dialogue between decision-makers and the rest of society and by exposing abuse of power. They also play a crucial role in improving the public’s understanding of current or emerging issues, events, priorities, and policy pronouncements and options” (UNESCO, 2008: v).

²¹ In: <http://www.mediamoz.com/CR/crmanuals/ManAdmin.pdf> (consultado a 27-04-2012).

²² In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102POR.pdf> (consultado a 27-04-2012).

²³ In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001245/124595e.pdf> (consultado a 27-04-2012).

²⁴ In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002150/215097e.pdf> (consultado a 27-04-2012).

Uma das prioridades do IPDC é, sem dúvida, a Comunicação Comunitária, sobretudo as RC:

“Community-based media contribute to media pluralism, diversity of content, and the representation of a society’s different groups and interests. Community media encourage open dialogue and transparency of administration at local level and offer a voice to the voiceless. They actively involve community members in their operations – both as audiences and as participants. Radio is by far the most favoured community medium in developing countries. Given its accessibility and cost-effectiveness, community radio represents a democratic and participatory medium, which can successfully be used for development purposes. It is easy to operate and lies within the capacities of many local communities who are often left aside by mainstream media and information channels” (in: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/intergovernmental-programmes/ipdc/about-ipdc/> (consultado a 28-07-2012).

A nova estratégia de comunicação da UNESCO (adoptada em 1989 através das

resoluções 25C/104 e 32C/75) é clara: “To encourage the free flow of information, at international as well as national levels, to promote the wider and better balanced dissemination of information, without any obstacle to freedom of expression, and to strengthen communication capacities in the developing countries in

order to increase their participation in the communication process” (UNESCO, 2008: 4).

Figura 13

29-03-2011 (Paris)

Ninety-three projects aimed at expanding opportunities for free, independent and pluralistic media in developing countries worldwide have received funding at the 55th annual meeting of the Bureau of the International Programme for the Development of Communication (IPDC), which took place at UNESCO Headquarters in Paris from 22 to 24 March. A total of more than US\$ 2,3 million was allocated to these projects, which will be implemented in 65 countries.

The majority of the projects approved (39) concern Africa, a UNESCO priority, while 22 will be implemented in Asia and the Pacific, 18 in Latin America and the Caribbean, 12 in the Arab region and 2 in Europe. All of them will contribute to at least one of IPDC’s three main priorities, i.e. promoting freedom of expression and media pluralism; development of community media; capacity building of media professionals. They include one larger project, to be financed by Belgium with the endorsement of the IPDC Bureau, which involves a multi-stakeholder assessment of emerging media development needs in the MENA region.



Radio equipment provided under an IPDC project to a CMC in Niger © UNESCO/C. Arnaldo

The image shows a screenshot of a UNESCO website page. At the top left is the UNESCO logo with the text 'United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization'. The main header is 'Communication and Information'. Below this is a breadcrumb trail: 'UNESCO » Communication and Information » Resources » News and In Focus articles'. On the left side, there is a blue sidebar with the following links: 'News and In Focus articles', 'News articles', 'In Focus articles', and 'News by email'. The main content area features a date '22.03.2012 -' followed by the title 'UNESCO supports community radios in Tunisia'. The text of the article states: 'UNESCO, through its Rabat Office, supported the World Association of Community Radio Broadcasters in the organization of training on community radio in Tunisia. The main training session took place from 12 to 14 March 2012 in Gafsa (Tunisia) and was followed, from 15 to 18 March 2012, by a series of training-mentoring workshops for Sawt el Manajem radio staff.' It then lists the organizations involved: 'The Jordan Community Media Network (CMN), International Media Support (IMS), Oxfam Novib, EED, and many Tunisian radios and production groups were also involved.' The training aims are listed: 'The training aimed at strengthening professional capacities of Sawt el Manajem radio staff in the following fields: content development in accordance with community radios mission, women's participation, programming definition, community radios' sustainability, and ethics and deontology.' The article concludes with: 'UNESCO promotes community media in order to enhance media pluralism and the inclusion of marginalized communities in policy- and decision-making processes related to sustainable development. Community radio has a special place in UNESCO's programmes. The aim of UNESCO's community radio programme is to address crucial social issues at a community level, such as poverty and social exclusion, to empower marginalized rural groups and catalyze democratic processes and development efforts.'

In: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/>

IV. Destaco também o trabalho árduo e mundialmente conhecido da **UNICEF** nestas áreas:

“C4D seeks to accelerate achievement of key results in UNICEF's Medium-term Strategic Plan (MTSP) for the Millennium Development Goals (MDGs) by: increasing knowledge and awareness, improving and building new skills, maintaining and increasing demand for products and services, improving the performance of service providers, changing individual behaviours and collective practices, influencing attitudes, social norms and power relationships, enhancing self esteem and promoting self efficacy, changing national and local policies and legislation” (in: <http://www.unicef.org/cbsc/index.html>).

E respectiva colaboração com as RC em diversas frentes: combate ao abuso sexual e à violência doméstica contra crianças e raparigas, luta contra o estigma da discriminação sexual, combate à maternidade precoce, à mortalidade materna e infantil, ao abandono escolar, à criminalidade e delinquência juvenil e à mutilação genital feminina, incentivo à educação/formação das raparigas, explicação dos direitos das crianças contra a sua exploração, promoção da equidade de género, imunização de crianças e adultos, etc.

(in: http://www.unicef.org/mozambique/media_7786.html);

(in: http://www.unicef.org/mozambique/pt/media_5720.html), consultados a 28-07-2012.

Introduction



© UNICEF/2011-0440/Olivier Asselin

Sierra Leone: Teenage girls perform a play on teenage pregnancy during a mentoring session at St Joseph Primary school in Makeni. Local, female role-models spend some of their time advising girls on how to conduct themselves, and informing them on health and hygiene practices.

Communication for Development (C4D) is one of the most empowering ways of improving health, nutrition and other key social outcomes for children and their families.

In UNICEF, C4D is defined as a systematic, planned and evidence-based strategic process to promote positive and measurable individual behaviour and social change that is an integral part of development programmes, policy advocacy and humanitarian work.

C4D uses dialogue and consultation with, and participation of children, their families and communities. It privileges local contexts and relies on a mix of communication tools, channels and approaches. C4D is not public relations or corporate communications.

Figura 15 In: <http://www.unicef.org/cbdc/index.html>

Um estudo financiado pela UNICEF sobre “Formas de Comunicação Tradicional na Guiné-Bissau” evidencia a necessidade de atribuir ao desenvolvimento sustentável um cariz participativo e a urgência de correlacionar desenvolvimento, comunicação e actores locais:

“Se o desenvolvimento sustentável deve ser um processo participativo, então, não pode haver um desenvolvimento sem comunicação. Por isso alguns preferem dizer comunicação para o desenvolvimento. Outros utilizam o conceito de educação para o desenvolvimento, como ideia mais abrangente de influências visando a mudança de mentalidades, comportamentos e atitudes. A comunicação para o desenvolvimento seria, assim, o processo pelo qual as ideias podem ser compreendidas, partilhadas e apropriadas. Nela os actores intercambiam conhecimentos e outras ideias capazes de conduzir a acções concretas de desenvolvimento” (Quadé, 2001: 11).

No documento “Communication for Development: Strengthening the effectiveness of the United Nations” (2011: 9), a UNICEF defende uma estratégia (HRBA) focada na identificação dos beneficiários (pessoas/grupos) e dos garantes (Estados/ONG) dos direitos humanos e no reforço das capacidades de ambos os actores para cumprirem as suas funções:

“C4D is consistent with and rooted in the HRBA approach to development that must guide all United Nations programming at country level. C4D approaches prioritize the information and communication needs and interests of the poor and uses a variety of channels to enable disadvantaged people – men and women, young and old – understand and participate in the process by which they can realize their rights. The use of the full range of new and traditional medias well as face-to-face discussions is all part of a rights-based approach to C4D. Community media in particular provide a platform for people’s voices and offer opportunities for informed participation of marginalized groups in the development discourse”.

Community radio encourages girls' education in Mozambique



© UNICEF Mozambique/2008/ Lemoyne

Children participate in the production and presentation of their own radio programmes on the UNICEF-supported Erive Community Radio station in Maganja da Costa District, Mozambique.

By Emidio Machiana

MAGANJA DA COSTA DISTRICT, Mozambique, 2 May 2008 – For almost a year, many families in Mozambique have awakened at daybreak to the pleasant voice of the young announcers at Erive Community Radio, the Maganja da Costa District's new UNICEF-supported radio station.

Since the station began broadcasting, communities throughout the district have seen a gradual change in people's behaviour – a change mainly affecting the lives of girls.

"In our radio programmes we discuss many children's rights issues, such as our right to health, to protection against violence and abuse, and to education," says the host of Erive's children's programme, Regina João Marenço, 14. "We have been given a lot of prominence to promote girls' education."

In the last year, the number of girls enrolled in Maganja da Costa's primary schools has increased by almost 5,000.

In: http://www.unicef.org/education/mozambique_43768.html

Strategy development

C4D strategies are developed by applying a range of communication theories, concepts and approaches to practical, on-ground insights gathered through research during the communication analysis stage. A C4D strategy at UNICEF typically encompasses:

- **Setting social and behavioural outcomes**, as well as **communication objectives** that identify key desired behaviours or social practices among children and their communities – these need to be maintained, changed or developed and are clearly linked to the achievement of larger programme and advocacy goals.
- **Audience analysis** that identifies key participant groups in the communication process as well as the networks of influencers and community mobilizers who can be called upon during an initiative to influence or support behaviour and social change among the key participant groups.
- **Designing creative approaches** that consist of plans for the development of content, materials and channels of communication. Delivery of accurate, sensitive and culturally appropriate messages is strategically spread across multiple channels of communication. These channels include print media, websites, radio and television as well as more traditional forms including puppet shows, street theatre and traditional ballads. Community-based workers, local leaders and service providers often become channels of communication to consult and dialogue with communities and households.
- **Developing an implementation plan** that includes the schedule and resource implications of events and actions for activating the development, dissemination and utilization of C4D messages and materials. An implementation plan also contains plans for training of community mobilizers and service providers.
- **Developing monitoring and evaluation plans** that clearly lay out the indicators and research methods for measuring performance and impact of C4D initiatives. Monitoring and evaluation data provide the basis for course correction and revision of plans to ensure that C4D strategies are evidence-based, focused and strategic.

Figura 17

In: http://www.unicef.org/cbosc/index_42339.html

V. Criado em 2003, o Consórcio “Communication for Social Change” (CFSC), merece destaque, não só, por trabalhar globalmente na defesa dos direitos humanos e na implementação de abordagens de comunicação participativa (concebidas para ajudar as pessoas a efectuarem as mudanças sociais pretendidas, a longo prazo, quanto a convicções e valores públicos capitais), mas também, por ter sido escolhido pela sede do PNUD como

fornecedor de formação em C4D para as suas representações regionais. Porquê? No *site* oficial desta ONG pode lêr-se: “We have grown into a network of committed practitioners and scholars who believe that communication must be bottom-up (as opposed to top down and externally generated), empowering, and based upon principles of tolerance, equity, justice, and unleashing the voices of the previously unheard”.

Informação complementada por Srampickal (2006: 14): “Starting with work at the Rockefeller Foundation, the network now numbers hundreds of scholars and practitioners, united by a belief in participatory communication for development, in empowering... based upon principles of tolerance, equity, justice, and unleashing the voices of the previously unheard. CFSC activities include developing curricula for university courses, teaching short courses and providing training, supporting research fellows, and compiling best practices”.

Nestes domínios, destaca-se o projecto “Communication for Empowerment”²⁵, em parceria com o PNUD e financiado pelo «Fundo para a Democracia das NU», cujo objectivo é “accelerate democratic participation in national development processes in six countries of Africa and Asia. The project will comprise four main elements: national consultations, information and communication audits, building partnerships to develop strategic responses to meet the needs of poor and vulnerable people and disseminating results to regional and global audiences”.

De realçar, a publicação “Communication for Empowerment: A Practical Guidance Note”²⁶ (PNUD, 2006) onde o conceito é assertivamente explicitado:

“Communication for Empowerment is an approach that puts the information and communication needs and interests of disempowered and marginalized groups at the centre of media support. The aim of Communication for Empowerment is to ensure that the media has the capacity and capability to generate and provide the information that marginalized groups want and need and to provide a channel for marginalized groups to discuss and voice their perspectives on the issues that most concern them”.

O Consórcio lançou recentemente um DVD (Figura 18) sobre «como conduzir conversações públicas em torno de assuntos sensíveis», de que é exemplo o HIV-SIDA, onde se explica, por exemplo, como devem as comunidades lidar com esse estigma, motivar o engajamento juvenil e alertar os grupos vulneráveis à doença. Uma importante ferramenta e/ou recurso

²⁵ As restantes directrizes deste e de outros projectos em curso podem ser consultadas em: <http://www.communicationforsocialchange.org/current-projects> (consultado a 28-04-2012).

²⁶ In: <http://www.communicationforsocialchange.org/pdfs/communicationforempowermentfinal.pdf> (idem).

para as RC que apostam exactamente neste diálogo conjunto em prol da sensibilização comunitária.

São inúmeras as Agências (NU e outras), as ONG, as Fundações, os Consórcios, as Redes, as Organizações e os Centros de Investigação internacionais que adoptaram a C4D - e seus instrumentos

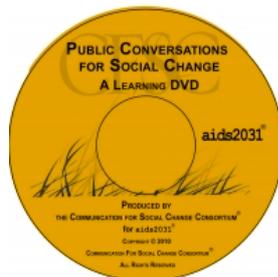
privilegiados: RC - como estratégia-chave agregadora de inúmeras iniciativas e projectos a implementar no terreno, sobretudo em África, e cuja listagem e respectivos planos de acção podem ser lidos em: http://www.unicef.org/cbsc/index_42731.html (consultado a 7-4-2012).

Realidade que nos permite concluir que, apesar da sua originalidade, singularidade e pertinência, a temática "Media e Desenvolvimento" não é recente e tem sido largamente abordada nestas últimas décadas, como comprovam os múltiplos eventos organizados pelas agências das NU. Contudo, o tema está longe de se encontrar esgotado, sendo útil contribuir para a sua reflexão bem como para a definição de acções concretas no terreno (Comissão Europeia, 2008: 1) já que, como afirmam Friberg e Hettne (1985: 220, cited in Melkote & Steeves, 2001: 19): "There is no universal path to development. Each society must find its own strategy". E que melhor estratégia para os PVD senão fazer ecoar a voz humana através dos tempos por via das RC: os media das grandes causas?!

Termino o presente capítulo com as palavras do Doutor João Ferrão, investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e especialista em geografia humana e desenvolvimento regional e urbano:

“Vivemos um período de transição profunda, marcado por um passado que já não é possível prolongar e por futuros anunciados que não se irão cumprir. A visão unilinear de modernização, progresso e desenvolvimento encontra-se, hoje, profundamente abalada. Pelo contrário, instabilidade e complexidade, imprevisibilidade e contingência, são elementos centrais das sociedades contemporâneas. Este novo contexto obriga a questionar as velhas certezas, a contestar análises, a duvidar de soluções dadas como adquiridas. O pensamento contraintuitivo ganha, assim, um renovado papel. Talvez haja, afinal, mundos que não vemos,

Figura 18 In: <http://www.communicationforsocialchange.org/>



Public Conversation DVD

This DVD discusses how to facilitate public conversations on sensitive community issues that may not be readily discussed in communities. It includes examples on how to create safe spaces for discussions from public conversations held in Mexico, Cameroon, Senegal, San Francisco, and Jamaica.



alterações que nos escapam, espaços de esperança por identificar e soluções inteligentes por desenvolver” (Culturgest, Março de 2012).

A Comunicação Social - sobretudo os Media Comunitários - são, a meu ver, esses espaços de esperança que têm um contributo a dar para reescrever a história e tornar o actual período de transição mais perceptível e articulado, mais promissor e equitativo. As RC permitem expor realidades invisíveis, revelar dinâmicas territoriais em curso, imaginar desenvolvimentos transformadores, desenvolver comunidades “contraintuitivas”, recuperar pontos de contacto, estabelecer redes de energia e propor soluções adequadas a um mundo interdependente no actual contexto de crise e transição. Isto é: as RC são espaços de aventura e experimentação comunitária politicamente significativos, socialmente comoventes, com uma programação inabitual e arriscada, e uma abordagem que nos permite o regresso ao essencial, num âmbito potencialmente revolucionário. Eu diria que são projectos ambiciosos, registos de actores plurais, que se instituem como sementes da próxima vaga e que impõem um novo rumo à C4D. Porquê? Permitem entender o mundo pela inteligência e quebrar fronteiras geográficas.

Partilho, por isso, das conclusões do perito Martín Barbero, resultantes da sua análise sobre a proliferação das rádios locais na América Latina: **1.** A comunicação está intrinsecamente ligada ao exercício político e influencia as políticas nacionais, **2.** A recepção dos *mass-media* está sempre associada aos usos sociais da comunicação, ou seja, ao que as pessoas fazem em resultado daquilo que vêem, lêem e ouvem), **3.** As pessoas são fundamentalmente seres activos, inteligentes e tácticos, com plena capacidade de perturbação, subversão, resistência e apropriação dos processos e das mensagens mediáticas, **4.** O estudo da comunicação de massas já não consiste unicamente na análise dos mercados e do consumo; pelo contrário, constitui um campo privilegiado para a redefinição do espaço público e da construção da democracia, **5.** As rádios locais são exemplos distintos da importância de compreendermos a utilização popular dos media, **6.** Desafio actual: “Such examples of media use challenge the reader to reconsider traditional analyses of communication with their dichotomies of dominating sources and dominated recipients and conceptions of passive consumption and alienation” (Srampickal, 2006: 15-16).

Bem como das convicções do académico europeu Jan Servaes, para quem: **1.** As questões de C4D devem ser consideradas em diferentes níveis de análise: do local ao internacional, **2.** As iniciativas desenvolvimentistas devem nascer por intermédio das comunidades e organizações de base, **3.** Os principais actores no processo de desenvolvimento são os movimentos sociais que rompem com a submissão a estruturas hierárquicas visando criar o seu próprio sistema

independente de comunicação e de organização, **4.** Para usufruir da "energia" de tais movimentos desenvolvimentistas, as organizações locais devem poder elaborar o seu próprio programa: definir os assuntos a abordar, o formato a adoptar e a forma de avaliação, **5.** O objectivo central do desenvolvimento - a par com a produtividade económica - é a consciencialização sobre a importância e singularidade dos valores culturais, **6.** O desenvolvimento deve ser, primeiramente, definido no âmbito cultural, e não a nível económico e político, **7.** Existem condições que desenvolvem verdadeiramente uma nação: “A participatory structure of communication, leading to self-reliance and decentralization from power structures and controllers leads to greater autonomy, responsibility, and true development” (Srampickal, 2006: 16).

Corroboro também as posições de Nora Quebral, resultantes do seu trabalho como líder de pesquisas em inúmeros programas agrícolas patrocinados por agências internacionais: **1.** A C4D é, simultaneamente, um “conceito e um curriculum”: deve ajudar as pessoas a alterar a sua forma de comunicação e, não apenas, a sua posição económica, **2.** Além de “económico”, o desenvolvimento ganhou novos qualificativos: participativo, sustentável e equitativo, **3.** Uma eficaz C4D depende de um diálogo honesto e transparente entre todos os protagonistas que devem clarificar a sua posição e interpretar a de outrem, **4.** A negociação e a mediação com o Governo e as autoridades competentes são a chave do sucesso, **5.** A C4D é: “a term for method-driven and theory-based praxes that use participatory communication tools to strengthen community decision-making processes and structures. The aim: improve livelihoods and promote social justice” (Manyozo, 2005, cited in Srampickal, 2006: 18).

Os autores supracitados optam claramente por modelos de comunicação e educação para o desenvolvimento focados na capacitação das pessoas como construtoras da sua própria identidade e cultura. Karen Gwinn Wilkins (1999, cited in Srampickal, 2006: 20) resume astutamente este capítulo, reconhecendo que o futuro da comunicação em África são as RC:

“The early dominant paradigm articulated by Lerner, Schramm, and others assumed that media, as tools to promote national development goals would have the power to inspire individuals to act and think in modern, Western ways. The thinking of dependency scholars remained within a global structure that situated developing countries and kept power in the hands of wealthier nations. Participatory approaches to development drew attention to the power of local communities to recognize and resolve social concerns. The recent emergence of social movements complements participatory approaches by emphasizing the ability of marginal communities to control their own social change”.

“Falando de democratização em África, um desafio particular levanta-se: como podem as populações, na sua diversidade, determinar o seu futuro e o tipo de desenvolvimento que pretendem para elas mesmas? Como pode a rádio participar na criação de uma cultura democrática que permita às populações assumirem responsabilidade pela gestão política, económica e nacional? A Rádio Comunitária, através da nova liberdade de expressão, tem a possibilidade de dar nova forma à tradicional expressão oral africana, na qual o discurso constrói a aldeia”.

Eugene Aw., AMARC, 1991.

CAPÍTULO III

RÁDIOS COMUNITÁRIAS: O FUTURO FALA «GLOCAL»

No capítulo anterior, destaquei quatro fases de desenvolvimento distintas mas interligadas pela evolução da C4D. Anos 60: modernização; Anos 70: perspectivas críticas; Anos 80: perspectivas de libertação; Anos 90 até à actualidade: “Teoria Comunitária”, uma moldura desenvolvimentista extremamente abrangente que, como vimos, valoriza sobremaneira a acção humana na mudança social, a preservação da comunidade no seu todo, a cultura - *per si* - e as várias construções culturais da realidade (multiculturalidade), a preservação do ambiente e da eco-esfera, a libertação de estruturas opressivas e de dependências externas sufocantes e inviabilizadoras da inclusão dos PVD: “Restorations of one kind or another - of nature, of cultural identity, of the lost sense of community - play a critical role in the emancipatory projects of communitarian movements” (Tehrani, 1994: 286). Uma abordagem resultante da “Perspectiva Ética do Desenvolvimento” que exalta um novo modelo de comunicação «Pesquisa-Acção Participativa» e que impõe a pergunta: como utilizar o valor organizacional da comunicação em prol da capacitação de indivíduos, grupos e comunidades marginalizadas? (Melkote & Steeves, 2001: 327).

“People cannot be liberated by a consciousness and knowledge other than their own” (Fals-Borda, 1991: 14). É nesta premissa-chave que se baseou a resposta à questão supracitada, resposta essa espelhada na aposta inequívoca das agências das NU - e de outras instituições supranacionais - nas Rádios Comunitárias: instrumentos de Globalização contra-hegemónica que provam a capacidade inata dos seres humanos para criar conhecimento. Como também referi, a C4D aqui conceptualizada remete para a emergência de um novo paradigma «Acção Local, Impacto Global», atento às singularidades de cada contexto e alicerçado na «participação» como processo de *empowerment*: “Here, individuals are active in development programs and processes; they contribute ideas, take initiative, articulate their needs and problems and assert their autonomy” (Ascroft & Masilela, 1989, cited in Melkote & Steeves, 2001: 337). Um paradigma humanista que valoriza o compromisso mútuo entre: cidadãos e

governos, sectores público e privado, esferas local/comunitária, regional, nacional e mundial, processos endógenos e exógenos, conhecimento formal e informal, práticas tradicionais e modernas, realidades individuais, colectivas/grupais, familiares e sociais, modernismo e pós-modernismo, conhecimento científico e senso comum, desenvolvimento e inclusão, globalização e glocalização e, por último, entre comunicação, participação e evolução social:

“Communication is thus a vehicle for liberation from mental and psychological shackles that bind the people to structures and processes of oppression. Used in this way, communication is performing its true function - communicate or building commonness among the members of a group or community striving to change their present situation” (Melkote & Steeves, 2001:339).

Como atingir eficazmente este compromisso? Como incutir nos governos a urgência das demandas particulares das diferentes comunidades? Como despertar nestas, a necessidade de avaliar os seus problemas regionais específicos, bem como, alertá-las para a importância do esforço comum em prol do progresso nacional? Exemplos mundiais de sucesso provam que é através das Rádios Comunitárias: símbolos de intervenção e resistência pacífica à manipulação externa e aos abusos de poder:

“Radio from its very inception played an important role in development communication; this is mainly due to its advantage of reaching to a large number of people from different sections of the society. Community radio is another important medium which is growing in importance especially in rural India. Here, NGOs and educational institutions are given license to set up a local community radio station to broadcast information and messages on developmental aspects. Participation of local community is encouraged. As community radio provides a platform to villagers to broadcast local issues, it has the potential to get positive action” (Choudhury, 2011: 6).

Por conseguinte, este capítulo visa responder às seguintes questões: como definir estes media, alternativos às rádios comerciais e estatais? Que características os elegem como instrumentos privilegiados de C4D? O que os distingue como promotores ímpares de desenvolvimento local? Quais as suas fraquezas e as suas potencialidades? Quais são as possibilidades e os limites para o uso do radialismo comunitário em educação? Toda e qualquer resposta implica abordar dez conceitos-chave: democracia, boa-governança, identidade, comunidade, *empowerment*, responsabilidade, desenvolvimento local/comunitário, comunicação comunitária e participativa. Uma reflexão oportuna já que tangencia algumas características do «glocal» que, por sua vez, nos transportam para outras dimensões espaciais das RC.

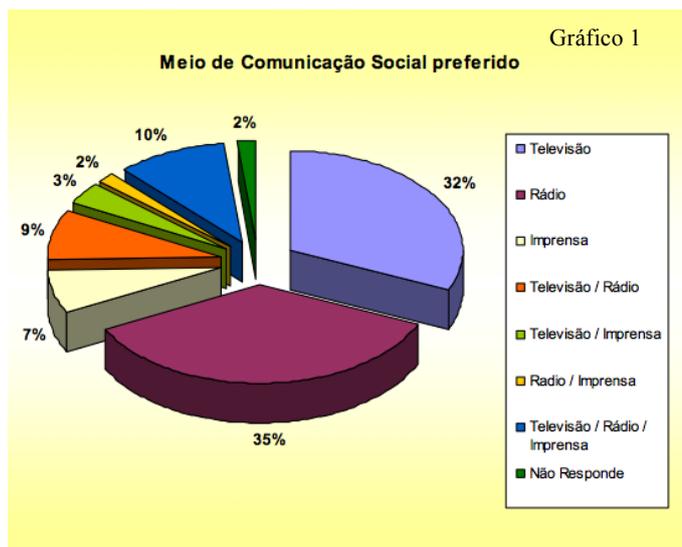
1. Rádio: ex-libris da Comunicação em África

“Communication constitutes an indispensable part of participatory approaches. If development is to have any relevance to the people who need it most, it must start where the real needs and problems exist, i.e., in the rural áreas, urban slums, and other depressed sectors. People living in such peripheries must perceive their real needs and identify their real problems” (Melkote & Steeves, 2001: 338).

Uma identificação/consciencialização possibilitada, sobretudo, pela Rádio. Porquê? Enquanto nalgumas partes do mundo, ouvir rádio é, antes de mais, uma rotina diária, na maior parte dos países do Sul (Guiné-Bissau e Moçambique incluídos) é o único meio de comunicação acessível a uma população maioritariamente iletrada ou a segmentos cujo salário não lhes permite comprar o jornal diário e, muito menos, um televisor (aparelho dispendioso e limitado dada a fraca cobertura nacional que possibilita):

“A radiodifusão é de longe a mais importante fonte de informação e de entretenimento para a maior parte das pessoas nos países de todo o mundo. Elevados níveis de analfabetismo aliados à grande dificuldade de distribuir jornais resultam no facto de que a radiodifusão é o único meio de comunicação acessível à maioria das pessoas. Para os pobres, os jornais podem ser proibitivamente dispendiosos e o público pensa que é mais fácil e agradável ver ou ouvir as notícias do que as ler. Para além disso a radiodifusão desempenha um papel muito importante como forma de entretenimento de baixo preço e muito acessível” (MISA, 2002: 58).

Esta preferência pela Rádio ficou amplamente provada na minha Tese de Mestrado, intitulada “Guiné-Bissau: os media em crise”, e cuja segunda incursão ao país (decorrida entre 23 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 2004), possibilitou distribuir 150 inquéritos por questionário - exclusivamente na cidade de Bissau e seus arredores imediatos - aos alunos dos 3º, 4º e 5º anos da Universidade de Direito, aos alunos do 3º ano da escola Tchico-Té, no Centro Cultural Português em Bissau e a alguns professores guineenses da Escola Portuguesa. A amostra final contou com 117 indivíduos e o resultado foi claro: 35 por cento dos inquiridos elege exclusivamente a Rádio como OCS preferido. E não podemos esquecer que já estamos a falar de cidadãos com alguma formação académica, o que indica uma forte probabilidade de



aumento percentual destes resultados, se tomarmos em conta outros segmentos de população com graus inferiores de alfabetização convencional ou mesmo funcional.

São inúmeras as características distintivas da Rádio. Destaco: **1.** Permite o uso de línguas locais nacionais (faladas por minorias esquecidas); **2.** O aparelho e as pilhas (que substituem a energia escassa ou inexistente) são de relativa acessibilidade económica e estão disponíveis nos mercados mais recônditos; **3.** Facilidade na mobilidade do Aparelho Receptor (passagem de mão em mão); **4.** Permite a escuta colectiva através de um único aparelho receptor; **5.** Ultrapassa as barreiras impostas pelo Analfabetismo (alcança pessoas que não sabem ler nem escrever); **6.** Garante maior acessibilidade e eficácia (abrange comunidades invisíveis na estrada do desenvolvimento); **7.** Mais adaptada a culturas dominadas pela oralidade (resgata e valoriza a herança cultural dos povos); **8.** “Medium do Povo”: valoriza particularismos identitários, evidencia mecanismos de comunicação interpessoal e formas de mediação locais.

Ladislau Robalo e Francisco Barreto de Carvalho, jornalista e escritor guineenses, respectivamente, reforçam assertivamente esta listagem de benefícios:

“Quando utilizada de maneira correcta e credível, a rádio é o meio mais seguro e menos dispendioso pois consegue ultrapassar múltiplas barreiras: de distância, do Estado, do analfabetismo e da diversidade de grupos-alvo. O papel da rádio na transformação qualitativa e quantitativa desses indicadores (saúde, produção, alfabetização) passa pela acção de informar, educar e transmitir conhecimentos que permitem às populações dominarem melhor as vias para soluções adequadas”²⁷.

“Nos PVD, a maior parte da população vive da terra e, muitas vezes, permanece isolada devido ao analfabetismo e à falta de transportes. Ora uma sociedade não pode progredir senão quando a população rural tiver a possibilidade de comunicar com o resto do país e de participar activamente na vida da comunidade nacional. A radiodifusão, quando utilizada correcta e habilmente, revela-se o meio de comunicação mais eficaz para essas populações distantes. No nosso caso torna-se evidente a importância da rádio na preservação e reforço da unidade nacional, no apoio ao esforço comum de uma dinâmica colectiva para o desenvolvimento sócio-económico, na educação cívica, moral e política dos cidadãos”²⁸.

Caracterizado por mais uma tentativa de golpe de Estado na Guiné-Bissau, o dia 12 de Abril de 2012 - véspera do início da campanha eleitoral para a segunda volta das presidenciais - prova a veracidade destas palavras por via das principais notícias mundialmente difundidas: “Nenhuma rádio funciona em Bissau” (<http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt>); “As principais

²⁷ Declaração obtida a 21.02.2007 em entrevista presencial nas instalações da ONG INFORMORAC.

²⁸ In: “A radiodifusão na Guiné-Bissau: Historial, Problemas e Perspectivas”, pp. 65-66.

rádios da Guiné-Bissau estão sem emitir”, “Ao início da noite militares dirigiram-se à Rádio Nacional e mandaram parar a emissão. Outras duas rádios também estão sem emitir” (<http://www.ionline.pt>); “Principais rádios foram encerradas, tiroteio continua” (<http://www.dn.pt>); “Militares tomam ruas da Guiné Bissau e controlam Rádio Nacional” (<http://www.rm.co.mz>); “Principais rádios foram encerradas, tiroteio continua na Guiné-Bissau” (<http://novasdaguinebissau.blogspot.pt>); “Eleições Guiné-Bissau: principais rádios foram encerradas” (<http://www.record.xl.pt>).

Manchetes desconcertantemente reveladoras de quão decisiva é a rádio em momentos de crise política... quando os pilares democráticos de uma sociedade estão em risco de ruir. Como se comprova, numa situação de tensão político-militar, as rádios são os primeiros alvo a “abater” *sine die*. Neste caso, existe uma correlação temerosa entre ‘poder político’ e ‘comunicação de proximidade’, realidade que motiva veementes críticas em prol de um todo maior de participação:

“O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, conseqüentemente, afastar-se dos que a abastecem e construir os radiouvintes como abastecedores. Portanto, todos os esforços da radiodifusão em realmente conferir, aos assuntos públicos, o carácter de coisa pública são totalmente positivos” (Brecht, 2005: 42, cited in Gomes, 2007: 36).

As RC oferecem exactamente esta oportunidade ímpar de representação/participação directa na esfera pública sendo, por isso, sinónimos de celebração do testemunho popular. Porquê?

1. Encurtam distâncias e recuperam ligações;
2. Incorporam e materializam um estado de espírito que dialoga com o seu tempo;
3. São sinónimo de comunicação interventiva “à conversa com os cidadãos”;
4. Possibilitam um *coworking* na comunicação social;
5. Trabalham para a meta da inclusão social e prossecução dos restantes ODM’s;
6. Constituem um passaporte para a educação não formal;
7. Permitem respostas claras a múltiplas chagas sociais e a situações de pobreza extrema;
8. São oportunidades de expressão que valorizam o património cultural e linguístico;
9. São o «SOS» da comunicação social africana pois permitem reinventar a liberdade;
10. Simbolizam a luta de quem resiste já que toda a esperança é legítima;
11. Representam a narrativa do OUTRO por via de novas dinâmicas sociais;

12. Permitem «conhecer para agir» e o eco desta dicotomia tem sempre a última palavra;
13. São sinónimos de ‘não-alinhamento’: representam as vozes do inconformismo e a força do pensamento “glocal”;
14. Configuram-se como micro-comunidades abertas ao mundo, pioneiras do poder popular;
15. Assumem-se como propostas sérias de desenvolvimento comunitário, possibilitando uma nova crença na Humanidade (através do combate ao subdesenvolvimento);
16. Constituem soluções de continuidade entre o passado e o presente, otimizando o futuro:

“Across many countries and in different regions, community radio stations foster community participation and create an appetite for transparent and accountable governance, even in challenging regulatory environments. Good governance and effective leadership, especially in impoverished communities, are collective processes, which depend on the development of an engaged, analytical, informed, and robust civil society. Community Radio in particular has proved to be a sustainable and interactive medium for poor and marginalized populations to be heard and informed, shaped knowledgeable opinions, learn the give-and-take of informed dialog, and become more decisive agents in their own development” (Mefalopulos, 2008: 192-93)

2. Rádios Comunitárias: múltiplas definições, uma missão...

Já há mais de 15 anos que instituições internacionais de auxílio ao desenvolvimento, ONG, activistas de media e académicos mundialmente reconhecidos fazem campanha pelo direito à criação de Rádios Comunitárias sustentadas e sustentáveis em África. Capacitar as populações rurais, pobres e marginalizadas para a compreensão dos assuntos sociais constitui o objectivo geral destes instrumentos de cidadania, cuja criação surgiu no âmbito das abordagens participativas para o desenvolvimento (como vimos no capítulo II). Hoje, novos movimentos sociais - outrora centrados exclusivamente em aspectos relacionados com a subsistência, a capacitação e a mobilização - redireccionam a sua atenção para a implantação de tecnologias de media que visem o *empowerment* dos sem voz:

“Developing communities are characterized by isolation from ideas and information as well as services... At the simplest level, before people can consider a question, they need to be fully aware of all the facts: the short-term effects and the long-term implications, ways in which decisions taken in one area will affect future planning. Communication media could present this information” (UNESCO 2001: 2).

O que é uma Rádio Comunitária? A definição da AMARC²⁹ é longa mas pouco assertiva:

“Rádio Comunitária, rádio rural, rádio cooperativa, rádio participativa, rádio livre, alternativa, popular ou educativa (...) Quando uma rádio promove a participação dos cidadãos e defende os seus interesses, quando reflecte os gostos da maioria e produz bom humor e informa com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida quotidiana; quando nos seus programas são debatidas todas as ideias e todas as opiniões respeitadas; quando a diversidade cultural tem primazia sobre a homogeneidade comercial; quando as mulheres são as principais intervenientes na comunicação e não apenas uma voz bonita ou um atractivo de publicidade; quando nenhum tipo de ditadura é tolerado; quando a palavra de todos pode ir para o ar sem discriminação ou censura, isso é uma rádio comunitária” (in: www.amarc.org).

Os participantes da 10ª Conferência Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC10, 8-13 Novembro de 2010, La Plata, Argentina) complementaram expressivamente o conceito:

“espaços de agregação e confrontação de ideias, depositárias de um direito colectivo, movimentos pela democratização da comunicação, propostas sérias de transformação social, plataformas de fortalecimento das estruturas democráticas, instrumentos que permitem um maior conhecimento situado, instâncias criativas que geram novas visibilidades, interlocutoras essenciais entre a sociedade civil e o poder político, apóstolas da paz, pessoas colectivas em territórios locais, gestão por confiança e compromisso, espíritos livres e apaixonados”.

Após nove anos de estudo e contacto directo com estes media, eu acrescento: o TODO que é a soma das partes, montras da imaginação nacional, sinais de compromisso entre memória, presente e porvir, novas lideranças que desafiam o saber humano, verdadeiros bastiões da liberdade, vozes de oposição ao vazio cultural, antídotos contra a censura, sítios onde a palavra ‘corre’ invulgarmente livre em África, interlocutoras das comunidades junto dos parceiros internacionais, espaços de cruzamento de diferentes origens, gerações e condições sociais e, por último, vozes “glociais” que dizem muito, sobre como os cidadãos querem viver a democracia:

“As rádios comunitárias, de baixa potência e reduzido alcance, podem representar uma alternativa de qualidade e participação popular na comunicação. Podem transmitir outras versões dos fatos, comunicar eventos de interesse local que não aparecem nos grandes meios,

²⁹ A Associação Mundial de Radiodifusores Comunitários (AMARC) foi fundada em 1983, reúne hoje 4.351 rádios comunitárias (membros votantes) em 126 países, visa acompanhar e apoiar a criação de um sector mundial de radiodifusão comunitária, defende o direito à comunicação a nível local, nacional e internacional e promove os interesses do movimento de rádios comunitárias através da solidariedade, intercâmbio e cooperação.

constituir canais de informações que se constituem em direito fundamental para o exercício, conquista e manutenção de outros direitos” (Lahni, 2008: 35).

No fundo, são instrumentos de contra-poder intrinsecamente ligados a múltiplos conceitos-chave: direitos humanos (liberdade de expressão, de imprensa e de opinião, equidade de género), identidade nacional, boa-governança, desenvolvimento sustentável (preservação ambiental, segurança alimentar), cidadania activa, opinião pública, capital humano, capacitação cívica, democracia inclusiva, intervenção consciente, alteridade social, sociedade da informação (NTIC), ODM, globalização, glocalização, altermundialização, etc.:

“With the proliferation of community radios in most parts of the Third World, it is possible to use these as local conscientizing agents. Besides providing much needed information to the local audiences, it can focus on local problems with a certain commitment. Local radio can transform communities by giving a voice to the people, increasing the free flow of accurate information, and celebrating local culture in music, songs, and story-telling. A healthy local station is accountable to its community, broadcasts programs that meet the needs of its listeners, and helps bring about government accountability” (Srampickal, 2006: 10).

Além de constituírem métodos participativos de adesão civil e de encorajamento à acção em prol do bem-estar social, as RC assumem-se como estratégias educativas não-formais que motivam as populações a alcançar objectivos específicos de desenvolvimento, afirmando-se através da produção dos seus próprios discursos mediáticos. As RC possibilitam a celebração das culturas locais e a congregação de mini-movimentos sociais que se transformam em grupos de pressão organizados, permitindo:

“identification of needs by means of direct contacts with the groups; **concretization**: examination of the problem identified by the groups in the light of local conditions; selection of priority problems by the groups; formulation of a durable methodology for seeking solutions; identification of the amount of information required and access to this information; **action**: execution by the groups of the projects they have designed; expansion towards the outside to make known the points of view of the groups to other groups or to the authorities; and liaison with the communication system to make known their action” (Berrigan, 1981, cited in Srampickal, 2006: 7).

Segundo a AMARC (1988, cited in UNESCO, 2001: 3), a RC responde, directa e assertivamente, às necessidades da comunidade que serve, contribuindo para o seu desenvolvimento através de perspectivas personalizadas que geram diferentes níveis de consciência, de existência e de experiência. Cada uma delas luta, diária e incansavelmente, pela democratização da comunicação, alertando para a importância da participação

comunitária nas suas várias vertentes, de acordo com o contexto social em causa. Mais de vinte anos depois, Orgeret e Ronning (2009: 270) partilham e complementam a ideia:

“The most important aspect of community radios is to give development work a local voice and provide new opportunities for more inclusive sustainable development. The most significant benefit of community broadcasting is that it allows poor people to speak for themselves. They build on a view whereby education and the acquisition of knowledge are means for empowerment. They represent a concrete expression that the right to communicate is a fundamental human right (...) essential for the strengthening of a democratic society”.

Por conseguinte, eu diria que «Rádio Comunitária» é a tribuna das preocupações e interesses das comunidades locais, normalmente marginalizadas e excluídas, servindo simultaneamente de escola de aprendizagem democrática onde, individual ou colectivamente, as prioridades fundamentais são expressas e exigidas. Elas personificam uma nova «Estratégia Nacional de Comunicação para o Desenvolvimento» (ENCD), gerada e gerida pela sociedade civil, constituindo-se, desta forma, como meios alternativos às rádios comercial e estatal. São, por isso, os media com mais poder de base na era global. Porquê? Funcionam como instrumentos de informação, formação e entretenimento, de troca cultural e intelectual, de desenvolvimento socio-económico, de reforço da unidade nacional, de aperfeiçoamento da cidadania, de empreendedorismo comunitário e de educação cívica, moral, técnica, política e ambiental:

“Most initiatives linking community radio and climate change in the global South currently focus on the delivering information and messages to listeners about short and medium-term forecasts for farmers, alerts for extreme weather events, and messaging to discourage behaviour which degrades environmental assets. (...) community radio has the potential to do more: strengthening citizens ‘voices, providing a space for knowledge sharing between communities, and even challenging the socio-political power relations that may contribute to some peoples’ vulnerability to climate impacts” (in: <http://eldis.org/go/topics/resource-guides/climate-change/key-issues/community-radio-and-climate-change>).

E, porque garantem a salvaguarda do direito elementar dos povos e comunidades à redescoberta e protecção das suas raízes e marcas identitárias próprias, são óptimos *fora* de auscultação e divulgação de ideias das respectivas comunidades. As pessoas envolvem-se regular, pacífica e democraticamente nas prioridades e/ou programas desenvolvimentistas:

“The community radio provides a platform for all segments of population to discuss common issues from different viewpoints in a positive atmosphere. What is sought out is common good. All members of the community have to discipline themselves when participating in the programmes of community radio. They are expected to follow certain norms prescribed by the

code of conduct of the radio station. In effect, community radio trains the community members in a very practical way for democratic behaviour” (in: <http://www.egyankosh.ac.in/bitstream/123456789/32609/1/Unit5.pdf>).

Para a AMARC, uma RC “não se identifica pela potência do seu sinal, nem pela frequência, a licença ou propriedade do meio, não procura o lucro mas sim servir a sociedade civil e prestar um serviço político fortemente mobilizador para influenciar a opinião pública, criar consensos e ampliar a democracia, enfim, construir a comunidade”³⁰.

A ONG «Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente» (ADRA) partilha da mesma opinião: “uma estação de radiodifusão da comunidade, instalada na comunidade, cuja programação e manuseamento (utilização) é da responsabilidade de actores locais (população, organizações e instituições – cultura, escolas, igrejas, saúde, etc. – locais) e que presta serviço em prol do desenvolvimento da comunidade”³¹.

3. Como identificar uma Rádio Comunitária?

“For too long governments have simply ignored the needs of many communities (...) A new approach is long overdue. It has to be comprehensive, long-term and founded on what works” (Blair, 1998, cited in Lopes et al., 2004: 59). Além destes pressupostos, a natureza de uma RC deve consubstanciar-se em quatro características mínimas:

1. Propriedade da Comunidade (geográfica ou de interesse);
2. Sem fins lucrativos (visa apenas objectivos sociais/humanitários);
3. Gerida pela Comunidade (sem interferências externas, públicas ou privadas, políticas ou comerciais);
4. A Programação deve reflectir os problemas e as aspirações da sua comunidade.

Por conseguinte, a comunidade participa na propriedade do meio, na programação, na administração/gestão, na operacionalização, na avaliação e no financiamento:

“The historical philosophy of community radio is to use this medium as the voice of voiceless, the mouthpiece of oppressed people (be it on racial, gender, or class grounds) and generally as a tool for development. Community radio is defined as having three aspects: non-profit making, community ownership and control, community participation. It should be made clear

³⁰ In: “Repertório das Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau” (2003), disponibilizado pela ONG AD em 2007.

³¹ Documento “Orientações Gerais sobre as Rádios Comunitárias”, ONG ADRA. In: http://sporearchive.cta.int/spore97/espore47_palop.html (consultado a 17-05-2012).

that community radio is not about doing something for the community but about the community doing something for itself, i.e., owning and controlling its own means of communication” (AMARC, 1998).

A função das RC é - a partir das necessidades endógenas - estabelecer programas de conjunto à escala local. Para isso, os radialistas devem procurar conhecer a estrutura mental da comunidade, definida pelo conjunto dos seus conceitos, das suas crenças, dos seus mitos, ritos, ideologias e outras representações válidas para o desenvolvimento da comunidade:

“Programming is produced by the community, with an emphasis on local concerns and issues, the difference being that rather than merely talking about the community, the people themselves make the programmes. This strengthens local culture with the recognition that this is their station, it becomes a forum for a wide diversity of local opinions and views” (in: <http://www.nearfm.ie/1e.html> - consultado a 14-06-2012).

4. O conceito de «Comunidade»: sua origem, evolução e amplitude...

Não é possível alongar esta reflexão sobre RC sem abordar o conceito de «comunidade»... e muitos foram os autores que o fizeram. A título de exemplo, cito alguns clássicos como Robert A. Nisbet (1953), Talcott Parsons (1969), Max Weber (1973), Ferdinand Tönnies (1973, 1995), Martin Buber (1987), além de contributos mais actuais como os de Manuel Castells (1999), Marcos Palácios (2001), Zygmunt Bauman e Raquel Recuero (2003), Gianni Vattimo, Roberto Espósito e Davide Tarizzo (2007), entre outros, que - pegando neste conceito - classificam a comunicação comunitária de “novo ordenamento informativo” do século XXI como Cicilia Peruzzo (2002 e 2007), Raquel Paiva (2003), Desirée Rabelo e Muniz Sodré (2007), Márcia Vidal (2008) e Denise Cogo (2010).

“É frequente ouvirmos ou lermos o termo aplicado para designar pequenos agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros), mas também a grupos profissionais (comunidade médica, comunidade científica), a organizações (comunidade escolar), ou a sistemas mais complexos como países (comunidade nacional), regiões (comunidade europeia) ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional ou mundial)” (Carmo, 2007: 79).

Que característica relaciona estas formulações? Todas conferem uma “identidade” a esse sistema denominado por “comunidade”, impondo uma “fronteira” clara entre os componentes seus constituintes e os que dela estão excluídos. Exemplos Práticos: Uma RC pertencente a uma cooperativa de apicultores, exclui os restantes sectores profissionais. Uma RC que se intitule católica, exclui os membros de outras religiões e os ateus. Uma RC que defina como

público-alvo as mulheres e as crianças, exclui a população masculina e idosa. Uma RC rural exclui automaticamente – por incapacidade da própria antena - a população urbana.

Foi no âmbito do estudo do fenómeno «urbanização», resultante do acelerado processo de industrialização, que as Ciências Sociais começaram, desde cedo, a discutir o conceito de *comunidade*... por oposição ao novo modelo de organização social emergente: *sociedade*.

Ferdinand Tönnies, sociólogo alemão, foi o primeiro a teorizar estes dois tipos de organização social, em 1887, identificando as suas características distintivas:

“Gemeinschaft - often translated as community - refers to groupings based on feelings of togetherness and on mutual bonds, which are felt as a goal to be kept up, their members being means for this goal. Gesellschaft - often translated as society - on the other hand, refers to groups that are sustained by it being instrumental for their members' individual aims and goals” (in: http://en.wikipedia.org/wiki/Ferdinand_Tönnies).

Para este autor e outros cientistas sociais que se lhe seguiram, «comunidade» descreve um modelo essencial de relações sociais, caracterizado por: solidariedade, consenso, coesão (resultante de laços de sangue, de amizade, de práticas herdadas dos antepassados e de fortes sentimentos religiosos que unem o grupo), compreensão recíproca, concórdia, convivência, intimidade pessoal, afectividade nas relações sociais, compromisso moral, continuidade no tempo, partilha (de objectivos, vontades comuns, acções, decisões, propriedades e bens), autoridade exercida para o bem-estar e força comum em prol da inclusão dos mais desprotegidos. Tudo características inerentes ao bom funcionamento das RC: visionárias de um mundo melhor que permitem aos ouvintes assumir uma mesma circunstância de coração.

Por contraste, «sociedade» inclui relações humanas peculiares e inquietantes, caracterizadas por elevados níveis de exclusão, abstracção, individualismo, impessoalidade, contractualismo, concorrência social e económica, exploração, artificialidade, alheamento, passividade, instrumentalismo, desvalorização dos sentimentos... em oposição aos estados afectivos, aos hábitos e às tradições subjacentes à comunidade:

“À Gemeinschaft corresponde uma orientação afectiva – a vontade natural ou essencial (Wesenwille) –, que faz com que os homens se tratem como fins em si; À Gesellschaft corresponde uma orientação racional – a “vontade racional-instrumental” (Kürrville) -, que faz com que os homens se tratem como meios” (Tönnies, 1979, cited in Serra, 2006: 3).

Tönnies exalta, portanto, três tipos de comunidades distintas mas interconexas: 1ª) a *comunidade de sangue* (a família, o parentesco, o clã); 2ª) a *comunidade de lugar/de vida*

física que remete para um ambiente/localização comum (a aldeia, a vila, a pequena cidade, a nação) e 3ª) a *comunidade de espírito e/ou mental* que “apenas envolve cooperação e acção coordenada em direcção a uma meta comum” (Idem):

“O verdadeiro cimento da unidade e, conseqüentemente, da possibilidade de uma comunidade assenta, em primeiro lugar, na estreiteza da relação consanguínea e na mistura de sangue; em segundo lugar, na proximidade física e, por último – para os seres humanos –, na *proximidade intelectual*. Há que buscar as fontes de todo o tipo de entendimento nesta gradação” (Tönnies, 1979: 47).

Alguns autores defendem que *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* simbolizam estádios de evolução distintos que implicam uma transição clara: “Ferdinand Tönnies (1965) concebia um processo evolutivo entre comunidade e a sociedade. Segundo seu pensamento, a comunidade era um estágio pré-capitalista, formada por grupos primários e de base econômica e social agro-pastoril. E a sociedade era formada a partir de uma transição entre grupos agro-pastoril e a sociedade urbana industrial capitalista”³²

Gíner e Flaquer, os tradutores de Tönnies para espanhol, afirmam que o autor oscila entre duas conceptualizações contraditórias: uma em que trabalha os dois conceitos como instrumentos analíticos e onde “a *Gemeinschaft* e a *Gesellschaft* não são dois estádios da história, dois signos distintivos de períodos que se sucedem um ao outro, mas antes dois aspectos contrastados que encontramos em todas as sociedades”, e outra em que trata os conceitos como realidades experimentais e particulares, sustentando uma “teoria inevitável e linear da mudança social”, afirmando que “a tendência da história da civilização é a extensão da área da *Gesellschaft* em detrimento da *Gemeinschaft*” (Serra, 2006: 5).

Concordo com a primeira formulação do autor e, à semelhança dos seus tradutores, defendo que as sociedades podem ser “mais comunitárias” (PVD’s) ou “mais societárias” (países industrializados), cabendo a cada uma delas encontrar um equilíbrio salutar e propiciador do bem-estar das populações. Defendo também que a “proximidade intelectual” referida por Tönnies é possibilitada pelas RC enquanto redes sociais de desenvolvimento comunitário:

“Community Radio is part of a political non-partisan communication process. Community radio is a social actor of the development process. Community radio can initiate or accompany social change and carries responsibility to be effective in facilitating civil society development and democratic processes. The participation of community radio practitioners and

³² In: <http://www.jaironogueira.noradar.com/revisoconceitualDC.htm> (consultado a 10-07-2012).

stakeholders in social action and social movements was indicated as an important challenge facing community radio and a key factor in achieving increased social impact” (AMARC, 2007: 8).

Importa ainda acrescentar que a perspectiva de Raquel Paiva e Muniz Sodré (2003: 7) dialoga com a importância que Tönnies confere a estas duas dimensões sociais, com a mais-valia de resgatarem a vertente da inclusão social:

“A atuação em veículos comunitários pode ser compreendida como uma forma de funcionamento de uma “comunidade gerativa”, na medida em que se atua em consonância com estrutura comunitária em oposição à societária, onde as relações são prioritariamente contratuais e menos marcadas por vínculos, como os que definem os laços comunitários. Por comunidade gerativa, pretende-se designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos”.

Concordo com esta reinterpretação da conceptualização de Tönnies, já que as RC surgem, quase sempre, como alternativa ao actual ambiente mediático, ou seja, como forma de luta contra uma informação massificada e sem rosto, contra um modelo neo-liberal hegemónico - que perpetua a pobreza de espírito, a manipulação das consciências e o atomismo social - contra a velocidade informativa propiciada pelas NTIC, contra políticas desumanas centradas no mercado e em Estados dirigistas e burocráticos e contra o modelo de produção informativa em curso (sectário, centralizador, instrumentalizador e restritivo). As RC oferecem uma nova esfera existencial onde «comunicação» é sinónimo de «produção de sentido» através de mensagens mais inclusivas, menos estigmatizantes e com um viés educacional:

“Community Radio is a new worldwide tier of radio broadcasting. Community radio is a distinct media sector and a vital alternative to state owned public broadcaster and commercial private media. Communities have sought in community radio a means to express their own issues, concerns, cultures and languages. The expansion of CR is the result of the reduction of diversity of voices that accompany the formation of media conglomerates that accompanies the globalization processes” (AMARC, 2007: 7).

De referir que, posteriormente, estas duas formas de relação social propostas por Tönnies (comunidade e sociedade) - características da pré-modernidade e da modernidade - foram utilizadas para explicar a cisão entre sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. Divisão, a meu ver, reducionista, limitadora e desagregadora dos aspectos sociais, culturais, ideológicos, científicos, históricos, religiosos, económicos e políticos que caracterizam a realidade dos povos. Principalmente, se considerarmos que a «comunidade» africana é

composta por pessoas, pelo solo em que habitam, pelas instituições que edificaram e pelo direito que baliza as suas relações. Mais: destas pessoas fazem parte, não só, os vivos, mas também, os mortos e os que estão por nascer, o que sugere uma vivência comunitária baseada nos ensinamentos dos antepassados comuns, na experiência dos vivos e na preservação e perpetuação dos saberes tradicionais (usos e costumes) como garante de posse do território. É esta interdependência vital e invulgar que permite manter a coesão do grupo, a segurança de todos os elementos da comunidade e a pertinência do conceito “comunidade para sempre”, ideia acarinhada e valorizada pelas RC.

Na extensa literatura internacional sobre «desenvolvimento comunitário», o conceito de comunidade é algo dúbio... devido à multiplicidade de conceitos propostos. Apesar desta pluralidade, George A. Hillery Jr. (1955: 111) analisou 94 definições de «comunidade» e nelas identificou 16 conceitos distintos e três eixos comuns: partilha de um espaço físico, relações e laços comuns e interação social. No artigo “Definitions of Community: areas of agreement”, o sociólogo destaca a definição pioneira de Bessie McClenahan que classifica o conceito de acordo com seis parâmetros (curiosamente, descritivos de uma RC nas suas mais diversas vertentes): “(1) as a social unit in a local territory; (2) as an ecological unit; (3) as a legal, administrative, or political unit; (4) as the equivalent of society; (5) as an ideal, or mental unity; and (6) as a process” (McClenahan, 1929: 104-106, cited in Hillery, 1955: 112).

Na tabela classificatória resultante da análise de conteúdo das definições de “Comunidade Rural” - conceito que maior relevo assume no âmbito desta tese - Hillery Jr. (1955: 114) identifica cinco definições com o elemento “Locality Group”, três definições com os elementos “Possession of common ends, norms, means”, “Consciousness of kind” e “Common life”, e uma definição com o elemento “Self-sufficiency”. Hoje, quase 60 anos depois, as RC - sobretudo rurais - espelham tudo isso e, como tal, são expressões disso mesmo.

Sarason (1974: 157), descreveu o sentimento psicológico de comunidade aludindo à necessária reciprocidade entre os seus membros "the perception of similarity to others, an acknowledged interdependence with others, a willingness to maintain this interdependence by giving to or doing for others what one expects from them, and the feeling that one is part of a larger dependable and stable structure". Um sentimento partilhado por radialistas e ouvintes.

Gusfield (1975), distinguiu dois usos do termo «comunidade»: o primeiro remete para a sua dimensão territorial ou geográfica... podendo esta ser entendida como uma cidade, uma região, um país, um bairro, um prédio ou a própria vizinhança. Neste sentido, comunidade

implica um sentimento de pertença a uma zona geográfica específica ou a uma estrutura social dentro da mesma. O segundo tem um cariz relacional e remete para a natureza e qualidade das relações humanas que se estabelecem nessa localização específica/nessa rede social.

“Gusfield identified two major distinction of the term “community”. The first is the traditional version of the geographical or territorial perception of a community- i.e. an actual place with defined boundaries such as a town, city, neighborhood, etc. The second version carries more of a relational distinction. These are communities that form based on the building of human relationships. Such communities are mainly formed around a common purpose, a common goal or some other cohesive bonding effort” (Hersberger et al., 2005: 2).

As RC são um exemplo claro deste “esforço” de criação de laços profissionais, sociais, educativos, emocionais, afectivos e de coesão... laços que motivam a criação de redes de conhecimento abertas à inovação temática, à criatividade editorial, à intervenção estratégica, à inclusão identitária, à socialização popular, à motivação de audiências apaixonadas e capacitadas e à partilha informativa como ponto de partida para o desenvolvimento societal.

Rappaport (1977: 1) entende «comunidade» como “a social group sharing common characteristics and interests and perceived or perceiving itself as distinct in some respect from the larger society within which it exists”. As RC são esse aspecto distintivo pois permitem às populações periféricas distinguirem-se do todo societal a cada momento da vivência humana.

Na sua obra sobre Desenvolvimento Comunitário, Ezequiel Ander-Egg (1980: 45) apresenta uma definição de comunidade à qual estão subjacentes duas ideias-chave: 1ª) a de grupo social com um conjunto de objectivos estratégicos comuns, motivados por um forte sentimento de pertença e 2ª) a de proximidade geográfica, estimuladora desses objectivos:

“La comunidade es una agrupación organizada de personas que se perciben como unidad social, cuyos elementos participan de algun rasgo, interés, elemento, objetivo o función común, con conciencia de pertinência, situados en una determinada área geográfica en la cual la pluralidade de personas interacciona más intensamente entre si qui en otro contexto”.

Para a antropóloga Eunice Durham (1986: 9-10), visão que refuto, a noção de comunidade apresenta-se “como uma imagem que revela a sociedade em seu negativo”, comportando uma crítica à própria sociedade, já que, pelas dissemelhanças, “torna visíveis e faz com que assomem à consciência a desigualdade, a opressão, a impessoalidade, a fragmentação própria do individualismo possessivo da sociedade de massa”. Para a autora, esta consciencialização sobre as experiências inerentes ao ambiente macro, induz os membros comunitários a recusar

esse sistema mais extenso, “localizando-se como cidadãos e como pessoas, explorando suas contradições e tentando construir práticas alternativas”.

Contudo, hoje, esta exploração de práticas alternativas de valorização do «local» são, pelo contrário, tidas como essenciais à construção de uma paz interdemocrática e de uma nova ordem internacional, a qual depende de: novos valores, novas lideranças, novos actores, novas performances governamentais e novas estruturas políticas, novos factores atractivos, novos ideais humanistas, novas formas de cidadania política e novas dinâmicas sociais (de que as RC são exemplo), sem que para isso se considere negativamente o «global».

No âmbito da observação dos movimentos sociais da década de 1980, a autora refere-se a «comunidade» como um “conceito deslizando”, por não significar obrigatoriamente uma vida e um destino comuns e uma partilha mútua da mesma cultura e valores. A meu ver, essas diferenças culturais e de valores serão sempre esbatidas ou ultrapassadas por outros factores de denominador comum, desde que haja consciência da importância da diversidade para a segurança, bem-estar e progresso da comunidade, independentemente do maior ou menor grau de diversidade existente no seu seio. As RC guineenses e moçambicanas congregam o apoio de residentes imigrantes daquela comunidade, independentemente da enorme variedade étnica e cultural ali existente. É nesta heterogeneidade que as pessoas encontram segurança emocional e motivação para investir em projectos multidimensionais que contribuam para a sua inclusão social. E, neste cruzamento cultural, a comunidade obtém novos factores identitários e reforça-se através do enriquecimento dos seus símbolos e sistemas (exs: ritos de passagem, língua, mitos, etc.).

Para McMillan e Chavis (1986: 9), o sentimento de comunidade alicerça-se em quatro elementos-chave que identificam as características do conceito (e das RC): **Pertença** “Membership is the feeling of belonging or of sharing a sense of personal relatedness”; **Influência** “a sense of mattering, of making a difference to a group and of the group mattering to its members”; **Reforço: integração e satisfação das necessidades** “This is the feeling that members’ needs will be met by the resources received through their membership in the group” e **Partilha de laços emocionais** “the commitment and belief that members have shared and will share history, common places, time together, and similar experiences”.

Visando actualizar a perspectiva de Ferdinand Tönnies, Martin Buber (1987: 34) reconheceu que «parentesco» e «território» não são essenciais à definição de comunidade, mas sim factores como a comunhão de escolhas, a vontade comum e a partilha de ideais. O autor antecipou mesmo a chegada de uma comunidade privilegiadora dos “laços de escolha” em

detrimento dos “laços de sangue”, ou seja, uma comunidade alicerçada na entrega criativa dos seus membros e cuja finalidade é a “Vida”, despida de restrições e de juízos de valor:

“Toda Vida nasce de comunidades e aspira a comunidades. A comunidade é fim e fonte de Vida. Nossos sentimentos de vida, os que nos mostram o parentesco e a comunidade de toda a vida do mundo, não podem ser exercitados totalmente a não ser em comunidade. E, em uma comunidade pura nada podemos criar que não intensifique o poder, o sentido e o valor da Vida. Vida e comunidade são os dois lados de um mesmo ser”.

As RC resultam exactamente desses laços optativos, dão expressão a essa necessidade de viver em razão do trinómio «dar-receber-retribuir», representam os dois lados do ser humano (racional/intelectual e emocional/sentimental), instituem uma nova dimensão «ouvinte/usuário» baseada numa informação não rival e numa escuta personalizada (ouvintes decidem «quando, como e o quê»), espelham a importância da diferenciação, da complementaridade, da multiplicidade, da diversidade, da reciprocidade, da bi-direccionalidade, da pro-actividade, da convergência, da assimilação activa e das escolhas deliberadas. As RC são parte integrante de uma inteligência colectiva que trabalha conjuntamente num único projecto, que liga as comunidades em torno de dimensões, objectivos, pensamentos, reconfigurações e escolhas comuns. Logo, são entidades “vivas”!!

Talvez por isso, Buber (1987: 56, cited in Peruzzo, 2006: 12) reconheça que:

“Uma grande associação humana só pode ser denominada comunidade quando for formada por pequenas comunidades vivas, por organismos celulares fortes em coexistência sem mediação, que entram em relação directa e vital, uns com os outros, como seus membros o fazem, e que se unem em vista desta associação igualmente de modo directo e vital. [...] Urge libertar a verdadeira vida entre os homens. É imperativo o renascimento da comunidade, da comunidade da vila, da cooperativa, do companheirismo, da união religiosa”.

Ao analisar os «tipos de organização social na sociedade moderna», Marcos Palácios (2001: 4, cited in Peruzzo & Volpato, 2009: 5-6) enumera cinco elementos-chave que caracterizam uma comunidade na actualidade: 1. sentimento de pertença, 2. sentimento de comunidade, 3. permanência (em contraposição à efemeridade), 4. territorialidade (real ou simbólica) e 5. ***forma própria de comunicação entre seus membros, através de veículos específicos***. É aqui que se enquadram as RC, cujo diálogo singular sobre direitos humanos merece referência:

“Take for instance, the case of a disabled person who might throughout her life never been able to access an office or a police station, or get on to the pavement from the road, because there is no ramp for her wheelchair. Then she hears a programme about the rights of the

disabled and realises that she has a right to access to public spaces. She phones the radio station and tells them about her plight. Other disabled persons hear her conversation with the presenter and then also phone in with their stories. Soon all the disabled people in the community know more about their rights and they start to take action to implement them (Zyl, 2001: 30).

Também Peruzzo (2002: 288-292), no contexto da «mobilização popular no Brasil» nas últimas décadas, chama a atenção para várias formas de agregação solidária... sobretudo, as de “carácter comunitário inovador”. Exemplos: ONGD’s, redes sociais, associações de base comunitárias, associações de solidariedade, cooperativas populares, grupos religiosos, étnicos ou feministas, etc. É no seio destas que, segundo ela, se desenvolvem experiências grupais e de estruturação comunitária, bem como traços de uma nova cultura política alicerçada na justiça social e na participação do cidadão. Este tipo de mobilização e articulação popular diferencia-se dos conceitos tradicionais de comunidade pelas suas características comunitaristas inovadoras, as quais podem ser percebidas na:

“passagem de ações individualistas para ações de interesse coletivo, desenvolvimento de processos de interação, a confluência em torno de ações tendo em vista alguns objetivos comuns, constituição de identidades culturais em torno do desenvolvimento de aptidões associativas em prol do interesse público, participação popular ativa e direta e, maior conscientização das pessoas sobre a realidade em que estão inseridas” (Peruzzo, 2002: 290).

Num artigo intitulado “Rádio Comunitária, EduComunicação e Desenvolvimento Local”, a autora reconhece a importância das RC, “comunicação libertadora”, como garantes do exercício dos direitos e deveres de cidadania, como forças progressistas da sociedade civil na defesa dos seus interesses e necessidades, e como ferramentas motivadoras do desenvolvimento social e local:

“(…) transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. A emissora radiofônica comunitária permite ainda a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade e de representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planeamento e na gestão da emissora” (Peruzzo, 2007: 1).

Ideias que, muito provavelmente, motivaram Scott e Marshall (2005: 94-95) a incluir no dicionário os conceitos de “Community Care”, “Community Control” e “Community Power”. O primeiro alerta para a necessidade de incluir “particularly those chronically dependent by

virtue of age, mental illness, or mental or physical handicap – which involve, in some way or another, looking after them in the community”; o segundo remete para “(...) ways in which control systems become part of the fabric of the community, such that communities and individuals come to be controlled and to control themselves through mechanisms of surveillance, regulation, and reporting of rule-breaking”; e o terceiro remete-nos para o poder popular “Power arising in and distributed among the members of a locality”.

Definições extra-sugestivas para muitos investigadores pois conferem à «comunidade» um poder estratégico estrondoso e validam três funções-chave das RC: ferramentas viáveis de assistência aos mais necessitados, óptimos sistemas de controlo democrático e societal e instrumentos ímpares de poder endógeno, com desejável distribuição equitativa:

“A rádio abre o discurso tradicional africano a novos espaços, para a conquista do tempo, para renovar laços de amizade. A fala torna-se assim um componente que constitui o mundo. Não seria de admirar, então, que uma vez que a população exige os seus direitos mais básicos, a rádio se torne num sinal dos novos tempos, apesar do facto de que os tempos antigos não parecem ter ficado completamente para trás. (...) A rádio, promotora duma escola de línguas Nacionais, duma escola técnica baseada na experiência africana: a rádio, educadora e reforçadora das vozes das mulheres tantas vezes caladas, não deveria ficar na utopia, mas antes numa estratégia efectiva no ar” (Eugéne Aw., AMARC, Senegal, 1995)³³.

5. Comunidade Geográfica «versus» Comunidade de Interesse

As citações supracitadas exigem distinguir com maior acuidade «Comunidade Local e/ou Geográfica» de «Comunidade de Interesse», como fez Velibeyoglu (1999, cited in Lopes et al., 2004: 60):

“A definição tradicional de comunidade conjuga um conjunto de pessoas que vivem num mesmo local e que têm algo em comum. Todavia, segundo Bill Mitchell (1994) uma comunidade consiste num grupo de pessoas unidas por uma causa comum e tem duas definições: um conjunto de pessoas a viver num determinado local e um grupo com origens ou interesses comuns”.

Horan (2000: 62) pormenoriza na perfeição esta distinção, identificando a partilha de informação como uma actividade comunitária essencial à motivação e à união societal:

“As *comunidades locais* unem as pessoas através das suas associações com uma localização particular, e podem ser constituídas por um grupo de pessoas que se conhece num conselho de

³³ In: http://renarc.adbissau.org/wp-content/uploads/2011/03/AD_Pub_CadernosRadio_012.pdf

uma escola local, que trabalham numa comissão local, que convivem juntos num café, visitam uma atracção cultural ou assistem a um evento comunitário”.

“As *comunidades de interesse* transcendem localizações específicas, as pessoas estão envolvidas num interesse comum, tal como política, arte ou relações de parentesco. Estas comunidades podem ou não estar relacionadas com um local. A característica que as distingue é que não necessitam de um local físico para existirem. As actividades comunitárias - partilha de informação, interacção a diversos níveis sociais e culturais, etc. - podem ser realizadas através de meios electrónicos (Internet) independentemente de um local fixo”.

A distinção suprarreferida aplica-se dupla e simultaneamente às RC: não só porque servem um grupo de pessoas que habitam numa determinada zona geográfica (comunidade/bairro/região), mas também, porque atendem a indivíduos com os mesmos interesses (musicais, culturais, políticos, desportivos, humanitários, religiosos ou profissionais), normalmente por motivo de pertença a um sector de actividade específico: agricultura, pesca, suinicultura, apicultura, restauração, construção civil, indústria madeireira, etc.:

“Communities are complex entities, and what constitutes the "community" in community radio is subject to debate which varies by country. "Community" may be replaced by terms such as "alternative", "radical" or "citizen" radio. In sociology, a "community" has been defined as a group of interacting people living in a common location. Community radio is built around the concepts of access and participation, and the term "community" encompasses geographical communities based around the reach of the radio's signal (the people who can receive the message) and their potential to participate in the creation of the message” (in: http://en.wikipedia.org/wiki/Community_Radio).

Parêntesis: Obviamente que a massificação e vulgarização das NTIC (sobretudo da Internet) bem como o aparecimento de conceitos inovadores (tais como: “Cidades e Regiões Digitais”, “Comunidades Virtuais ou Telemáticas”, “Economia Digital”, “Revolução Tecnológica”, “*e-Government, e-Learning, e-Health, e-Business*”, “Cibercultura e Ciberespaço”, “*NetGeneration* ou *e-Generation*”, “Geração BIT”, “*Screen Generation*” e “Sociedade da Informação e do Conhecimento”) veio aprofundar e potenciar os conceitos e as discussões, respectivamente, de/sobre comunidade e comunicação comunitária visto que:

“As redes digitais, podem actualmente ligar importantes recursos electrónicos às comunidades físicas, representando novas alternativas a alguns espaços públicos urbanos e actividades comunitárias, como é o caso da educação à distância e da telemedicina. Para além destes usos formais, as redes podem servir para disponibilizar fóruns de partilha de informação para

comunidades de interesse e para as suas manifestações nas comunidades locais” (Horan, 2000: 67, cited in Lopes et al., 2004: 61).

Independentemente das inequívocas vantagens das NTIC, muitos são os autores que relativizam a sua importância face aos seus efeitos perversos. Muitas questões pertinentes marcam este diálogo divergente: A passagem para o digital sugere a morte anunciada da maioria das RC africanas? As NTIC contribuem para a sustentabilidade do poder local ou para a sua ruína? A revolução tecnológica em curso fortalece ou enfraquece as identidades territoriais? O desenvolvimento local/comunitário é o principal perdedor da Globalização Tecnológica? A Glocalização é o parente pobre do Desenvolvimento Sustentável? Podem as NTIC participar na reconstrução social dos PVD? Será a Internet, a arma-chave do activismo local? A conclusão da presente tese constitui um óptimo ponto de partida para a compreensão das vantagens e desvantagens da utilização dos meios electrónicos de comunicação pelas comunidades tradicionais/pelas RC, sendo certo que:

“Today the notion of community has a strong non-physical connotation; so that it is possible to speak about ‘virtual’ reality and virtual communities. But in spite of the new information and communication technologies, ‘community’ still retains a strong physical reference to people in geographic proximity, with frequent, if not continuous, contact. People who share certain cultural attributes have access to certain resources of social organisation and common institutions, resulting in common basic beliefs” (Opubor, 2012: 12).

6. Desenvolvimento Local e/ou Comunitário: significado e evolução do conceito...

“O desenvolvimento local ou comunitário é o esforço para melhorar as condições de vida daqueles que habitam um local (a comunidade e o seu espaço geográfico e cultural) tomando em linha de conta a especificidade desse local. Distingue-se do desenvolvimento de uma população em geral porque procura o desenvolvimento equilibrado e integrado de uma comunidade, com o máximo respeito pelos seus valores próprios e procurando tirar partido da sua riqueza histórica” (Santos, 2002: 1).

No seu artigo “Políticas de Apoio ao Desenvolvimento Local” (2009), Juarez de Paula defende que o conceito de “desenvolvimento local” assumiu maior relevo no âmbito da discussão sobre «modelos de desenvolvimento sustentados e sustentáveis», sobretudo após o reconhecimento do fenómeno globalização e sua maior consequência: exclusão social. Para este conceituado sociólogo, posição que corroboro, “desenvolvimento local” é sinónimo de “afirmação de uma identidade territorial”, isto é: identificação de elementos e factores singulares que distinguem e diferenciam os territórios: “O desenvolvimento local resulta do

esforço de identificar, reconhecer e valorizar os activos locais; de aproveitar e desenvolver as potencialidades, as vocações, as oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas de cada território”³⁴.

“Foi depois da segunda guerra mundial que o Desenvolvimento Comunitário se estabeleceu como método complementar de intervenção social para fazer face aos problemas sociais da conjuntura. Com efeito o conflito destroçara os alicerces económicos e sociais dos antigos beligerantes, vencedores e vencidos, fazendo emergir um complexo conjunto de problemas de desorganização social de anomia e de comportamento desviado” (Carmo, 2007: 85).

Assim, o desenvolvimento local/comunitário visa ser incluyente, sustentado e sustentável, afirmando-se como alternativa aos modelos dominantes (centralizadores de riqueza e destruidores do ambiente) através da adopção de abordagens multissetoriais - alicerçadas na diversidade informativa como elemento imprescindível ao progresso equilibrado - e da “garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos” (Sachs, 2004: 39).

“O desenvolvimento é produzido pelas pessoas. Não é um resultado automático do crescimento económico. Resulta das relações humanas, do desejo, da vontade, das escolhas que as pessoas podem fazer para alcançar uma melhor qualidade de vida. O desenvolvimento depende da adesão das pessoas, da decisão das pessoas de assumirem a condição de sujeitos sociais. Isso é o que chamamos de protagonismo. Não há desenvolvimento local sem protagonismo local” (Paula, 2009).

Exemplo claro de desenvolvimento e protagonismo locais, a radiodifusão comunitária já deu provas de como pode gerar novos processos de tomada de decisão e de liderança, novas relações sociais ao nível das comunidades locais e novos empregos e rendimentos em contexto de crise. O «poder do contacto» gerado pelas RC permite trabalhar em prol de uma construção social mais realista, mantendo a liberdade “livre”. Elas são entidades orgânicas, feitas de indivíduos e grupos, que comunicam de forma organizada para que a rede a que pertencem, voluntária ou profissionalmente, funcione... atravesse o espaço e cubra o globo, equacionando as diversas sensibilidades, as várias classes sociais e os recursos existentes.

Este repórter pós-moderno - como lhe chamo - consegue elaborar o retrato de um país, trazer para cena as inquietações de homens e mulheres excluídos da actualidade informativa e, assim, instituir-se o “facebook” dos infoexcluídos. Em suma, as RC são peritas na arte da diplomacia, na poesia da pertença e na luta pela democratização da distribuição do conhecimento. Vou mais longe: as RC ampliam as “falas” sobre (e para) o mundo social,

³⁴ In: <http://criseoportunidade.wordpress.com> (consultado a 17-06-2012).

articulando a relação entre «democracia, representação, cidadania, identidade, cognição, liberdade e poder», isto é: “reclamam o direito a controlarem a representação de “si” sem (certos) intermediários e mediadores para que o campo da representação se equilibre. Trata-se de colocar as múltiplas representações do mundo ao nível das dominantes, das ‘oficiais’”³⁵.

Mais: estes media de proximidade assumem-se, hoje, como ferramentas revolucionárias de “desenvolvimento comunitário”³⁶, graças à oportunidade de ampliação, estruturalmente limitada, do espaço público – uma espécie de tribuna do povo, à qual todos podem aceder em condições de (relativa) igualdade e exercer livremente a crítica, o pensamento, a criatividade e a interacção. Talvez seja esta a solução, pontual ou definitiva, para a esterilidade em que mergulhou o debate de ideias nos media tradicionais, cada vez mais controlados por um leque restrito de fazedores de opinião. Arrisco-me a dizer que se trata de um novo tipo de jornalismo, capaz de resistir ao jugo da comunicação-espectáculo, capaz de desenvolver-se nas fendas de um mundo em constante mutação, capaz de intervir interessadamente na actualidade e capaz de produzir múltiplos olhares, múltiplos futuros e múltiplos estímulos.

“As técnicas clássicas de desenvolvimento não se mostraram eficientes para promover o crescimento de certas zonas, conhecidas por isso pela designação de «regiões-problema». A técnica de desenvolvimento comunitário, apresentando a vantagem de aproveitar dados da Economia e da Psicologia, procura vir ao encontro dessa dificuldade e baseia-se fundamentalmente na adesão das populações e sua participação efectiva em todas as fases do processo de desenvolvimento” (Silva, 1963: 538).

Visando substituir o conceito de «Educação de Massas» e enveredar por esforços desenvolvimentistas concentrados nos grupos, e não tanto, nos indivíduos, foi adoptado, em 1948, na Conferência de Cambridge, o termo «desenvolvimento comunitário», aí definido como: “a movement designed to promote better living in whole community with the active participation and if possible, on the initiative of the community but if this initiative is not forthcoming spontaneously then by use of techniques for arousing and stimulating it in order to serve its active and enthusiastic response to the movement”³⁷.

³⁵ In: “A Educação para o Desenvolvimento e os Jovens – Pistas de Reflexão”, CIDAC, p. 29.

³⁶ Para o antropólogo Xerardo Pereiro (UTAD – Pólo de Miranda do Douro), “A expressão desenvolvimento comunitário entrou na linguagem internacional para designar o conjunto de procedimentos por meio dos quais os habitantes de um país unem os seus esforços aos dos poderes públicos com a finalidade de melhorar a situação económica, social e cultural das colectividades, de associar estas colectividades à vida da nação e de permitir-lhes contribuir sem reserva ao progresso do país”.

³⁷ In: <http://www.preservearticles.com/201105096419/5-most-essential-elements-of-a-community-development-programme-in-india.html> (consultado a 10-07-2012).

No entanto, só em 1950, é consagrada a acepção técnica que hoje se lhe reconhece, num documento das NU intitulado “Progresso Social através do Desenvolvimento Comunitário”, ficando definido como “um processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa” (Carmo, 2007: 84).

Na Conferência de Ashridge, em 1954, o conceito foi sucintamente definido: “movement designed to promote better living for the whole community with the active participation and on the initiative of the community”³⁸. Em 1955, as NU aprofundaram-no insistindo na importância da diligência e da intervenção popular: “Community Development is a process designed to create conditions of economic and social progress for the whole community with its active participation”³⁹.

Um ano mais tarde, em Baarn (Países Baixos), um seminário reconheceu a indissociabilidade dos conceitos «desenvolvimento comunitário» e «região-problema», noção cuja importância reside “na consciência da exiguidade dos recursos para fazer face às necessidades sociais, sublinhando o interesse de identificar zonas de maior intensidade de problemas sócio-económicos a fim de nelas se concentrarem os meios disponíveis” (Carmo, 2007; 86).

Em 1958, um seminário em Palermo (Itália) possibilitou um passo gigante na construção deste modelo cognitivo por via do reconhecimento da sua composição bicéfala: investigação-acção: “neste encontro o Desenvolvimento Comunitário consagra-se como campo da Ciência Aplicada, dotado de instrumentos de estudo e diagnóstico a par das estratégias de actuação empírica existentes na época” (Idem).

No início da década de 1960, Maria Manuela da Silva - considerada a primeira especialista portuguesa em desenvolvimento comunitário - defendia a introdução do factor humano (cidadãos intervenientes, cooperantes, produtivos e preocupados com os seus territórios) como elemento central à compreensão do desenvolvimento:

“O desenvolvimento comunitário parte da base, das necessidades sentidas pela população e sobre elas constrói o plano de acção contando, desde o começo, com a iniciativa, a responsabilidade e liberdade de escolha por parte dos interessados. Só um processo que mergulhe as suas raízes na mentalidade da população e seja capaz de operar nela uma transformação suficientemente profunda terá garantia de ser eficaz e de ter continuidade. Se o

³⁸ “An overview of communication strategies in community development practices” - Paper presented at the sub-regional workshop on “Communications for basic services” held at Mbabane, Swaziland, from 15th march - 2nd april, 1982, by Kgomotso Mogome. In: <http://www.cf-hst.net/unicef-temp/Doc-Repository/doc/doc479446.PDF>

³⁹ Ibidem (consultado a 10-07-2012).

desenvolvimento opera sempre uma transformação profunda dos indivíduos e dos grupos humanos, devem ser estes os autores dessa transformação - tomando consciência dela, escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a (...)” (Silva, 1963: 544).

A autora apresenta cinco etapas - não estanques - do processo de desenvolvimento comunitário, e defende a importância da C4D em todas elas: **1.** Informação geral e dinamização da colectividade, **2.** Prospeção das necessidades e recursos potenciais, **3.** Descoberta e formação dos líderes locais, **4.** Elaboração de um plano, **5.** Avaliação dos resultados. Referindo-se à primeira fase, a especialista é peremptória:

“Todos os meios de informação existentes são em princípio bons: a rádio, a televisão, os jornais, as reuniões ad hoc, etc. Todavia, importa saber quais desses meios têm real penetração na colectividade e em que grau são assimilados; analogamente, há que descobrir os canais específicos de comunicação local e usá-los com eficiência” (Silva, 1963: 548).

E deixa-nos exemplos específicos de como integrar o povo no processo de desenvolvimento:

“(…) através das pessoas de prestígio local (...). Entre os meios de informação colectiva, as reuniões de massa (...) particularmente favoráveis à criação de uma consciência e responsabilidade comuns indispensáveis à continuidade do processo (...). A demonstração é outra técnica de informação particularmente eficaz em relação aos indivíduos pouco evoluídos. Mais do que em discursos, o rural acredita naquilo que vê” (Silva, 1963: 548-549).

Embora, como vimos no capítulo II, Silva se refira à «Teoria da Difusão de Inovações» (Norte-Sul), inerente ao Paradigma dominante da Modernização, não podemos ignorar que o papel reclamado/imposto, nos anos 60, pelo Ocidente/pelos países centrais industrializados, é hoje assumido pelas RC que:

1. Mobilizam a participação dos líderes comunitários (Figura 19) para a discussão de temas que permitam às populações tirar o melhor partido das oportunidades de desenvolvimento, de que é exemplo a biodiversidade agrícola;
2. Mobilizam líderes religiosos (Figura 20), que explicam/interpretam, em dialectos locais, passagens do Alcorão, da Bíblia e de outros textos religiosos visando conectarem-se espiritualmente com as audiências, sobretudo com populações minoritárias em territórios remotos;
3. Convidam alunos do ensino primário e secundário para convívios colectivos (Figura 21) visando sensibilizá-los para assuntos sensíveis como o abandono escolar, a delinquência juvenil e a mitigação de conflitos;
4. Organizam acções de formação em diversas áreas (ambiental, cultural, agrícola/técnica e digital/internet), criando espaços próprios para esse efeito, de que é exemplo o “Centro Camponês de Formação, Pesquisa/Acção e Vulgarização Agrícola” da Federação KAFO

(Figuras 23 a 25), que mobiliza a comunidade e os diversos líderes comunitários através da Rádio Comunitária “Voz de Djalicunda” (Figura 22), cuja programação é multidisciplinar.

Em tempos de Globalização, o Desenvolvimento Comunitário configura-se inteiramente distinto das estratégias governamentais do passado, pois concede às populações a gestão social do seu desenvolvimento, a promoção dos direitos humanos na comunicação e a construção sólida da legitimidade democrática. Ao encorajarem continuamente a diversidade de pensamento e de experiências, as RC assumem-se como um «mosaico mágico» de culturas em permanente mudança. Porque mobilizam equipas, sustentadas pela confiança mútua e pela comunicação aberta - reconhecendo valor na diferença – elas proporcionam oportunidades únicas de crescimento profissional e ensinam as pessoas a serem proactivas na gestão da sua carreira. São, assim, um parceiro indispensável a este mundo interdependente/globalizado.

Duas décadas mais tarde, Ander-Egg (1980: 69) arrisca uma definição mais arrojada de «desenvolvimento comunitário» que se confunde com a definição de RC: “uma técnica de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível das comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida”.



Figura 19: Líderes Comunitários da KAFO convocados pela Rádio Voz de Djalicunda, 2007



Figura 20: Rádio Voz de Quelélé, Bissau, 2007



Figura 21: Rádio Voz de Quelélé, Bissau, 2007



Figura 22: RC Voz de Djalicunda, Guiné-Bissau, 2007

Figura 23: Federação KAFO, Casa de Ambiente e Cultura, Bissau, 2007



Figura 24: Federação KAFO, Pavilhão Técnico, 2007



Figura 25: Federação KAFO, Bloco de Formação/CyberCafé, 2007

Uma definição mais actual de Nattukarku Kuttai, da RC indiana “MACFAST 90.4”, remete para a necessidade de encontrar formas criativas de cativar, envolver e capacitar as populações, elegendo as RC como ícones vitais deste processo: “Community Development involves the empowering of local people through the provision of information and skills as well the development of a community identity. Community radio is a unique toll in this respect”⁴⁰. Pois facilitam e encorajam:

“The exchange of information, networking of group, and provision of skills and training which are all key elements of developing a community. The promotion of awareness of the many community groups and facilities in the area. The empowering of these groups to use radio to promote themselves and speak directly to the community”⁴¹.

Grupos esses, segundo o autor, marginalizados pelos media convencionais “which by its nature fails to address the concerns of individuals communities. Community Radio as a model is a democratic medium assisting the work of both public and voluntary organisations as part of an emerging, non-profit community development sector”⁴².

Muitas organizações da sociedade civil comprometidas com o desenvolvimento social, de que é exemplo o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), em São Paulo, incluem na sua biblioteca *online* definições ultra-esclarecedoras de DC:

“Fortalecimento dos potenciais social, econômico e ambiental de uma região, município ou localidade, cuja finalidade é ampliar a qualidade de vida para seus habitantes. Ele é gerado pelo esforço conjunto de pessoas e organizações que se sentem parte ou implicados com uma comunidade. Também resulta do sentimento de pertencer e do entendimento de que os objetivos individuais são inteiramente alcançados quando todos atingem suas metas. Assim, os propósitos coletivos são alcançados” (in: <http://www.idis.org.br>).

7. Media Sociais, Democracia, Boa-Governança e Identidade: conceitos indissociáveis

Muitos autores designam a internet, nomeadamente os *blogs* e as redes sociais, como “**media sociais**”, um termo bastante abrangente que, no fundo, significa “conteúdo criado pela sua audiência”. Eu penso que, se considerarmos a definição mais ampla de Comm (2009: 3) “forma de publicação em que as histórias são trocadas, em vez de publicadas, e a troca de conteúdo ocorre dentro da comunidade, como um bate-papo em um restaurante” ou mesmo a

⁴⁰ In: http://www.macfast.org/technitrous07/cpanel/browser/infocus.php?page1_id=66

⁴¹ Ibidem (consultado a 06-07-2012).

⁴² Ibidem (consultado a 06-07-2012).

sua visão mais estreita... que descreve uma forma pela qual os profissionais de comunicação “podem colocar suas mensagens diante de milhares de pessoas e encorajá-las a desenvolver fortes conexões e uma firme lealdade”, podemos inserir - sem quaisquer reservas - as RC nesta categoria já que os conteúdos auto-produzidos promovem a coesão das comunidades.

Falar de tudo isto, é falar de «Democracia» e de «Boa-Governança» nos termos exactos em que David Beetham (1992: 40) e o PNUD (1997: 2-3), respectivamente, as definem:

“A mode of decision-making about collectively binding rules and policies over which the people exercise control, and the most democratic arrangement is that where all members of the collectivity enjoy effective equal rights to take part in such decision-making directly – one that is to say, which realizes to the greatest conceivable degree the principles of popular control and equality in its exercise”⁴³.

“Good governance is, among other things, participatory, transparent and accountable, effective and equitable, and it promotes the rule of law. It ensures that political, social and economic priorities are based on broad consensus in society and that the voices of the poorest and the most vulnerable are heard in decision-making over the allocation of development resources”⁴⁴.

Convém relembrar as resoluções das NU 2000/47 sobre “Promoção e Consolidação da Democracia” e 2001/36 sobre “Fortalecimento da Participação Popular, Equidade, Justiça Social e a não-discriminação” como fundamentos essenciais da Democracia Participativa. A primeira apresenta, assertivamente, os meios para atingir os fins:

- a) Promoting Pluralism;
- b) Promoting, protecting and respecting all human rights;
- c) Strengthening the rule of law;
- d) Developing, nurturing and maintaining an electoral system that provides for the free and fair expression of the people’s will through genuine and periodic elections;
- e) Creating and improving the legal framework and ***necessary mechanisms for enabling the participation of all members of civil society*** in the promotion and consolidation of democracy;
- f) Strengthening democracy through good governance;
- g) Strengthening democracy by promoting sustainable development;
- h) Enhancing social cohesion and solidarity⁴⁵.

⁴³ In: “Liberal Democracy and the Limits of Democratization”, Political Studies special issue, Vol. 40.

⁴⁴ In: A UNDP policy paper: “Governance for Sustainable Human Development”.

⁴⁵ In: [http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/E.CN.4.RES.2000.47.En?Opendocument](http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/E.CN.4.RES.2000.47.En?Opendocument)

Actualmente, a «boa-governança» ocupa um papel central no discurso sobre desenvolvimento e é considerada um elemento-chave a incorporar nas estratégias desenvolvimentistas, sobretudo, nos PVD. Mais, segundo o Banco Mundial, o conceito de «governança» está directamente relacionado com a própria gestão dos processos de desenvolvimento que, por sua vez, envolvem os sectores público e privado, e os próprios cidadãos, em diálogo permanente com o Estado: “the manner in which the power is exercised in the management of a country’s economic and social resources for development. (...) is about the institutional environment in which citizens interact among themselves and with government agencies/officials”⁴⁶.

Inúmeras organizações multilaterais (PNUD, BM) identificaram já nove elementos “Participation, Rule of Law, Transparency, Responsiveness, Consensus orientation, Equity, Effectiveness and efficiency, Accountability, and Strategic vision” e cinco dimensões-chave “public sector management, accountability, legal framework for development, transparency and information”⁴⁷ intrínsecos(as) à Boa-Governança.

A resolução das NU 2000/64 permitiu clarificar o conceito “expressly linking good governance to an enabling environment conducive to the enjoyment of human rights and prompting growth and sustainable human development”⁴⁸. Esta ligação vital coloca, automaticamente, as RC no centro deste desenvolvimento enquanto garantes dos direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais dos cidadãos.

Concordo com Adel Abdellatif, assessor de programas sobre «Governança» no Gabinete Regional para os Estados Árabes (PNUD), quanto à essência da governança democrática, revista em oito princípios, directamente relacionados com prática radiofónica comunitária:

- Respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, isto é: viver com dignidade;
- Participação activa das pessoas em decisões que afectam as suas vidas;
- Responsabilização pública dos decisores políticos;
- Leis, instituições e práticas justas e inclusivas, isto é: governança alicerçada na interacção social;
- Homens e Mulheres: parceiros iguais nas esferas pública e privada e na tomada de decisões;
- Necessidades das gerações vindouras devem constar das políticas públicas correntes;
- Políticas sociais e económicas adequadas às necessidades e aspirações das populações;

⁴⁶ In: Global Forum III on Fighting Corruption and Safeguarding Integrity, Seoul 20-31 May 2003 – Workshop IV. Democracy, Economic Development, and Culture. Point 3. Good Governance and Its Relationship to Democracy and Economic Development, Ministry of Justice, Republic of Korea, pp. 1-27.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem.

- Políticas económicas e sociais adequadas à erradicação da pobreza e ao alargamento das opções de vida à disposição das populações⁴⁹.

Outro conceito-chave directamente relacionado com as RC é o de «*accountability*» e/ou «responsabilidade/responsabilização» nos termos em que o Relatório de Desenvolvimento Humano (2002: 65) o define: “is about the power - about people having not just a say in official decisions but also the right to hold their rules to account. They can demand answers to questions about decisions and actions. And they can sanction public officials or bodies that do not live up to their responsibilities”.

As RC são a correcta expressão desta participação pública e voluntária (que se deseja estratégica, eficiente, eficaz e transformadora) e conferem às suas audiências um maior poder nos processos de tomada de decisão e, conseqüentemente, capacitam-nas a responsabilizar o poder político pelas suas acções. Daí a importância do conceito «*empowerment*» que Holly Wagg - referindo-se ao programa “Anything Goes” da RC “90.3FM CKUT” (Quebeque/Canadá) - explica de forma brilhante:

“Through their voluntary participation, youth become active agents in the creation and production of their own texts, hence giving them a legitimized voice that is often denied in the social contexts of school and Family. Giving youth the opportunity and tools to produce their own radio segment, giving them access to a medium through which they can express their own ideas and opinions, is empowering”⁵⁰.

As RC possibilitam essa capacitação a dois níveis: individual e social. Primeiro, ajudam o indivíduo a ter consciência de si próprio, da sua situação financeira, profissional, académica, familiar e, até, da sua relação com a própria comunidade. Segundo, ajudam-no a tomar o pulso ao seu próprio destino, a usar o poder discursivo que as ondas hertzianas lhe conferem, a usufruir das liberdades inscritas na Constituição, a participar activamente na gestão da coisa pública, a emancipar-se socialmente impondo o seu lugar na comunidade, a inspirar a legitimação das vozes silenciadas, a contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa e, assim, a equilibrar a balança de poderes, por norma excessivamente desequilibrada nos PVD:

“In picking up a pen or typing on the computer, the youth are exerting their imaginations and creativity through writing. Although writing is an important part of the preproduction process, it is the opportunity to share their written work with the other youth and the ability to express outside of the self that makes the experience empowering. Youth believe their voices are

⁴⁹ In: Relatório de Desenvolvimento Humano 2002, PNUD (in: <http://www.pdfio.com/k-1061658.html>).

⁵⁰ In: Journal of Radio Studies/Volume 11, Nº 2, 2004 “Empowering Youth with Radio Power: «Anything Goes» on CKUT Campus-Community Radio”.

legitimated. Empowerment comes with the ability and skills to produce radio programming, but also with the authorization of the self to speak in a larger context. (...) Anything Goes empowers these adolescents with its ability to capture a slice of the media discursive space”, conclui Holly Wagg no mesmo artigo.

Para mim, Desenvolvimento Local/Comunitário é o processo através do qual uma comunidade integrada num dado território se torna protagonista do seu próprio desenvolvimento, seguindo algumas pistas preciosas: mobilização endógena; respeito pelas tradições e capacidades locais, construção colectiva de conhecimento/de significados; reconstrução da democracia através da criação e manutenção de espaços de participação; valorização dos talentos e recursos locais; utilização de *inputs* materiais e não materiais; articulação intersectorial; controlo dos materiais de produção; novas lógicas de informacionalização; autodefinição identitária; construção do multiculturalismo; conciliação entre perspectivas de carácter microlocalizado com teorias de cariz macro; renovado interesse pela função das emoções e sua verbalização; valorização de interlocutores minoritários; autocritica e avaliação das estratégias desenvolvimentistas «gloais» adoptadas.

Silva e Arns superam a minha definição em apenas três linhas: “processo através do qual a comunidade amadurece em relação a si mesma e a seus potenciais, rompe seus casulos e se transforma em novas possibilidades de ser”⁵¹. Jara (1998: 71-72) sublinha outros aspectos:

“O desenvolvimento local não passa apenas pela dimensão económico-produtiva, depende essencialmente da estrutura de valores que definem a cultura organizacional, da informação e do “empoderamento”. [...] Estamos falando de um desenvolvimento aplicado num âmbito espacial delimitado – o território municipal, a micro-região, o assentamento. Estamos falando de um desenvolvimento endógeno, ou seja, baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais”.

Tudo itens que, mais uma vez, se confundem com o propósito das RC: povoar os imaginários das “gentes” mais pobres do mundo com retratos marcantes de pobreza - em contraste com a riqueza exibida pelas elites políticas - mas também de esperança e de tenacidade. E isso é desenvolvimento comunitário:

“Community development involves changing the relationships between ordinary people and people in positions of power, so that everyone can take part in the issues that affect their lives. It starts from the principle that within any community there is a wealth of knowledge and

⁵¹ Documento: “Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD”, p. 8.

experience which, if used in creative ways, can be channelled into collective action to achieve the communities' desired goals”⁵².

8. Desenvolvimento Local/Comunitário: sinónimo de «Identidade»

A identidade “é reconstruída a partir do reconhecimento dos outros” através da “política do reconhecimento igual” de direitos, deveres e dignidades. É o que defende Taylor (1994: 166-67) apresentando “duas dimensões de identidade”, cujo encontro é possibilitado pelas RC:

1. As “**Identidades Sociais Colectivas**”, de que são exemplo os grupos religiosos (que procuram apoiantes comprometidos com as práticas e crenças inculcadas) e as minorias raciais - vulneráveis, sujeitas à discriminação e ao insulto - que procuram reconhecimento/representatividade nos grupos étnicos nacionais;

2. As **Identidades Individuais**, assentes em características da personalidade e/ou traços de comportamento moralmente importantes para a vida social (forma de ser e estar, inteligência, dinamismo, perspicácia, ambição, conduta, afabilidade, seriedade, rigor, adaptabilidade, pragmatismo, hostilidade, flexibilidade, consciência, volubilidade, companheirismo, distanciamento, fechamento, selectividade, interdependência, intencionalidade, etc.) e em experiências pessoais ou situações vividas, cuja narração é imprescindível.

“O cerne da visão do ser humano que Taylor propõe está, de facto, no imprescindível fundamento relacional e dialógico da identidade do ser humano; deste modo, nunca podemos falar de uma cultura, sem fazer referência às pessoas concretas que a vivem e a expressam; e, vice-versa, nunca podemos falar da pessoa abstraída e desligada das múltiplas relações nas quais se encarnam a sua vida e a sua identidade” (Raguso, 2005: 6).

Neste contexto de intermediação possibilitado pelas RC, importa revisitar a obra “O Poder da Identidade” onde Castells (2007: 2-3) analisa as duas grandes tendências conflituantes que caracterizam a sociedade da informação: a globalização e a identidade. O autor destaca o aparecimento de «identidades colectivas» que desafiam a globalização e o universalismo em prol da singularidade cultural e da capacitação individual. Para este sociólogo espanhol, posição que subscrevo, «identidade» significa “fonte de significado e experiência de um povo” e “processo de construção do significado com base num atributo cultural” ou ainda “conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras formas de significado”.

⁵² In: <http://www.cdx.org.uk/community-development/what-community-development> (visionado a 10-12-2012).

O autor sustenta a perspectiva sociológica de que “toda e qualquer identidade é construída”, acrescenta que essa construção social ocorre sempre num ambiente marcado por “relações de poder” e propõe uma distinção entre três “formas e origens de construção de identidades”: **identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projecto.**

No âmbito deste capítulo interessam-nos as duas últimas, sendo que a primeira é criada por actores minoritários, subvalorizados e marginalizados pela lógica destrutiva do capital, através de “trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade” (Castells, 2007: 4). E a última, cuja efectivação se dá quando os actores sociais “servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de procurar a transformação de toda a estrutura social” (Castells, 2007: 5). Construção essa viabilizada pelos materiais culturais disponibilizados pelos media comunitários/locais: projectos que se instituem como poderosas identidades de resistência.

9. Carácter Inter e Multidisciplinar das Rádios Comunitárias

No âmbito desta perspectiva, as RC - iniciativas pró-activas de DC – permitem:

1. Uma compreensão multidisciplinar e multisectorial da comunidade;
2. A identificação de dinâmicas socio-político culturais e artísticas;
3. A articulação de lideranças e de organizações dos três sectores;
4. A mobilização e potencialização de recursos e talentos existentes;
5. A projecção de uma visão colectiva e de futuro;
6. O desenvolvimento de acções conjuntas em benefício da comunidade;
7. A capacitação de pessoas e o fortalecimento de laços societais;
8. A atracção e fixação de jovens e de emprego qualificado;
9. Melhorar o nível e a qualidade do emprego;
10. Melhorar a organização do mercado de formação (exemplo disso é a Escola de Artes e Ofícios de Quelélé, em Bissau, que ministra formação nas mais diversas áreas de interesse e que é resultado das demandas dos ouvintes da Rádio Comunitária Voz de Quelélé);
11. Melhorar os níveis de escolaridade e de qualificação da população residente, em particular dos jovens e adolescentes;
12. Promover os jovens no mercado de trabalho e reconverter e reinserir profissionalmente trabalhadores desempregados;
13. Reforçar e valorizar o potencial humano de determinada região;
14. Observar, analisar, reflectir e propor soluções que contribuam para o desenvolvimento local;

15. Gerar polos e redes privilegiadas de participação/acção na vida das comunidades, garantindo-lhes autonomia;

A FAO acrescenta outras características comprovativas da sua versatilidade:

“(...) informing and motivating rural communities (...), local solidarity (...), emergence of new forces within society, such as farmer associations (...), devoted to specific issues such health hazards (AIDS, onchocerciasis), agricultural topics (rice, cotton, irrigation, livestock), women’s issues, etc. Diversity of actors and initiatives (...), linguistic and socio-economic diversity (...), closer and more interactive communication with village communities and empowers rural populations with a better use of this means of communication”⁵³.

Nos cinquenta anos de história/de experiências que se seguiram ao documento das NU “Progresso Social através do Desenvolvimento Comunitário” (1950), emergiu um conjunto de princípios estruturantes das estratégias de DC e cuja actualidade é inequívoca:

- **Princípio das Necessidade Sentidas** - um projecto de DC humanista deve partir das carências sentidas pelas populações e não apenas das “necessidades consciencializadas pelos técnicos”⁵⁴;
- **Princípio da Participação** - as populações devem envolver-se profundamente em dinâmicas/processos/estratégias/instrumentos que gerem desenvolvimento sustentado;
- **Princípio da Cooperação** - estreita colaboração/articulação entre os diversos sectores (ONG, Estados, Associações de Base, etc.) da sociedade nos projectos de DC;
- **Princípio da Auto-Sustentação** - os processos de mudança devem ser equilibrados, contínuos e mantidos pelas populações envolvidas que, *per si*, devem dotá-los de mecanismos inibidores de efeitos perversos, gerados pelas alterações efectuadas;
- **Princípio da Universalidade** – os projectos de desenvolvimento devem abranger o todo da população visada e não apenas subgrupos dessa população e devem almejar alterar profundamente as condições que perpetuam o subdesenvolvimento.

A relevância das RC nos actuais programas de desenvolvimento radica exactamente nestes princípios e, sobretudo, numa compreensão dialógica: 1. **Não há globalização sem representatividade**, realidade que impõe a necessidade de capacitar as sociedades em vias de desenvolvimento; 2. Quando se prevê mudanças estruturais que ditarão alterações efectivas no comportamento das pessoas, torna-se necessário prepará-las para novos modelos de relacionamento social, assim como para **novas estratégias de envolvimento comunitário**:

“African rural societies increasingly find that they must adapt to a rapidly changing world. They have to integrate into complex worldwide economic mechanisms and yet not lose sight

⁵³ Corporate Document Repository: “Development of Rural Radio in Africa – Declaration and Plan of action”. In: <http://www.fao.org/docrep/w3618e/w3618e01.htm> (consultado a 08-07-2012).

⁵⁴ In: <http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1882/1/1999-ArtigoPovo.pdf> (visionado a 08-07-2012).

of the need to ensure their own food security. They must manage and protect their resources, improve their standards of living, health and education, and value and conserve their cultural heritage. Communication is essential to overcome the constraints to development and face the challenges. Rural communities should have at their disposal the tools to access and convey useful information and knowledge. They should be able to exchange experiences, knowledge and techniques, and be actors in the debate on development matters”⁵⁵.

Subjacente a esta preocupação da FAO, está a «Dimensão Prática do Desenvolvimento Comunitário» “pelos consequências que a sua aplicação tem no terreno, tanto pela implicação das comunidades no processo do seu próprio Desenvolvimento como pela alteração das práticas profissionais a que obriga” (Carmo, 2007: 84). As RC incorporam essa dimensão prática, instituindo-se como uma bússola para a intervenção comunitária na medida em que visam ultrapassar três problemas: a sobre-informação, a sub-informação e a pseudo-informação, componentes que integram o conceito de “nevoeiro informacional” de Edgar Morin (1981: 19-26).

“It is also important to emphasize that radio remains, and will no doubt continue to remain for some time, the communication media that is most readily available to serve the economic, social and cultural needs of rural Africans. It provides the one source of information, expression and communication at a time when new technology and global information and communication networks monopolize international attention, and siphon off a significant proportion of available resources. It is therefore essential to ensure the survival and credibility of African rural radio”⁵⁶.

Nesta perspectiva, as RC devem adoptar uma metodologia rigorosa que lhes permita seleccionar informação relevante sobre as comunidades que servem e expor os seus problemas numa linguagem simples, avaliando uma série de componentes sociais: *inputs* (contributos do macrossistema para a comunidade, que podem, ou não, condicionar o desenvolvimento da mesma), *outputs* (contributos da comunidade para o macrossistema onde está integrada), *outtakes* (elementos retirados ou a retirar da estratégia comunicacional comunitária que integra o microssistema), *outcomes* (opiniões, atitudes, emoções das audiências) e *outflows* (impacto na estratégia das organizações ou do público-alvo).

E, assim, ter em conta os cinco tipos de necessidades humanas identificados por Maslow: fisiológicas, de segurança, de pertença, de estima, de auto-realização. O interventor e/ou

⁵⁵ Corporate Document Repository: “Development of Rural Radio in Africa – Declaration and Plan of action”. In: <http://www.fao.org/docrep/w3618e/w3618e01.htm> (consultado a 08-07-2012).

⁵⁶ Ibidem.

radialista comunitário deve: **a)** Desenvolver estratégias de relacionamento com a comunidade visando instaurar um clima de confiança mútua e **b)** Promover estratégias sócio-educativas visando inculcar na comunidade, nos seus grupos e líderes, as seguintes alterações:

Atitude Global: Passiva → Activa/Vibrante

Atitude perante os Outros: Dependente → Independente

Comportamentos: Padronizados → Autonomizados

Interesses: Superficiais → Profundos/Orientados/Especializados

Atitude face ao tempo: Curto Prazo → Médio/Longo Prazo

Consciência de si: Estereotipada → Objectiva/Assertiva

Foi exactamente esta perspectiva prática que os entrevistados no terreno exaltaram. À pergunta “o que significa DC?”, responderam: modéstia, humildade, estreita ligação entre parceiros locais, intervenção conjunta, simbiose entre recursos endógenos e exógenos e sinergia entre o SABER-SABER e o SABER-FAZER. Exemplo de uma estratégia de DC eficaz é, sem dúvida, o Centro de Saúde do Bairro de Quelélé, na Guiné-Bissau, cuja necessidade de construção foi identificada pela Associação de Moradores (devido ao alto índice de mortalidade materna) que pediu ajuda à ONG AD (disponibilizou materiais de construção) que, por sua vez, solicitou a intervenção do Ministério da Saúde (contribuiu com médicos, enfermeiros e analistas), da UNICEF (distribuiu medicamentos), da Câmara Municipal de Bissau (cedeu espaço para construção), tendo a própria Associação mobilizado os moradores que, numa lógica cooperativista, contribuíram com a mão-de-obra.

Qual o papel da RC Voz de Quelélé? “Mobilizou jovens para o trabalho voluntário na construção civil, mobilizou mulheres para cozinharem para os trabalhadores e acompanhou/geriu os diferentes actores desta iniciativa de intervenção social. O sucesso de qualquer projecto de desenvolvimento depende sempre da participação activa e consciente dos beneficiários, do diálogo, da concertação e de parcerias nas acções a empreender”, explicou Jorge Handem, director da Escola de Formação Profissional “Artes e Ofícios” da ONG AD, para quem «DC» é uma “estratégia que gera e gere mudanças”, umas menos outras mais conflituosas, e é sobre estas últimas que as RC devem intervir mais energicamente:

“Por exemplo, acções junto das comunidades que praticam a queima de matas/florestas. Não basta uma ONG exigir à comunidade que cesse a actividade sob pena de prejudicar o ambiente, isto porque, existem pessoas que retiram daí o seu rendimento e defendem-se alegando que se trata de uma prática ancestral! Não é fácil intervir com uma acção de desenvolvimento comunitário que vise uma alteração radical de hábitos e comportamentos

enraizados! Urge encontrar soluções alternativas - de que é exemplo o micro-crédito - que permitam às pessoas desenvolver outras actividades com as quais se identifiquem, das quais retirem dividendos e que beneficiem o país. É aí que as RC desempenham o seu papel, informando os cidadãos das vantagens deste tipo de alternativas rentabilizadoras”⁵⁷.

Este testemunho espelha, na perfeição, a definição de DC da CDX “Community Development Exchange” (Figura 26), cujo mote é “Supporting people who support communities”:

Figura 26

Defining community development

The challenge in defining community development is how to capture its essence when it is so multi-faceted. Community development is a challenging process because it requires the following ingredients:

1. A long-term process which goes at local residents' pace.

Community development has to take the necessary time to help communities develop themselves, including:

- Bringing people together to explore their lives and issues, and understanding the root causes of their concerns;
- Identifying which other organisations, agencies or influential people might be supportive or targets for change;
- Helping communities to identify the changes that they would want to achieve;
- Encouraging communities to feel they can make a difference;
- Exploring previous attempts to change things, and what can be learnt;
- Supporting the communities in agreeing shared visions and priorities for action;
- Agreeing a useful way to assess their progress and evaluate their impact (outcomes and indicators);
- Providing user-friendly frameworks to help the communities make plans and build their own organisations;
- Delivering training or finding appropriate learning opportunities;
- Finding all the resources they need;
- Challenging communities where necessary, so that they are inclusive towards all community members;
- Supporting individual residents so they can stay onboard (welfare);
- Helping the communities reflect and learn

In: <http://www.cdx.org.uk/community-development/defining-community-development>

10. Desenvolvimento/Comunicação Participativos: libertação, identidade, legitimação

O exposto em cima remete-nos para a definição de «desenvolvimento participativo» defendida pela African Development Foundation: “the use of tools and techniques that strengthen local capacity and foster ownership of development and empowerment”.

É curioso verificar que o propósito “Fostering hope, growth, and goodwill in Africa” e a visão “To end the poverty of a million Africans by investing in their ideas”⁵⁸ desta agência americana se confunde com os objectivos da «Participatory Action Research» (PAR): metodologia surgida na década de 90, como contradiscurso/reacção à degradação das condições sócio-económicas das populações desprivilegiadas/isoladas, e que assenta na importância dos recursos endógenos, dos líderes locais, das práticas/conhecimentos autóctones para o progresso social:

⁵⁷ Declaração obtida a 12 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da ONG AD.

⁵⁸ In: <http://www.adf.gov/about.html> (consultado a 08-07-2012).

“PAR is dedicated to resuscitating both the power of marginalized people and their popular, specific, non-western, and non-positivist knowledge. Importantly, it is used to initiate collaborative social action to empower local knowledge”⁵⁹. “PAR is to return to the people the legitimacy of the knowledge they are capable of producing through their own verification systems, as fully scientific, and the right to use this knowledge as a guide in their own action”⁶⁰. “PAR allows for exchange of information between equals. The emphasis is on symmetric knowledge sharing rather than top-down information transmission or teaching”⁶¹.

Segundo Melkote e Steeves (2001: 345-46), os resultados da PAR podem ser categorizados em quatro tipos, nos quais se identifica claramente a importância/a esfera de acção das RC:

1. **Acções Defensivas** - Protecção dos recursos naturais contra a depredação em curso e defesa das comunidades locais contra os efeitos perversos (ex: poluição industrial) dos grandes projectos desenvolvimentistas (ex: barragens hidroeléctricas) através de “protests, making representations to authorities, and resorting to legal remedies, sometimes with the assistance of sympathetic experts”;
2. **Acções Assertivas** - “creation of alternative organizations (such as cooperatives) to recapture lost or diminished economic surpluses” através de organizações/grupos locais que tentam legitimar os seus direitos e desbloquear recursos importantes à sua sobrevivência;
3. **Acções Construtivas** - Projectos desenvolvimentistas de auto-ajuda criados, organizados e geridos pelas comunidades, visando a satisfação das necessidades locais: “Grassroots organizations mobilize their own resources and skills with or without the help of external agencies such as the state or NGOs”
4. **Acções Alternativas** – Projectos desenvolvimentistas inovadores, sustentados e sustentáveis, e mais adaptados aos contextos locais “such as organic farming or biogas plants, indigenous health care schemes, or actions to resuscitate local culture practices, including indigenous forms of communication”.

Partindo, também ele, do paradigma “Think Globally, Act Locally”, White (2008: 43) descreve «comunicação participativa»: “type of communication in which all the interlocutors are free and have equal access to the means to express their viewpoints, feelings, and experiences. Collective action aimed at promoting their interests, solving their problems, and transforming their society, it the means end”.

Logo, as RC que se auto-intitulam genuinamente comunitárias devem pressupôr:

1. **Participação na Implementação:** “People are actively encouraged and mobilized to take

⁵⁹ Friesen, 1999, cited in Melkote & Steeves 2001: 342.

⁶⁰ Rahman, 1991, cited in Melkote & Steeves 2001: 343.

⁶¹ Ascroft et al., 1987, cited in Melkote & Steeves 2001: 344.

part in the actualization of projects. They are given certain responsibilities and set certain tasks or required to contribute specified resources” (Srampickal, 2006: 8);

2. **Participação na Avaliação:** “Upon completion of a project, people are invited to critique its success or failure” (Idem);

3. **Participação nos Benefícios:** “People take part in enjoying the fruits of a project, such as water from a hand pump, medical care, a truck to transport produce to market, or village meetings in the new community hall” (Idem);

4. **Participação na Tomada de Decisões:** Comunidades idealizam, organizam, analisam, projectam e edificam actividades conjuntas. “Some of these may be related to more common development areas such as building schools or applying for land tenure. Others may be more political, such as removing corrupt officials, supporting parliamentary candidates, or resisting pressures from the elites. Yet others may be cultural or religious in nature: organizing a traditional feast, prayers for an end to the drought, or just a big party, to have a good time” (Idem).

Diaz-Bordenave (1989: 3) explica a extrema relevância do termo «participação» enquanto direito humano básico e expoente máximo da identidade individual e colectiva:

“The need to think, express oneself, belong to a group, be recognized as a person, be appreciated and respected, and have some say in crucial decisions affecting one’s life, are as essential to the development of an individual as eating, drinking, and sleeping. Participation is not a fringe benefit that authorities may Grant as a concession but every human being’s birthright that no authority may deny or prevent”.

White (2008: 23) correlaciona participação e libertação, alertando para o facto dos media participativos constituírem óptimos meios de diagnóstico, discussão e questionamento:

“Genuine participation is intrinsic to genuine relationships. Supportive communication behaviors characterize the truly liberated person. True liberation brings with it a solid sense of self, an active concern for one’s self in relation to others, and an inner life force which pushes toward meaningful human relationships, liberating and catalyzing action toward shared goals”.

11. RC: Potencialidades «versus» Fraquezas Internas

Entre a imensa reflexão que tem sido produzida sobre a “radiofonia comunitária”, de carácter científico ou meramente informal, dois tipos de argumentos destacam-se como a base do

crescimento exponencial desta nova ferramenta comunicacional. O primeiro argumento, de natureza funcional, remete para o seu papel decisivo na facilitação de acesso à informação, educação e sensibilização das comunidades, contribuindo assim para o reforço da cidadania. Noutra linha de argumentação, de âmbito cultural, as RC têm vindo a constituir-se como espaços de debate e de confrontação de ideias entre os diferentes grupos sociais, políticos e económicos, com visões e interesses diferentes.

Contudo, o leque de vantagens é bastante mais alargado como explica Fátima Proença, da Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP), cujo trabalho com as RC guineenses tem colocado Portugal no caminho da cooperação para o desenvolvimento comunitário:

“São geridas por jovens voluntários, baseiam-se na tradição da oralidade das sociedades africanas, têm em conta o alto nível de analfabetismo, permitem funcionar com equipamentos simples/baratos, proporcionam a fixação de jovens no meio rural e o acesso a novos conhecimentos, isto porque, veiculam debates entre professores, enfermeiros, administradores locais, ONG`s e organizações de base que aproveitam para discutir as diferentes abordagens do desenvolvimento”⁶².

Embora defendam que cada RC é única e está sempre sujeita a rápidas e constantes alterações, posição que subscrevo, Loty Salazar e Craig Hammer (cited in Mefalopulos, 2008: 186) enumeram assertivamente cinco potencialidades e cinco fraquezas destes media - confirmadas no terreno, por via das declarações obtidas, e pela AMARC, em diversos textos informativos -, que aqui destaco:

1. A constante troca de informações reforça a importância de temas específicos cuja discussão permite à comunidade reduzir certos riscos sociais, promover a participação comunitária para responder às diferentes circunstâncias de vida e capacitar a comunidade para exigir “good governance and accountability”;
2. As políticas públicas são fortemente influenciadas porque os responsáveis políticos respondem perante eleitores informados e assuntos bem explanados, sobretudo desde que a radiodifusão comunitária “is a useful tool to facilitate public scrutiny of government action”;
3. A auto-confiança da comunidade visada sai reforçada, quer pela troca de pontos de vista e discussão de importantes questões locais, quer pelo impacto de “hearing their own and neighbors’ voices on the air, speaking in the local language”;
4. Os membros da comunidade sentem-se motivados a envolver directamente organismos governamentais e a incluir um público mais vasto “in the exchange, for example, to seek improvements in service delivery”;

⁶² Declaração obtida em Abril de 2006 numa entrevista presencial nas instalações da ACEP, em Lisboa.

5. Os pobres sentem-se incentivados a solicitar a opinião de peritos em temas do seu interesse e a integrar “follow-up discussions over the air and among the community at large”.

“CR is effective in ensuring proper governance. Community radio can contribute to rendering governments accountable by enabling ordinary people to question their leaders on matters such as the use of public resources. CR is effective in achieving development goals. Community radio is effective in facilitating communication for key development sectors such as health, education and livelihoods. CR is effective in empowering Women. Community radio is effective in empowering women to actively participate in their communities and to become citizens whose voices are heard” (AMARC, 2007: 10).

1. Governos ou influentes membros de partidos políticos podem invocar preocupação com a liberdade de expressão intrínseca à difusão comunitária, uma ameaça às autoridades locais ou nacionais, “particularly if that government significantly restricts access to information”;
2. O financiamento e o apoio técnico – vitais à sustentabilidade das RC - podem ser difíceis de assegurar “while simultaneously trying to preserve the independence of the station”;
3. A notícia nacional pode, por vezes, ser valorizada em detrimento da notícia local por restrições temporais ou de recursos “whereby community broadcasters will just focus on general issues”;
4. A legalização de uma RC pelos governos nacionais pode sujeitar a estação a limitações excessivas. Alguns governos protegem continuamente os media convencionais “and thus impose restrictive licensing requirements on the community sector, which threaten the stations’ viability”. Conclusão: Estas emissoras são consideradas “subversivas” pelos decisores políticos que tardam em promulgar molduras institucionais viáveis;
5. A escassez e a rotatividade de pessoal qualificado e voluntários - que tendem a migrar para empregos melhor remunerados no sector comercial - impõe um desafio permanente: “training of volunteers is an ongoing cost. Although these are arguably manageable challenges, support programs for community radio development should take into account from the outset”.

“The lack of proper enabling legislation is the single principal barrier to CR social impact. The absence of a friendly legislation; the existence of media oppression and military threats are a generalized barrier to the development of community radio. On varying degrees, these factors hinder CR capacity to develop its positive impact in giving voice to the marginalized, in developing inclusive and democratic societies where governments are accountable and people are empowered to achieve development objectives. Likewise, the absence of appropriate legislation recognizing the social contribution of CR creates financial sustainability challenges that hinder the possibility for scaling up good models of sustainable CR” (AMARC, 2007: 7).

12. Comunicação Comunitária/Popular/Alternativa/Dialógica/Radical: sinónimos?

Comumente utilizados como sinónimos, os termos suprarreferidos são, para mim, distintos. Partilho, no entanto, da opinião de Cicília Peruzzo (2006: 2) quando afirma que todas significam “comunicação do povo, feita por ele e para ele”, todas difundem mensagens crítico-emancipadoras e reivindicativas, todas ganham espaço pela notoriedade que trazem aos actores que dela participam, todas visam a construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa, todas premeiam a superdiversidade e a convivialidade, e todas elegem as populações como agentes de mudança através de processos democratizantes, inclusivos, intimistas e educativos:

“A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política”.

Oportuna é também a ideia de Gilberto Gimenez (1979: 60, cited in Peruzzo, 2006: 3) para quem a comunicação popular - que marcou os anos de 1970, 1980 e parte dos 90 - gera a “quebra da lógica da dominação e se dá não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos”. Reitero igualmente as palavras de Mario Kaplún sobre a comunicação popular e alternativa “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista” (1985: 7, cited in Peruzzo, 2006: 3) e sobre a essência da verdadeira comunicação:

“(…) no está dada por un emisor que habla y un receptor que escucha, sino por dos o más seres o comunidades humanas que intercambian y comparten experiencias, conocimientos, sentimientos (aunque sea a distancia a través de medios [o canales] artificiales. Es a través de ese proceso de intercambio como los seres humanos establecen relaciones entre sí y pasan de la existencia individual aislada a la existencia social comunitaria (...)⁶³”.

Muitos são os autores que, inclusive, as definem conjuntamente. Destaco o investigador Rozinaldo Antonio Miani, para quem os termos “popular” e “comunitária”, apresentados nesta ordem e utilizados agregadamente, são “complementares e dialeticamente interseccionados”:

“A Comunicação Popular e Comunitária se constitui como uma comunicação baseada na realidade das classes subalternas e com o objetivo de transformação social, a partir da politização dos sujeitos destas classes e sua conseqüente emancipação, mediante a proposição de processos comunicativos participativos e de valorização das subjetividades no

⁶³ In: http://www.uhu.es/cine.educacion/figuraspedagogia/0_mario_kaplun.htm (consultado a 11-07-2012).

interior de um determinado grupo social” (Aranha, 2010: 173).

Apesar de concordar com os denominadores comuns supramencionados, também corroboro a contraposição de Raquel Paiva em “O espírito comum”, já que a comunicação comunitária compromete efectivamente o indivíduo com o exercício da sua cidadania, permitindo-lhe actuar “no seu real-histórico, podendo transformar, inclusive, sua existência e a das pessoas à sua volta” (Aranha, 2010: 171), ao contrário da comunicação popular onde há um esvaziamento do indivíduo em prol do colectivo.

Num trabalho apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (2007), intitulado “Natureza da comunicação popular e comunitária”, Eduardo Yamamoto identifica um contrasenso histórico-ideológico ao nível destes dois conceitos, através de uma análise histórica do uso dos termos, da qual discordo totalmente por via de tudo o que foi dito anteriormente:

“O significado histórico de ‘comunitário’ e ‘popular’ indica práticas contrárias e conflituosas: ao passo que o primeiro busca a conformação com o sistema social e suas estruturas pré-estabelecidas; o segundo procura formas de ruptura, por meio da construção de uma hegemonia popular. A palavra ‘comunitário’ suscita um significado menos subversivo que ‘popular’; ou pelo menos não carrega as marcas de um perigo iminente. Naquela época, o uso da expressão ‘comunitário’ constituía uma estratégia política dos grupos populares para enganar a repressão ou a censura de seus veículos. Esta significação ainda hoje é preservada, mas seu uso tem a finalidade política de esvaziar o sentido histórico do ‘popular’” (Aranha, 2010, 174).

A pressão social provocada pela «Globalização da Informação» pressupôs, nos últimos anos, um avanço na democratização dos meios de comunicação, ou seja, impôs a adopção de formatos que reunam características dos novos tempos sem perder ingredientes do passado... o que provocou um aumento do número de emissores de rádio de baixa potência, sobretudo nos PVD, e de que são exemplo as RC: capazes de enfrentar o jogo de interesses aos níveis mediático, económico, político e ideológico e, hoje, capazes de assegurar a presença crescente de grupos populares na Internet. Porque, como reflecte Peruzzo (2006: 4), “Nada mais natural do que ter havido mudanças desde o período auge da comunicação popular até hoje”.

Aos poucos, estas mudanças na concepção e efectivação da comunicação no âmbito dos movimentos populares, traduziram-se na ebulição de formatos comunicacionais alternativos “mais plurais, avançados e ágeis” que permitem o rejuvenescimento de marcas tradicionais, o reconhecimento da sabedoria popular e do conhecimento acumulado. Isto é: uma comunicação que funciona como uma «base de dados» riquíssima, dirigida a pequenos grupos e centrada nos

aspectos combativos dos movimentos populares, visando ampliar o seu alcance por meio de novos conteúdos e linguagens.

A isto chama-se «comunicação comunitária» que, como afirma Carlos Guimarães, professor da Universidade de Sevilha e membro do “Centro de Iniciativas para la Cooperación” (entidade espanhola que desenvolve projectos socioculturais em países do Terceiro Mundo), conquistou o seu próprio espaço:

“(…) significa o empoderamento, a governabilidade e fortalecimento das redes sociais, do protagonismo e da cidadania. Também é um fator de desenvolvimento, uma vez que gera uma dinâmica de discussão e de mobilização social. Além de permitir a preservação da diversidade cultural, possibilita a identificação e a proximidade da população que usa diferentes suportes comunicacionais com o discurso que se emite” (Aranha, 2010: 172).

Outra definição, igualmente valiosa, é a de Deliberador e Vieira (2005: 8, cited in Peruzzo, 2006: 9) para quem «Comunicação Comunitária», pelo rumo que vem seguindo nos últimos anos, significa: “o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível sócio-econômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local”. Recorre, assim, a postulados da Comunicação Popular, sem conflituosidade.

No cerne das características mais caras à proposta da comunicação comunitária, encontramos: pluralidade de vozes no tecido social, inserção de grupos minoritários, novos espectros de visibilidade, agentes de desenvolvimento livres, programação e conteúdos que, por vezes, transgridem o legal, estratégias “educativas”, contacto com interfaces de experiências além-fronteiras, confluência em torno de interesses conjuntos e actividades multissetoriais para populações fixadas num mesmo espaço territorial... dado o interesse colectivo pelo novo:

“A concepção de uma polifonia expressiva faz-se presente na comunicação comunitária tanto na teoria quanto na experiência prática. A pluralidade constitui uma de suas maiores bandeiras e contribui de maneira decisiva não apenas para democratizar o diálogo, mas principalmente para reduzir visões preconcebidas e preconceituosas sobre aspectos e propostas diversificados dos grupos humanos. A pluralidade conjuga-se de maneira bastante significativa na produção dos veículos de comunicação comunitária, tanto em produções ficcionais, como nos informativos” (Ferreira et al., 2008: 2)⁶⁴.

Embora incorporando o lúdico, a cultura e o entretenimento com mais destreza, a comunicação

⁶⁴ In: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1216-1.pdf> (consultado a 27-06-2012).

comunitária não perdeu a combatividade própria da comunicação popular. Daí que alguns investigadores, nos quais me incluo, assumam que as RC constituem um “misto de mídia comunitária e alternativa, numa dinâmica em que se descobre a comunicação como mediação no processo de formação da auto-estima e da cidadania juvenil em áreas carentes” (Peruzzo, 2006: 5-6). Talvez porque, apesar das várias conotações, a comunicação popular e/ou comunitária pressupõe sempre um contacto directo com o “povo” (desde iniciativas colectivas a movimentos e organizações de base) como interventor e destinatário principal. Na implementação de uma RC “realiza-se o direito à comunicação”, isto é: luta contra sistemas produtores de informação cada vez mais concentracionistas que relegam públicos ao papel de consumidor de mensagens:

“La comunicación comunitaria tiene otro ritmo: el de la familia, el de la educación de los hijos; el de las perspectivas de ascenso económico e, a veces, el de la desocupación. La construcción del mensaje no está realizada por un profesional individual – el comunicador social que responde al estereotipo de las profesiones liberales característico del siglo XIX y Buena parte de XX. Es una construcción colectiva y participativa que asume un punto de vista situado y ligado a intereses y proyectos populares concretos sin ninguna pretension de objetividad como la que se predica desde los grandes multimedios con el fin de opacar a los verdaderos enunciadores del mensaje (...)” (Bermúdez, cited in AA. VV., 2010: 18-19).

Concordo, por isso, com Zane Ibrahim “Community radio is 90-percent community and 10-percent radio”. Afirmação que impõe a questão: que papel cabe, então, aos radialistas comunitários enquanto “comunicadores para o desenvolvimento”? Eu diria que é difundir mensagens desenvolvimentistas sem causar tédio, popularizar certos programas de forma interessante e atractiva (apostando na variedade temática) e minimizar o fosso informacional/comunicacional/de conhecimento/tecnológico Norte-Sul e Urbano-Rural:

“Development communicator should try in applying communication technology for economic and social changes. Given, the current media scenario, and the needs of the development sector, it is necessary for a development communicator to develop a regulatory framework that shall under the umbrella of public service broadcasting include state owned media as well as non- commercial broadcasting. This will encourage non-profit institutions such as community organizations, local bodies and NGOs to participate in development communication. (...) Decentralisation and provision of training for communities is necessary for local broadcasting like community radio. Putting communication resources in the hands of community is a way to achieve success in developmental projects with the use of mass-media” (Choudhury, 2011: 12).

Nesta linha de análise, Srampickal (2006: 4) defende que os «comunicadores para o

desenvolvimento» devem ter uma noção correcta das causas humanas do subdesenvolvimento e da pobreza, visando desenvolverem estratégias concretas de mitigação das mesmas, tais como: alfabetização, controlo do crescimento populacional, protecção dos recursos naturais (refreando a degradação dos ecossistemas), pacificação dos conflitos intrafamiliares, minimização da delinquência juvenil e da violência doméstica, etc.

No que respeita à comunicação, o autor é peremptório: “Development workers need to choose their type of communication media carefully. Development needs a method of communication that is liberating, egalitarian, indigenous, rural, and geared to the betterment of all, especially the poor, the marginalized, and women” (Srampickal, 2006: 9).

As RC são instrumentos claros de glocalização⁶⁵. Numa tentativa de analisar este fenómeno, Hans-Peter Martin e Harald Schumann (1998: 255-258) defendem que, a confirmarem-se as actuais macrotendências, no prazo de algumas décadas, apenas dois décimos da humanidade poderá usufruir de uma vida com qualidade, plasmada nos direitos e liberdades humanas mundialmente consagradas. Visando prevenir este cenário catastrófico, os autores propõem dez medidas de fundo que exigem uma sociedade civil consistente, vigorosa, organizada e **informada**. A segunda medida remete-nos exactamente para o fortalecimento da sociedade civil por forma a combater a exclusão dos indivíduos economicamente desfavorecidos, o extremismo dos mercados financeiros, a padronização cultural e o desmembramento social:

“Quanto mais a crescente desigualdade material ameaça a coesão das sociedades mais importante se torna que sejam os próprios cidadãos a defenderem os seus direitos democráticos fundamentais e a darem mais força à solidariedade social. A colaboração internacional e a instauração de redes poderiam dar uma importância muito maior ao empenho e à actuação destes milhões de pessoas. Colaborar na criação do futuro: é o direito de todos e de cada um (...)”.

Acções que apontam para uma massificada ressocialização no sentido da construção daquilo a que Adriano Moreira designou, em 2001, por “Cidadania Cosmopolita”⁶⁶, conceito que remete para uma consciência planetária dos direitos e deveres universais que permita desenvolver o tal «capital social» suprarreferido... para o qual concorrem o “associativismo da sociedade civil” e o “multiculturalismo liberal” - permitidos pelas RC - indispensáveis ao

⁶⁵ “Uma das mais poderosas tendências que se têm observado nas sociedades contemporâneas (...) processo simultâneo e de forças opostas a que as sociedades contemporâneas (e os seres humanos individualmente considerados) estão sujeitas, de globalização e de localização” (Carmo, 2007: 213).

⁶⁶ “Cidadania activa e direitos sociais”, in: Simpósio Sobre os Direitos Sociais na Europa, Lisboa, Comité Português do International Council on Social Welfare (CPCISS)/ICSW Região Europa.

desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, das colectividades e das comunidades.

Num artigo intitulado “É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?”, Paul Singer define outro conceito importante “Desenvolvimento Solidário”:

“O desenvolvimento aqui almejado é o da comunidade como um todo, não de alguns de seus membros apenas. Por isso, ele não pode ser alcançado pela atração de algum investimento externo à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. Não se trata, tampouco, de estimular pela competição o ‘empreendedorismo’ individual, que inevitavelmente traz consigo a divisão da comunidade em ganhadores e perdedores” (Singer, 2004: 3).

Cabe, portanto, aos radialistas comunitários apresentar/explicar/difundir informações pertinentes sobre as várias alternativas desenvolvimentistas disponíveis e deixar que a comunidade opte. É essencial que esta se apodere dos conhecimentos que lhe permitam escolher, da forma mais consciente possível, o futuro que almeja. Daí as RC serem: ferramentas de intervenção social e espaços conceptuais que estimulam a reflexão.

É este papel quase mágico das RC que levou John Downing a classificá-las de “Radical Alternative Media” (2001: 38), uma “resposta necessária” de combate ao poder dominante da comunicação de massas, às “políticas, prioridades e perspectivas hegemónicas”, aos únicos dois modelos comunicacionais considerados viáveis no pós-Guerra Fria “the western capitalist one and the Soviet one” e aos “diversos bloqueios contra a opinião pública”:

“powerful components within the dynamic of capitalist economy, governmental secrecy, religious obscurantism, institutionalized racist and patriarchal codes, other hegemonic codes that appear natural and sensible; the insidious impact of reactionary populism, and also reflexes of all of these within oppositional movements themselves” (Downing, 2001: v).

Nesta obra, o autor argumenta que, apesar dos poucos recursos, estas “forças construtivas”/estes “agentes poderosos de desenvolvimento” são os que mais expandem o alcance da informação e os que mais genuinamente representam uma estrutura de comunicação democrática, servindo dois objectivos, nos quais as RC guineenses e moçambicanas se revêm: “to express opposition vertically from subordinate quarters directly at the power structure and against its behavior; to built support, solidarity, and networking laterally against policies or even against the very survival of the power structure. In any given instance, both vertical and lateral purposes may be involved” (Downing, 2001: xi).

Rodríguez (1996: 2, cited in Downing, 2001: 50) propõe, inclusive, a reconceptualização do potencial destes “media alternativos” em termos do seu impacto nos participantes. O que implica uma série de acções radicais (mas benéficas) por parte dos interventores sociais no sentido de se consciencializarem do seu potencial como seres humanos e de aprenderem, criarem e utilizarem o conhecimento de forma inovadora. Como?

“Having the opportunity to create one’s own images of self and environment; being able to recodify one’s identity with signs and codes that one chooses, thereby disrupting the traditional acceptance of those imposed by outside sources; becoming one’s own story teller...; reconstructing the self portrait of one’s own community and one’s own culture; exploring the infinite possibilities of one’s own body, one’s own face, to create facial expressions (a new codification of the face) and nonverbal languages (a new codification of the body) never seen before; taking one’s own languages out of their usual hiding place and throwing them out there, into the public sphere and seeing how they do, how they defeat other languages, or how they are defeated by other languages”.

13. RC: ferramentas de «Educação para o Desenvolvimento»?

À guisa de conclusão, defendo que as RC são recursos sociais valiosos (cujas utilidades aumentam quanto mais partido se tira das experiências de vida, da disponibilidade emocional e de tempo, da auto-vigilância e das dinâmicas de crescimento e maturação) que se instituem, hoje, como “estratégias de educação para o desenvolvimento” em diversas áreas:

- educação para a gestão dos recursos disponíveis;
- educação para a solidariedade inter-geracional;
- educação para a nutrição;
- educação para a prevenção de doenças;
- educação para a produção;
- educação para a distribuição de bens e serviços;
- educação para o consumo;
- educação para a identidade e diversidade cultural;
- educação para a democracia representativa (delinear, assumir e executar decisões);
- educação para a alteridade social (planear, organizar e controlar a mudança);
- educação para a paternidade/maternidade responsáveis;
- educação para o ecumenismo (aproximação das religiões à escala local);
- educação para a autonomia no seio do colectivo e para o voluntariado social;
- educação para a comunicação consensual entre grupos da comunidade (intenso envolvimento das populações na resolução dos seus próprios problemas);
- educação para a resolução de problemas básicos (contendas familiares);
- educação para um desenvolvimento económico humanista e;
- educação para a organização comunitária - articulação dinâmica de meios materiais, humanos, técnicos e financeiros “susceptíveis de criar condições a um determinado conjunto social para que se transforme numa comunidade. Para que a organização de comunidades se

processe com eficácia e eficiência é necessário um conjunto de decisões estratégicas, nomeadamente: identificar e articular recursos, estabelecer prioridades” (Carmo, 2007: 82).

Tudo imperativos de sobrevivência, geradores de alterações nas relações de poder, sem os quais o «glocal» jamais sobreviveria ao «global». Daí Mário Kaplún (1985: 17, cited in Peruzzo, 2006: 3) definir estes media como “instrumentos para uma educação popular, alimentadores de um processo educativo transformador”.

Daniel Castillo (cited in AA. VV., 2010: 53) define, de forma ímpar, «comunicação educativa», entendendo-a como a emergência dos sujeitos pela e na comunicação:

“(…) propone una lucha constante contra la entropía comunicacional en favor de la comunicabilidad, una mayor presencia (por sus expresiones, por sus interacciones) de todos quienes participant en determinada situación de comunicación, una mayor capacidad práctica de diálogo y de escuta, un juego de conversaciones como compromissos de language, entendidos estos como lo propone el chileno Fernando Flores: relaciones entre sujetos dispuestos a construir en común”.

No artigo “Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária”, também Peruzzo (2006: 10) é peremptória: “há que se reconhecer que os meios de comunicação podem contribuir para a educação não apenas pelos conteúdos que transmitem, mas pelo processo de produção e difusão de mensagens que propiciam”.

Zeccheto (AA. VV., 2010: 95) avança mesmo com o termo “educomunicação” enquanto prática social incumbida de duas funções (a educativa e a comunicacional) e alicerçada em duas vertentes: 1ª) Sujeitos/educandos activos, responsáveis pelos seus próprios projectos de vida e interessados em apostar na sua formação pessoal; 2ª) Uma “intercomunicação de qualidade” gerada pelo vínculo/aliança/confiança mútua entre alunos e educadores, estes últimos, habilitados a manejar as TIC em prol da formação didáctica.

O autor lamenta que esta prática esteja, hoje, centrada - quase exclusivamente - no factor tecnológico que “por sí solo no asegura el éxito de la actividad educativa” ao invés de se ancorar também no “factor humano”, nos laços emocionais, no convívio, na empatia, no intercâmbio de compromissos, ideias e sentimentos... possibilitados pelos radialistas comunitários: “edu-comunicadores” que, de forma hábil e inteligente, conquistam multidões excluídas pela «Globalização da Informação», detentora do monopólio da palavra.

“Under Globalization, the world has become a ‘village’ characterized by an economic, social and cultural divide in the North as well as in the South that translates itself into a democratic deficit, inequitable public policies, acute development challenges, inadequate distribution of

wealth and opportunities, exclusion of women and the poor cultural tensions, migrations and a series of open or latent conflicts. These challenges present themselves in varying degrees (...) Community Radio facilitate communication processes leading to address them from the communities themselves” (AMARC, 10 November 2006)⁶⁷.

Para além desta sua quádrupla função (informação-formação-educação-entretenimento), Kewin Howley explica o que garantiu aos media comunitários uma “ampla aceitação” nos estudos actuais sobre C4D. Permitem:

1. Entender o global através do local: uma espécie de “lentes” que favorecem a análise do processo dialéctico (ainda que desequilibrado) entre as estruturas/modelos globais e as experiências quotidianas das comunidades locais (Howley, 2005: 39);
2. Desafiar a noção de que as populações locais estão simplesmente indefesas e dominadas por disposições, estruturas, políticas e prerrogativas económicas e políticas à escala nacional, regional e transnacional (Idem);
3. Enfatizar a criatividade, o pragmatismo e os recursos locais bem como a luta das comunidades para controlar meios de produção e distribuição (Howley, 2005: 3);
4. A auto-expressão individual e colectiva, ilustrando a variedade de pessoas, interesses e relações no seio comunitário e, sobretudo, os denominadores-comuns, os interesses e as preocupações que emergem dessas inter-relações sociais (Howley, 2005, 266);
5. Salvar a autonomia das comunidades locais face à intervenção das grandes corporações de media, enaltecendo os conceitos de "autonomia cultural" e "representação", questões de grande importância na mediação e produção cultural;
6. Intervir popular e estrategicamente na cultura mediática contemporânea visando a democratização das estruturas, das formas e das práticas comunicacionais:

“Popular in that these initiatives are responses to the felt need of the local populations to create media systems that are relevant to their everyday lives; strategic in that these efforts are purposeful assertions of collective identity and local autonomy in the era marked by the unprecedented concentration of media ownership on the local and national levels and the attendant proliferation of transnational media flows” (Howley, 2005: 2).

Em suma: É possível destriçar uma trajectória histórica, em termos do papel das comunidades neste processo: nas décadas de 50 e 60, a intenção era “fazer o desenvolvimento para o povo”; nas de 60 e 70, “fazer o desenvolvimento pelo povo”; nas de 70 e 80, “fazer o desenvolvimento por meio do povo”; nas de 80 e 90, “fazer o desenvolvimento com o povo”; desde os anos 90, o objectivo é promover a capacidade local para o autodesenvolvimento das comunidades, elegendo os seus membros como protagonistas do seu progresso.

⁶⁷ In: http://win.amarc.org/index.php?p=global_review_of_community_radio (consultado a 25-07-2012).

“«Community-Owned Station»: This is the most popular model of rural and community broadcasting, as it is associated with democratization phases of transition and consolidation, hence an indicator of good governance. The World Association of Community Broadcasters (AMARC), UNESCO, Panos, and other international organizations have promoted this model, as they believe it offers discursive spheres where communities marginalized within and by the mainstream media can perform rational communicative actions”.

**Manyozo, Linje (2009). “Mobilizing Rural and Community Radio in Africa”.
Ecquid Novi: African journalism studies, 30 (1). pp. 1-23. ISSN 0256-0054**

CAPÍTULO IV

PERSPECTIVA COMPARADA: GUINÉ-BISSAU «versus» MOÇAMBIQUE

“Community radio can facilitate contextualizing national development programmes within the immediate community and taking national development goals as close as possible to the intended beneficiaries. Through community radio, members are able to feed-forward on local development concerns, giving an opportunity for development agencies and authorities to get involved in a constructive dialogue on development priorities at local levels”⁶⁸.

O presente capítulo visa responder às seguintes questões: **1.** O que distingue o panorama radiofónico comunitário destes dois PALOP? **2.** Que características apresentam as RC estudadas em cada um destes territórios? **3.** Que oportunidades encerram? **4.** Que funções desempenham? **5.** Que objectivos as movem? **6.** Que problemas enfrentam? **7.** Que valores difundem? **8.** Que temáticas abordam? **9.** Por que legislação se regem? **10.** Que recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros mobilizam? **11.** Que formação exigem? **12.** Que equipamentos utilizam? **13.** Tipos e origens de financiamento? **14.** Que problemas comprometem a sua sobrevivência? **15.** Projectos futuros para dinamizar o sector?

1. Enquadramento Histórico

Após o processo de descolonização que culminou com a independência, as antigas colónias portuguesas viram-se confrontadas com inúmeros problemas de cariz estrutural, a saber: territórios com fracas infra-estruturas, sociedades pós-coloniais desprovidas de quadros técnicos e políticos, acelerado processo de êxodo rural, fraca vivência/experiência democrática, aparelhos de Estado financeira e institucionalmente débeis e economias praticamente paralisadas/deprimidas (fraca produtividade agrícola, débeis circuitos de distribuição e baixo consumo), exceptuando-se a economia informal que, todavia, manteve os seus níveis de desempenho e de subsistência.

⁶⁸ Documento: “Unit 5: Community Radio: Concept and Evolution”. In: <http://www.egyankosh.ac.in/bitstream/123456789/32609/1/Unit5.pdf> (consultado a 12-08-2012).

Como já havia alguma experiência de trabalho comunitário do período colonial, sobretudo a partir de projectos dinamizados por missionários, optou-se por valorizar esse «*Know-How*» e alargá-lo à esfera da informação - via comunicação comunitária - visando promover o desenvolvimento sócio-económico, aproximando e compatibilizando as estruturas tradicionais de carácter local com a Administração Pública à escala nacional.

Objectivo Geral: iniciar um processo de democratização das instituições sociais, culturais, económicas e políticas através de projectos à escala local e regional. **Objectivos específicos:** reduzir o analfabetismo, aumentar o rendimento do sector agrícola, diminuir o desemprego e o êxodo rural, melhorar as comunicações para melhor escoamento dos produtos locais, promover a saúde pública, a educação, a cultura e o lazer, incentivar a equidade de género e a emancipação da mulher, estimular o artesanato e a pequena indústria, incentivar uma massa crítica localmente organizada, reforçar, revitalizar e diversificar a economia local, atrair a participação da população e melhorar a sua qualidade de vida, fomentar a cooperação entre instituições e empresas locais e, por último, viver a Democracia enquanto poder e contra-poder, através de estratégias participativas para o desenvolvimento sustentável:

“Developing countries are frequently confronted with serious internal and externally imposed constraints on the ability of governments to provide meaningful support for their populations at the grass-roots level. In consequence, from both theoretical and applied perspectives there is now widespread support for the notion of ‘bottom-up’ development which is variously referred to as ‘self-reliance’, ‘endogenous development’ and ‘local economic development’ (...). Community-based development strategies are gaining in credibility and acceptance in development circles internationally (...)” (Nel et al., 2001: 3).

As RC surgiram exactamente como forma de expandir a informação até às zonas mais recônditas, permitindo o intercâmbio de pontos de vista, experiências e ideias para o progresso das regiões. Verdadeiros agentes de desenvolvimento, as RC são mais do que simples companheiras, elas “sentem” o pulsar das tabancas (aldeias) onde “vivem” e procuram respostas para todas as perguntas. Quase sempre com poucos recursos (materiais, técnicos, financeiros, humanos e de formação), mas sempre com muita força de vontade de quem lá trabalha. Eis as rádios que, segundo Ana Baptista, da ONG INDE (Intercooperação e Desenvolvimento), dão verdadeiro sentido ao conceito de serviço público:

“Este novo conceito de rádio é vocacionado para as preocupações mais imediatas de uma comunidade e vai ao encontro de determinada área geográfica ou interesse comunitário. Não têm lógica de dinheiro ou publicidade. O seu propósito é diferente, os seus melhores esforços

são colocados à disposição da sociedade civil. Este serviço é ligeiramente político: é uma questão de influenciar a opinião pública, criar consenso, negar a conformidade, delinear e impulsionar a democracia. O objectivo último é construir uma vida em comunidade”⁶⁹.

2. Guiné-Bissau: Quando, Como e Porque surgiram as RC?

Num contexto marcado pela abertura política ao multipartidarismo e à liberalização económica (expressas na nova Constituição de 1990), a Guiné-Bissau foi o primeiro PALOP a dar início à experiência de «Rádio Comunitária» através da ONG “Acção para o Desenvolvimento” (AD)⁷⁰ que, a 7 de Fevereiro de 1994, por iniciativa particular de José Henriques⁷¹, apostou na criação da Rádio “Voz de Quelélé” (RVQ) que, todavia, viria a ser encerrada a 24 de Março do mesmo ano pelo Ministro dos Transportes e Comunicações. Porquê? O agendamento das primeiras eleições multipartidárias para 1995 reforçava o medo e a desconfiança da elite política face a este instrumento de comunicação, considerado letal à sua permanência na governação.

Contudo, em Novembro de 1994, a cidade de Bissau foi literalmente invadida por uma epidemia de cólera e tornou-se premente a reabertura - à revelia do poder político - desta rádio, graças à qual um bairro inteiro “Quelélé” sobreviveu: apenas um morto, em contraste com outros bairros onde a doença vitimou centenas de pessoas. Programas de sensibilização sobre higiene individual e colectiva, desinfectação dos poços de água, remoção do lixo público, controlo do estado de saúde e evacuação dos doentes sintomáticos para o Hospital central e alertas de agentes de saúde em directo, constituíram a chave do sucesso. Sem alternativa possível, o Ministério da Saúde reconheceu publicamente o êxito desta RC e, após o conflito militar de 1998/99, estes OCS multiplicaram-se exponencialmente conquistando, irreversivelmente, o seu espaço de intervenção e o seu direito de cidadania:

“Quando em Fevereiro de 1994 a AD lançou a primeira Rádio Comunitária, a Rádio Voz de Quelélé, ninguém acreditava que, 10 anos depois, haveria 15 novas Rádios a cobrirem todas as regiões do país, com excepção de Biombo. Aquilo que, na altura, foi considerado como um desafio político ao poder monocórdico de então, traduziu-se num instrumento importante da

⁶⁹ Declaração obtida em Janeiro de 2005, em entrevista presencial, nas instalações da ONG INDE, em Lisboa.

⁷⁰ Criada a 09 de Novembro de 1991, por 50 sócios de diversas profissões ligadas às áreas da agricultura, desenvolvimento rural, pesca, saúde e formação profissional. **Objectivo:** procurar vias alternativas aos modelos clássicos de desenvolvimento, que visem o equilíbrio entre Homem e Ambiente, através do estímulo à participação e associativismo rurais e urbanos, como forma de potenciar as capacidades individuais e colectivas das populações e sua sensibilização para problemas fundamentais, como a depredação dos recursos naturais.

⁷¹ Técnico da ICAO em missão de assistência técnica à Guiné-Bissau. Dedicou toda a sua vida, entusiasmo e competência à promoção de novas e modernas tecnologias de comunicação adaptadas ao progresso do país.

comunicação local e rural, a voz das preocupações e interesses das comunidades marginalizadas, a possibilidade de resgate dos valores culturais étnicos em particular das minorias, a transmissão de informações inter-comunidades, num país onde a rede de comunicações telefónicas era praticamente inexistente, a prestadora de um serviço público nas áreas da saúde, agricultura e educação, assim como no do empoderamento das organizações associativas e representativas locais”⁷².

A realidade radiofónica guineense é facilmente perceptível: **1.** Rádios Públicas, ex: Rádio Difusão Nacional (RDN); **2.** Rádios Comerciais, exs: Bombolom-FM, Pindjiguiti; **3.** Rádios Comunitárias: ascendem a mais de 30, espalhadas pelas 9 regiões administrativas do país, inclusive no arquipélago dos Bijagós (ver Quadro I). À excepção de muito poucas, todas elas pertencem à Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC)⁷³ que visa promover: **1.** A troca de programas entre os membros da REDE, **2.** Mecanismos de compra conjunta de equipamentos e materiais, **3.** Estratégias de *lobby* junto ao poder político e legislativo visando defender interesses conjuntos e individuais, **4.** Capacitação e reciclagem de radialistas e técnicos e **5.** Facilitar o acesso a fontes de informação nacionais e estrangeiras. De referir que a AD é membro associado da AMARC e a RENARC é membro requerente e/ou candidata a membro desta associação mundial.

“Se no início da sua criação, as 4 rádios comunitárias da AD, Voz de Quelélé, Kasumai, Lamparam e EVA-Suzana, eram claramente um instrumento controlado e gerido pela AD, o processo foi gradualmente envolvendo um número cada vez maior de jovens de ambos os sexos das comunidades onde elas estavam inseridas, capacitando-os técnica e conceptualmente, aproximando-as dos interesses das comunidades utilizando métodos em que os diferentes grupos sociais (homens grandes, adultos, mulheres, jovens e crianças) e profissionais (agricultores, pescadores, horticultoras, badeiras, professores, etc.) se foram apropriando informalmente destas Rádios, participando directamente na concepção e realização de programas e influenciando de forma marcante a grelha de programação”⁷⁴.

As minhas três incursões à Guiné-Bissau⁷⁵ permitiram analisar, diária e pormenorizadamente, quatro rádios comunitárias: Voz de Quelélé (RVQ), Jovem, Voz de Djalicunda e SolMansi (que, mais tarde, abdicou do estatuto de «comunitária» pela sua vinculação à Igreja Católica e por ter conseguido o espectro nacional). Dediquei, a cada RC, uma semana, cerca de seis a

⁷² In: <http://www.adbissau.org/intervencao/comunicacao-comunitaria> (consultado a 20-07-2012).

⁷³ Criada a 8 de Abril de 2001, em S. Domingos, aquando do Vº Encontro das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (in: <http://www.adbissau.org>).

⁷⁴ In: <http://www.adbissau.org/intervencao/comunicacao-comunitaria> (consultado a 20-07-2012).

⁷⁵ Incursões ao terreno: **1ª)** 13-26 Agosto de 2003; **2ª)** 23 Jan.- 20 Fev. de 2004; **3ª)** 09 Fev.-02 Março de 2007.

sete horas diárias, durante as quais analisei a estrutura técnica, a elaboração da programação e a realização de diversos programas, os métodos de recolha de dados, os repórteres externos em acção, a escolha das fontes de informação, a selecção editorial, o processamento das informações, o seu tratamento radio-jornalístico e operações de sonoplastia (incluindo montagem), o produto final alcançado, sua transmissão e respectivo *feedback* do público-alvo. De igual modo, fui entrevistada sobre os objectivos da minha visita e fui testemunha presencial de muitas outras entrevistas conduzidas pelos radialistas locais em situações de pré-gravação e ao vivo. **Resultado:** encontrei tipos de organização desiguais, múltiplos modelos de difusão e RC complementamente distintas, embora numa cruzada comum:

QUADRO I - RÁDIOS COMUNITÁRIAS DA GUINÉ-BISSAU				
* 28 Rádios aderentes da Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC)				
	RÁDIOS EM FUNCIONAMENTO	LOCALIDADE	INICIATIVA / APOIO DE...	DATA
1.	Voz de Quelélé *	Bairro de Quelélé	José Henriques / ONG AD	1994
2.	DjanDjan *	Bubaque (Bijagós)	UICN	1995
3.	Kassumai *	S. Domingos	ONG AD	1995
4.	Lamparam *	Lemberém	ONG AD	1996
5.	Titidjene *	Suzana	Igreja Católica de Suzana	1996
6.	Wakilare *	Contuboe	APALCOF (Assoc. de Mulheres)	1997
7.	Antula Bono *	Bissau	Iniciativa Individual	2000
8.	Forréa *	Quebo	Iniciativa Individual	2000
9.	Sintchã Occo *	Gabú	Rádio Pindjiguiti	2000
10.	Djalicunda *	Farim	ONG Swissaid	2001
11.	Balafon *	Ingore (norte)	Iniciativa Individual / ONG AD	2001
12.	Papagaio *	Buba	-	2002
13.	Eva Suzana *	Suzana	ONG AD / UICN	2002
14.	Bafatá *	Bafatá	ONG PLAN INTERNACIONAL	2002
15.	Voz de Cuntum Madina *	Bissau	Iniciativa Individual	2003
16.	Lua Nova de Quinhamel *	Quinhamel	Iniciativa Individual	2003
17.	Viva de Bula *	Bula	ASSOC. REDECO	2004
18.	Voz de Algodão *	Gabú	Iniciativa Individual	2004
19.	Colinas de Boé *	Bissau	ONG DIVUTEC	2004
20.	Kossena *	Formosa (Bijagós)	ONG TINIGUENA / UICN	2005
21.	Bijagós/Faspebi	Bijagós	ASSOC. FASPEDI (Igreja)	-
22.	Gabú	Gabú	-	-
23.	Jovem *	Bissau	CNJ / RENAJ	2005
24.	Babock*	Canchungo (Cacheu)	ONG's CONGAI e ACCIONAID	2005
25.	Uler à Bandi *	Canchungo	ONG AD + ASSOC. ASA	2006
26.	Voz de Bandim	Bissau	-	-
27.	NDelugan	Biombo	-	2007
28.	Empada	-	-	2007
29.	Voz de Palmeira	Bissau	Iniciativa Individual	2007
30.	Begene*	Begene	ONG ALTERNAG	2007
31.	Corânica de Mansoa*	Mansoa	Iniciativa da comunidade muçulmana local	2008
32.	N'djerapa Có*	Ondame (Biombo)	Iniciativa de Jovens Locais	2009
33.	Safim*	Ondame (Biombo)	Iniciativa de Jovens Locais	2009
34.	Voz de Tombali*	Tombali	ONG ALTERNAG	2010

2.1. Propriedade da Associação de Moradores do Bairro de Quelélé e situada no Sector Autónomo de Bissau, a **Rádio Voz de Quelélé (RVQ)**, frequência de emissão 104.8Mhz, representa um modelo a seguir/uma iniciativa de sucesso que segue as instruções da AMARC (contempladas nas definições apresentadas no capítulo anterior) e constitui uma fonte de

inspiração para outras emissoras comunitárias em diferentes partes do mundo, apesar das dificuldades e contrangimentos que marcam o dia-a-dia da estação. Adão Nhaga destaca um:

“A grande dificuldade reside no deficiente acesso das mulheres à informação, aos media, ao debate e à reflexão sobre as oportunidades e riscos do desenvolvimento e na falta de capacidade de mobilização das outras mulheres. As mulheres têm que utilizar as RC enquanto processos populares, educativos, livres, participativos, interactivos, mostrando a diversidade e a riqueza dos diferentes movimentos associativos, das diversas opções e práticas de desenvolvimento, das culturas próprias de cada etnia enquanto elementos vitais à cidadania. O desafio é: promover o acesso das mulheres à palavra para democratizar a sociedade”⁷⁶.

Instalada em edifício próprio com três espaços distintos: uma cabine técnica de sonoplastia, um estúdio de locução e uma sala de redacção (Figuras 27 a 29), que se tornam pequenos para receber os apresentadores e os ouvintes que, por vezes, visitam a rádio em grupo, esta RC é financeiramente auxiliada pela AD (embora receba, pontualmente, apoios de outros parceiros nacionais e internacionais, exs: UNICEF, OMS, PNUD, ACEP, NOVIB, ICCO, etc.)⁷⁷ e congrega o esforço de 21 colaboradores - quinze efectivos e seis estagiários, de entre os quais sete raparigas. Há, portanto, uma clara predominância do sexo masculino, não obstante a clara ascensão feminina que se tem registado nos últimos anos... resultado do intenso trabalho realizado pelo Núcleo de Género da AD (do qual falarei mais adiante).

Devido ao regime de voluntariado (somente alguns - poucos - recebem ajudas de custo), os números supracitados sofrem alterações semanais, realidade que põe em causa, não só, a sustentabilidade da rádio mas também, e sobretudo, a qualidade da grelha de programação. Por norma, estes jovens que diária e pontualmente imprimem aos programas o seu cunho e ritmo pessoais, permanecem na estação durante dois/três anos (máximo) para depois integrarem redacções noutras media públicos ou privados. Uma RC que, na realidade, funciona como “escola de aprendizagem e trampolim para vãos profissionais mais altos”, ou seja, um “meio para atingir um fim”, resumiram os radialistas entrevistados.

É, sem dúvida, a RC onde existe mais pessoal qualificado; a maioria destes jovens tem a 11^a classe e alguns frequentam o primeiro ano de Comunicação Social na Universidade Amílcar Cabral. Uma realidade possibilitada pela sua localização geográfica: Bissau, onde o sistema educativo - por mais degradado que esteja - apresenta melhores condições. Contudo, há outra grande razão: o bairro de Quelélé tem um sector comunitário tripartido (Rádio, Televisão e

⁷⁶ Entrevista realizada a 12-02-2007 nas instalações da ONG AD, Guiné-Bissau.

⁷⁷ In: http://adbissau.adbissau.org/wp-content/uploads/2011/08/AD_Auditoria2005_1.pdf

Imprensa), tem a Escola de Artes e Ofícios onde são ministrados cursos técnico-profissionais (informática, electrónica) e cursos comunitários (tinturaria, transformação de frutas, corte e costura, carpintaria, serralharia, artes domésticas e culinária), tem uma biblioteca multimédia bem apetrechada e um «Fórum de Escolas Populares» que serve a comunidade... tudo instrumentos à mercê da alfabetização dos habitantes de Quelélé.

A RVQ conta com uma razoável participação dos ouvintes, que enviam cartas e telefonam a apoiar, sobretudo, opções editoriais vocacionadas para áreas específicas: educação, saúde, saneamento básico, religião, equidade de género e vida em família. Não é possível quantificar o número de ouvintes pois nunca foram realizados estudos audiométricos. Segundo testemunhos obtidos no terreno, a RVQ tem vindo a perder qualidade por três razões:

1. Os radialistas estão condicionados em termos de reportagens no exterior: não têm bicicletas nem motorizadas que facilitem deslocações às tabancas vizinhas;
2. Porque está localizada em contexto urbano, a maioria da população tem telemóvel e não se dá, sequer, ao trabalho de interagir presencialmente com a rádio, à semelhança do que acontece em contextos rurais, onde os agricultores influenciam a programação diária;
3. Com o passar dos anos e com a crescente influência das rádios privadas, a direcção da estação começou a privilegiar o lucro – em vez de se preocupar apenas em alimentar a sustentabilidade do projecto - provocando um desvirtuamento dos objectivos iniciais, por via de uma programação mais comercial e menos comunitária. É dada primazia aos programas musicais/de entretenimento (60%) em detrimento dos programas informativos/educativos, fundamentais ao desenvolvimento da comunidade envolvida;

“Verdade. Desde que tomámos essa consciência, estamos a tentar colmatar essa situação e melhorar a grelha de programas através de um novo plano de trabalho: nos espaços musicais, escolhemos um tema e o jornalista intercala música e informação. Pouco a pouco, regressaremos ao caminho certo”, esclareceu o chefe de turno do período da tarde, Lamine Queita.

Em termos de equipamentos, têm um bom emissor (100W/FM), embora certas zonas do país não consigam sintonizar a rádio; funcionam com electricidade, têm dois leitores de CDs, *decks* em igual número, microfones que podem chegar a três, dois gravadores BASF, uma mesa de mistura e um computador com *software* desactualizado. O revestimento acústico da sala de emissão é feito por caixas de ovos. A falta de material de economato (canetas, papel, borrachas, lápis, agrafos, pastas de arquivo, micas, etc.) e tecnológico (cassetes, pilhas,

gravadores, *pen-drives*, máquinas fotográficas, CDRs, etc.) é patente e inviabiliza um trabalho mais eficiente, digno e profissional.

Não obstante estes obstáculos, Adão Nhaga é peremptório quanto à sua importância social:

“Com a liberalização económica, a sociedade civil guineense apostou: 1. numa mudança de atitude política do Estado e dos cidadãos visando encontrar novas formas de organização social que envolvessem mais os cidadãos no processo de desenvolvimento, acreditando na sua capacidade e criatividade individual e 2. no surgimento de estruturas descentralizadas que evitassem o monopólio, a manipulação e a concentração dos poderes político e económico nas mãos de uma minoria, que dificulta e impede o acesso do cidadão à livre expressão das suas opiniões. As RC surgem como um dos meios mais importantes para difundir a voz dos cidadãos enquanto pessoas individuais e integradas em associações profissionais de defesa dos seus interesses específicos e das comunidades de base, rurais em especial”.

Parêntesis: Analisada do ponto de vista meramente técnico, a grelha de programação não espelha: **1.** O amplo trabalho desenvolvido por editores, locutores e sonoplastas; **2.** A diversidade cultural dos grupos e pessoas que estão em sintonia com a emissão; **3.** As relações que diariamente se estabelecem com a massa societal; **4.** O árduo trabalho de parceria entre os diversos actores locais, regionais e nacionais e **5.** A benéfica sociabilização entre colegas na sala de redacção onde, além da elaboração de textos noticiosos e de guiões de programas, os radialistas fazem o processamento da recolha de dados e o tratamento informativo para posterior transmissão, operações que incluem a monitorização de outras rádios como fontes alternativas e complementares da informação conseguida por meios próprios. Realço que os radialistas da RVQ escrevem as notícias à mão, não há computadores na sala de redacção e há apenas um rádio leitor de cassetes usado para editar as entrevistas efectuadas.

Em 2007, a RVQ apresentava uma grelha de programação diversificada que, no geral, se mantém e que aqui tentarei resumir. A emissão matutina, com início às 7:30 e fecho às 13:00, integrava os seguintes programas:

- **“Bom dia Quelélé”** (Segunda a Sexta, 7:45 - 8:55) com notícias actualizadas sobre feiras, eventos, encontros, comemorações no bairro, convocação de greves, mobilização de encarregados de educação para a compra de materiais e de uniformes escolares, pensamentos do dia baseados no amor, na amizade, na solidariedade, na união de esforços em prol da participação activa da comunidade e testemunhos recolhidos directamente nas escolas, nos centros de saúde, nos mercados, etc.

Figura 27: Cabine técnica de sonoplastia e montagem da RVQ, 2007.



Figura 28: Estúdio de apresentação/locução da RVQ, 2007.



Figura 29: Sala de Redacção da RVQ, 2007.

- **“Ponto de Encontro”** (Segunda a Quinta, 09:05 - 11:30): de pessoas, de culturas, de saberes, de identidades religiosas, de projectos desenvolvimentistas, de problemas familiares, de gostos individuais e colectivos e de perspectivas credíveis de peritos;
- **“Voz de Muçulmanos”** (Sexta-feira, 10:05 - 10:55): leituras de passagens do Alcorão - e de textos bíblicos - e sua respectiva explicação e enquadramento face à realidade do país nas diversas vertentes sociais;
- **“Escola na Rádio”** (Sábado, 8:00 - 8:30), em parceria com o Centro de Animação Infantil (CAI) e coordenado pela Escola de Artes e Ofícios (EAO): um “suporte pedagógico de aprendizagem” e de consolidação dos conceitos teóricos ensinados no curso de Educadores de Infância. O programa radiofónico, à semelhança do curso, visa o desenvolvimento do raciocínio lógico, da memória e da oralidade da criança... entre outras actividades de desenvolvimento psicológico.
- **“Espaço Jovem”** (Sábado, 10:00 - 10:55): são abordados alguns problemas que afectam a comunidade juvenil, exs: maternidade precoce, abandono escolar, doenças sexualmente transmissíveis, desemprego, pobreza e desestruturação familiar, etc;
- **“Nô Kungsi Nô Diritu”** (Sábado, 11:15 - 12:30): visa sensibilizar os cidadãos para os direitos e deveres inscritos na Constituição, explicando-os detalhadamente recorrendo a situações práticas e reais que afectam a comunidade directa e diariamente;
- **“Djumbai cu mininos”** (Domingo, 8:00 - 08:45): espaço de diversão, entretenimento, socialização, debate, descontração e troca de ideias com as crianças;
- **“Resumo da Semana”** (Domingo, 12:00 - 12:30): síntese alargada das notícias locais, regionais, nacionais e internacionais que marcaram a semana;

A emissão vespertina, com início às 15:30 e fecho às 20:00, garantia os seguintes programas:

- **“Saude pa Tudu Guintis”** (Terça, 18:30 - 19:30): informação sobre campanhas de vacinação das agências das NU e do Ministério da Saúde e conselhos práticos de educação sanitária e de combate às grandes epidemias);

- **“Pinall Foulbe”** (Quarta, 16:00 - 16:30), em português, "o acordar dos fulas": contam-se histórias e estabelem-se pontes e/ou laços de partilha entre os detentores do conhecimento e o povo fula (grupo étnico da África Ocidental);
- **“Momento Evangélico”** (Quarta-Feira das 17:00 às 17:30 e Sábado das 19:00 às 19:30): programa de carácter religioso onde convidados especiais lêem e explicam, com rigor, passagens da Bíblia;
- **“Ecos da Guiné”** (Quarta, 18:30 - 19:30): fala-se do passado, do presente e do futuro deste PALOP, dos motivos de encravamento e das possibilidades de progresso;
- **“Nô Djunta Mon”** (Sexta, 16:00 - 16:45): dá visibilidade ao projecto integrado de «educação de base», com o mesmo nome, às áreas abrangidas (alfabetização, saúde e planeamento familiar), às actividades que o compõem (ex: concertos de angariação de fundos para as crianças internadas no hospital central ou para instituições de solidariedade social que acolhem crianças órfãs e abandonadas) e aos resultados atingidos (respeito pela multiculturalidade). "Num país em que as pessoas se dão de forma intensa, eis um projecto em que o trabalho é gratificação", acrescentou o radialista da RVQ, Emílio Costa.
- **“Correio do Coração”** (Sexta, 19:00 - 19:55): visa aproximar casais apaixonados, ler cartas que chegam à antena, falar sobre planeamento familiar e comportamentos desviantes (exs: relações extraconjugais/múltiplos parceiros, sexo desprotegido, etc.);
- **“Espaço Líder”** (Sábado, 16:00 - 18:00): promoção da cidadania participativa, da intervenção na gestão da coisa pública, do voto consciente, etc.
- **“Djumbai na criol”** (Domingo, 19:00 - 20:00): diversão, cavaqueio, conversa fiada entre pessoas da mesma idade ou do mesmo grupo social, que contribui para o resgate e a valorização da herança cultural guineense;

NOTA: O único programa presente em ambos os períodos de emissão é o **“Frente Desportiva”** (Segundas das 16:30 às 17:15 e Sextas das 09:15 às 9:55): notícias actualizadas sobre o panorama desportivo local, regional, nacional e internacional (novos talentos, transferências, ausências por lesão, classificações/resultados, debates entre comentadores, etc.

De Segunda a Sexta, existem notícias em português às 9:00 (*flash*), notícias em crioulo às 10:00 (*flash*) e grandes blocos informativos em crioulo às 12:00 e em português às 18:00. Aos fins-de-semana, não existem espaços informativos... em prol do entretenimento, ex: “Discos Pedidos”. De Segunda a Sexta, existem espaços de “**Animação Livre**”, cuja duração excede os 60 minutos, e às Sexta-feiras, das 11:30 às 12:30, é tempo de leitura de comunicados (espaço pago).

A RVQ tem um emissor de 250W, abrange 35 km e lançou um *blog* em Outubro de 2011 (<http://radio-voz-quelele.blogspot.pt/>), onde podemos verificar a introdução de sete novos programas, cujos conteúdos me foram explicados via *e-mail* pelo secretário da RENARC, Talata Baldé: **1.** “Nô Pensa Guiné” (análise dos diferentes assuntos sociais e temas da actualidade que marcam o desenvolvimento do país); **2.** “Contra Ataque”; **3.** “Show Interactivo”; **4.** “Sanakouyagal” (informação, sensibilização e animação musical dedicado à comunidade da Guiné-Conacri residente em Bissau). “A própria palavra significa amizade, irmandade, fraternidade e cumplicidade entre pessoas de linhagens étnicas diferentes. Tipo conversas ‘entre comadres’ nas aldeias”; **5.** “Djumbai di Prentchentes” que, em crioulo profundo, significa “brincadeira com crianças de tenra idade”; **6.** “No Protege No Ambiente” (sugestões ambientalistas) e **7.** “Bantaba de Juventude” (lugar de convívio entre colegas).

De resto, a grande maioria da programação de 2007 mantém-se, havendo um evidente decréscimo dos espaços musicais/de entretenimento e um acentuado aumento dos *Spots* Publicitários (20 por semana, cada um deles entre 30 a 60 minutos), uma medida em prol da sustentabilidade financeira que pode, a longo prazo, prejudicar a linha editorial da estação.

A RVQ não tem alvará, funciona com uma licença provisória emitida a 21 de Dezembro de 1995, posição delicada que não impediu a ONG AD de lutar por um futuro melhor:

“Tratou-se de um processo de apropriação gradual por parte das comunidades locais e não de entrega intempestiva “chave na mão”, depois de um período em que o promotor geriu e pagou as despesas e no fim disse: “agora são vocês a aguentar!”; não houve à partida uma calendarização do processo, mas antes a preocupação de acompanhar a dinâmica temporal de envolvimento da comunidade, segundo o seu próprio ritmo e estimulando aqui e ali com incentivos de capacitação e de sugestão de inovações (...). Estas Rádios assumiram-se como tribunas onde a comunidade se exprimia e falava de si e para os outros conquistando um

sentimento de pertença; o resgate dos valores culturais e da história de cada uma das etnias conquistou o coração dos homens grandes (...)⁷⁸.

O sucesso e impacto das RC motivou a AD a alargar as suas actividades à televisão e à imprensa comunitárias, realidade que aqui destaco em tom de curiosidade:

1º) Em Setembro de 2001, a **Televisão Comunitária “TVKlélé”**⁷⁹. Numa primeira fase, gravava-se emissões de cerca de 45 minutos, com noticiários, informações úteis e programas temáticos que eram difundidos duas vezes por mês no interior do bairro de Quelélé, através de um monitor de televisão alimentado por um pequeno gerador portátil. Contudo “a falta de uma aparelhagem de amplificação de som, contribuía para que as intervenções individuais fossem ouvidas por um número reduzido de pessoas, desmotivando os que se encontravam mais afastados”, esclareceu o director Bacar Mané.

Mais tarde, introduziu-se um ecrã com cerca de quatro metros de comprimento, instalou-se altifalantes laterais, um videoprojector e uma câmara aberta para cobrir, em directo, as intervenções dos participantes nos debates que se seguem à apresentação do programa principal. “Hoje, os programas têm cerca de 20 minutos (sete/oito reportagens por cada emissão e uma peça de fundo) e centram-se à volta de um tema da actualidade que se pretenda promover: cultura (teatro, danças e músicas tradicionais), saúde (cólera, paludismo e sida), agricultura (técnicas pastoris e de transformação de produtos), nutrição (segurança e diversificação alimentar), ambiente (ecoturismo e biodiversidade) e *habitat* (higiene e lixo)”. Em 2007, esta TV periurbana contava com onze colaboradores, entre os 18 e os 32 anos, quatro deles mulheres, todos moradores em Quelélé “ao contrário da RVQ”, concluiu.

2º) A 23 de Julho de 2003, o **Jornal bimestral Comunitário “Dia-a-Dia”**, escrito pelos jovens de Quelélé, com o objectivo de “sensibilizar, informar, formar e educar as populações sobre cultura, desporto, política, religião, saúde, educação, multimedia, sociedade e lazer... bem como, difundir os principais acontecimentos, problemas e actividades do bairro (estradas reabilitadas, roubo de cabos eléctricos, situação dos feirantes, movimentos jovens, campanhas de vacinação, obras de caridade, etc”, esclareceu o director Amadú Tidjane Sal. Doze páginas e vários géneros jornalísticos dedicados a temas vitais como “saneamento básico, educação cívica, mulheres nos media, estado da liberdade de imprensa na Guiné-Bissau, direitos das

⁷⁸ In: <http://www.adbissau.org/intervencao/comunicacao-comunitaria> (consultado a 20-07-2012).

⁷⁹ Ver Videoclip realizado no âmbito da formação em câmara e edição, nas televisões comunitárias da Guiné Bissau, TV-Klélé e TV-Bagunda. In: <http://vimeo.com/channels/videomargas/16704643> (visionado a 20-07-12).

crianças, o lugar da mulher na família, direitos e deveres constitucionais dos cidadãos, preservação dos recursos naturais e identidade/união comunitária”, acrescentou o jornalista.

O jornal encerrou em 2008 “por falta de verbas”, reabriu em 2010 e conta já com 38 edições. Apesar da “boa aceitação comunitária”, já em 2007, os múltiplos problemas identificados faziam antever o seu fecho: fraca participação popular, alto índice de analfabetismo, jornalistas sem formação, falta de material para reportagens no exterior, ausência de equipamentos básicos (impressora, fax, scanner), escassos apoios financeiros, vendas abaixo do previsto (20/25 jornais em 100 exemplares), instalações precárias, preço avultado para muitas famílias (150 francos) e totalidade das notícias em português “uma escolha consciente que se deve à multiplicidade de línguas maternas difíceis de decifrar”, concluiu o responsável.

3º) Em Outubro de 2004, a **TV Bagunda**, no sector de S. Domingos, com um raio de 15 km; “a instalação de um pequeno emissor permitiria cobrir as tabancas mais encravadas do sector, num raio de 50 km”, alertou Jorge Handem. O seu cariz rural impõe programas agrícolas e ambientais sobre novas tecnologias (acessíveis, fáceis de utilizar e passíveis de vulgarização local) e sobre técnicas de cultivo modernas exploradas pelos agricultores de topo. Resgatar as culturas das etnias da região, dar a conhecer e valorizar as menos conhecidas ou em vias de extinção, recuperar a história local de cada uma das etnias, bem como, a história nacional... são apenas alguns dos seus objectivos. A captação das emissões faz-se através de postos colectivos nas tabancas, habitualmente nas Escolas de Verificação Ambiental (EVA), detentoras de um sistema de recepção que funciona a energia solar.

4º) Em Novembro de 2007, a **TV Massar** (no sul do país, em Cantanhez) que representa um avanço significativo face às suas antecessoras, uma vez que as emissões se processam através de ondas hertzianas, na frequência de 210 Mhz da banda ii.

“Tem como objectivo a emissão de programas de agricultura, telescola, formação profissional, alfabetização, cultura tradicional, história, ambiente e ecoturismo, promovendo o acesso directo da população a um órgão de comunicação, resgatando valores culturais das diferentes etnias, permitindo o conhecimento de informações e programas relevantes de desenvolvimento local, contribuindo para o assumir de uma cidadania efectiva e consequente por parte da população e das organizações locais”⁸⁰.

Numa fase inicial, as emissões duravam cerca de duas horas diárias, com um único programa por semana (repetido várias vezes). Foram, no entanto, surgindo mais recursos humanos

⁸⁰ In: http://adbissau.adbissau.org/wp-content/uploads/2011/08/AD_RelatorioActividades2007.pdf

capacitados nas diferentes tabancas do sector e o número de programas semanais foi gradualmente aumentando. Actualmente, o Telejornal das 21:00 da Televisão Nacional da Guiné-Bissau é redifundido em directo visando disponibilizar à população notícias de carácter nacional e internacional. O Comité de Gestão é constituído por representantes da comunidade: régulos interessados, associações de base/locais activas e ONG interventivas. As instalações foram construídas pela Associação dos Jovens Agricultores de Iemberém (AJAI) que “mobilizou mão-de-obra da comunidade local, fabrico de adobes e colecta de inertes”. Um poderoso instrumento de afirmação local, cujo manuseamento tecnológico está ao alcance das comunidades e cuja exequibilidade não depende de grandes recursos financeiros e de quadros altamente especializados, ao contrário do que muitos peritos defendem.

Exemplos recentes de produtos DVD destas TV's comunitárias:

“(i) combate à mosca da fruta nos citrinos e mangueiros; (ii) introdução de novas tecnologias amigas do ambiente e que aligeiram o trabalho das mulheres: fogões de cozinha melhorados “numo” que permitem reduzir drasticamente o consumo de lenha e o abate de árvores da floresta; (iii) sal solar “minda” que reduz o trabalho das mulheres e recorrem ao sol como única fonte de energia; (iv) fabrico de carvão pelo método “mate”, que produz carvão de melhor qualidade e com maior duração de consumo; (v) repovoamento comunitário do mangal e do cibe; (vi) higiene pessoal e colectiva com acento tónico no bom uso da água; (vii) prevenção e tratamento das doenças mais comuns como a malária, cólera, diarreia”⁸¹.

A 18 e 19 de Junho de 2010, decorreu na tabanca de Iemberem, Sector de Cubucaré, Região de Tombali, o «I Encontro Nacional das Televisões Comunitárias da Guiné-Bissau», cujo objectivo foi trocar experiências e procurar soluções exequíveis para os inúmeros problemas que afectam estes espaços de reforço cognitivo. Quanto às decisões e recomendações do encontro, destaca-se:

“Apostar na especialização profissional (editores, repórteres, câmaras, guionistas e realizadores), como forma de garantir uma melhoria da qualidade de trabalho e maior duração do equipamento e material; criar estruturas de aconselhamento de programas que envolvam pessoas mais idosas, a fim de participarem na definição das prioridades e conteúdos; Maior preocupação com o impacto das emissões junto dos seus telespectadores, através de criação de sistemas de audimetria, registo de opiniões e preferências de programas”⁸².

Até hoje, nem a AD nem a RENARC realizaram quaisquer estudos audiométricos em nenhum dos OCS (rádio, TV e imprensa) comunitários supracitados.

⁸¹ In: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2010/10/guine-6374-p7189-incidentos-22-era-uma.html>

⁸² In: <http://renarc.adbissau.org/wp-content/uploads/2011/04/acta.pdf> (consultado a 20-08-2012).

No entanto, a RENARC organiza, anualmente, com o apoio da AD e da ACEP, “**Encontros Nacionais de RC**” que reúnem participantes de RC e/ou projectos de rádio dos vários PALOP, sendo que cada um deles é responsável por apresentar a sua experiência, deixando recomendações úteis para a reorientação da Estratégia Nacional de C4D dos países envolvidos. Destaco alguns dados sobre os principais encontros e conclusões-chave:

- **Vº Encontro Nacional das RC** (S. Domingos, 03-08 de Abril de 2001), sob o título: “Audiometria, Emissões sobre Conflitos e RENARC”. **Recomendação Final:** As RC devem elaborar *Estudos de Audiometria* visando conhecerem melhor a sua audiência e, conseqüentemente, elaborar programas mais adaptados às suas necessidades;
- **VIº Encontro Nacional das RC** (Bubaque, 07-11 de Abril de 2002), temas abordados: “Democracia, Desenvolvimento e Descentralização, Audiometria, Necessidades dos actores rurais, Programas Ambientais, Sustentabilidade das RC e Audiodebate”. **Recomendação Final:** É urgente que as RC se esforcem na elaboração de uma proposta de *Lei de Radiodifusão Comunitária*, a ser submetida à Assembleia Nacional Popular (ANP) e a ser integrada na Lei de Imprensa de 1991;
- **VIIº Encontro Nacional das RC** (Djalicunda, 03-06 de Junho de 2003), temas abordados: “Sustentabilidade das RC, Cooperação Internacional, Organização Interna/Gestão/Direcção, RC «versus» Eleições Legislativas”. **Recomendação Final:** A Comissão Nacional de Eleições (CNE) deve trabalhar em parceria com as RC a fim de cumprir “cabalmente e com zelo” a sua responsabilidade (gestão e monitorização das eleições) motivando uma *cidadania activa através do apelo ao voto consciente*;
- **VIIIº Encontro Nacional das RC** (Buba, 18-20 de Maio de 2004), temas abordados: “Mulheres nas RC (experiência do Mali e da Guiné-Bissau), balanço das RC no processo eleitoral, Organização e Gestão das RC, Leis e Regulamentos das RC, Desafios de Programação e Formação nas RC, Festival ‘Ondas do Desenvolvimento’, RC «versus» Gestão de Conflitos Locais e o «Anúncio Radiofónico»”. **Recomendações Finais:** Promover a *afirmação social da mulher nas RC* e fixar *critérios deontológicos de funcionamento* das mesmas;
- **IXº Encontro Nacional das RC** (Varela, 11-13 de Outubro de 2005), temas abordados: “Núcleo das Mulheres Radialistas da RENARC, Abstenção ou Isenção Política, Programa provisório do 1º Encontro-Festival da CPLP ‘Ondas da Cidadania’, Desafios actuais das RC e da RENARC e Apropriação Comunitária das rádios”. **Recomendações Finais:** promover a *apropriação comunitária* através de: **1.** «Clubes de Ouvintes» que apresentam sugestões e fazem observações sobre os programas, **2.** «Grupos de Voluntários» que apoiam na escolha das notícias e contribuem na elaboração de políticas, **3.** «Fóruns Livres» trimestrais visando discutir informalmente as actividades e as grelhas de programação das rádios.

De 14 a 19 de Março de 2006, com o apoio financeiro do IPAD, da ONG Swissaid e da Fundação Portugal-África, realizou-se, em Bissau, o 1º Festival das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau ‘Ondas da Cidadania’, em simultâneo com o 1º Encontro de Rádios Comunitárias de Países de Língua Oficial Portuguesa. Organizado pela RENARC, com o apoio da ONG guineense AD e da ONG portuguesa ACEP, o evento visou “favorecer a cooperação, o intercâmbio, a partilha de recursos e a solidariedade entre projectos dos diferentes países, num momento em que se registam algumas condições políticas desfavoráveis a este tipo de iniciativas promotoras do desenvolvimento comunitário”.

No documento final “Declaração de Bissau”, os representantes das RC declararam: “as verdadeiras RC promovem a educação, a saúde, a consciência ambiental, o protagonismo dos actores locais, a emancipação da mulher, a alfabetização dos jovens, a prevenção de conflitos, a valorização dos recursos locais, o respeito pela multiculturalidade, a cidadania activa, etc.”. E propuseram: “Que as RC sejam reconhecidas pela legislação dos países como espaço de garantia do direito de comunicar, que é um direito humano básico”, concluiu Jorge Handem.

Ladislau Robalo, membro da organização, foi peremptório: “as RC, em franca expansão na Guiné-Bissau, alcançam hoje uma população de cerca de 700 mil pessoas. O Festival constituiu um marco na história da humanidade e demonstra a capacidade destes OCS representarem o país e trabalharem em prol do seu progresso, fortalecimento e expansão. Falou-se, essencialmente, das três vertentes da sustentabilidade: financeira, recursos humanos e escolha de equipamentos”, esclareceu em entrevista presencial, em 2007.

Por último, destaco os “**Cadernos da Rádio Local**”⁸³, lançados pela AD, visando a formação dos radialistas comunitários. A título de curiosidade, destaco títulos, datas e citações-chave:

- Dezembro de 1995, «**Dez Recomendações aos Comunicadores da Rádio**»: “Podemos comparar um comunicador de Rádio com uma horticultora que escolhe as plantas em função dos diferentes tipos de solo, prepara as parcelas, semeia os grãos e toma conta da horta. Da mesma forma, o comunicador aprende a conhecer o seu público-alvo, a adaptar-se a ele, a utilizar a sua linguagem para melhor o ajudar a formar-se e a progredir”;
- Janeiro 1996, «**Programação da Rádio Rural Local**»: “A rádio local rompe a solidão. Ela sabe fazer-se cúmplice, fonte renovada do imaginário. É a magia de cada instante, que deixa lugar à espontaneidade, ao falar verdade”.

⁸³ In: <http://www.adbissau.org/listapublicacoes/publicacoes-cadernos-da-radio-local> (consultado a 29-07-2012).

- Fevereiro de 1996, «**A Deontologia na Rádio**»: “No jornalismo, a informação é compreendida como um bem social. O jornalismo partilha a responsabilidade da informação transmitida. Ele é responsável, não só, perante o empregador, mas também, em relação ao público”;
- Março de 1996, «**Estatuto Jurídico de uma Rádio Local**» (sem informação disponível);
- Junho de 1997, «**A nova cara das nossas Rádios nestes tempos Neoliberais**»: “O dinheiro é como o sangue. As rádios comunitárias, organismos vivos, necessitam dele. Mas não vivem para ele. É como dizer, não somos vampiros. Não se trata de sustentar uma programação tacanha à custa de voluntários generosos. O único caminho seguro para nos irmos auto-financiando é melhorar a qualidade das emissões/dos programas atraindo audiência. Esta última, a não ser em situações repressivas, atrai anunciantes”;
- Novembro de 2000, «**Como Fazer Entrevistas**»: “A educação popular tem muito a ver com o riso. O tom geral das entrevistas deve ser alegre e entusiasmado. O verdadeiro humorismo aprende-se quando estamos abertos aos outros”;
- Março de 2002, «**Carta das Rádios Comunitárias e de Cidadania**»: “O monopólio e a tendência em concentrar as frequências radioelétricas em poucas mãos atenta contra a liberdade de expressão, empobrece o indispensável pluralismo informativo, devendo ser impedida através de políticas nacionais de comunicação”;
- Junho 2003, «**Conteúdo da Mensagem Radiofónica**»: “A rádio propaga a sua mensagem com o fim de informar, distrair e muitas vezes de educar. Esta actividade pode por vezes prejudicar terceiros. O comércio de ideias é muitas vezes uma tribuna onde se confrontam interesses contraditórios. É por isso que a objectividade do jornalista obriga-o a desligar-se do acontecimento de modo a poder apresentá-lo sob todas as suas facetas”;
- Dezembro de 2003, «**Mesa Redonda e Debate**»: “O nome ‘mesa redonda’ surgiu de uma prática instituída no século cinco por um rei francês. Este, para poder tratar os seus cavaleiros em pé de igualdade nas suas reuniões periódicas, teve a ideia de os fazer sentar à volta de uma mesa redonda. Uma mesa rectangular teria sempre lugares privilegiados”;

- Maio de 2004, «**O Anúncio Radiofónico**»: “A selecção de um público-alvo permite melhorar o impacto do anúncio. A escolha da língua, do vocábulo, da música, da sonoplastia deve ter em conta as características culturais do auditório”;
- Maio 2005, «**A Rádio Comunitária: o que é?**»: “Radiodifusão comunitária refere-se a um serviço de radiodifusão não lucrativo, sendo a posse e o controle feito por parte duma comunidade particular sob uma associação, sociedade fiduciária ou fundação. Em alguns casos pode ser propriedade de ONG que trabalham nas comunidades”.

2.2. Iniciativa da Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ)⁸⁴, criada em 2000, a “**Rádio Jovem**” (RJ), localizada em Bissau, Bairro de Cuntum IV, fez a sua primeira emissão a 14 de Agosto de 2005, com uma duração excepcional de seis horas, iniciada às 15h30 na frequência 102.0 FM.

Durante o período experimental (aproximadamente quatro meses), a RJ emitia cerca de doze horas diárias, divididas em dois períodos: das 8:00 às 12:00 e das 16:00 às 22:00, com alguns intervalos. Em 2006, a RJ assegurava já um total de 16 horas por dia, com uma grelha de programação mais adaptada às necessidades da comunidade. Em 2007, a estação contava com 20 funcionários (entre técnicos, radialistas e pessoal administrativo), entre os 19 e os 29 anos, a maioria com a 11ª classe, e com um subsídio mínimo mensal de 20 mil Francos CFA (cerca de 30 euros), garantidos pela ONG holandesa ICCO⁸⁵. Uma iniciativa bem sucedida com objectivos claros, afirmou o então director da RJ, Miguel Lima:

“A mudança positiva de mentalidades dos jovens guineenses através de programas educativos, informativos, formativos, de entretenimento e de sensibilização sobre diversas temáticas: gravidez precoce, métodos contraceptivos, importância da alfabetização, equidade de género e capacitação da mulher, direitos das crianças, promoção de talentos nacionais, solidariedade social, informação desportiva, espaços para debates e música variada: portuguesa, brasileira, latino-americana, senegalesa, das Antilhas, da Guiné Conakry, dos PALOP mas... maioritariamente nacional”.

⁸⁴ **Slogan:** “Uma Guiné-Bissau democrática, de paz, justiça e estabilidade política e sócio-económica virada ao desenvolvimento sustentável”. **Missão:** Desenvolver o Associativismo Juvenil visando combater a pobreza e promover a participação dos jovens no processo do desenvolvimento sustentável do país. **Áreas de Intervenção:** Saúde Reprodutiva de adolescentes e jovens; Cidadania, Direitos Humanos e Equidade de Género; Acesso aos recursos e empresariado juvenil; Saneamento básico e educação ambiental e Desenvolvimento Organizacional.

⁸⁵ Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), áreas de trabalho: acesso a infraestruturas básicas, democratização e construção da paz, desenvolvimento económico equitativo e sustentável, apoio financeiro e de conteúdos a organizações e actividades que estimulam as pessoas e lhes permitem optar por modelos de desenvolvimento dignos e atribuição de peritos que apoiam pessoas e organizações no Sul.

Hoje, a RJ funciona em instalações alugadas (Figura 30), na frequência FM 102.8 Mhz, e é a primeira e única estação comunitária *on-line*⁸⁶ na Guiné-Bissau. O objectivo-chave deste projecto inovador é “fazer chegar informação sobre a actualidade do país à diáspora guineense, radicada em todo o Mundo. Também é possível consultar os jornais nacionais, a agenda cultural e ouvir música. O site disponibiliza igualmente informações sobre empregos, formação jovem e turismo no país”, explica o jornalista da Agência Lusa, Mussá Baldé.

Em 2007, como hoje, a emissão é das 07:00 às 24:00; a grelha de programação mantém-se razoavelmente diversificada e o objectivo dos conteúdos foi-me detalhado pelos radialistas:

1. **“Diário da Juventude”** (Segunda a Sexta) para “sensibilizar e educar a população em geral sobre assuntos da actualidade local, regional, nacional e internacional”;
2. **“Ondas Culturais”** (Segunda a Sexta) para “promover os valores culturais nas áreas da música, das artes plásticas, do desporto, da literatura, da poesia, do humor, etc. Os artistas são convidados a falar dos feitos/das obras realizadas e dos sonhos ainda por concretizar”;
3. **“Livre Directo”** (Segunda, Quarta e Sexta) com o intuito de “divulgar o desporto nacional, promover a descoberta de novos talentos, acompanhar o quotidiano dos jogadores e as transferências nacionais e internacionais”;
4. **“Rúbrica do Amor”** (Segunda, Quarta e Sexta) visando “trazer à antena diferentes cenários da vida amorosa, promover a fidelidade, incentivar relações sérias entre adolescentes e jovens, preparar os namorados para uma futura vida familiar/conjugal, alertar para comportamentos promíscuos e motivar o uso de preservativos”;
5. **“Impacto”** (às Segundas-feiras), apresentado por Karyna Gomes, coordenadora e formadora da Informorac (Iniciativa para a Formação Móvel das RC), sobre “o impacto social dos programas difundidos e sobre a importância de garantir a apropriação da rádio por parte da comunidade”;
6. **“Fale Português”** e **“Homem e a História”** (às Terças-feiras): para “promover a cultura de falar a língua oficial do país e dar a conhecer a verdadeira história da Guiné-Bissau, respectivamente”;

⁸⁶ In: <http://www.radiojovem.info/index.php> (consultado a 10-08-2012).

7. **“Fala di Mindjer”** (às Quartas-feiras) para “consciencializar as mulheres acerca dos desafios mundiais ao nível da equidade de género, capacitação profissional das raparigas e motivar a mudança de mentalidades ao nível do sexo masculino”;

8. **“Jovens e a Sexualidade”** (patrocinado pela UNFPA) e **“Cidadon”** (às Quintas-feiras) com o intuito de “informar, formar e educar jovens e adolescentes sobre os perigos das doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo do HIV-SIDA e consciencializar os cidadãos para os direitos e deveres constantes na Constituição da República, comparando-os com outras realidades internacionais, respectivamente”;

9. **“Erderus di Amanha”** e **“Visão da Juventude”** (aos Sábados) para “dar a conhecer a realidade da criança africana, sobretudo guineense, divulgando instrumentos político-legislativos aprovados pelas agências das NU e outras convenções internacionais relacionadas com os direitos das crianças”. O segundo programa visa difundir a visão dos jovens sobre os principais problemas nacionais através de líderes de opinião que vêm à antena expressar-se;

10. **“Linha Aberta”** e **“Interactividades”** (aos Sábados e Domingos), dois programas de sociabilização... o primeiro visa “receber chamadas dos ouvintes sobre o que lhes apeteça falar” e o segundo aspira a “assumir a língua portuguesa como motor de consolidação do desenvolvimento nacional e como uma valiosa e activa contribuição para a aproximação/solidariedade nacional”;

11. **“África Dance”** e **“Lançamentos Musicais”** (aos Domingos), ambos de cariz cultural, “o primeiro promove as músicas AFRO-MANDEM e o segundo promove a música nacional (70%) e músicas da nova geração (30%)”.

De Segunda a Sexta-feira, às 9:00 um *flash* informativo, às 12:00 a actualidade informativa, às 18:00 as Notícias (*flash*) e às 21:00 um bloco noticioso alargado. Estranhamente, aos fins-de-semana, não há secções informativas dado que a emissão visa o entretenimento. Às Segundas, Terças e Sextas, existem três blocos publicitários (às 09:10, às 12:30 e às 17:00). À Quarta-feira, o terceiro bloco é apenas transmitido às 20:00. Às Quintas-feiras, existem quatro blocos publicitários nos horários supracitados. Aos Sábados às 09:30 e às 12:05, aos Domingos às 12:35 e às 18:05. “Uma fonte de receitas essencial à nossa sobrevivência”, refere o director. De Segunda a Sexta, existem dois espaços para Comunicados (pagos): às 11:45 e às 18:25; aos Sábados apenas às 12:30 e aos Domingos às 13:00.

No supracitado *site* da estação (que parece ter sido actualizado em Abril de 2011), e ao contrário da RVQ, verificamos alterações profundas em termos do projecto propriamente dito... com, pelo menos, nove programas novos: “Evangélico”, “Learning by Ear”⁸⁷, em parceria com a Deutsche Welle (DW)⁸⁸, “Giro”, “Noite Jovem”, “Recordar é viver”, “Alfa e Beta”, “Djumbai ku mininos”, “Diáspora”, “Poeira” e “RENAJ em Antena”. Os programas “Jovens e a Sexualidade”, “Livre Directo” e “Linha Aberta” mudaram de nome para “Saúde Sexual Reprodutiva”, “Jornal Desportos” e “Animação: Guião dos Ouvintes”, respectivamente. Em suma, apenas três programas mantêm exactamente a mesma designação: “Ondas Culturais”, “Cidadão” e “Linha Aberta”.

Obviamente, os *spots* publicitários e os comunicados mantêm-se e há, agora, espaços de animação livre que, suponho, terão substituído alguns programas de carácter cultural. Em suma: Se, em 2007, tínhamos 16 programas... em 2011, contam-se 13. Impõe-se a pergunta: a esta diminuição de programas corresponderá um decréscimo de qualidade e de variedade? Não me parece. Penso que a RJ balizou melhor a sua grelha de programação: agora menos dispersa e mais concentrada em temas específicos. Mas há uma diferença de peso: se, em 2007, a programação era 100% em crioulo (inclusive espaços informativos)... hoje há “Notícias em Português”, por imposição da alínea c) do N.º 1 do Art.º 85.º da Constituição da República, decretado pela Assembleia Nacional Popular (ANP), que exige às RC 25% da programação na língua oficial do país (alínea 2. - Art.º 4.º), e aprovado em Dezembro de 2006.

Semelhanças com a RVQ: **1.** Recebeu, numa fase inicial, apoio da ACEP⁸⁹ para compra de materiais e equipamentos, **2.** Usufrui de financiamentos das agências das NU para veicular programas específicos, **3.** Nunca efectuou estudos audiométricos, **4.** Veicula campanhas dos Ministérios da Saúde e da Educação, **5.** Mantém contactos permanentes com o Sindicato dos Jornalistas, com a Casa da Imprensa e com a UNOGBIS⁹⁰ que organizam cursos de formação sobre diversas temáticas, **6.** A música ocupa mais de 50% da emissão, **7.** Grelhas de

⁸⁷ In: <http://www.dw.de/dw/article/0,,3600015,00.html> (consultado a 10-08-2012).

⁸⁸ “Represents Germany in the international media landscape. DW Akademie is committed to promoting diversity of opinion around the world. Media development, media training and journalism education programs are among the many services provided by Deutsche Welle’s training center. Since 1965 DW Akademie has been conducting a variety of media development projects to reinforce free and independent media, particularly in developing and transition countries. Our experts advise broadcasting executives, train young, up-and-coming journalists and provide professional coaching to media engineers, to name just a few examples”. In: <http://www.dw.de/> (consultado a 11-08-2012).

⁸⁹ A RJ beneficiou de um financiamento da ACEP na ordem dos 16 mil euros, reforçado pela Oxfam América com 4000 dólares USD e da ICCO com 30.000 euros para um período de três anos. Documento: RENAJ (2006). Relatório das Actividades, Bissau, pp. 1-17.

⁹⁰ Gabinete das Nações Unidas de Apoio à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, criado pelo Conselho de Segurança em 1999, após o conflito político-militar que assolou o país, visando consolidar a paz e a democracia.

programação bastante idênticas, cujo número de programas oscila entre os 13 e os 16, (embora a RJ esteja mais vocacionada para a camada juvenil), **8.** Ambas criticam a ausência de uma Lei que regule o sector e apontam a causa-mãe: “má governação”, **9.** Ambas são o “braço direito” da AD e da RENAJ, respectivamente, **10.** Ambas enaltecem o Núcleo de Radialistas Feminino da AD em prol da emancipação da mulher nos media, **11.** Ambas privilegiam a temática da “Saúde Sexual Reprodutiva” (embora a RVQ não tenha um grupo específico para tratar desta matéria), **12.** Ambas carecem de maior participação/apropriação popular e **13.** Ambas “sobrevivem” com contrangimentos materiais, humanos, técnicos, financeiros e de formação:

“Não temos gerador. Somos confrontados com frequentes cortes de energia (fornecida pela SITEC) e a emissão fica literalmente pendurada. Não temos emissor suplente. Temos imensos equipamentos avariados há meses. Não temos uma sala de redacção condigna. Estamos a trabalhar com um único estúdio, não temos o estúdio II para a gravação de publicidade, a qual está a ser feita em directo. Precisamos de formação ao nível da elaboração de notícias e do tratamento das fontes de informação. Estamos a desenvolver esforços para abrir um novo estúdio da RJ em Quinhamel (região de Biombo, a 40 km de Bissau), já temos instalações mas faltam equipamentos”, sublinhou Miguel Lima.

No que respeita às instalações, existiam três espaços distintos: o Gabinete da Administração, onde foi conduzida a entrevista, um estúdio de produção/emissão (Figura 31), com um revestimento acústico feito de canas de bambu, e uma sala multifunções (Figura 32), semelhante a um cemitério de equipamentos moribundos, cujos radialistas - meros curiosos e autodidactas - tentam arranjar. Quando devoluto, este espaço serve igualmente de sala de redacção (Figura 33). Hoje, pelas imagens via Internet⁹¹, podemos perceber as enormes transformações efectuadas, quer ao nível do equipamento, dos materiais e das instalações, quer em termos de recursos humanos (Braitha Darame é agora o director), quer ao nível da programação “Praticamente toda a produção jornalística emitida pela rádio chega de uma parceria com a Deutsche Welle, a rádio internacional da Alemanha”, lê-se no *site*.

Albertino Fomento, responsável pelo Núcleo de “Saúde Sexual Reprodutiva” da RENAJ, em funcionamento desde 2001, explicou as dificuldades sentidas no terreno:

“Fazemos sensibilização porta-a-porta, reunindo encarregados de educação, filhos, avós, etc. Porque é uma temática tabu, as comunidades têm dificuldade em falar abertamente e colocar perguntas. Foi difícil iniciar este processo mas conseguimos ganhar a confiança dos

⁹¹ In: http://www.youtube.com/watch?v=doWywc_l3bQ (consultado a 10-08-2012).

encarregados de educação, sobretudo através da Rádio Jovem. Oferecemos preservativos (cada caixa custa 100 Francos CFA) e consciencializamos as populações para a importância e uso correcto dos mesmos, para a fidelidade e a abstinência”, contou em entrevista presencial.

Em suma, ambas as estações cumprem minimamente as demandas da AMARC e corroboram a posição da FAO... que sugere uma crescente e contínua valorização da C4D, através de projectos que transcendam a mera disseminação de informação, “to play a crucial role in engaging all stakeholders, from policy to grassroots levels. Indeed, well-planned communication strategies and processes can set the stage for mutual dialogue among the players, which facilitates building partnerships and links that help to effectively address national priorities” (FAO, 2010b: iv).

Ambas espelham, embora com lacunas, a definição da FAO para C4D: “A social process based on dialogue using a broad range of tools and methods. It is also about seeking change at different levels including listening, building trust, sharing knowledge and skills, building policies, debating and learning for sustained and meaningful change” (FAO, 2010b: 1).

E ambas corroboram a visão de Mefalopoulos (2008: 182) “Community radio can magnify the impacts of development initiatives by involving and engaging the local listening audience to solve problems. (...) also give listeners access to sensitive subjects that might not otherwise be addressed by the community or in individual households, such as how to protect against sexually transmitted diseases, information about alcohol or drug abuse, and how to confront violence against women and children”.



Figura 30: Instalações da Rádio Jovem, 2007.



Figura 31 - Estúdio de locução/realização, Rádio Jovem, 2007.



Figura 32: Sala multi-funções, Rádio Jovem, 2007.



Figura 33: Sala multi-funções, Rádio Jovem, 2007.

2.3. Localizada nas instalações da Federação KAFO⁹², em plena Floresta de Djalicunda⁹³ (região administrativa de Oio, sector de Farim), a “**Rádio Voz de Djalicunda**” (RVD), frequência 103.5Mhz, foi criada em 2001 e é maioritariamente financiada pela ONG Swissaid, embora receba apoios pontuais da Oxfam América, da ICCO, da UE, da Enda Japol (em Dakar) - em matéria de segurança, prevenção da criminalidade e paz - e outras ONG.

“Foi um dos projectos mais importantes da Federação KAFO. Iniciámos as nossas intervenções ao nível desta região há 8/9 anos mas deparámo-nos com problemas em termos de comunicação/informação/sensibilização/orientação e mobilização da população para participarem em iniciativas concretas de desenvolvimento local. Começámos a pensar numa estratégia de «comunicação para o desenvolvimento» que servisse eficazmente as populações rurais e apostámos numa RC... que muito tem contribuído para dar visibilidade aos nossos projectos”, explicou Sambu Seck, membro fundador da KAFO.

Trata-se de uma RC 100% rural, empenhada em elevar toda a dinâmica de desenvolvimento existente ao nível da região, através de uma programação dinâmica, organizada e bem estruturada, vocacionada para os camponeses e aldeões das tabancas de Oio e Cacheu. São veiculadas informações dirigidas aos sectores agrícola e ambiental sobre: exploração de recursos naturais (sobretudo fosfato), aspectos sócio-culturais, pesca, apicultura, tecnologias apropriadas à agricultura de subsistência, medicina tradicional, cultura da paz, relação com o ambiente/ecossistema, coesão comunitária/social, interacção/intercâmbio de experiências com os países vizinhos, biodiversidade e segurança alimentar, selecção e conservação de sementes, espécies tradicionais recomendadas, cultivo de plantas locais, subsistência sustentável dos pobres, alimentação de gado local, variedades vegetais e exóticas, degradação do solo, equilíbrio dos sistemas agrícolas, gestão das florestas comunitárias, equidade de género e emancipação da mulher⁹⁴, entre outros.

“A RVD visa uma coabitação pacífica e frutuosa entre Democracia e Desenvolvimento. Constitui um ponto de encontro entre a comunidade da região e as comunidades fronteiriças da Gâmbia e do Senegal. Tentamos enquadrar a programação da RC em torno dos interesses e das necessidades das nove associações que integram a Federação KAFO. Educar, consciencializar e sensibilizar sobre «Direito ao Desenvolvimento Sustentável» é a nossa missão-chave”, resumiu Sambu Seck, coordenador nacional da Swissaid há mais de dez anos.

⁹² Federação das Associações Tradicionais de camponeses de base, criada em 1995/96, com cerca de 16 hectares de terreno, cerca de 18 mil membros que intervêm em mais de 700 tabancas. «KAFO» significa união/força na tristeza e na alegria.

⁹³ Tem cerca de 250 hectares.

⁹⁴ In: <http://kafobissau.org/wp-content/uploads/2011/10/PoliticaGeneroKAFO.pdf> (consultado a 02-08-2012).

Em 2007, KAFO e RVD tinham “em mãos” vários projectos em simultâneo, mas uma única preocupação: promover a participação activa da comunidade na execução dos mesmos, exs:

1. “Um projecto com a UE cujo objectivo é a autopromoção comunitária e a consolidação da cidadania nas comunidades rurais de Oio e Cacheu”, ou seja, divulgar - nas várias línguas locais - a Constituição, os vários Acordos e/ou Convenções ratificados pela Guiné-Bissau, ao nível da sub-região, sobre desertificação, biodiversidade, o PARPA II⁹⁵ e documentos-chave sobre Boa-Governança;
2. Divulgar dois projectos existentes ao nível da sub-região: o «Plano de Desenvolvimento Regional para Oio» e o «Projecto de Exploração do Fosfato». “Vamos criar um Comité de Decisão sobre a Exploração de Fosfato em Oio e a RC será um instrumento de vulgarização das decisões tomadas neste domínio bem como do impacto da exploração do petróleo na região de Cacheu, a saber: degradação do ambiente e de toda a zona costeira. Nós fomos a primeira RC a quebrar o tabu em torno desta questão!”;
3. Apostar na produção de programas transfronteiriços - em parceria com organizações senegalesas - sobre cultura da paz, desenvolvimento comunitário e saúde materna, visando aproximar as comunidades de Oio e Cacheu das comunidades de Dakar e Ziguinchor e, assim, intervir no domínio da aplicação dos acordos da UEMOA (livre circulação de pessoas e bens): “Vamos traduzir certos pontos para que os camponeses saibam como deslocar-se livremente, ter acesso a certos mercados e intercambiar com os camponeses do Senegal, estabelecendo acordos de cooperação para a troca de produtos”;
4. Apostar em programas sobre “Educação para a Saúde”, com acento particular na Excisão Feminina e no HIV-SIDA. “Constatámos que a doença e a prática estão a proliferar nas comunidades... há que engendrar uma estratégia de comunicação sólida e eficaz dirigida aos jovens visando a sua consciencialização”;
5. Reforçar as capacidades técnicas e organizacionais das mulheres rurais, maioritárias (70%) nas associações socioprofissionais inter-regiões membros da KAFO, através do “apoio às iniciativas das mulheres marginalizadas, empoderando-as para serem as actrizes do seu próprio desenvolvimento em igualdade de condições com os homens”. Outra vertente visada é o equilíbrio entre homens e mulheres na partilha de tarefas e de papéis e

⁹⁵ Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2006-2009) - Versão Final Aprovada pelo Conselho de Ministros a 02 de Maio de 2006.

na repartição equitativa das mais-valias económicas “resultantes das actividades decorrentes dos projectos apoiados”.

Marca distintiva da KAFO: no âmbito de um projecto de quatro anos com a UE, a KAFO vai emitir Bilhetes de Identidade para cerca de dez mil membros (2500 pessoas por ano até 2009): “Nas últimas eleições, através de iniciativas de educação cívica difundidas pela RVD, verificámos que há demasiadas mulheres que querem exercer o seu direito de voto mas não têm identificação civil... ficando excluídas do processo eleitoral. Contudo, são pessoas com uma visão clara da situação nacional que merecem escolher quem as governa”. Esta iniciativa permite-lhes gozar de outros privilégios: viajar, representar a KAFO no exterior e ser cidadão guineense na verdadeira acepção da palavra. Uma prova inequívoca de que as RC são instrumentos de cidadania imprescindíveis à Boa-Governança democrática.

Mas há outros exemplos que demonstram a importância da RVD na mudança efectiva de atitudes, comportamentos e mentalidades das populações. Destaco sete testemunhos reais:

1. “As mulheres pensam que não deviam dar à luz na presença do homem. O homem não pode ver o corpo da mulher e neste campo a rádio fez um trabalho de sensibilização e informação”⁹⁶, explicou a radialista Djariatu Baldé;
2. “Nesta zona há muito roubo de gado e as autoridades tradicionais locais compactuavam com os ladrões. Houve várias denúncias da população através da RVD e, hoje, graças a ela, a justiça faz-se no tribunal e não na polícia”, esclareceu Mamadu Sillá, coordenador da RVD;
3. “Malianos vieram aqui pescar peixe em grande quantidade desrespeitando as regras tradicionais. Através da RVD, a população organizou-se e expulsámo-los”, complementou;
4. “Nas etnias Mandinga e Fula só as mulheres é que praticam a cultura do arroz, base da nossa alimentação. A RVD contribuiu sobremaneira para a mudança de atitudes ao nível da agricultura, promovendo a adesão dos homens na produção deste bem alimentício”, concluiu;
5. **Exploração de Fosfato em Farim** – A RVD permite às pessoas participarem no processo de governança sobre os rendimentos que resultam da exploração deste recurso natural, a qual deve ser durável para não comprometer a sobrevivência da comunidade: “Se utilizam a água do rio para lavar os fosfatos... vamos deixar de ter peixe e água de qualidade para a

⁹⁶ ACEP (2007) “Democratizar a palavra para democratizar a sociedade”, Lisboa, p. 29.

agricultura! As populações que vivem nas zonas de exploração deste minério devem ser indemnizadas para sair. Contudo, o governo nunca apresentou um «Projecto de Exploração Industrial Mineira de Fosfato em Farim» e as pessoas estão preocupadas com o seu futuro”.

6. Provoca alterações comunitárias significativas “ao difundir festas no terreno, aproxima mandingas, balantas e fulas... diminuindo as graves contendas tribais”, afirmou Sambu Seck;

7. No âmbito da política de género traçada pela Swissaid, a KAFO “trabalha directamente com as mulheres horticultoras, tintureiras, produtoras de mel e sal, etc. que contribuem para a promoção sócio-económica da mulher. O nosso objectivo é que elas sejam donas da riqueza que produzem e livres na gestão da mesma”, argumentou Fernanda Cardoso, responsável pela secção de programas sobre “Género e Comunicação Social” da RVD.

A verdade é que, até 2007, não havia uma proposta clara de “Estudo de Impacto Ambiental” sobre a exploração do fosfato. A KAFO defende que é preciso envolver as populações, sobretudo os líderes comunitários, nestas discussões... e estabelecer um diálogo com o Governo, motivando-o a divulgar abertamente as premissas-chave do projecto e a falar das perspectivas/vantagens da exploração. A RVD aborda exactamente as duas componentes-chave da exploração do fosfato, em Oio, e do petróleo, em Cacheu: durabilidade e contribuição para o desenvolvimento regional, isto é: de que forma esta exploração contribui, ou não, para a melhoria das condições de vida das populações.

Mas esta ousadia já causou sérios problemas à RVD, sobretudo se considerarmos que funciona com uma licença provisória, que nada vale perante o vazio legislativo existente:

“Em 2006, os militares vieram cá com bazucas, calashnicoves e fecharam a rádio, ficaram com a chave e proibiram a emissão. Este tipo de ameaças são inadmissíveis em democracia. Quando nos devolveram a chave, a comunidade decidiu mantê-la fechada, demos uma conferência de imprensa para denunciar a situação, uma entrevista à rádio Bombolom-FM, a RENARC mostrou-se solidária connosco através de um comunicado e nós lançámos um aviso em como não voltaríamos a permitir este tipo de situação... sublinhando que, caso voltasse a acontecer, a comunidade iria agir/intervir por sua conta e risco e sem medos”, concluiu Seck.

Em comparação com a RVQ e com a RJ, a RVD actua num âmbito mais vasto, por conseguinte, tem uma grelha de programação⁹⁷ mais diversificada e organizada. Ora vejamos

⁹⁷ NOTA: Dado que as áreas de actuação da RVD foram já amplamente apresentadas, abstenho-me de pormenorizar o conteúdo de cada programa, cuja designação, *per si*, é explícita.

a realidade de 2007: de Segunda a Sexta, a emissão matutina (06:55 - 11:00) conta com **“Músicas Folclóricas”** (07:05 - 07:30), **“Apresentação de Comunicados”** (07:30 - 08:00), com um **“Programa Agrícola”** (08:00 - 08:45), com um espaço para **“Músicas Variadas”** (08:45 - 09:00), com o programa **“Nô cunci Nô ama Nô Saúde”** (09:00 - 09:30), com outro espaço de **“Animação Musical”** (09:30 - 10:00), com a **“Retransmissão das notícias da Rádio Difusão Nacional”** (10:00 - 10:30) e, por último, com **“Informações Diversas”** (10:30 - 11:00). Aos fins-de-semana, a estação só abre às 07:30 e, além das “Músicas Folclóricas”, da “Apresentação de Comunicados”, dos “Discos Pedidos” e da “Retransmissão das Notícias da RDN”, tem quatro novos programas: “Voz de Mindjer” e “Espaço Infantil”, aos Sábados, e “Retransmissão da Missa de Domingo” e “Hora de Tina”, aos Domingos, “que fala sobre esta variante musical autenticamente nacional”, explicaram os radialistas.

A emissão vespertina é visivelmente mais rica, não existem sequer espaços musicais e são inúmeros os programas/espaços educativos e de sensibilização comunitária:

1. **“Espaço Djumbai”** (Segunda a Domingo das 18:00 às 19:00): animado por alguns elementos da comunidade (cada semana, uma etnia/uma língua diferente) que captam realidades/acontecimentos dignos de registo e partilham-nos com a restante população;
2. **“Espaço Educativo”** (Segundas, Quartas e Sextas das 19:30 às 20:30);
3. **“Camponês KAFO”** (Segundas, Quartas e Sextas das 21:30 às 22:30);
4. **“Balur de Nô História”** (Segundas das 20:20 às 21:30) “valorizar a história nacional”;
5. **“Voz de Tabanca”** (Terças e Quintas das 19:30 às 20:30);
6. **“Pinal é Bamtaré”** (Terças das 21:30 às 22:30) “visa consciencializar para a liberdade”;
7. **“Cultura de Paz”** (Quarta das 20:30 às 21:30);
8. **“Caural é Remobé”** (Quintas das 21:30 às 22:30) “dedicado à união dos agricultores”;
9. **“Programa Islâmico”** (Sexta das 20:30 às 21:30);
10. **“Ami e Fidju de Tchon”** (Sábado das 19:30 às 20:00) “amigos e filhos da terra”;
11. **“Terra cuci Balur”** (Sábados das 20:30 às 21:30) “valorização da herança cultural”;
12. **“Espaço Jovem”** (Sábados das 21:30 às 22:30);
13. **“Ambiente e Saneamento”** (Domingo das 19:30 às 20:30);
14. **“Sociedade e Cultura”** (Domingo das 20:30 às 21:30).

É, assim, possível, estabelecer uma breve comparação com a Rádio Voz de Quelélé e com a Rádio Jovem em múltiplos aspectos, complementados pelos seus colaboradores:

1. Apresenta o mesmo número de programas, embora com uma variedade, periodicidade, duração e profundidade superiores, vocacionados para temáticas rurais mais directamente relacionadas com os projectos em curso das NU, da UE e de ONG internacionais;
2. Já fez estudos audiométricos: “a última avaliação foi feita muito recentemente, em colaboração com a ORDEMAQ, para analisar o impacto da grelha de programação e tentar adaptá-la às necessidades comunicacionais actuais”, garantiu o director da RVD;
3. À semelhança das suas congéneres, o português coabita com as outras línguas, embora os programas sejam quase todos em crioulo: “a maioria do nosso público-alvo não domina o português. As pessoas não podem apropriar-se de uma RC que não entendem! Para as comunidades, nas tabancas, é melhor ter programas em línguas locais ou, pelo menos, em crioulo que é a língua nacional de comunicação. Em 2006 começámos a produzir informações muito resumidas em português, somente dirigida a quadros superiores e a jovens estudantes”;
4. Nas campanhas eleitorais, também concede, gratuitamente, tempo de antena aos partidos políticos com maior assento parlamentar... em prol da democracia participativa;
5. Também se debate com problemas materiais, humanos, técnicos e financeiros: “A Rádio tem, sobretudo, uma função social, logo: dá mais do que recebe. A comunidade só paga comunicados. É graças ao apoio institucional da ICCO e, até 2009, da UE que conseguimos assegurar ordenados e gastos com a logística, inclusive combustível”;
6. Os colaboradores são todos voluntários, não recebem sequer subsídio de transporte ou alimentação: “A KAFO somente oferece dormida e comida aos radialistas que fazem o turno da manhã. Ninguém reclama, porque são, à partida, muito bem sensibilizados para a realidade que os espera, e que devem contribuir para a sociedade voluntariamente”, explicou Sillá;
7. Tem o mesmo número médio de colaboradores (18) “três radialistas para cada etnia”, com a mesma média de habilitações (11ª classe) e também há um núcleo duro pago “Só sete pessoas são funcionárias da KAFO e recebem um salário fixo”.
8. Grande desvantagem: retransmite os noticiários da RDN, isto é, não há produção própria de conteúdos informativos. Realidade que, quanto a mim, pode ter duas justificações interligadas: 1ª) A Região de Oio é a mais vasta em termos de superfície, e a segunda ou terceira em termos de densidade populacional, o que dificulta a gestão de meios no terreno e o trabalho

dos poucos radialistas ao serviço e 2ª) A passividade dos radialistas, cuja fraca formação em termos de produção de conteúdos também não os motiva a alterar rotinas viciosas;

9. Grande Vantagem: Além da RVD, a Federação Camponesa KAFO⁹⁸ integra as seguintes estruturas: o Centro de Formação Apícola Djalicunda, o Banco de sementes tradicionais de arroz, a Casa do Ambiente e Cultura, o Centro de medicina tradicional, um Viveiro Florestal, uma Casa de Hóspedes, uma Cantina e uma Horta Comunitárias, um Cyber-café (foto apresentada no capítulo III) e uma sala multimédia (Figura 36). As instalações da própria rádio são amplas, cómodas e funcionais, o estúdio de locução e entrevistas “partilha” espaço com a sala de redacção (Figura 34) e a cabine técnica está bem equipada: emissor Philips MPX-8200 (Figura 35);

10. Zona Cinzenta: O limite de cobertura geográfica comum às RC foi largamente ultrapassado. A RVD ouve-se na Guiné-Bissau, no Senegal e na Gâmbia “porque as comunidades transfronteiriças apropriaram-se da Rádio e nós não as quisemos excluir”;

Conclusão: Porque nasceu das necessidades das mais de 700 tabancas que integram a KAFO (embora criada pela ONG Swissaid), esta é a RC que mais se assemelha aos designados «processos endógenos» que caracterizam o nascimento destes media na América Latina:

“Realizar este acercamiento histórico al camino andado por las Radios Comunitarias en Bolivia es remontarse a finales de los años 40, cuando impulsados por la necesidad de vincularse con los centros urbanos y reformular el uso del medio, los trabajadores de las minas se esforzaron por contar con medios propios de comunicación y expression. Estas emisoras mineras que, años más tarde, se caracterizaron por la resistencia política frente a los sucesivos golpes de Estado y gobiernos militares, se convertirían en referentes por ser movilizadoras y reconstructoras de la democracia” (Quisbert, 2010: 3).

A RVD corrobora o conceito de Locksley (2008: 7): “Community broadcasting provides not only a bottom-up return path but also lateral communications within communities of shared interests. Lateral communications maximizes the relevance of media content to its audience. Communities of interest can be women, farmers, or children”. E de Francis Lucas (1999, in Locksley, 2008: 8) “CR is cost effective, generally providing three types of information: generic (on health, education, government programs, local news, and forth-coming events), dynamic (on market prices, school examination results, and weather fore-casts), and timely

⁹⁸ In: <http://kafobissau.org/centro-de-formacion-camponesa-djalicunda/> (consultado a 02-08-2012).

(favorable conditions for planting or harvesting, along with impending disaster warnings). Together these types of information foster better-informed, more empowered communities”.

Figura 34: Estúdio de locução e sala de redacção, Rádio Djalicunda, 2007.



Figura 35: Cabine técnica de sonoplastia e montagem, 2007.



Figura 36: Sala multimédia, Rádio Djalicunda, 2007.

2.4. Situada na cidade de Mansoa, a “**Rádio Sol Mansi**” (RSM) começou a emitir em 2001, com um pequeno emissor de 250W, na frequência 90.00 Mhz, em edifício próprio construído com o apoio da Fundação Evangelização e Culturas (FEC) - que também assegurou acções de formação regulares com jornalistas da Rádio Renascença de Lisboa - edificado para funcionar como “Centro de Produção definitivo” com cinco espaços distintos: uma sala de atendimento, um gabinete de direcção, uma sala de redacção (Figura 39), um estúdio de gravações e um estúdio de emissão (Figuras 37-38). Em 2007, a cobertura da RSM abrangia já a região de Oio, algumas partes das regiões de Bissau, Cacheu, Bafatá, Tombali e Gabu.

“A ideia surgiu ao Padre daquela cidade, Davide Sciocco (missionário católico italiano) durante a guerra civil de 98-99: vendo que as Rádios foram uma "arma" fundamental no conflito, e toda a população escutava "religiosamente" os programas e os convites a apoiar as diferentes partes, o seu pensamento foi este: se a Rádio foi usada para favorecer a guerra, porque não fazer uma Rádio para favorecer a Paz, a reconciliação e o desenvolvimento? A reacção da população foi de grande entusiasmo e orgulho para ter uma Rádio local. A maioria da gente da zona começou a escutar regularmente a Radio Sol Mansi. Uma característica desde o começo foi a colaboração entre etnias e religiões: os voluntários eram quase 50% muçulmanos e 50% cristãos e pertenciam a etnias diferentes”⁹⁹.

Contudo, estudos de audiência provaram a necessidade de aumentar o número e o nível dos programas de formação, o que resultou na abertura de um «Centro de Produção» em Bissau, num dos edifícios da Cúria da Diocese. A rede passou a ser bicéfala, com dois centros de produção (Bissau 90.0 e Mansoa 101.8), ligados por um sistema de feixes hertzianos que - a qualquer momento - permite a realização de emissões duplex... daí o slogan: “Voz di Paz na Guiné-Bissau”, aludindo ao alargamento do raio de emissão.

Em 2007, esta “Emissora Católica guineense de inspiração cristã” emitia doze horas diárias (06:25 - 12:30 / 17:45 - 24:00), tinha 24 colaboradores pagos (montante mês: entre 5.000 e 60.000 CFA) e, apesar de ser 100% financiada pela Igreja Católica, o Padre Sciocco criou o “Clube dos Amigos da Rádio” que assegura as despesas com o gasóleo, com as licenças e com a manutenção. Numa circular de 01-01-2007, a direcção da RSM alertava estes membros para as alterações contratuais: “Os actuais pagadores de 13.500 CFA passam a pagar 20.000 e os actuais pagadores de 27.000 CFA passam a pagar 35.000”.

Em Fevereiro de 2007, a RSM ainda detinha a designação de «comunitária» por via do seu estatuto de membro da RENARC. Mas havia já a ideia de elevar a estação a uma rádio de

⁹⁹ In: <http://www.radiosolmansi.org/radio-solmansi/historial-da-rsm> (consultado a 03-08-2012).

abrangência/cobertura nacional, com sede em Bissau e várias delegações regionais, com centros de produção (ver anexo VI) que assegurassem “programas de contribuição para a antena nacional e programas regionais de âmbito mais restrito, visando espelhar as especificidades e as diferenças de cada região”, esclareceu o radialista Mussá Sani, em entrevista presencial nas instalações da RSM.

Em 2008, este projecto concretizou-se e surgiu a “Rádio Nacional da Igreja Católica”, cobrindo todo o território nacional. A concessão desta autorização por parte do Estado guineense, levou a estação a solicitar, por si, a saída da RENARC visto que ultrapassaria o limite geográfico imposto às RC. Uma atitude sensata que, como veremos mais à frente, ainda não foi seguida pela Rádio Maria Moçambique, colocando em risco a teorização do conceito de «Rádio Comunitária» e o próprio âmbito de actuação mundial do sector, facto a lamentar.

“Há três estúdios (Bissau, Mansoa e Bafatá) e dois retransmissores (Cantchungo e Gabu). As emissões da rádio Sol Mansi chegam até o sul do Senegal, ao Norte da Guiné Conacry e, muitas vezes, à noite, à Gambia e a Cabo-Verde. A dimensão inter-religiosa e interétnica continua. Uma rede de 50 correspondentes em todo o país permite dar voz aos que normalmente são excluídos do círculo da comunicação. A aposta na formação dos jornalistas e técnicos foi decisiva: houve longas formações oferecidas por jornalistas de Portugal e Brasil e dois técnicos de Cabo Verde e Itália; 12 jornalistas e animadores tiveram a possibilidade de fazer cursos e estágios no Burquina, Zimbabwe, Angola, Portugal e Brasil”¹⁰⁰.

Segundo o *site* oficial da estação, em Agosto de 2009, a RSM assinou um acordo de colaboração com a Rádio Corânica de Mansoa, resultando numa invulgar parceria entre as rádios católica e islâmica na formação e na realização de programas... com outra particularidade, talvez única no mundo: a rádio católica transmite um programa islâmico e vice-versa. A nível nacional, este OCS já conseguiu alguns feitos interessantes: em 2010, um dos seus colaboradores ganhou o prémio de «melhor jornalista desportivo» e a Rádio ganhou o prémio de melhor «Órgão Nacional na informação e sensibilização sobre o HIV-SIDA». A nível internacional, foi homenageada pela colaboração interreligiosa supracitada (Prémio Takunda - Italia 2005) e pelo empenho em prol da Paz e do Desenvolvimento (Prémio Gabardi, Suíça – Itália 2008). Pelo exposto, parece estarmos a falar de uma RC, mas não!!

Questão: passados cinco anos, haverá uma diferença assim tão profunda/significativa ao nível da Grelha de Programação? Em 2007, a emissão semanal incluía:

¹⁰⁰ In: <http://www.radiosolmansi.org/radio-solmansi/historial-da-rsm> (consultado a 03-08-2012).

1. “Spots de Paz” diários, de cinco minutos, para marcar a abertura das emissões matutina e vespertina;
2. Programas religiosos, de curtíssima duração, baseados na leitura de textos bíblicos, exs: “Bom dia Deus”, “Evangelho do Dia”, “Reze terço com RSM”, “Informação Religiosa”, “Voz do Islão”, “Dez minutos com Deus” e “Boa noite Deus”;
3. Ao Domingo, durante 70 minutos, a transmissão em directo da “Santa Missa”;
4. Programas, de aproximadamente 35 minutos, dedicados aos direitos das crianças “Ke Ku Minino Na Tchora”, à promoção da cidadania “Espaço Jovem”, à sensibilização para a importância da alfabetização “Escola ta Cumpu Terra” e à prevenção de comportamentos de risco “Espaço Nova Geração”;
5. Um programa tri-diário (excepto aos Domingos), entre os 15 e os 45 minutos, com informações comunitárias em crioulo “Nobas na Criol”;
6. Um programa diário (excepto aos fins-de-semana), de 60 minutos, para despertar os ouvintes logo às 07:00, num misto de música e informação local, regional e nacional actualizada “Mon de Parmanhã”;
7. Uma “Grande Entrevista” com peritos nas mais diversas áreas, sobretudo saúde e educação;
8. O programa “LusoFonias FEC” para dar visibilidade aos projectos desta organização, focada em duas áreas de actuação complementares: «Cooperação para o Desenvolvimento» e «Educação para o Desenvolvimento & Advocacia Social»;
9. Programas de valorização e resgate da herança cultural dos povos, exs: “Cultura Alma de Povo”, “No Cunsi biblioteca” e “Baluris da Guiné”;
10. Um programa dedicado à emancipação da mulher “África Vozes Femininas”;
11. Dois espaços quinzenais: um a cargo do Secretariado Nacional de Luta Contra Sida (SNLS) e outro da responsabilidade do Fundo de População das NU (UNFPA);
12. Um programa sobre a actualidade desportiva nacional e internacional “Disport Fair Play”;
13. Um espaço dedicado à brincadeira, à diversão, ao cavaqueio, à conversa fiada entre pessoas da mesma idade ou do mesmo grupo social “Djumbai na Varanda”;
14. Um espaço dedicado à análise pormenorizada de situações comunitárias dignas de debate radiofónico “Caso da Semana”;

15. Aos Sábados, duas horas dedicadas às populações que, via telefone ou presencialmente em antena, dão aso à sua imaginação no “Espaço do Ouvinte”;
16. Um programa da Igreja Evangélica de Mansoa “Voz Ku ta Grita no Deserto” (30 minutos);
17. Um programa que fala sobre um estilo musical genuinamente guineense baseado num tambor constituído por uma cabaça ou uma vasilhame (bacias) que se mete dentro de um tanque de água dando um som melódico e ritmado “Som de Tina”;
18. Um programa de descontração e relaxamento “Noite Suave” que promove a poesia e aborda alguns aspectos da literatura.

Na emissão matutina semanal contam-se: nove espaços para “Música Religiosa”, três espaços para “Discos Pedidos”, cinco períodos mistos de “Música e Informação”, cinco “Flahs’s Informativos em Crioulo” (08:00 – 08:50), dez “Flahs’s Informativos em Português” (bi-diários: às 9:00 e às 10:45), oito blocos de “Animação Livre” e 19 espaços dedicados à “Publicidade e a Spots de Sensibilização”.

No período vespertino semanal, estes últimos decrescem para doze e identifica-se: 16 espaços de “Animação Musical” variada (afro-mandinga, italiana, brasileira, cubana, reggae, romântica, novidades e discos pedidos). De referir, que quatro destes espaços são conduzidos por um animador que lhes confere uma identidade própria e/ou personalizada. Contam-se também seis blocos de “Notícias em Português” e apenas dois espaços de “Animação Livre”.

Se visitarmos o *site* da RSM, a programação actual¹⁰¹ apresenta grandes diferenças: **1.** Os programas de desporto são agora três: “4 Linhas”, “Golo na Hora” e “Bola Branca”; **2.** Mantém-se um único programa dedicado exclusivamente à Mulher, embora com outro nome “Mindjer i Balur”; **3.** A FEC detém dois programas “Tabanca di portuguis” (para difundir e melhorar a prática da língua portuguesa) e “Lusofonias” (em colaboração com as rádios católicas lusófonas de África); **4.** Há uma notável aposta na Saúde com cinco programas de grande impacto societal “Viva Saúde”, “No Kungsi Diabete”, “No Kume sabi” (programa de educação nutricional e promoção dos produtos nacionais), “Fala di Defisientis” (sensibilização e formação sobre o mundo dos portadores de deficiências, com chamadas em directo) e “No Djunta no Kombati droga” (combate ao uso de estupefacientes); **5.** Há dois espaços dedicados às Rádios do Vaticano e da ONU, um para veicular as “Perspectivas da

¹⁰¹ In: <http://www.radiosolmans.org/programacao> (consultado a 03-08-2012).

UNOGBIS”, outro da ONG Tiniguena (sobre o mundo juvenil, suas iniciativas e manifestações) e um último, a cargo do Centro Cultural Franco-Bissau Guineense “No sta Djunto”; **6.** Dois programas dedicados ao país “Bissau: sidadi Ke no Djunta” (informação, formação e divulgação de iniciativas da Câmara Municipal de Bissau) e “Cruz Vermelha Guiné-Bissau”; **7.** Um ligado à cidade “Viva Sol Mansi”; **8.** Outro sobre Agricultura “Di Tchon Ke n ta vivi”; **9.** Dois programas dedicados às crianças “Bantabá di Prentchente”, da responsabilidade da Associação dos Amigos da Criança (AMIC), e “Udju di Mininu”; **10.** Três programas sobre Direitos Humanos “Tostan”, “Mon ku Fundinhu”, da Liga dos Direitos Humanos, e “Stadu di Direito” (possibilita aos cidadãos questionarem, em directo, um jurista sobre as leis da Guiné Bissau) e **11.** Programas mais ligados ao lazer “Pronto Pronto”, muito apreciado pelo facto de dar prémios.

A meu ver, a grande novidade é o programa “Cidadão Militar” (financiado pela *Caritas* alemã) que visa unir sociedade civil e militares, explicando o papel destes na democracia e em tempo de paz. Mantêm-se, obviamente, os espaços de música e a informação religiosa, destacando-se o programa “Kabas di ermondadi” que visa apresentar a doutrina social da Igreja e alguns temas sociais e morais de grande actualidade, com a possibilidade de chamadas em directo. A “Grande Entrevista” foi substituída pelo “Grande Debate”. Em suma: apenas oito programas mantêm exactamente a mesma designação e o mesmo conteúdo.

3. Semelhanças e Dissemelhanças com as RC anteriores:

1. Também usufruí de acordos de colaboração com as NU (UNOGBIS, UNICEF; PNUD), com a PLAN International e com os diversos Ministérios nacionais. Contudo, como podemos verificar pela grelha de programação supracitada, têm tido um leque muito mais alargado de parceiros: “Cruz Vermelha, Sociedade civil, Iniciativa Voz de Paz, Caritas Alemanha, ONG ABC, AMIC, Câmara de Bissau, INPS, Polícia Judiciária, Estado-Maior do Exército, Fundação João Paulo II para o Sahel, FEC, Fundação Pró Dignitate (Portugal), AIDA (Espanha), Embaixada da Grã Bretanha, etc.”;
2. A programação (06:30 – 23:00) abrange áreas fulcrais de capacitação comunitária (saúde, educação, ambiente, direito/justiça, género, nutrição, agricultura, desporto, cultura, militar);
3. Enquanto comunitária, apresentava uma enorme percentagem de música, em detrimento de programas que, hoje, estão inscritos como prioritários e são, de facto, comunitários. Curioso!;

4. Enquanto comunitária, apresentava a mesma média de programas temáticos: entre 13 e 16;
5. Antecipou-se e, ao contrário das restantes, criou o “Clube dos Ouvintes” visando assegurar a sua sustentabilidade financeira (ideia ainda em discussão na RENARC);
6. Enquanto comunitária, tinha uma panóplia de equipamentos muito semelhante, quer em termos quantitativos quer a nível qualitativo. Hoje, é tecnologicamente superior;
7. A não existir o vínculo institucional à Igreja (patrona e proprietária) e os conteúdos ecuménicos, a actual RSM podia ser uma excelente RC pelo tipo de programas que difunde.



Figura 37: Cabine técnica de sonoplastia e montagem, 2007.



Figura 38: Cabine técnica de sonoplastia e montagem, 2007.



Figura 39: Sala de Redacção, Rádio Sol Mansi, 2007.

Embora não tenha sido objecto de análise, parece-me importante frisar que a grande maioria dos entrevistados elegeu a RC de Bafatá como “a melhor da Guiné-Bissau”, justificando-o:

“Porque foi construída pela comunidade, com o apoio da PLAN Guiné-Bissau (outrora PLAN Internacional), está instalada no seio da comunidade, esta participa activa e voluntariamente nas actividades da RC através do seu Comité de Gestão – que integra membros de todas as etnias e religiões - e os programas de sensibilização... ou são autoproduzidos, ou advêm de parcerias com outras ONG, ou são mesmo produzidos por nós... pelo que surtem mais efeito no seio da comunidade”, explicou Karyna Gomes, coordenadora da ONG INFORMORAC.

Qual a chave do sucesso? a RC de Bafatá acaba por ser a facilitadora da PLAN GB na transmissão de mensagens de sensibilização ligadas às suas áreas de intervenção: direitos humanos, sobretudo das crianças, educação (constrói escolas, forma professores), saneamento básico (constrói furos de água), saúde (constrói centros de saúde, forma técnicos hospitalares), etc. “Sistema que se estende a outras agências das NU, ex: UNICEF. Estes programas são pagos, daí existir toda uma dinâmica e/ou sistema de administração/gestão financeira extremamente rígida que lhes permitiu ter verbas próprias para comprar um gerador novo e para instalar a Internet”, concluiu a formadora da INFORMORAC. Calculo que as características supracitadas tenham contribuído para a atribuição de uma licença definitiva.

De referir, também, o aparecimento de uma espécie de «Rede de Rádios Comunitárias nos Bijagós», no âmbito da Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC), das ilhas Urok¹⁰².

¹⁰² In: <http://www.tiniguena.org/Palavra%20de%20Urok.pdf> (consultado a 10-08-2012).

Destaco a RC “Djan Djan”, coordenada por Filipe Cardoso desde 1999, e cujo processo de criação foi liderado pela Casa do Ambiente e Cultura Bolama-Bijagos (CACBB):

“A Rádio nasceu depois de vários estudos. Os primeiros passos passaram pela auscultação da comunidade registando os seus instrumentos de comunicação e esses instrumentos são valorizados através dos programas que nós fazemos. O cartão de visita chama-se biodiversidade. É uma estação que aposta na valorização dos recursos naturais. Temos programas sobre conservação e gestão durável dos recursos em benefício da comunidade, em termos de redução da pobreza. Também tem programas de saúde e de educação”¹⁰³.

Desta rede fazem parte as seguintes RC: **1.** “OKINCA PAMPA”, situada no Parque Nacional de Orango, **2.** “Kossena”, sedeada na Formosa, **3.** “ONDAS de Bolama”, localizada em Bolama e criada pela REDECO, **4.** “FALA do UROK”, criada pela ONG Tiniguena e **5.** “Bijagós” criada pelo Padre Luige Scantamburlo.

“A avaliação confirma que o projecto melhorou indiscutivelmente a qualidade de vida das populações, oferecendo-lhes meios de comunicação (transportes marítimos e rádios VHF) e melhores serviços de educação e saúde, organizando e apoiando actividades de subsistência e produção económica, permitindo a comercialização de certos produtos”, concluiu Cardoso.

4. Moçambique¹⁰⁴: o dilema da propriedade, origem, história e definição de RC

“Existem em Moçambique vários estudos realizados na área de comunicação para o desenvolvimento que despertam em nós ideais que nos levam a uma reflexão sobre o papel das rádios comunitárias na educação das populações para o desenvolvimento sustentável local. Isto porque (entendemos nós) a comunicação comunitária constitui uma das sub-áreas importantíssimas da comunicação social que pode contribuir significativamente para a dinamização do processo educativo das comunidades locais (...) e combater a pobreza absoluta que atormenta a maioria da população” (Jane, 2004: 177).

No caso de Moçambique, a questão da propriedade é extremamente complexa, de difícil compreensão e sujeita a múltiplas interpretações no terreno. Após inúmeras entrevistas a personalidades das mais variadas inserções sociais (políticos, cientistas sociais, empresários, sindicalistas, activistas de associações de base, membros de ONG’s (nacionais e internacionais), representantes da Igreja, profissionais da comunicação, escritores, docentes e estudantes universitários, entre outros) eis a minha conclusão sobre o panorama radiofónico

¹⁰³ ACEP (2007) “Democratizar a palavra para democratizar a sociedade”, Lisboa, p. 31.

¹⁰⁴ Período de Investigação no terreno: 10-12-2009 a 09-01-2010.

real: **1.** Rádios Estatais Locais (41)*; **2.** Rádios Públicas, ex: Rádio Moçambique (RM); **3.** Rádios Comerciais, exs: 99FM, KFM, SFM e **4.** Rádios Comunitárias (41)*¹⁰⁵.

Quer as primeiras, quer as últimas, estão, por vezes, inseridas em Centros Multimédia Comunitários (CMC's), implementados pela UNESCO em parceria com o Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) e a cooperação suíça, e cujo impulso saiu da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação e Comunicação (Genebra, 2005). Criados em prol das “TIC no desenvolvimento rural”, os inúmeros CMC edificadas comportam duas vertentes: RC e Telecentro. Este disponibiliza múltiplos serviços: fotocópias, internet, faxes, encadernações, material de economato, aulas de informática, emissão de CV e de processos escolares, elaboração de convites de aniversário e de casamento, etc., revertendo os dividendos a favor das RC, assegurando a sua sustentabilidade, já ameaçada.

“(…) ICT's are not accessible to the vast majority of people across Africa. There have been attempts by African countries, supported by international organizations, to increase the opportunities for broad sections of the population to use new technologies, by encouraging the development of community telecentres and multimedia centres in the rural areas and poor urban neighbourhoods. Such centres encompass the use of both ‘older’ technologies – telephone, radio, television, vídeos, photocopying and fax – as well and the new digital ones. Computers with internet connectivity. Such centres have generally been successful and given local communities an opportunity to both gain access to information and to be able to communicate their concerns in a manner that is influential” (Orgeret & Ronning: 2009: 15).

Rádios Estatais Locais «versus» Rádios Comunitárias: uma divisão à partida simples, mas não é! Porquê? As rádios estatais puras (locais) são: **1.** Propriedade do Estado, representado pelo Instituto de Comunicação Social (ICS), criado em 1977 para a promoção da comunicação no desenvolvimento rural; **2.** Geridas centralmente a partir da Direcção do ICS através das suas Delegações Provinciais e **3.** Financiadas pelo Estado, através do seu Orçamento Geral. Podemos, por conseguinte, afirmar que estas rádios são desprovidas de autonomia jurídica, financeira, patrimonial e, pior, editorial. Não podendo, a meu ver, integrar o grupo das RC.

As RC, propriamente ditas, são membros do Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM)¹⁰⁶, criado em 2004, com o objectivo de “Representar e defender os interesses das RC na base de uma coordenação efectiva das necessidades e intervenções de todos os

¹⁰⁵ *Ver Listagens do FORCOM (actualizada a 06-08-2012) e do ICS (actualizada a 18-01-2011) em Anexo.

¹⁰⁶ In: <http://forcom.iuscontaeservicos.com/> (consultado a 10-08-2012).

membros filiados, sem discriminação geográfica, étnica, religiosa, política, cultural e de género”¹⁰⁷, esclareceu o Vice-Presidente, Padre João Carlos.

O então Director, Paulo Libombo, enumerou os objectivos: “estimular um espaço comum de discussão e concertação em torno de matérias de interesse geral comum, promover uma coordenação e cooperação estreita com o Governo, entidades públicas e privadas nacionais, doadores e outras pessoas ou instituições envolvidas em programas afins de desenvolvimento, defender as RC junto de instituições do Governo e de outros órgãos decisórios, promover e mediar a cooperação regional e internacional e fomentar a equidade de género”¹⁰⁸. Muito à semelhança da RENARC na Guiné-Bissau.

O busílis da questão em Moçambique - que muita fricção interna tem provocado - reside nas rádios estatais locais do ICS que, a meu ver, pelas características que apresentam (divergentes da definição da AMARC) são indubitavelmente rádios estatais locais, e não comunitárias! Todavia, Sofia Ilale, Directora-Geral do ICS, tem uma posição marcadamente contrária:

“As nossas rádios são todas comunitárias. Estão instaladas na comunidade, são geridas pela comunidade, são pertença da comunidade, os programas são definidos pela comunidade, só o título da propriedade é que é estatal! É da responsabilidade do Estado educar o seu povo. A nossa espinha dorsal são os programas educativos. Existe um comité de gestão que representa o povo. O financiamento é descentralizado, ou seja, não existe um fundo estatal específico para as RC, o ICS pede verbas consoante as suas necessidades. Daí a importância de uma Lei da Radiodifusão para legislar o sector! Estou sem fundos desde Setembro, sobrevivemos a fazer spots, vídeos e publicidade para os Ministérios”¹⁰⁹.

Esta representante do Governo afirma categoricamente que a sobrevivência destes media depende exclusivamente do Estado, critica as ONG por criarem rádios em catadupa e depois se auto-retirarem sem cumprirem “com aquilo que é o Plano do Governo”, revelando uma “incompreensível falta de seriedade”. Em suma, existem as RC do FORCOM (membro votante da AMARC) e as rádios estatais locais do ICS (membro associado da AMARC).

Impõem-se, assim, duas perguntas: 1ª) Tal estatuto, *per si*, faz das rádios do ICS comunitárias? 2ª) Esta multiplicidade de estações híbridas - difíceis de categorizar e estruturalmente indefinidas - promove a banalização do conceito existente e mundialmente defendido?

¹⁰⁷ Declaração obtida no terreno a 01-12-2009 nas instalações do Forcom, em Maputo.

¹⁰⁸ Declaração obtida no terreno a 23-11-2009 nas instalações do Forcom, em Maputo.

¹⁰⁹ Declaração obtida no terreno a 14-12-2009 nas instalações do ICS, em Maputo.

Uma problemática complexa cuja resposta obtive na 10ª Conferência Mundial da AMARC (Argentina: 08-13 de Novembro de 2010):

“As coisas não são todas a preto e branco, há zonas cinzentas... o que não implica excluir e/ou negligenciar estes projectos menos digeríveis do ponto de vista da «liberdade de expressão». Mesmo sendo propriedade do Estado ou da Igreja, elas continuam a servir as comunidades, envolvendo mais pessoas no processo de comunicação. Às vezes, mesmo saindo fora do conceito-base, estas rádios têm programas excelentes, actuam em benefício das comunidades... ‘small things’ que, em países onde a democracia não está cem por cento consolidada, tornam-se significativas. Passo a passo, elas acabarão por se mover na direcção correcta”, esclareceu Jim Ellinger (Austin Airwaves, EUA).

Onde estabelecer o limite? Porque não há consenso nacional sobre «como classificar as rádios do ICS», instala-se outra problemática: afinal, quando e como surgiram as RC em Moçambique? Felisberto Tinga, Director do Gabinfo¹¹⁰ (Gabinete de Informação do Estado) explicou pormenorizadamente o processo numa entrevista de duas horas:

“Em 1977, O Ministério da Informação pediu ao Sr. Juarez da Maia (brasileiro), director/fundador do Gabinete de Comunicação Social (cujo nome evolui mais tarde para ICS), para elaborar um «Novo Paradigma da Comunicação Social» visando quebrar com o legado informativo do período colonial e unir as populações dispersas e desprovidas de tudo, numa lógica de custo/benefício. Este especialista em Comunicação/TIC sugeriu o «Projecto das ‘Aldeias Comunitárias’», uma cópia da Tanzânia onde ‘Jamal’ significa «lugar de unidade», financiado pela UNICEF e baseado numa lógica de acção bicéfala com coabitação simultânea e pacífica: **1.** Centros de Escuta Radiofónica (CER) e **2.** Centros de Escuta Colectiva (CEC), cuja designação evolui, mais tarde, para Centros de Comunicação Social (CCS)”¹¹¹.

Principais Diferenças? Os CER tinham um sistema de três ou quatro altifalantes, com uma torre de vinte ou trinta metros, um leitor de cassetes e apenas permitiam que alguém veiculasse mensagens diversas: relatos de futebol, programas educativos, saneamento básico e violência doméstica: “na província de Gaza, os homens bêbados batiam muito nas mulheres, estas queixavam-se nos Centros e estes anunciavam publicamente os nomes dos agressores. A violência baixou consideravelmente!”, acrescentou. Curiosamente, em 2009, António Carmona, um engenheiro espanhol a trabalhar na Gorongosa, encontrou estes Centros ainda “vivos” e em actividade (Figuras 40- 41) e, por cortesia, cedeu-me as fotografias em pleno voo de regresso a Portugal... fazendo jus ao ditado “As conversas são como as cerejas”.

¹¹⁰ Criado em 1995 após a extinção do Ministério da Informação. In: <http://www.gabinfo.gov.mz/governo.htm>

¹¹¹ Declaração obtida no terreno a 30-11-2009, nas instalações do Gabinfo, em Maputo.



Figura 40: Centros de Escuta Radiofónica, Gorongosa, Sofala 2009.



Figura 41: Centros de Escuta Radiofónica, Gorongosa, Sofala, 2009.

Fotos atenciosamente cedidas por António Carmona em 2009

Nos CEC, o responsável do bairro marcava o dia e a hora para as pessoas se juntarem a ouvir as notícias no mesmo aparelho de rádio. Os Centros de Comunicação Social (também tutelados pelo Ministério da Informação) já eram mais elaborados: tinham altifalantes, amplificadores, chefes de redacção, locutores, programação própria, salas de emissão e correspondentes populares que “percorriam quilómetros a pé ou de bicicleta visando recolher

informações nas aldeias comunais vizinhas com vista à actualização da informação, por exemplo, do número de crianças mortas com cólera nessa semana”, concluiu. Para Tinga, estes eram já, indubitavelmente, os “embriões das RC”. Contudo, as opiniões divergem:

“Estes centros faziam parte integrante das estratégias e políticas de colectivização rural, empreendidas pelo Governo nos anos imediatamente a seguir à independência, através, precisamente, das aldeias comunais. Eram centros de escuta colectiva de mensagens de mobilização político-ideológica dos aldeões. A transmissão através de altifalantes para todos os cantos de uma aldeia significava que a sua escuta era obrigatória para todos, reflectindo as opções políticas da época. Estes centros eram, por isso, profundamente anti-democráticos. Nada tinham de comunitário, a não ser o seu “localismo”¹¹², defende Tomás Vieira Mário, então Presidente do MISA¹¹³ Moçambique.

Abro aqui um parêntesis para referir que a intenção do projecto das «Aldeias Comunais» foi, a dada altura, questionada. Havia quem o descrevesse como “uma forma de colonizar pessoas através de propaganda governamental”. Preocupada, a UNICEF, em 1981, contratou Michèle e Armand Mattelart – professores de «Sociologia da Comunicação» na Universidade de Paris (VII e VIII) – como consultores e peritos nesta matéria, visando aferir da natureza e capacidade do mesmo para garantir um futuro próspero em termos de comunicação. José Luís Cabaço, sociólogo e Ministro da Informação entre 1980-1986, fez questão de explicar:

“O meu antecessor, Jorge Rebelo, propôs à UNICEF criar Centros de Comunicação Social (CCS), ideia bem recebida. Era obrigatório passar os programas desta agência das NU, música e noticiários em línguas locais. Eram igualmente utilizados para julgamentos locais (infidelidades nas aldeias, punição de alunos faltosos). As emissões começavam às 4:30 (quando os camponeses iam para a lavoura) até às 10:30 e depois à noite. As pessoas agradeciam à Frelimo por lhes prolongar o dia. O Projecto foi questionado, Mattelart e a mulher foram até Cabo Delgado, visitaram quase todos os centros existentes (36) e concluíram que a estrutura do projecto era autoritária e/ou verticalizada mas que se tratava de instrumentos geridos pela comunidade e com uma dinâmica local muito interessante, merecedora de continuidade”¹¹⁴.

No relatório de Mattelart (obtido no terreno) pode ler-se: “The vertical dimension inherent in the nature of the medium and its accompanying image seems to be to a large extent offset, if not eliminated, by the close control which the people exercise over the message broadcast. In

¹¹² Declaração obtida no terreno a 01-12-2009, no Hotel Avenida, em Maputo, e via e-mail a 03-08-2010.

¹¹³ Instituto de Comunicação da África Austral. In: <http://www.misa.org.mz> (consultado a 23-08-2012).

¹¹⁴ Declaração obtida no terreno a 18-12-2009, nas instalações da Universidade Técnica de Moçambique (UTM), em Maputo, na qual José Luís Cabaço exercia o cargo de Reitor.

this connection, the various sectors of the population must be made to participate more actively in producing the messages”¹¹⁵.

Cabaço corrobora Tinga: “A ideia era já de RC!”. Em 1984, surge a primeira Rádio “Xai Xai” (província de Gaza), emissora do ICS designada por “comunitária” e, nos anos seguintes, outras se lhe seguem. Este monopólio estatal começou a desmoronar-se com a Constituição da República de 1990 (consagrava os princípios da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do direito à informação) e com a Lei de Imprensa nº18/91 de 10 de Agosto (regulava o pluralismo informativo). O monopólio do Estado sobre a actividade de radiodifusão é extinto pelo governo e o espectro é alargado aos sectores privado, misto e cooperativo:

“A Constituição moçambicana de 1990 garante, no seu artigo 74, o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação a todos os cidadãos. Este artigo abriu espaço para que em 10 de Agosto de 1991, a Assembleia da República aprovasse, pela primeira vez, a Lei de Imprensa que permitisse o desenvolvimento da comunicação social no país. Daí a implantação de novos meios impressos e electrónicos públicos e privados, como é o caso das rádios e televisões comunitárias” (Jane, 2004: 178).

Em 1994, o Governo transforma a Rádio Moçambique (RM), estatal, em empresa pública. Em finais dos anos 90, paralelamente à RM e ao ICS, começam a surgir outras iniciativas interessantes: no âmbito do projecto “Rádio Rural e Televisão (RRTV), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDER), tutelado pelo Ministério da Agricultura, cria mais de dez rádios e televisões rurais. Com a extinção do INDER, em 2000, o ICS herda a totalidade deste parque radiofónico. Em 1992, ano da assinatura dos acordos de paz para Moçambique, surgem dois novos subsectores: **1.** Radiodifusão Partidária (atribuição de alvará à Rádio “Voz da Renamo” (VOR), mais tarde rebaptizada por “Terra Verde”) e **2.** Organizações da Sociedade Civil e/ou de Base, incluindo a comunicação comunitária: vital à sociedade:

“Por um lado, a comunicação comunitária é o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca que existem entre os membros da comunidade, bem como entre diferentes comunidades locais e particularmente as das áreas rurais. Por outro lado, a comunicação comunitária, não compreende apenas diálogos referentes à troca de informações, conhecimentos e experiências, mas, também, envolve o diálogo político-democrático no seio da comunidade, no distrito, na província, e, quem sabe, até ao nível

¹¹⁵ In: “Social Communications for Development in Mozambique. A tentative evaluation. Report by Michele and Armand Mattelart, English (original in French), Maputo, Mozambique, October 1980”.

nacional, capacitando cada vez mais pessoas para exercerem os seus direitos como cidadãos ativos e conscientes” (Jane, 2004: 178).

Tomás V. Mário destaca ainda três iniciativas a reter: **1.** O Projecto “Media para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais e Empoderamento da Sociedade Civil” (MIRAC, 2003-2007), da ONG dinamarquesa IBIS, que colocou no ar mais quatro RC na província do Niassa (em Maúa, Massangulo, Muembe e Majune), **2.** Rádio Comunitária do Buzi, apoiada pelo Instituto Austríaco de Cooperação Norte/Sul, e **3.** Rádio N’tyana, apoiada pela Oxfam-América e da qual falarei mais à frente.

Para este conceituado jornalista, visão da qual partilho, o sector radiofónico comunitário moçambicano surge “inspirado, patrocinado e apoiado” por duas agências das NU (UNESCO e PNUD) por via do projecto «**Fortalecimento da Democracia e Boa-Governança através do Desenvolvimento dos Media em Moçambique (1998-2006)**»: “(...) financiado por doadores bilaterais (...), nomeadamente países nórdicos e a Irlanda, é tido como o maior da sua natureza até então executado pela UNESCO em todo o mundo, e resultou na criação, de raiz, de oito¹¹⁶ Rádios Comunitárias e Centros Multimédia Comunitários (CMC) nas Províncias, com equipamento digital de gama tecnológica avançada” (Mário, 2008: 27).

É nesta conjuntura que, em Abril de 2004, a dinâmica nacional de radiodifusão local, de cariz comunitário, culmina com a criação oficial do FORCOM, cuja conferência constitutiva teve lugar em Chimoio, com a representação das 42 rádios comunitárias/locais existentes na altura (UNESCO, IBIS, ICS, Igreja, etc.), televisões comunitárias, CMC e outros convidados nacionais e estrangeiros ligados à área de radiodifusão comunitária.

O FORCOM nasceu, por conseguinte, como resposta à pergunta: como agregar todas estas rádios e garantir a sua sustentabilidade a longo prazo? Inicialmente, ICS (estatal) e FORCOM (privado) eram, assim, uma espécie de *Partners/Stakeholders* no mundo da radiodifusão comunitária. Contudo, devido a incompatibilidades nas regras do jogo, separam-se em 2006. Para a maioria dos entrevistados, “uma cisão benéfica que dividiu as águas e, consequentemente, as intenções”.

¹¹⁶ 1. ARCO de Homoine (Província de Inhambane), 2. Voz da Cooperativa (Bairro de Bagamoyo, arredores de Maputo), 3. do Dondo (Província de Sofala), 4. Cabeça do Velho (Chimoio, Província de Manica), 5. Massequece (Província de Manica), 6. de Cuamba (Província do Niassa), 7. de Metangula (Província do Niassa), 8. de Milange (Província da Zambézia).

Hoje, o ICS reclama o carácter comunitário das suas rádios e o FORCOM nega-se a reconhecê-las como tal, designando-as por “rádios estatais locais”, uma categorização justa segundo Orgeret e Ronning (2009: 261): “Central authorities cannot decide their establishment or organizational structures”, o que acontece nas rádios do ICS, como veremos.

5. Rádio Maria - Moçambique: Comunitária ou nem por isso?

Porém, as incongruências e as discordâncias não se verificam apenas ao nível do ICS. Um dos membros do FORCOM, a Rádio Maria (103.1 FM), na Machava, cuja primeira emissão foi a 2 de Junho de 1995, faz parte de uma FAMÍLIA MUNDIAL, espalhada por mais de 50 países de todos os continentes, é pertença da Igreja Católica, tem por missão evangelizar os leigos, detém equipamento de última geração (Figuras 42 e 43), emite programas intercontinentais e não difunde conteúdos que firam a moralidade católica (ex: uso do preservativo na prevenção do HIV-SIDA). Resultado: ausência total de autonomia editorial, a comunidade está refém e/ou sujeita ao que a Igreja Católica considera veiculável.

Em 2009, a grelha de programação (Português 60% e Outras Línguas 40%) falava por si: “Oração da Manhã”, “Leituras Bíblicas em Português, em Chope, em Ronga e em Xitswa”, “Documentos da Igreja”, “Terço”, “Hora Mariana”, “Angelus e Hora Sexta”, “Informativo Cristão”, “Encontro com o Senhor”, “Arte de Viver o Evangelho”, “Um ano a caminhar com S. Paulo”, “Missa do Dia”, “Encontro com o Senhor”, “Um Salmo na língua local”, “Formação Bíblica”, “Caminhar com Cristo”, “Café Litúrgico”, “Santo do Dia”, “Rádio Vaticano” (ligação diária directa das 07:30 às 8:00) e “Barco do Pescador” (explicação das leituras de Domingo).

Programas verdadeiramente “comunitários”, contei doze espalhados pelos sete dias da semana: “Economia Doméstica” (tri-semanal), “Magazine Desportivo” (bi-semanal), “A brincar aprendemos a viver” (bi-semanal), “Direitos Humanos”, “Você e a Saúde”, “Sintonia Escolar”, “A Igreja em Moçambique”, “Ética e Moral”, “Igreja Lusófona”, “O Tempo e a Palavra”, “Magazine Cultural” e “Canal Juvenil”. Até a música é “variada religiosa”. Actualmente, o cenário é semelhante (in: <http://www.radiomaria.org/>).

O Director, Padre Alberto Buque, argumentou com veemência: “Somos uma rádio comunitária de educação cristã. A mensagem de Deus não é só para os católicos, usamos todos a mesma Sagrada Escritura: a Bíblia. É uma rádio de paz, tranquilidade e meditação transcendental. Promovemos o respeito pela mulher dentro de casa, a justiça, a honestidade, a

educação e a saúde. Há muito espaço para a defesa de valores que são de todos, da Humanidade. Há uma certa ideia que somos uma RC só para doentes mas não é verdade”¹¹⁷.



Figura 42: Cabine de Montagem e Controlo de Emissão, 2009.

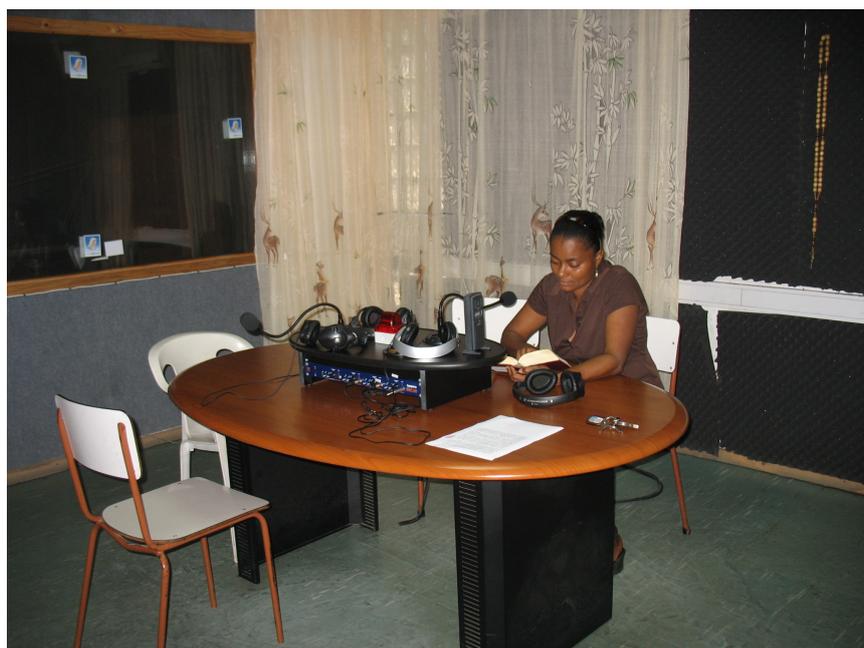


Figura 43: Cabine de Locução em sala adaptada, Maputo, 2009.

Será a Rádio Maria «comunitária»? E os membros da comunidade que não desejam ser evangelizados ou que são ateus... e as mães adolescentes que precisam de esclarecimentos sobre contraceptivos... e os grupos *gay* que necessitam de orientação no âmbito da prevenção ao HIV-SIDA... e os casais que não pretendem casar... ficam excluídos desta linha editorial?

¹¹⁷ Declaração obtida no terreno a 18-12-2009 nas instalações da Rádio Maria, em Maputo.

Em entrevista presencial, Steve Buckley, Presidente cessante da AMARC, falou do assunto:

“Eis uma questão sobre a qual nunca nos posicionámos de forma clara. A Igreja procura muitas vezes operar rádios argumentando que são comunitárias porque servem uma «comunidade de fé» específica com interesses próprios, o que é discutível e confuso. O processo «bottom-up» significa inexistência de uma entidade superior (Estado/Igreja), a gestão e a propriedade pertencem à comunidade. Por conseguinte, a Rádio Maria é imperfeita. Contudo, as Redes/os Fóruns nacionais têm total autoridade para escolher os seus membros. O facto de o FORCOM ser membro da AMARC, não significa que as suas rádios o sejam pois estão obrigadas a solicitar, per si, o estatuto de associadas. A AMARC não pode, autoritariamente e unilateralmente, definir um conjunto de balizas fixas quando as especificidades dos países – em termos de organização do sector - são distintas. É mais tangível definir objectivos claros, identificar boas práticas, elaborar declarações de intenções, garantir workshops a nível regional e trabalhar com as populações locais. Algo mais orgânico e menos normativo. Não podemos cair lá de pára-quedas, tipo polícias, e dizer: perceberam tudo mal”.

Embora não concorde com a imposição de *templates* externos, à semelhança da «Teoria da Difusão» na década de 1960, a verdade é que, ano após ano, o conceito de RC cresce desmesuradamente e mais rádios - que pouco ou nada têm de comunitário - vão cabendo nesse saco gigantesco que parece não ter fundo. Soluções? Os países africanos devem adoptar legislação específica para estes instrumentos de *empowerment* (como fez o Uruguai, em 2007) e Códigos de Conduta (à semelhança da Austrália, em 2008) rumo à homogeneização de práticas e conceitos. Mais, África deve seguir os passos da Nigéria, cujas RC obtiveram licenças para emitir em Outubro de 2010. Um passo gigante na direcção correcta: a legalização do sector.

Ao contrário da rádio guineense “Sol Mansi” - que se autoexcluiu da RENARC -, a Rádio Maria (apesar do seu estatuto controverso no que respeita à propriedade, à fonte de financiamento, à cobertura e à liberdade - ou falta dela – editorial) recusa-se a sair do FORCOM e este, por sua vez, opta pela passividade, ignorando as incongruências e os obstáculos que esta situação impõe. Se tivermos em conta as palavras de Orgeret e Ronning (2009: 261), esta estação emissora jamais poderia ser designada por «comunitária»:

“A possible characterisation of what a community radio should ideally represent is that it is a small-scale radio station organised by the community with the help of a few technical experts. It is a radio station that is for people from one geographical area or location that share similar or specific interests. It is owned and controlled by a defined community. It is non-profit

making and run and organised by representatives of the community. Its services influence local public opinion, strengthen democracy and contribute to the welfare of the community”.

Quanto ao financiamento, o director é peremptório: “Nem a Igreja Católica nem o Bispo de Maputo suportam a Rádio Maria porque esta não está sob a alçada de nenhuma diocese. Temos um grupo “Promotores da Rádio” que faz este trabalho de peditório e de promoção da emissora junto das comunidades, das Igrejas, dos mercados, etc. A ideia é ter em cada região alguém que fale de nós e por nós voluntariamente”.

Voluntários activos são cerca de 40 a 50, entre Maputo e a zona Sul. Têm, em média, a 11^a classe e recebem formação do FORCOM. Seis pessoas, nomeadamente o administrador, recebem um subsídio de sobrevivência. A Missa é transmitida diariamente a partir de uma igreja/de uma paróquia “temos técnicos no terreno que fazem a montagem do equipamento, entram em contacto com os estúdios, fazem os testes via telefone e encarregam-se de vigiar o processo. Um esquema complexo mas eficaz”. Confrontado com uma pergunta hipotética mas intencional - “e se a comunidade quiser a programação toda em inglês?”, a resposta foi clara:

“Eu analisarei se as propostas estão de acordo com a linha editorial da própria rádio e, se a ideia foi exequível, podemos pensar em incorporá-la. Todas as instituições tem as suas balizas, as suas regras e as suas limitações. Uma comunidade é uma coisa ambígua, um conceito complexo porque dentro desta existem muitíssimas opiniões, não podemos mudar a linha editorial a cada opinião veiculada! Em qualquer RC existe um director, um editor que analisam as propostas da comunidade. Caso contrário é uma barafunda”.

Não me parece que comparar um director de estação com a Igreja Católica seja plausível, isto porque, o primeiro não detém a propriedade nem a gestão, e a segunda controla tudo isso. As dificuldades de apropriação/participação comunitárias confienciadas pelos residentes da Machava, são comparáveis aos obstáculos que eu própria senti aquando da entrevista: foi-me solicitado que entregasse as perguntas antecipadamente, foi difícil convencer o Padre a gravar e a tirar fotografias e foi impossível trazer programas gravados, o que consegui em todas as rádios analisadas. São as condições suprareferidas que levam Fraser e Estrada (UNESCO, 2001: 4) a desqualificá-la do estatuto a que se acomodou, apesar das mais-valias sociais:

“Radio by the people and for the people is often used as a good summary. (...) in practice the term ‘community radio’ is often used to cover this type of operation (...) one example is Radio Maria, which beginning from a single parish in Northern Italy in 1983 (...). It is essentially an evangelical operation, but it also does a great deal in social services and community development, using volunteers and supported by spontaneous contributions from listeners”.

De referir que, além da Rádio Maria (exemplo híbrido), visitei e analisei a grelha de programação de seis RC moçambicanas (cada: um só dia, durante quatro a seis horas diárias): **1.** CMC da Namacha (RC Cascatas); **2.** CMC da Manhiça (RC Komati); **3.** CMC de Xinavane (RC Xinavane); **4.** CMC de Moamba (Rádio Moamba); **5.** RC Muthyiana e **6.** RC Voz Coop.

6. Caracterização individual dos CMC, das RC e dos Telecentros de Moçambique

6.1. Situado na província de Maputo, o **CMC da Namacha** (Telecentro + RC Cascatas) está alojado em instalações da Escola Secundária da Namacha (Figura 44), a 70 km da capital, na fronteira entre Moçambique e a Suazilândia, na Vila da Namacha, uma zona montanhosa, própria para a prática da agricultura, do comércio e do turismo florestal e com 31.259 habitantes (dos quais 9.908 vivem nas zonas urbanas). O Telecentro (Figura 46) nasceu em 1999 e a emissão experimental da RC Cascatas (90.5 FM) foi a 31 de Março de 2003:

“Numa primeira fase, tínhamos o telecentro e depois surgiu a RC - no âmbito da expansão das NTIC ao nível da comunidade - visando uma mudança social de comportamentos. Inicialmente, a população dedicava-se quase exclusivamente à actividade de muquero (transacção de mercadorias na fronteira entre Moçambique e Suazilândia) ignorando outros sectores como a agricultura e a educação! A RC começou a produzir programas infantis sobre as vantagens da alfabetização e as pessoas assimilaram-nas. Há, hoje, mais acesso à escola. As pessoas deixaram de valorizar somente as actividades lucrativas e adoptaram a educação como algo fundamental para as suas vidas”, explicou Hortêncio Jeremias, coordenador do CMC.

Em 2009, a estação (Figura 45) tinha uma média de 16 colaboradores, “número sujeito a alterações diárias devido à elevada rotatividade de voluntários”, e apresentava duas vantagens dignas de registo: “os noticiários são produzidos por nós, há programas infantis e religiosos que possibilitam emissões conjuntas, ao vivo, com crianças e líderes religiosos”. Isto é: não há retransmissão dos noticiários da Rádio Moçambique e as populações participam activamente na emissão, duas características-chave de uma verdadeira RC. Todavia, destaco dois aspectos extremamente negativos que, a meu ver, colocam em causa este estatuto:

1º) A gestão do Telecentro e da RC está a cargo de uma entidade pública “os fundos que nos chegam são administrados pela Escola Secundária da Namacha”, ou seja, não há autonomia financeira! Por exemplo, as verbas provenientes dos programas das NU (UNICEF, UNESCO) ou das campanhas dos Ministérios são canalizados para o FORCOM, que os envia para a Direcção escolar que, por sua vez, as distribuí pelo CMC mediante o orçamento e/ou plano programático apresentado: “Não recebemos verbas directamente! Até o dinheiro do telecentro

é depositado na conta da escola! Só gerimos a verba paga directamente pelas ONG locais e regionais. Está prevista, há anos, a abertura de uma conta bancária com três assinaturas de membros do CMC, nunca ocorreu!”, acrescentou frustrado.

2ª) O problema supracitado, gera outro ainda maior “não há verba para sustentar a RC”. Uma realidade espelhada nas más condições do edifício, da própria RC (*hardware, software* e equipamentos desactualizados, falta de material e de formação a todos os níveis) e do CMC “fotocopiadoras avariadas há dois/três anos, não temos Internet nem *Wireless*, dos oito computadores, apenas três funcionam. Já solicitámos a troca e/ou manutenção dos equipamentos à Escola, ao Forcom e ao Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC), criado em 2006, mas sem quaisquer resultados”, disse desiludido.

Uma realidade que confirma as palavras de Orgeret e Ronning (2009: 15) sobre os CMC:

“(...) are, despite their promise, faced with numerous and difficult challenges linked to technical problems, funding and (in part) to organisational and structural obstacles. The latter involves the relationship with central and local authorities, institutional sustainability and difficulties with consistent management. Equipment is costly to acquire, replace, maintain and service. Physical facilities are often inadequate and locations may be inappropriate. Low literacy levels and the dominance of international (especially English) rather than local languages on the ‘Net’ also serve to limit the use of computers. These challenges are part of wider issues of underdevelopment, central to the role and future of communication policies. These include connectivity and capacity problems, content development, and issues of costs, unequal social and political access and low educational levels”.

A emissão (05:55 - 21:30) é variada, embora linguisticamente desequilibrada - Português (60%) e Xangana (40%) - e a grelha de programação semanal tem espaços dedicados: **1.** À Mulher “Dicas para Dona de Casa” e “Mulher na Sociedade”; **2.** Às Crianças, aos Jovens e aos Namorados “Sorriso da Criança”, “Impacto Juvenil”, “Turma da Esquina” (professores e alunos abordam aspectos escolares) e “Cantinho Amoroso”; **3.** À Saúde “Alimentação Saudável”, “Nossa Saúde” e “Bom Apetite” (sugere pratos típicos locais com música calma em pano de fundo para acompanhar o almoço); **4.** À Cultura “Café com Letra”, “Recordar é Viver” e “Talento Semanal”; **5.** Ao Desporto “Ronda Desportiva”; **6.** Às Religiões “Comunidade Islâmica”, “Igreja Universal” e “Estudo Bíblico”; **7.** À Ecoesfera “Meio Ambiente”, **8.** À Agricultura “Mercado Comunitário” (divulga preços de produtos e revela os mais vendidos); **9.** À Participação da Sociedade Civil “Espaço Aberto” (debate com os ouvintes e/ou convidados especiais), “Tindzava” (cochicho, conversa fiada, fofoca), “Super

Interactivo” (ouvintes interagem com o programa trazendo novidades comunitárias) e “100% Cascatas” (visa obter o *feedback* dos ouvintes face à programação da rádio); **10.** Ao Entretenimento “Vendaval” (um misto de conversas juvenis, música e informação), **11.** À Informação pura “Blocos e Magazines Informativos”, **12.** À Publicidade, **13.** À Música variada, **14.** Às Dedicatórias, **15.** Aos Anúncios e **16.** Aos Avisos Comunitários.

“Tínhamos um jornal comunitário “Nzwalo” (significa maior e melhor bagagem cultural/informativa), que surgiu aquando da RC e cujos fundos vinham do telecentro, mas, por falta de verbas, encerrou em 2005/2006. Em 2009, tínhamos uma parceria com o Forcom no âmbito do projecto “Homens fazendo a diferença”, do Núcleo de Género, pelo qual recebíamos cerca de 12 mil meticais, mas também já não existe”, acrescentou Jeremias.

Num *e-mail* de actualização, datado de 06-08-2012, este coordenador dá-nos conta das alterações “Conseguimos abrir a conta bancária. Finalmente, a gestão dos fundos é agora partilhada com os membros do CMC”; e das novidades ao nível da grelha de programação “ainda não entrou em vigor mas visa dar mais tempo às línguas locais, em desvantagem”. Em português, destacam-se as seguintes novidades, cujo cariz comunitário é notório: “Ouvinte-Repórter”, “Cidadão em Acção”, “Microfone Aberto”, “Reforma no Sector Público”, “Lei da Família”, “Boa-Governança”, “Saúde Sexual e Reprodutiva” e “Informação de Utilidade Pública”... designações que dispensam explicações adicionais.

Em Xangana, alerta para a singularidade dos programas: “Nkama Wamurimi” (tempo de trabalho no cultivo da machamba); “Wa nsanti a djanguine” (a mulher no lar); “A hi yakeni mi ndjango” (vamos construir o nosso lar); “Ta utomi la hina” (sobre a nossa vida/saúde); “Nkama wa kurungula” (tempo de nos cumprimentarmos/saber de cada um); “Utomi ni swiyentxo” (coisas da vida); “Mi tlhango yak u tiyisa miri” (desporto), “Mkama waku rungula” (tempo de descanso/saudação), “A hi kongeleni” (vamos rezar), “Mavabzwi ya nguva” (assuntos relacionados com a doença do século: HIV-SIDA) e “Hoyo Hoyo Ku hela ka viki” (sugestões de actividades para ocupar o fim de semana).

Face a 2009, o número de programas (23-24) mantém-se (apenas quatro com a mesma designação), agora linguisticamente mais equilibrados, mas denota-se um claro aumento da sua repetição. Há mais noticiários em Xangana “Nkama wa mahungo” e a novidade são as emissões em conexão com a Rádio Moçambique e com o Jornal de Maputo (públicos).



Figura 44: Edifício da Rádio Cascatas, Namacha, 2009.



Figura 45: Estúdio de emissão/locução, RC Cascatas, 2009.



Figura 46: Telecentro da Namacha, 2009.

6.2. O **CMC da Manhiça** (Telecentro da Manhiça + RC Komati) está situado na vila da Manhiça, província de Maputo, localizada no sul de Moçambique, com uma população recenseada de 157.642 habitantes, em 2007, correspondendo a um aumento de 20,9% face aos 130.351 habitantes registados no censo de 1997.

“O CMC foi instalado pelo Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) através de um projecto da UNESCO. Quando o projecto-piloto terminou, as pessoas que faziam parte do Comité Local formaram uma associação que se responsabilizou pela gestão do CMC. O próprio edifício pertence à associação... que paga a electricidade, a manutenção dos equipamentos, os consumíveis, etc. O CMC tem cinco colaboradores, todos assalariados: um instrutor, dois assistentes e dois guardas. A rádio trabalha com cerca de vinte voluntários”, explicou o coordenador da RC, Benedito Chavana.

Com um raio de cobertura de 30 km, a emissão desta RC (06:55 – 21:00), cuja abertura e o fecho são feitos ao som do hino nacional, integra programas inovadores de enorme valia e indiscutível carácter comunitário... apesar do desfasamento linguístico: Português (30%) e Xangana (70%), causando uma “falta de participação das populações mais distantes”, alerta.

De Segunda a Domingo: “Informação Cambial”, “Informação do Banco de Socorro”, “Informação Policial”, “Culinária”, “Nongoloko Auchene Murime” (rúbrica do agricultor), “A Voz da Comunidade” (bi-diário: às 14:15 e às 16:30 - 45 minutos); “Noticiários” (5-15 minutos, cinco vezes por dia, sendo o das 13:00 LOCAL); “Anúncios” (5 minutos – tri-diário); “Mensagens” (30-60 minutos, bi-diário) e “Música” (sobretudo nacional, dois/três períodos diários, de 30 a 50 minutos, com três espaços semanais para discos pedidos.

Cinco vezes por semana: “Desporto”, “líder de audiências, a julgar pelos comentários”;

Quatro vezes por semana: “Programa de Saúde” e “Interactivo Juvenil”;

Três vezes por semana: “Programa da Mulher”, “Dica da Vida”; “Tsundzuca” (memórias), “Swilhaxalhava swa u tomi” (coisas da vida) e “Xicomo” (enxada);

Bi-semanais: “Contos Tradicionais”, “Cuidado com a Sida”, “Kama Wa Murime” (hora do agricultor), “Programa da Criança”, “Programa Estudantil”, “Au pfuke tunbuluko”: tradições;

Uma vez por semana: “Momento Íntimo” e “Bom fim-de-semana”;

A RC tem cerca de quatro metros quadrados (Figura 48) e “começou por ser itinerante”. O Telecentro (Figura 49) é tecnologicamente fraco, tem muitos PC's avariados, “a manutenção cabe ao CIUEM e ao FORCOM, pouco activos”. Sofre pressões políticas porque “a Associação que gere o CMC tem membros do partido” mas não concede tempos de antena.



Figura 47: CMC da Manhica, Maputo, 2009.



Figura 48: RC Komati, CMC da Manhica, Maputo, 2009.



Figura 49: Telecentro Manhica, Maputo, 2009.

6.3. Situada no Bairro Ferroviário das Mahotas, cidade de Maputo, a **Rádio Muthiyana** foi criada em 2001 pela Associação da Mulher na Comunicação Social (AMCS)¹¹⁸ com o objectivo de garantir a equidade de género na informação. A transmitir em modulação de frequência na banda 93.5 FM e num raio de 100 quilómetros, esta é a primeira RC moçambicana feita por mulheres e destinada a mulheres, com objectivos claros: “dar voz às comunidades que não têm espaço nos grandes órgãos de informação”, ajudá-las a participar no processo democrático e no desenvolvimento económico do país, dar-lhes a oportunidade, sobretudo às mulheres, de questionarem o que as rodeia, informando e formando as populações, garantiu a locutora Clara Masibi.

“Foi criada no âmbito de uma pesquisa efectuada dentro e fora do país pelas associações moçambicanas de mulheres de carreira jurídica, nomeadamente: AMMCJ, MULUIDE e WLSA, a pedido do antigo Ministro da Justiça, Dr. Ali Dauto, promotor da pesquisa, no âmbito da mudança do Código Civil. A ideia era criar um meio de comunicação que pudesse divulgar os resultados daquela pesquisa, uma vez recusada a publicação da mesma nos grandes jornais da praça bem como na rádio pública sob alegação de que os dados não constituíam matéria para notícia. Foi assim que as associações que realizaram a pesquisa se aproximaram da AMCS, sugerindo a criação de uma rádio na qual pudessem divulgar os resultados da pesquisa”¹¹⁹.

Nos dois primeiros anos, esta estação emissora funcionou com o apoio da ONG OXFAM América que desembolsou 140 mil dólares para custear o estudo de viabilidade, a compra de equipamentos e respectivas instalações. O estúdio de locução (Figura 50) está razoavelmente bem apetrechado. A emissão (06:00 – 19:00) é equilibrada (Português 50% e Tsonga 50%) e a grelha de programas é, como em 2009, razoavelmente diversificada¹²⁰: “Informe Estudantil”, “Informação Desportiva”, “Mulher e a Vida”, “Saudações Muthiyana”, “Saúde e HIV-SIDA”, “Magazine Cultural”, “Literanto”, “Desperta Juventude”, “As nossa Crianças”, “A Voz do Coração”, “Socorro Divino”, “Literatura”, “Nova Geração”, “Os meus Direitos”, “Divulgação/Um Tema”, “Segurança Rodoviária”, “Nós e o Desenvolvimento” e “A Voz da Comunidade” (a comunidade determina a agenda e o debate que quer ver difundidos).

“A AMCS surgiu em 1998. A RC funciona como uma rádio-escola. Ouve-se na província de Maputo, na Suazilândia e em Durban. Temos um índice muito elevado de analfabetismo, principalmente ao nível das mulheres, socialmente minimizadas, e cuja imagem aparece

¹¹⁸ In: <http://www.amcs.org.mz/projectos.html> (consultado a 08-08-2012).

¹¹⁹ In: “Estudo Situacional da Rádio Comunitária N’Thiyana”, Maputo, Setembro de 2008, p. 22. In: <http://www.amcs.org.mz/pdf/Muthyanarecente1.pdf> (consultado a 08-08-2012).

¹²⁰ In: http://www.wlsa.org.mz/?blogviewid=2&__target (consultado a 08-08-2012).

distorcida. A RC visa chamá-las a participar na resolução dos seus problemas, educando-as. Fazê-las ver que são úteis em todas as actividades, em pé de igualdade com os homens. No nosso país, persiste a ideia que a mulher é inferior e não deve ter acesso à informação/à palavra! A Muthiyana existe para promover a igualdade de direitos”, confessou a coordenadora executiva da AMCS, Palmira Velasco.

O maior “cartão de visita” da estação é, sem dúvida, os «Clubes de Escuta», um projecto iniciado em 2004, através do «Development Through Rádio – DTR», que consiste na formação de grupos com cinco elementos, maioritariamente mulheres, que recebem da AMCS um rádio-gravador, cassetes e pilhas, deslocam-se às comunidades para recolher testemunhos/debates sobre os problemas que as afectam e esses conteúdos são posteriormente tratados e divulgados pela Rádio Muthiyana:

“Já criámos 27 clubes de escuta na província de Maputo, nos distritos de Matutuíne, Magude, Boane, Namaacha, Manhiça, Marracuene e nos Bairros Albasine, Costa do Sol, Chiango e Zimpeto da Cidade de Maputo. Dependemos de doações, não temos possibilidades para cobrir as comunidades todas da província. O objectivo é garantir a participação comunitária na gestão dos assuntos da rádio. Trabalhamos com base na verdade”, salientou Velasco.

“Muthiyana” significa «mulher» em Makua, língua falada no norte do país. A rádio opera, em média, com 30 colaboradores (entre radialistas, técnicos, administrativos, serventes e guardas), os efectivos recebem um ordenado fixo e os cerca de 15 radialistas voluntários recebem apenas um subsídio de transporte (1400 meticais), e organizam-se por turnos:

“Nenhum tem curso superior, apenas formação básica adquirida através do FORCOM e do Gabinfo. Fazem, em média, três reportagens diárias no exterior, a comunidade é bastante participativa. O financiamento provém de várias fontes “publicidade comercial (ínfima parte), patrocínios de alguns programas, campanhas dos Ministérios ou projectos das NU. Mas... os patrocinadores não financiam directamente as RC, o FORCOM coordena tudo isso e, por vezes, são-nos atribuídos pequenos projectos que pagam a água, a electricidade e o telefone”, elucidou Velasco.

Na reunião editorial da manhã e no noticiário das 12:00 (em português, com repetição às 14:00 e às 15:00), ao qual assisti na íntegra, ficou claramente demonstrada a força de vontade, a necessidade de aprendizagem, o espírito de sacrifício, a busca do aperfeiçoamento constante, a seriedade e dedicação com que estes jovens radialistas procuram fontes de informação que corroborem as notícias difundidas. Senti, naquela Sala de Redacção (Figura 51), um ambiente saudável mas disciplinado, um forte espírito de entreajuda e uma maturidade singulares que permitem distinguir esta estação.

Em Tsonga, o noticiário é apresentado às 16h00, 17h00 e 18h00. Normalmente, os blocos noticiosos não são gravados, são lidos na hora e os conteúdos neles veiculados são extraídos dos jornais, em particular, os nacionais. Há, no entanto, casos em que os jornalistas vão ao terreno recolher informações. Os programas suprarreferidos têm uma duração aproximada de 20 a 25 minutos. Os materiais de suporte são, normalmente, extraídos de jornais, revistas, e brochuras e, muitas vezes, resultam de entrevistas a fontes oficiais realizadas pelos produtores dos programas. Destaca-se o programa interactivo “Voz da Comunidade” no qual os ouvintes participam através do telefone, colocando problemas e sugerindo soluções comunitárias.

“Diariamente, em parceria com a Rádio das NU, temos um noticiário de cinco minutos em português sobre todos os PALOP, veiculado por telefone (via satélite), já feito, a partir de Nova Iorque. Temos parcerias com inúmeras organizações: Associação Moçambicana da Mulher na Carreira Jurídica (AMMCJ), Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDD), Mulher Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), Núcleo das Associações Femininas da Zambézia, Associação de Direito ao Consumidor, União Nacional de Camponeses (UNAC), Iniciativa de Comunicação e Marketing (Kudondzissana), Associação de Defesa do Consumidor de Moçambique (DECOM), Women and Law in Southern Africa (WLSA) e com o Forum Mulher”, frisou entusiasmada.

Quanto às rádios do ICS, Clara e Palmira têm visões distintas: para a locutora, “é complicado! Por um lado, tudo o que é financiado pelo Estado deixa de ser comunitário. Essas rádios têm limitações no seu trabalho diário. A comunidade tem medo de veicular informações que molestem o Governo. Todavia, elas não servem apenas interesses políticos... estão também ao serviço do povo! Desta perspectiva, e independentemente da propriedade, da gestão e da natureza do financiamento, são comunitárias”.

A coordenadora da AMCS é peremptória: “A agenda das rádios do ICS depende do Governo. Se recebem do orçamento geral do Estado (através do Ministério das Finanças) não são comunitárias!” Posição corroborada e complementada por Orgeret e Ronning (2009: 264):

“The question of independence for the radios is related to the philosophy of strong community ownership. For the radios to be as relevant as possible, the communities must have a sense that their stations belong to them and that they are responsible for keeping them alive. Community radios are dependent upon proper community mobilisation, which again is a prerequisite for continuous recruiting of new collaborators in the radios”.



Figura 50: Estúdio de Locução/Produção, Rádio Muthiyana, 2009.



Figura 51: Sala de Redacção, Rádio Muthiyana, Maputo, 2009.

6.4. Localizada no Bairro do Bagamoio, a **Rádio Voz Coop (RVC)** emite na frequência 91.4 Mhz e começou a funcionar a 11 de Julho de 2002. Segundo Olga Mutemba, fiel administrativa da emissora há sete anos, foi “um processo muito longo” que começou quando a UNESCO lançou um concurso para um projecto cujo objectivo era dar voz às mulheres. A primeira fase visou as RC da zona centro “e nós integrámos a segunda fase... que ganhámos. Depois, lançámos o desafio à comunidade, apareceram muitos alunos - a maioria desistiu porque é voluntariado - demos formação, montou-se a RC e começámos a funcionar”.

“Até 2004, usufruímos das verbas da UNESCO, hoje o financiamento vem da União Geral das Cooperativas: organização com seis mil membros, dos quais 90% são mulheres. Internamente, fazemos algum dinheiro com: dedicatórias, espaços de antena, venda de cupões, mensagens e campanhas dos Ministérios. A UNESCO mantém-se nossa parceira, financiou o Telecentro a 100%, apoio garantido durante doze meses, cuja abertura está prevista para Janeiro de 2010. Já temos a maioria dos equipamentos, só falta puxar a Internet de uma sala para outra”, assegurou a responsável.

A RVC emite num raio de 100 km, consegue abranger quase toda a província de Maputo (Namacha, Moamba, Manhiça, Xinavane, etc.) à excepção da baixa da cidade “onde temos alguns problemas”. Depende da disponibilidade de 54 voluntários e de sete colaboradores fixos (coordenadores, administrativos, técnicos e alguns radialistas) que “muito profissionalmente” abraçaram o projecto e se organizam “através de um esquema de substituições quase infalível”, como tive a oportunidade de verificar.

Com um nível médio de habilitações que ronda a 10ª classe, “embora alguns estejam já na faculdade”, estes funcionários operam sem seguro de trabalho: “criámos um «Fundo Social» visando assegurar apenas a assistência médico-medicamentosa dos que adoecem”. A comunidade é bastante participativa: “Criámos o «Grupo de Amigos da Rádio» que, frequentemente, reúnem nas instalações da RC para deixar sugestões programáticas. Mais, quando os funcionários se atrasam, eles contactam-me a dizer que a rádio ainda não abriu!”

Olga Mutemba, locutora em Xangana, começou a trabalhar na União Geral das Cooperativas em 1988, e defende uma «Lei de Radiodifusão» já que “as pessoas pagam taxa de radiodifusão e não usufruem dos serviços estatais cuja cobertura é insuficiente”; e não vê diferenças entre ICS e FORCOM “o objectivo primordial é o mesmo, os programas são muito similares. Contudo, as primeiras nunca têm problemas financeiros porque o Estado injecta”.

Segundo a radialista, a Voz Coop não é alvo de ingerência política pois “somos apolidários em termos de estratégia editorial, só fazemos formação cívica. Nem sequer damos tempo de antena aos partidos políticos”. No que respeita ao público-alvo, não há limitações: “queremos chegar a todos: crianças, adolescentes, mulheres, aficionados do desporto, agricultores, etc.”. A relação com o FORCOM é boa, “procura patrocínios, parcerias, financiadores... embora os fundos que injecta nas RC sejam insuficientes”. E concorda com o MISA Moçambique relativamente à falta de liberdade de expressão e/ou de imprensa “as certezas têm que ser ditas com reservas ou mesmo escondidas para não arranjar problemas”.

A emissão (06:45 –21:00) está linguisticamente desequilibrada, Xangana (30%) e Português (70%), ou seja, diariamente, dez horas em português e quatro horas em Xangana, “limitação que se deve ao déficit de locutores neste dialecto”. Todavia, a programação em português (de Segunda a Sexta a partir das 11:00 e aos fins-de-semana entre as 10:00 e as 14:00 e, depois, entre as 18:00 e as 21:00) é extremamente diversificada... destacando-se as seguintes áreas:

Saúde: “HIV-SIDA” e “Saúde na Comunidade” (ambos bi-semanais);

Cultura: “Espelho Cultural” (bi-semanal), “Cultura Local” (quatro vezes por semana), “Um Povo Uma Causa” e “África um artista” (ambos, uma vez por semana);

Educação: “Educação Cívica”, “Educação no Quotidiano” e “Lato-leta” (bi-semanais);

Equidade de Género: “Eu Mulher” (bi-semanal e especialmente dedicado ao combate à violência doméstica);

Participação Popular: “Cantinho Comunitário” (cinco vezes por semana), “Vozes Comunitárias” (bi-semanal), “Ouvinte-Repórter” e “O meu e o seu bairro” (ambos, uma vez por semana);

Cidadania: “Via Pública” (cinco vezes por semana);

Desporto: “RVC Desporto” (bi-semanal);

Comercial: “Mercados” (quatro vezes por semana);

Juvenil: “Espaço Romântico” (uma vez por semana);

Informação Geral Local: “Ocorrências” e “Programa Informativo” (uma vez por semana).

Utilidades: 33 espaços semanais (cada: entre 5 a 10 minutos), sendo que um deles é com “Música de novos talentos” e outro de “Discos perdidos”;

Música variada: 30 espaços semanais (cada: entre 25 e 45 minutos);

Mensagens/Dedicatórias/Cupões: 8 espaços semanais (cada: aproximadamente 50 minutos).

Conclusão: analisando apenas a emissão em português, contam-se 20 programas, um número ligeiramente superior às RC anteriormente analisadas. Há, a meu ver, uma clara ausência de programas sobre nutrição e boa-governança/direitos humanos. Mutemba aponta, no entanto, três vantagens: “pela inserção de um anúncio durante dois ou três dias cobramos 50 meticais e a Rádio Moçambique cobra 25 meticais por uma só inserção. Os noticiários são produzidos por nós, com auscultação do Jornal Notícias e da Internet, mas 70% são notícias locais baseadas em reportagens no exterior. Estamos bem equipados em termos de sistema analógico e isso facilita o salto para o digital, cuja rapidez dependerá dos financiadores”.

Telecentro e a Sala de Redacção (Figuras 53-54) são bastante superiores aos anteriormente apresentados, quer ao nível das instalações, quer em termos de materiais e equipamentos... talvez porque se trata de um CMC periurbano, a 15 km da capital. Um esforço da UNESCO que corrobora a opinião de Orgeret e Ronning (2009: 16) sobre o peso dos CMC em África:

“Many of these multimedia community centres combine the use of various ICT services with the running of a community radio. This has proved to be a very important means for local communities to create a voice of their own and to be able to address the problems they face, their concerns and also to express alternative views on essential developmental issues. In a wider perspective, this is an example of how communication technologies may contribute to local democratic developments. In many countries, local and community radios attract, and speak to, the sections of society that are excluded from print media and television”.

De salientar, o Projecto “Prevenção Activa e Comunicação para Todos” (PACTO)¹²¹, liderado pelo Centro de Programas de Comunicação da Universidade Johns Hopkins (JHU-CCP) e pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), financiado pela United States Agency for International Development (USAID) e pelo U.S. President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR), com o objectivo de fortalecer o papel dos media como forças activas na prevenção ao HIV-SIDA.

No âmbito deste, no dia 30 de Novembro de 2011, foi assinado um Memorando de Entendimento com o Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV e SIDA (GPPC) moçambicano visando unir esforços para materializar as políticas e estratégias de combate à doença, delineadas no Plano Nacional da Resposta ao HIV-SIDA 2010-2014. Numa cerimónia festiva, a 11 de Julho de 2012, no novo Edifício do Governo da Cidade de Maputo, no bairro de Laulane, o PACTO disponibilizou novos equipamentos (computadores, impressoras, discos externos, gravadores e auscultadores) a várias emissoras radiofónicas, nomeadamente às RC Voz Coop e Muthiyana.

O facto de ser financiada/gerida/monitorizada/dinamizada/participada pela União Geral das Cooperativas - entenda-se sociedade civil - permite uma efectiva descentralização de processos e “an independent platform for interactive discussion about matters and decisions of importance to its community. (...) a purpose of which is to bring democratic decision-making closer to the people concerned” (UNESCO, 2001: 19). Uma RC que, em muitos aspectos, respeita as demandas da AMARC e, talvez por isso, premiada com financiamentos sucessivos da UNESCO, significando confiança no projecto a médio e longo prazos.

¹²¹ In: <http://www.jhuccp.org.mz/archives/341> (consultado a 09-08-2012).



Figura 52: Estúdio de Locução/Emissão, Voz Coop, 2009.



Figura 53: Telecentro, Voz Coop, Maputo, 2009.



Figura 54: Sala de Redacção, Voz Coop, Maputo, 2009.

6.5. Localizado no Bairro de Mepambe, mais precisamente no recinto da Escola Secundária de Xinavane, o **CMC de Xinavane** foi criado em Maio de 2005 (um dos poucos exemplos em que Telecentro e RC emergiram em simultâneo) para servir de elo de ligação entre as comunidades rurais “com poucos recursos e sérias dificuldades para se fazerem sentir e ouvir” e o Governo, “há indivíduos que não podem nem sabem dirigir-se a instâncias superiores e usam a RACX para esse fim”, estreitando relações em diversas matérias:

“No caso das calamidades naturais (cheias), as pessoas fazem diligências locais para barrar a passagem das águas usando sacos de areia e outros materiais... mas falta essa ligação entre a comunidade e as estruturas distritais, que autorizam tais iniciativas! As populações recorrem à RC, deixam a mensagem e nós difundimo-la, ultrapassando a situação. Outro exemplo: o Telecentro ajuda a elaborar e a imprimir CV's e a RC difunde os dados das pessoas interessadas em trabalhar na açucareira, maior empregadora da zona”, acrescentou Fernando Mucasse, Director da RC desde Novembro de 2007.

O CMC (Figura 55) movimenta cerca de 50 colaboradores (25 radialistas, entre os quais cinco mulheres), todos voluntários e sem qualquer grau académico em jornalismo “normalmente têm a 10ª classe e depois formam-se aqui na experiência do dia-a-dia”, mas apenas quinze comparecem semanalmente no estúdio para trabalhar. “Esses são permanentes, os restantes vêm aproveitar os nossos serviços e, quando há espaço, fazem rádio”. O dinheiro do Telecentro é essencial para equipar e dinamizar a RC: “temos cinco bicicletas para os radialistas se deslocarem às tabancas mais recônditas; duas, comprámos com esses fundos, e as outras resultaram da difusão de um programa do Banco Mundial”, acrescentou animado.

Em termos de parceiros, destaca-se o FORCOM “na área da formação/capacitação e apoio técnico”, a Associação dos Comerciantes que “financia os relatos desportivos via telefone quando acompanhamos a equipa de futebol local”, a Murthy (*spots* de aleitamento materno) e a própria Açucareira de Xinavane através de um “Fundo de Apoio Social” que paga a electricidade e as despesas com segurança (dois guardas). Mas... também este CMC sofre de problemas graves que parecem arrastar-se «sine die»: “temos a fotocopiadora avariada e não há verba para a reparar! O Forcom enviou um técnico para fazer o diagnóstico e há três meses que esperamos por uma resposta”. Uma constante em todas as RC analisadas, concluí.

Contactado em meados de Agosto de 2012 para actualização de dados, Mucasse voltou a sublinhar “a lentidão do FORCOM e do CAICC na reparação dos equipamentos” e destacou duas parcerias em curso: “uma com a embaixada dos EUA sobre o HIV-SIDA e outra com o FORCOM sobre o abuso das raparigas”.

É inequívoca a participação da comunidade: “quando nos desviamos do perfil comunitário, as pessoas emitem logo opinião, fazem comunicações inflamadas e procuram o director para dar sugestões”, um convívio saudável e harmonioso que, amiúde, é ameaçado pelo Governo: “há alguns dias atrás recebemos uma inspecção do Gabinfo, queriam comprovar a legalidade da RC. Eu não estava cá e eles prometeram voltar daqui a quinze dias para analisar alvarás e certificados. Esta situação de ilegalidade pode vir a prejudicar-nos um dia”, concluiu irritado.

Embora haja um acentuado desequilíbrio linguístico, “Xangana (70%) e Português (30%)”, a grelha de programas é agradavelmente diversificada e apresenta algumas singularidades: o programa diário “Bom dia Xinavane” (06:15 - 9:00), patrocinado por um jovem que vende os seus produtos no mercado e pela açucareira: “fazemos reportagens a partir dos bairros, via telefone, interagimos directamente com as populações, e os vários correspondentes vão dando notícias sobre os problemas e as novidades de cada comunidade”, muito à semelhança do “Bom dia Quelélé”, da RVQ, na Guiné-Bissau.

Uma experiência pioneira que valoriza uma comunicação bilateral, horizontal, responsável e partilhada... defendida por Locksley (2008: 9):

“Behavioral change is not only a top-down exercise. Combined with the plurality and transparency storyline, the behavioral storyline is also a way of influencing the responsiveness and accountability of business and political decision makers to costumers and citizens. The media’s bottom-up or lateral return path provides voice to bring changes at the top. In fact, bottom-up and lateral, participatory, and community-led projects are often more successful at the behavioral level when community broadcasting is used. This is because of their high proportion of local content in local languages, reflecting local culture”.

Mas há toda uma panóplia de programas interessantes em diversas áreas. Destaco:

- 1. Saúde:** “Saiba mais sobre HIV-SIDA” e “Vamos combater as doenças” (ambos bi-semanais);
- 2. Educação/Alfabetização:** “Educação na Comunidade”, “Educação e Advertência”, “Educação de Infância”, “Eco Estudantil” e “Palavra do Professor”;
- 3. Justiça:** “Direitos Humanos”, “O que diz a Lei e Ordem” e “Ordem e Segurança Pública”;
- 4. Cultura:** “Os nossos documentos”, “Segredo de uma Família” e “Personalidade”;
- 5. Cidadania/Participação Cívica:** “Mau uso do celular”, “Ajudem-me Por Favor” e “Nós e o Ouvinte”;

- 6. Bem-estar:** “Vida Positiva”, “Boas maneiras e o Bem-Comum” e “STOP Violência”;
- 7. Agricultura:** “Trabalhar a Terra” e “Rádio e Vendedores” (bi-semanal);
- 8. Questões de Género:** “Mulher e Saúde na Comunidade”;
- 9. Lazer/Recreativos:** “Bom apetite” (culinária) e “Almoçando com a Rádio” (relaxamento);
- 10. Informação/Debate Comunitários:** “Via Rápida”, “Eco Xinavane”, “Xinavane em Foco”, “O Rescaldo do Fim-de-Semana”, “Ideias paralelas”, “Saiba Mais” (descoberta de novos talentos) e “Ponto do Trabalhador” (situação das diversas áreas profissionais);
- 11. Desporto:** “Agenda Desportiva” (bi-semanal);
- 12. Religião:** “Promessa” (bi-semanal);
- 13. Juventude/Infância:** “Actualidade Juvenil”, “Rádio Criança” e “Programa da criança”;
- 14. Sociedade:** “Encontro com a Família”.

Com um emissor de apenas 100 W e uma cobertura de 50 km, a RACX (frequência 96.9 FM) emite, diariamente, quatro a cinco espaços informativos “as notícias são elaboradas aqui mesmo, não há retransmissões da Rádio Moçambique”, dois a três espaços semanais para Dedicatórias/Cupões/Anúncios e três a quatro espaços musicais, inclusive discos pedidos. Nesta RC, como nas anteriores, à excepção da Voz Coop e da Muthiyana, a sustentabilidade está gravemente ameaçada e Mucasse deixa duas sugestões: “assegurar parcerias/doadores independentes e instituir um interlocutor internacional que seja o mediador dos problemas das RC porque, sozinhos, o FORCOM e o CAICC não conseguem dar conta do recado”.

RC (Figura 56) e Telecentro (Figura 57) estão tecnologicamente limitados, ultrapassados e empobrecidos. Uma realidade espelhada nas palavras de Orgeret e Ronning (2009: 268):

“These stations are usually low-powered. They run limited ads. Typically, they are supported through a combination of small advertising revenues and donations, which can be both international and local. The Mozambican radios, for instance, earn a little money by announcing important local events such as weddings and funerals. They also get some support from national and international organizations for their campaigns. One example was that the National Bank it made use of the community radios in relation to the information campaign pertaining to the new denominations of national currency the Metical being introduced in 2006”.



Figura 55: CMC de Xinavane, Moçambique, 2009.



Figura 56: RC de Xinavane, Moçambique, 2009.



Figura 57: Telecentro de Xinavane, Moçambique, 2009.

6.6. O **CMC da Moamba** fica localizado no distrito do mesmo nome, província de Maputo, uma zona rural cujas actividades produtivas são a agricultura e a pastorícia, e onde a língua materna falada pela maioria da população é o «Tsonga». Instalada em 1998, com o financiamento do Conselho Norueguês para os Refugiados, e inaugurada a 7 de Abril de 1999, pelo então Governador da Província de Maputo, Soares Nhaca (Cumbe, 2004:29), a Rádio Moamba emite na frequência 102.7 Mhz, cobre um raio de 70 km, tem dois emissores de 250W (cada) e visa: promover o desenvolvimento das comunidades rurais e mobilizá-las a aderirem ao Sistema de Educação Escolar formal. Por sua vez, o Telecentro foi criado em 2005, com o apoio da UNESCO e do CIUEM.

“(...) abarca os Postos Administrativos de Moamba, Sabié, Pessene, Ressano Garcia, algumas zonas dos distritos da Namacha, Manhiça e Marracuene. Cobre, praticamente, todo o distrito de Moamba e até algumas zonas da África do Sul. A sua gestão devia ser feita pela comunidade mas tal não acontece porque esta ainda não está preparada para o efeito (...) participa apenas na programação. Existe um Comité de Programação composto por elementos da comunidade e técnicos de rádio ali afectos. O gestor é o ICS” (Cumbe, 2004: i-iv).

Faço aqui um parêntesis para dizer que esta foi, sem dúvida, a visita mais «sui generis» de todas, incluindo ambos os PALOP. Chegada a Moçambique, e dado o estatuto controverso das rádios do ICS, resolvi marcar uma reunião com a sua directora, Sofia Ilale. Foram duas, as tentativas frustradas, dado que a responsável máxima deste organismo estatal nunca compareceu e muito menos deixou qualquer aviso prévio. Todavia, o dito popular concretizou-se: “à terceira é de vez”. Uma reunião conturbada, dada a sua posição onnipotente de que “as rádios do ICS são 100% comunitárias”, e a minha, obviamente contrária, de que se trata de «rádios estatais locais» uma vez que a sua gestão é feita pelo Governo e que são financiadas pelo Orçamento Geral do Estado, violando as regras da AMARC e as posições supracitadas de inúmeros peritos mundialmente reconhecidos.

Contudo, inesperadamente, a atitude pouco cooperante, defensiva e controladora da Directora Geral do ICS manteve-se. Sempre bastante relutante em conceder-me a cortesia de conhecer algumas destas emissoras, e depois de muita pressão, lá cedeu e autorizou uma visita à Rádio Moamba, que designou por “a pior de todas a todos os níveis”, uma postura representativa da sua renitência... comprovada pelo que se seguiu: antes de partirmos para a Moamba, passámos pela Delegação Provincial de Maputo para que um seu representante me acompanhasse ao destino... tendo, inclusive, imposto a sua presença na entrevista, sem minha autorização. Foi, portanto, um momento de pura censura, altamente vigiado e inibidor de declarações

independentes/livres por parte de João Sambo, coordenador da estação há dez anos. Razão pela qual, a dada altura, solicitei à delegada provincial do ICS que saísse, o que fez. Sambo apressou-se a explicar os contornos de funcionamento e cinco graves problemas da emissora:

“O ICS paga salários a quatro funcionários: dois auxiliares e dois técnicos (2200 e 2900 meticais mensais, respectivamente). Paga a anergia e a renda (3000 e 800 meticais mensais, respectivamente). Eu levanto o cheque no ICS e depois pago localmente. Temos doze voluntários, a maioria com a 10ª classe, que trabalham aqui cerca de cinco horas diárias. Não temos nenhum fundo de financiamento, à semelhança de outras rádios. A comunidade é muito pouco participativa, as pessoas são comodistas e actuam na base do ‘deixa andar’, é uma questão cultural. Mas, acredito que as RC podem fazer a diferença e motivar a mudança”.

1. **Constrangimentos ao nível *Teconológico***: “O ICS colocou equipamento digital mas nós não temos técnicos capacitados. O CIUEM está a dar-nos formação nesse sentido”;
2. ***Voluntariado***: “Perdemos muita gente ultimamente. Estamos sobrecarregados há seis meses. Já informámos o ICS que precisamos de mais funcionários, fez-se um concurso há quatro meses mas... estamos à espera que o Tribunal Administrativo autorize a contratação! Além disso, não há responsabilidade, não há respeito pelos horários estabelecidos!”;
3. ***Sustentabilidade ameaçada***: “Não temos projectos de ONG internacionais, apenas parcerias com o Ministério da Saúde através de dois *spots*: Higiene Ambiental e Testagem/Saúde Pública. Estamos a trabalhar com a “N'Weti”, ONG moçambicana apoiada pelo Soul City Institute, no âmbito de um programa de desenvolvimento comunitário, destinado a crianças e jovens, que responde a todo o tipo de perguntas sobre o HIV-SIDA. E temos radionovelas contra a violência doméstica”.
4. ***Ilegalidade do sector***: “Pagamos taxa de radiodifusão e não beneficiamos de nada”;
5. ***Independência ameaçada***: “A Frelimo quis utilizar a RCM no período eleitoral mediante pagamento directo mas eu recusei. O CNE paga ao ICS tempo de antena igual para todos os partidos e é suposto as rádios do ICS cumprirem essa difusão”;

Infelizmente, a realidade suprareferida não se consubstancia apenas em palavras. O CMC (Figura 58) encontrava-se completamente moribundo, o estúdio de produção literalmente desabitado/desocupado (Figura 59), não havia sequer emissão no ar, a sala de redacção resumia-se a uma mesa vazia (Figura 60), os jornalistas estavam confortavelmente sentados num banco (Figura 61) “devido à falta de seguro não podemos fazer reportagens no exterior”, não há produção local “só estamos à espera para retransmitir o noticiário da Rádio

Moçambique” e não havia movimento no Telecentro (Figura 62) por descontentamento com as condições: “sentimo-nos amordaçados, esquecidos, num autêntico labirinto sem saída e sem respostas adequadas do ICS! Não há uma estratégia programática, não há objectivos, não há vontade, não há nada!”, desabafaram desnorteados. Sofia Ilale ainda argumentou: “A maioria das RC não tem Internet nem telefone, daí o noticiário em cadeia nacional”.

Tentei obter respostas mais assertivas do Presidente do Comité de Gestão, Atanásio dos Santos, mas sem sucesso. Em suma, deparei-me com o impensável: uma estação quase inactiva, a actuar mais como posto retransmissor do que como estação emissora. Um cenário desolador que impõe a pergunta: será isto uma Rádio Comunitária que serve os interesses das populações, como sustenta o ICS?! Mesmo não se tratando, para mim, de uma RC... só vejo uma saída para este impasse: legislação municipal que liberte a rádio da rédea curta do ICS.

João Sambo concluiu da seguinte forma “Não estou descontente com o ICS. Não me incomoda o património ser do Estado”, entregando-me uma Grelha de Programação de 2006, sobre a qual me limitarei, aqui, a destacar o título de alguns programas: “A nossa Saúde”; “Debate-HIV-SIDA”, “Informativo RCM”, “Educação da Rapariga”, “Horizonte Estudantil”, “Flash Desportivo”, “Utilidade Pública”, “Divulgação e Novidades”, “Frente a Frente”, “Hora Juvenil” e “Retrospectiva Semanal”. Em Tsonga, destaco quatro programas: “Ta vuxavisi” (comercialização), “Tlarhi ni xitlangu” (arma e azagaya), “Timintsu” (Raízes) e “Nintirhu wa vukoli” (Evangelização). Um número de programas insuficiente face às RC anteriores.

Ao que parece, a estação emite, diariamente: **1.** Dois períodos em Tsonga (das 04:55 às 19:15) e um período em Português (19:00 – 21:05), à excepção dos Sábados em que há apenas uma troca de horários, estando o português das 13:50 às 19:05; **2.** Um espaço diário de dez minutos para “Publicidade”, à excepção dos Sábados com 30 minutos tripartidos; **3.** Um espaço diário com vinte minutos de “Música variada”, à excepção dos fins-de-semana onde vemos três novidades: “Linha Gospel”, “100% HIP HOP” e “Onda Rock” e **4.** Espaços recreativos “Ria Connosco” (contos tradicionais, anedotas).

Mas, já em 2000, a situação desta rádio não era promissora:

“(…) esteve paralisada 6 meses. Voltou a transmitir depois de reabilitada através da instalação de uma nova consolate e estabilizadores de corrente eléctrica. A reabilitação foi financiada pela ONG suíça HELVETAS. Devido a constantes oscilações da corrente eléctrica na Vila-Sede do Distrito da Moamba, a RCM sempre funcionou debaixo de dificuldades, razão que levou os respectivos técnicos de manutenção a reduzir a sua potência. A partir de Setembro de 2001, a rádio voltou a ser potenciada e recuperou o seu raio de cobertura inicial, assim como

“aumentou a sua propagação, uma vez que passou a funcionar com duas antenas” (Cumbe, 2004: 29-30).

Porque esta é uma Tese sobre RC e porque considero, à priori, as emissoras do ICS «estatais locais», detive-me mais pormenorizadamente nas primeiras, tendo, contudo, dado oportunidade ao contraditório para ver e ouvir representantes do ICS, delegados provinciais e funcionários do governo e para, inclusive, visitar as suas rádios. Embora não possa comentar aprofundadamente estes OCS, posso, no entanto, complementar esta minha posição recorrendo à experiência de Eva Tommerup Johnsen (Orgeret & Ronning, 2009: 267) que se questiona sobre o falhanço teórico-prático na implementação destas RC, comentando a realidade da Rádio ARCO, também do ICS, e argumentando em prol de alterações urgentes:

“(…) general claims about community radio - its unique practices and output - must be in order. Community radio does not necessarily encourage social change, popular participation or even debate. This has been established by an exploratory, empirical analysis of actual news practices at Radio ARCO and not least a ground-breaking content analysis of local news. Further studies into claimed accomplishments of community radio should take these findings about community radio news journalism into account”.

O que nos distingue enquanto investigadoras? Eu parto do pressuposto que estas emissoras não são comunitárias (dado que a gestão, a propriedade e o financiamento são estatais) e, portanto, não as designo nem estudo como tal... analiso-as como «rádios estatais locais». Contudo, partindo do pressuposto que, nos PVD, qualquer iniciativa radiofónica é positiva... impõe-se a pergunta: Porquê esta obstinação, neste caso do ICS (embora haja outros exemplos a nível mundial), em chamar de «comunitárias» as rádios locais? Arrisco a resposta: facilita a obtenção de verbas das NU, das ONG internacionais e dos parceiros locais.



Figura 58: Instalações do CMC da Moamba, Maputo, 2009.



Figura 59: Estúdio de Produção/Emissão, Moamba, 2009.

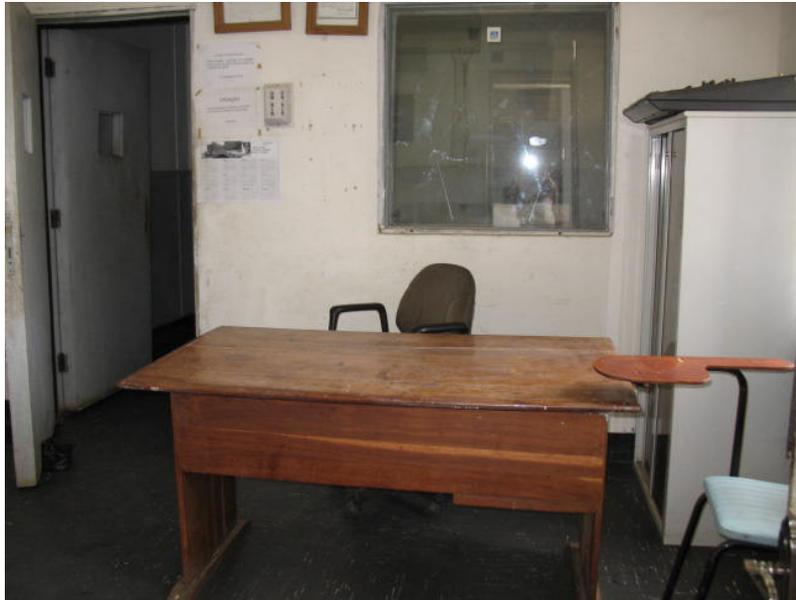


Figura 60: Sala de Redacção, Rádio Moamba, 2009.



Figura 61: Radialistas da Rádio Moamba “sem trabalho”, 2009.



Figura 62: Telecentro da Moamba, Maputo, 2009.

À guisa de conclusão sobre o panorama radiofónico comunitário moçambicano, corroboro totalmente as palavras de Orgeret e Ronning (2009: 262-63).

“Community radio in Mozambique plays a far more important role than merely supplementing the services of RM. The programmes of the community radios are particularly important for people who are illiterate and do not speak Portuguese. The community radios are broadcast in local languages in addition to Portuguese. They use terms and references that are easily recognisable by their immediate audiences. The community radios therefore serve as an essential tool for pluralism of views, information and participation”.

Todavia, o radialista Emílio Costa (RVQ) fala dos perigos actuais: “A pouco e pouco, as RC acabam por se divorciar da comunidade: os programas obedecem apenas aos critérios individuais dos radialistas que trabalham livremente (sem prestar contas a ninguém) e os interesses financeiros começam a provocar a criação de grupos internos que iniciam processos de boicote e guerra entre si”¹²². Visando evitar e/ou ultrapassar este cenário deveras perigoso, o jornalista Agnelo Regala, da rádio privada Bombolom-FM, sugere:

“As RC devem: **1)** Valorizar as línguas locais, ultrapassando barreiras étnicas e cultivando uma verdadeira identidade nacional, **2)** Organizar debates, mesas redondas, alargar leques de expressão à antena, dar voz aos silenciados, **3)** Incrementar acções que obriguem o Governo a reconhecer o serviço público prestado, **4)** Articular-se em redes mais amplas para a difusão das suas emissões, **5)** Criar um rosto próprio, uma linha editorial coerente cuja missão seja «servir a comunidade», e **6)** Lutar por uma legislação própria, cuja ausência as torna vulneráveis e desprotegidas pela Lei”¹²³.

¹²² Declaração obtida a 16 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da RVQ.

¹²³ Declaração obtida a 27 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial na sua residência pessoal, em Bissau.

“The time has come for everyone to look at community radio differently. From advertising agencies and media houses to international funders and training organizations. It is no longer the stepchild of broadcasting, the badly run shack on the corner that is often off air, only existing through the help of volunteers. Not only are many stations generating a decent income but most are beginning to realise how important they are to the life and well-being of the community”.

By John Van Zyl in “A Sense of Belonging – Community Radio & Civil Society”, pp. 7-8.

CONCLUSÃO

Após uma última actualização de dados, a 20 de Agosto de 2012, RENARC e FORCOM têm 28 e 41 RC filiadas, respectivamente. Embora a Guiné-Bissau seja o PALOP precursor da radiofonia comunitária, os números suprarreferidos demonstram uma maior pujança do sector moçambicano. Contudo, em ambos os países, a grande maioria destes OCS vê a sua sustentabilidade ameaçada devido a inúmeros constrangimentos, que passo a destacar:

1. Humanos: instabilidade de quadros - trabalho voluntário de animadores, radialistas e técnicos gera elevada rotatividade, pondo em risco a regularidade dos programas e a formação contínua, que assegura a qualidade mínima dos mesmos:

“Volunteers undertake most of the work done in community radios: both in relation to programme production and organisational activities. The volunteers often have no other occupation and are young. They seek employment, opportunities, frequently outside their local communities and when they leave they take the knowledge and competences they have learned through working and being trained in and by the radios with them. This impacts continuity, institutional memory and experience” (Orgeret & Ronning, 2009: 261)”.

2. Materiais: estes artífices trabalham, muitas vezes, sem material de economato, sem ferramentas de *hardware* e *software* modernas, sem acesso à Internet e sem transportes para reportagens externas, fraquezas internas que inviabilizam um trabalho de qualidade;

3. Técnicos: ausência de uniformidade na compra de equipamentos gera problemas de reparação e manutenção dos mesmos, que permanecem meses e meses avariados por falta de técnicos capacitados para os arranjar;

“Limited resources typically mean that many community broadcasting stations in developing countries operate with a basic ensemble of recording, mixing, and transmission equipment. Some of these technologies can be constructed by community members themselves. Donors wishing to support community radios should opt for solutions that are simple and appropriate

to the local context, using equipment that can be repaired within the country and preferably within the locality” (Mefalopulos, 2008: 183).

4. Financeiros: ausência de receitas uniformes, escassez e irregularidade de fontes de financiamento (Quadro II), restrição aos anúncios publicitários e problemas de acesso a fontes de energia renováveis (combustível para geradores é extremamente dispendioso);

Quadro II - Actuais Fontes de Financiamento
<ul style="list-style-type: none"> • Publicidade; • Eventos para angariação de fundos; • Patrocínios de programas por empresas e ONG's; • Comunicados; • Quotizações de Sócios; • Venda de Programas a organizações internacionais e nacionais (UICS, PNUD, UNICEF, PLAN, etc.); • Contratos para prestação de serviços; • Subsídios do Governo; • Doações;

“Funding is a complex issue for community radio stations. AMARC maintains that a significant feature of community radio is that community members must act for themselves, rather than rely too heavily on outside assistance. Experience suggests that three forms of sustainability are important to community radio stations: social, institutional, and financial. Social sustainability is arguably the most important: good practice demonstrates that community members who donate their own time to organize and support the station are more likely to develop a sustainable station than communities with lower levels of volunteer involvement” (Mefalopulos, 2008: 184-85).

5. Formação: dificuldades de acesso a formação adequada, diversificada e permanente em domínios jornalísticos, dificuldades de contacto e articulação entre as diversas RC (sobretudo em meios rurais), dificuldades de intercâmbio com outras experiências nesta e noutras regiões do mundo (nomeadamente na CPLP) e um quase total desconhecimento do Código Deontológico do Jornalista. Constrangimentos que podem, e devem, ser ultrapassados:

“These skills can be strengthened with training and advice from expert practitioners, who have developed sustainable community broadcasting stations elsewhere in the country or region, and can share their experiences with fledgling station personnel. Community broadcasting training manuals are also widely available online. Training and support may also be available from national community radio networks, where they are available” (Mefalopulos, 2008: 185).

6. Falta de engajamento social e/ou apropriação comunitária: realidade gerada e/ou agravada pelo facto destas RC não nascerem de processos endógenos, mas sim, de iniciativas exógenas de ONG, de agências das NU, de grupos religiosos, de movimentos com fortes ligações a partidos políticos ou de dinâmicas com interesses empresariais. Referindo-se a estes últimos três exemplos, Pedro Brandão, investigador da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, é peremptório:

“A Comunidade perde a oportunidade de fazer parte de um meio de comunicação que atenda interesses colectivos e é relegada ao papel de mera ouvinte de conteúdos que não reflectem as ideias, opiniões, tradições, hábitos sociais e elementos da cultura local. O reflexo dessa falta de engajamento seria o esvaziamento das associações comunitárias que são a base para a manutenção das rádios comunitárias” (Brandão, 2011: 5 e 9).

É consenso nos estudos empreendidos no campo da C4D que algumas emissoras não cumprem o papel que lhes foi delegado pela AMARC e que é, legitimamente, esperado pelos financiadores. Brandão (2011: 2) adianta duas hipóteses para este desvirtuamento, ambas relacionadas com os referentes modernos de socialização:

1^a) **Novos tipos de convivência nos centros urbanos:** como podem as RC estimular a atenção dos residentes numa determinada comunidade para os assuntos daquela área geográfica “quando as relações sociais e os interesses dessas pessoas geralmente não estão limitados ao local de moradia?”

2^a) **Novas tendências de envolvimento político:** como podem as RC contar com uma estrutura efectiva/robusta de pessoas constantemente comprometidas na sua manutenção “quando a cultura política actual revela a queda das adesões mais duradouras e o crescimento da mobilização pontual das pessoas em torno de causas específicas?”

“No fundo, os desvios de conduta das emissoras são resultado da falta de participação política nas entidades locais detentoras das concessões. Uma comunidade marcada pela intensa participação política de seus habitantes por meio do engajamento cívico provavelmente não aceitaria tão facilmente a apropriação de um canal tão importante para o próprio empoderamento dos cidadãos” (Brandão, 2011: 5 e 10).

Apesar dos países analisados serem distintos, só parcialmente partilho de tais considerações pois não considero que modernidade/urbanidade/massificação/globalização sejam antónimos ou “inimigos” de tradição/ruralidade/personalização/localização. Defendo que ambas as construções podem coabitar pacificamente através da «concepção de actividades de mobilização grupal»:

“It is a way of organizing people in groups around specific issues and/or objectives. The purpose of the group mobilization mode is that of strengthening the possibilities for successful action, through the uniting of many people with different backgrounds but with similar objectives. It includes the following approaches: community mobilization, partnerships/networking, and group formation. All of these approaches try to organize the community, or part of it, in order to address the main problem facing the community or group more effectively. Whenever one of these approaches is adopted, the communication strategy must take into account and indicate the modalities and benefits of entering into the group promotion mode” (FAO, 2004: 24).

Exactamente à semelhança do que já fazem as RC “Voz de Djalicunda” (através da KAFO), “Voz Coop” (através da União Geral das Cooperativas) e “Muthiyana” (através da AMCS). Esta Federação, esta Cooperativa e esta Associação, respectivamente, constituem, a meu ver, exemplos de “Group Mobilisation Activities Design” que agitam e instigam as massas/as comunidades a apropriarem-se e a cuidarem, com afinco, daquilo que é seu: inclusive das RC. Apesar de serem iniciativas exógenas, estas três RC são, a meu ver, os projectos mais sólidos, dinâmicos, abrangentes e sustentáveis porque arranjam “ways of involving people in the decision-making processes that may lead to effective communication planning and action to improve their livelihood (...) in order to address practical problems and needs as identified and defined by them” (FAO, 2004: 1).

Podia inserir a RVQ nesta listagem das «RC de topo» por via do seu esforço para envolver a comunidade na resolução de assuntos especificamente desenvolvimentistas através de meios (TV, Jornais e Cadernos Comunitários) e métodos (Escola de Artes e Ofícios de Quelélé) comunicacionais em prol do bem-estar societal. Contudo, e porque se trata da RC onde permaneci mais tempo, temo que haja uma apropriação demasiado apertada por parte da ONG AD e da própria RENARC, duas faces de uma mesma moeda, que controlam excessivamente tudo o que diz respeito a estes media, dando à comunidade a cortesia de participar, mas sem uma real intenção de lhe conceder uma efectiva apropriação. Prova deste cenário, foi uma das razões apresentadas pelo Padre Davide Sciocco para a saída da então RC Sol Mansi da RENARC: “falta de clareza na gestão dos fundos que nunca eram apresentados aos membros”. Isto significa: falhas na amplificação de diferentes opiniões e formas de expressão.

7. Estatuto: não reconhecido pelas autoridades oficiais, ausência de legislação apropriada «Lei de Radiodifusão Comunitária» e processos de atribuição de frequências e de concessão de alvarás excessivamente burocráticos e dependentes dos governos nacionais:

“No âmbito legal, as RC têm o mesmo estatuto das Rádios Comerciais, esta realidade é incompreensível, tendo em conta que são organizações não lucrativas, embora possam gerar rendimentos para custear o seu funcionamento. Este facto pode perigar a existência das RC, a maioria têm dívidas avultadas ao Instituto da Comunicação Social. A redacção dos estatutos é o primeiro acto de qualquer promotor de RC, para poder adquirir uma personalidade jurídica junto das autoridades oficiais. Na sua elaboração, são fixadas legalmente as orientações e a modalidade de funcionamento da Rádio e da participação da comunidade e/ou potenciais parceiros. (...) É garantida transparência na gestão e são definidos os relacionamentos e a complementaridade entre os diferentes órgãos que compõem a Rádio”¹²⁴.

Em suma, as RC analisadas nesta tese de doutoramento enfrentam, actualmente, pelo menos, quatro vicissitudes e/ou adversidades:

1ª) **Crise de Legitimidade:** Vivem com licenças precárias e provisórias, inviabilizando o reconhecimento legal do seu «estatuto jurídico», situação criticada por Mefalopulos (2008: 184): “Good practice demonstrates that the legal and regulatory frameworks for broadcasting recognize and differentiate between public service, private commercial, and nonprofit community broadcasting”.

2ª) **Crise de Capacidade:** Ausência de meios humanos, materiais, técnicos e financeiros;

3ª) **Crise de Identidade:** Definição da AMARC é subjectiva, e não explica claramente as regras do jogo, nomeadamente, no que respeita ao estatuto das rádios pertença das Igrejas ou dos Estados, inviabilizando a ideia «bottom-up» que jaz na sua essência:

“Many developing countries have an ambiguous regulatory framework for broadcasting that does not recognize community broadcasting as a distinct subsector. Without this differentiation, prevailing licensing fees that are set for commercial broadcasters also pertain to poor community broadcasters and present a high barrier to entry. Further, experience shows that when a portion of the radio-frequency spectrum is not allocated for community nonprofit uses, frequencies are typically auctioned to all broadcasters - both commercial and nonprofit stations - at one time, which results in the crowding out of nonprofit community radio” (Mefalopulos, 2008: 183-84).

4ª) **Crise de Desígnio:** Muitas RC - e seus intervenientes directos - não conhecem a natureza do projecto, ou seja: as suas responsabilidades, objectivos, demandas, necessidades e

¹²⁴ Documento: “Desafios de Programação e Formação nas Rádios Comunitárias”, Buba, Guiné-Bissau, 18 a 20 de Maio de 2004, pp.1-12 (adquirido no terreno por intermédio da RENARC).

prioridades diárias. A FAO (2004: 27) vai ao busílis da questão em termos de directrizes, enunciando indirectamente o que falta na maioria das RC analisadas:

“Communication approaches give you a direction to follow in the use of different techniques and media. They provide a purpose for using them (i.e. to promote, to inform, to educate, to form groups, etc.). In order to select an appropriate approach you should consider the project framework, the field findings and most importantly, the communication objectives. These will give you the rough content and themes to be developed which in turn facilitate your task of selecting the most effective approaches (...).”

O perito em C4D, Tomás V. Mário, desenvolve as constatações: **1.** Enfraquecimento generalizado das Associações; **2.** Falta de clareza entre as funções dos órgãos sociais e dos órgãos executivos, **3.** Programação frágil na maioria das RC - fraca produção de conteúdos locais; **4.** Fraca estratégia de reter voluntários competentes e sérios; **5.** Sustentabilidade financeira muito frágil e imprevisível; **6.** Sustentabilidade técnica igualmente muito débil; **7.** Constantes tentativas de interferência política nas RC e CMC por parte dos Administradores Distritais; **8.** Falta de pagamento dos serviços prestados pelas RC, por parte das autoridades partidárias e do Estado nos distritos; **9.** Grande pressão do fisco sobre as RC (não lucrativas) através do Ministério do Trabalho e do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) que cobram taxas de espectro radioeléctrico iguais às das rádios com fins lucrativos.

No âmbito deste último ponto, subscrevo a posição de Orgeret e Ronning (2009: 268), cujo panorama moçambicano também analisaram, atestando a constatação de Tomás V. Mário:

“There should be incentives for community broadcasters to carry out and maintain their mission of community development. Consequently, community radio stations should not be subject to the same licensing fees required of commercial broadcasters. The licensing regime and regulation criteria must be based on consultations with civil society groups and the existing radios through FORCOM, using transparent and independent procedures. (...) leading to sustainability of the radios in the long run”.

No âmbito do tema “Using Radio in Communication for Development”, a FAO (2004: 49-50) afirma que a rádio, em contextos desenvolvimentistas, pode ser facilmente dividida em três categorias, todas elas assumidas/efectivadas pelas RC por mim investigadas:

1^a) **Rádio Educativa** “scope is that of providing knowledge and instructions on specific issues”;

2ª) **Rádio Documentarista e Cultural** “intends to report and provide testimonials on aspects of community life. This is done to draw the attention of the community to specific issues, problems and their solutions”;

3ª) **Rádio Participativa** “implies the use of radio for the people and by the people”.

É exactamente esta terceira vertente - que pressupõe um mundo infinito de desejos partilhados - que as distingue: “Even if in the previous two instances some degree of people’s involvement is required, it is only with this kind of radio, also sometimes known as *community radio*, that full participation is experienced”.

Participação essa, ampliada pelos «Clubes de Escuta», criados pela RC Muthiyana em Moçambique, dando às comunidades a oportunidade de definirem a agenda por forma a que os programas expressem as suas necessidades, preocupações e interesses prioritários: “With the Radio Listening Clubs the flow of information can be either horizontal, from a community to other communities, or bottom up, from the community to policy and decision-makers. This project operates by providing a voice to the community”, sustenta a FAO reportando-se ao mesmo tipo de experiência no Zimbabué.

Outra vertente complementar muito apreciada por comunidades e peritos são os Telecentros:

“(…) the emergence of radio in different villages and town not only help to educate people, but at the same time bring in consumerism in that place. Consumer arouse wish to own a radio, due to which the people work harder and usher in better standard of living (a form of development). Radio programmes help to educate people about different social issues like farming, agriculture, health, small scale industry etc. Radio forums are a weapon for radio programme producers to involve people in developmental projects. Here use is made of Telecentre where communities gather to phone in. Discussions on difference topics are done as well as queries by expert are answered” (Lerner, cited in Choudhury, 2011: 5).

1. Onze Traços comuns entre Guiné-Bissau e Moçambique:

1. RENARC e FORCOM têm atribuições muito similares, promovendo e facilitando: a troca de programas na REDE, engrenagens conjuntas para compra de equipamentos e materiais, mecanismos de pressão política, capacitação e reciclagem de radialistas, animadores e técnicos, intercâmbio de experiências ao nível dos PALOP e da CPLP, e o acesso a fontes de

informação locais, regionais, nacionais e internacionais. Mais, todos os anos há uma RC que preside a cada um deles: Kassumai e Dondo, respectivamente, assumem o comando em 2012;

2. Em termos de capacitação de quadros e apoio no domínio das TIC, urge realçar o trabalho da Iniciativa Nacional de Formação Móvel para as Rádios Comunitárias (*INFORMORAC*), criada em 2003 na Guiné-Bissau, e do Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (*CAICC*), criado em 2006 em Moçambique, e cujas atribuições são igualmente similares: apoio técnico através de cursos de formação e visitas de acompanhamento, produção de ferramentas e estudos úteis para as actividades regionais, e reforço das dinâmicas descentralizadas, através de parcerias com outras organizações de desenvolvimento local. A Informorac promove esta interconexão através “de uma unidade móvel e do «*blended learning*» (ensino misto que combina a aprendizagem presencial e à distância através da Internet)” e o CAICC opera através de um *helpdesk* “disponibilizado presencialmente, por telefone, e-mail, skype ou messenger e através de uma lista de discussão”, explicaram Ladislau Robalo e Leonel Macuácuá, director e gestor de helpdesk, respectivamente;

3. As RC guineenses e moçambicanas analisadas reconhecem a importância e o esforço da *INFORMORAC* e do *CAICC* mas queixam-se das suas limitações (lentidão/ineficiência) alegando que, *per si*, parecem não ter capacidade de resposta, em termos de reparação de equipamentos “computadores, impressoras e *scanners* chegam a estar anos avariados”, de formação e de intercâmbio de experiências... o que obriga estes media a serem auto-didactas, a contratarem técnicos locais (excessivamente dispendiosos) e a trabalharem com os poucos conhecimentos técnicos e jornalísticos que possuem, invalidando melhorias programáticas;

4. Quer a *RENARC*, quer o *FORCOM*, apostam na equidade de género através do “Núcleo de Género” e do “Núcleo das Mulheres Radialistas”, respectivamente, que visam capacitar/incentivar as mulheres a trabalhar nas RC e criar mecanismos de apoio contínuo àquelas que já integraram a profissão para que sirvam de modelo às comunidades:

“Foi no 8º Encontro Nacional das RC da Guiné-Bissau (2004 - Buba) que decidimos criar este núcleo para que as mulheres tenham acesso à formação nas áreas de locução, de sonoplastia, de redacção de notícias, de edição e de direcção. Actualmente, só três RC são dirigidas por mulheres (*Sintcha Occo*, *Viva de Bula* e *Voz de Cuntum*) e apenas 67 mulheres radialistas fazem parte deste núcleo”, informou Liberdade Moreno, coordenadora do Núcleo em 2007.

“Produzimos programas radiofónicos com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (*UNIFEM*), da *ONU Mulher* e do Fórum Mulher (Coordenação da

Mulher para o Desenvolvimento). Temos dois projectos “Homens fazendo a diferença” (com enfoque na violência e no HIV-Sida) e “A Voz da Criança na Comunidade” (com o apoio da UNICEF até Dezembro de 2011) onde tratamos questões de género”, informou Benilde Nhalevilo, coordenadora do Núcleo moçambicano em 2009.

4. As divergências no terreno não se limitam a Moçambique (RC do Forcom «versus» Rádios Estatais Locais do ICS). Na Guiné-Bissau, AD e Informorac são “rivais” numa luta de bastidores sem fim à vista: AD acusa Informorac de apetrechar as RC com equipamentos de ponta, desadequados às especificidades do terreno, e o Director da Informorac, Ladislau Robalo, acusa a AD de estar a “assumir as rédeas da RENARC e não deixar que esta se legalize, após tantos anos de existência”.

5. Em ambos os PALOP prevalece a Constituição da República de 1990, a Lei de Imprensa de 1991, mas não existe uma Lei de Radiodifusão e, muito menos, uma Lei de Radiodifusão Comunitária. As RC vivem com alvarás provisórios e/ou licenças de emissão precárias, correndo o risco de encerramento imediato. Há, no entanto, boas notícias: O governo moçambicano iniciou, em finais de 2007, o processo de preparação da futura «Lei da Radiodifusão», primeira neste domínio desde a independência do país, em 1975, designada a regulamentar a actividade da radiodifusão sonora e televisiva:

“Como sucedânea da Lei de Imprensa (nº18/91 de 10 de Agosto), esta Lei tornou-se necessária para responder ao crescimento do sector nos últimos 10 anos e também a um comando da Constituição da República de 2004, que manda regulamentar, em lei ordinária, as liberdades de expressão e de imprensa e o direito à informação, tal como vertidos no artigo 48.º da nova Lei Fundamental” (Mário, 2008: 21).

Segundo Felisberto Tinga, do Gabinfo¹²⁵, a discussão do ante-projecto desta Lei envolveu um grupo restrito (MISA Moçambique, Forcom, Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), Associação de Empresas Jornalísticas (AEJ), etc.) e “está concluído”, assegurou em 2009. A ser aprovada pelo Parlamento, esta Lei (ainda em fase de debate público) preenche o actual vazio legislativo e atesta a ideia-chave desta tese: “A popular Government without popular information or the means of acquiring it, is but a Prologue to a Farce or a Tragedy or perhaps both. Knowledge will forever govern ignorance, and a people who mean to be their own Governors, must arm themselves with the power knowledge gives”¹²⁶.

¹²⁵ In: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/governacao/julho-2012/gabinfo-prepara-regulamento-para-as-rádios-comunitarias/> (consultado a 21-08-2012).

¹²⁶ JAMES MADISON PROJECT, In: http://www.jamesmadisonproject.org/press.php?press_id=18

Todavia, num *e-mail* datado de 21 de Agosto de 2012, Tomás V. Mário, actual director e fundador do Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI - uma nova instituição independente de promoção da C4D, cujos estatutos foram publicados no Boletim da Republica Nr.18, III Serie, de 04 de Maio de 2012 - sublinhou a estagnação do processo:

“No início do presente ano, o Governo desenvolveu uma série de actividades de auscultação pública em torno da proposta da Lei de Rádio e Televisão, em ‘banho Maria’ desde 2008. Em Abril deste ano, o mesmo Governo criou uma Comissão de Harmonização das Contribuições recebidas durante o período da auscultação pública - para a qual fui indicado Vice-Presidente. Contudo, após duas reuniões de "kick off", a comissão está paralisada por razões burocráticas que atrasam o desembolso do respectivo financiamento. Em resumo: o status quo mantém-se”.

Fica, no entanto, o alerta dos radialistas moçambicanos: “o funcionamento de uma RC não se pode esgotar numa Lei da Radiodifusão como esta! Urge criar uma legislação específica para os media comunitários: actores da «Comunicação para o Desenvolvimento».¹²⁷ Mas... primeiro, é necessário esclarecer/balizar o conceito de RC que, embora delimitado pela AMARC, permite muitas contradições no terreno”.

Também a ONG AD entregou, em 1994, e depois, em 1998, à Assembleia Nacional Popular (ANP) guineense uma proposta legislativa para o sector comunitário, não havendo - até à data - quaisquer desenvolvimentos dignos de registo: “Os deputados estão numa posição cómoda: uma instituição que não é estatal não pode apresentar à ANP soluções legislativas! Nem aqui nem noutra parte do mundo”, referiu Tomane Camará, director de programas da AD.

Mas, a Guiné-Bissau está visivelmente mais atrasada neste domínio, muito por influência dos sucessivos detentores da pasta da Comunicação Social. Veja-se, por exemplo, a posição desconexa - mas de grande valia interpretativa - do Secretário de Estado, João de Barros, em 2007, relativamente a três assuntos de interesse nacional: Liberdade de Imprensa, de Expressão, de Opinião e de Associação, Desenvolvimento Comunitário (DC) e RC:

“A liberdade, hoje, é excessiva, sem qualquer controlo político do Estado! Não partilho totalmente da visão de desenvolver um país por sectores/por temáticas. Para sermos uma

¹²⁷ O desenvolvimento dirigido às pessoas só pode alcançar todo o seu potencial se a população rural se envolver no processo e tenha interesse na partilha de informação e conhecimento. A comunicação encarrega-se da dimensão humana do desenvolvimento: esta entabula um diálogo com a população rural, envolve-a na planificação do seu próprio desenvolvimento, fornece-lhes informação como base para a mudança social e transmite-lhes conhecimento e habilidades necessárias para melhorar a sua qualidade de vida. As metodologias e instrumentos de comunicação podem ajudar a superar as barreiras do analfabetismo, idioma, diferenças culturais e isolamento físico. (FAO, 1996)

nação independente e sustentável, temos que seguir com atenção os países que lideram o ranking do desenvolvimento socioeconómico mundial. Os africanos não podem vender a imagem do preto como ‘criatura incapacitada’, caso contrário, o Estado perde credibilidade. As RC não contribuem para o DC, pelo contrário, algumas geram identidades tribais! As regiões cada vez estão mais pobres e abandonadas! Não concebo uma RC que recebe apoios externos, redige uns relatórios mas não cria mecanismos de sustentabilidade! Não concordo com o modelo actual das RC na Guiné-Bissau! Até à data, optámos pela não intervenção mas, daqui a seis meses, se tudo correr bem, vamos ter um pacote legislativo para regular o sector. Acho que o Estado deve associar-se a estas iniciativas louváveis, esboçando uma engenharia de entendimento com essas forças vivas da sociedade, ex: cooperação na angariação de fundos visando melhorar a sustentabilidade das mesmas. Não há qualquer estratégia do Governo anti-RC, esta ‘má fé’ de que somos acusados advém apenas de um hiato de comunicação entre o Estado e as RC, que se julgam perseguidas”.

Note-se que o autor deste discurso contraditório assinou um Programa de Cooperação “Políticas Sociais & Comunicação para o Desenvolvimento” (2003-2007), financiado pela UNICEF, cujo Projecto 03 “Comunicação em Apoio aos Programas” envolveu, pelo menos, “50 líderes comunitários, sensibilizados e engajados nas acções de comunicação junto das suas comunidades, utilizando suas influências e canais próprios” (leia-se RC, exs: Voz de Djalicunda e Sol Mansi) visando a sensibilização de 200 comunidades através da produção e difusão de programas e reportagens sobre: a situação da criança, a educação das raparigas, a importância das redes mosqueiras, vacinação de crianças antes do 1º aniversário, infecções sexualmente transmissíveis, registo de crianças à nascença, boas práticas de higiene, mutilação genital feminina, etc. (consultar documento original em anexo). Impõe-se a pergunta: se as RC “não contribuem para o DC”, por que apostou João de Barros nestes canais e meios de comunicação tradicionais? Obtive a seguinte resposta: “Nunca recebi pedidos de audiências para a legalização do sector”.

Mas este não é um problema exclusivo dos PALOP, pois afecta outros países africanos:

“Community radio has particular problems when it comes to regulation. Most states do not recognise the particularity of community radios in their media legislation, bunching them together with larger-scale commercial stations, and obliging them to pay the same taxes and licence fees, without recognising how punitive such fees often can be. For example, Radio Simli, a community station in Ghana, was shut down and its equipment confiscated due to its inability to pay steep licence fees which broke down as follows: a US\$100 application fee, a US\$2,000 frequency fee, and a US\$800 annual fee” (AFRRI, 2008, cited in Myers, 2008: 15).

Segundo a AMARC África (2004: 13): “even if some limited steps are being reached in terms of airwaves liberalisation, the concept of community radio needs to be popularised. And civil society also needs to be strengthened for local radio stations to be established in order for these countries to follow the existing movement”. Contactado em Agosto de 2012 visando aferir do número de países africanos com «Lei de Radiodifusão Comunitária», Alymana Bathily, coordenador da AMARC África, é tudo menos claro: “Actually it is easier nowadays to list those countries which do not have a legal system allowing for community radio. These are about 30% of the 50 members of the African Union. I think of Algeria, Angola, Botswana, Djibouti, Erytrea, Gabon, Equatorial Guinea, Lesotho, Morocco, Mauretanea, Nigeria, Sao Tome and Principe, Somalia, Swaziland”.

Esta popularização sugerida pela AMARC está inscrita no plano de desenvolvimento do Banco Mundial desde 1990, no âmbito da boa-governança e transparência política, visando a descentralização de esforços, uma crescente participação comunitária e o reforço da capacidade, do desempenho e dos serviços dos governos locais e provinciais:

“By 2002, the Bank had increased support to community radio by stressing its contribution to participatory approaches, both fostering two-way communications and helping to amplify the voice of the poor and disadvantaged. Bank investments, particularly in community-driven development (CDD) projects, aimed to include support to community radio development and local civic engagement in countries (...)” (Mefalopulos, 2008: 187).

6. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, ambos apresentam um «IDH Baixo»: Guiné-Bissau 176º e Moçambique 184º lugares, em 187 países);

7. Nos dois PALOP, as RC analisadas têm propostas para todos os gostos: **a)** Algumas optam pela **INFORMAÇÃO** (mensagens de nascimento, casamento ou falecimento, de organização de cerimónias tradicionais ou religiosas, para solicitar a vinda de um parente, para anunciar viagens ou para convocar reuniões); **b)** Outras preferem a **CULTURA** (contam-se histórias de vida, recordações da juventude, anedotas, pedem-se conselhos e resolvem-se contendas); **c)** Algumas (poucas) afirmam-se pela diferença, numa cruzada cúmplice pela defesa da **FORMAÇÃO** (sensibilização sobre temas fundamentais relativos à cidadania, ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos, à mortalidade infantil, ao ambiente, à saúde e aos direitos das mulheres); **d)** Por último, as que ‘vivem’ da **RECREAÇÃO** - fatia substancial - através de programas de música (discos pedidos e dedicatórias), de entrevistas com novos artistas, de promoção de cantores locais, desportivos e teatro radiofónico.

“Community radio stations typically adopt program formats that promote community participation and enable an open exchange of information and opinions in local languages. This includes call-in and write-in question-and-answer programs, weekly thematic and cultural programs, music and entertainment, discussions of local issues, community reporting, broadcasts of local government meetings, and development-oriented programs on a wide range of topics (Mefalopulos, 2008: 182-83).

8. Em ambos os países existem RC criadas/capacitadas/financiadas por ONG nacionais e internacionais, por Núcleos, Redes ou Federações locais ou regionais, por Associações de Base, pela Igreja, por iniciativas individuais ou grupais e pelas NU, o que pressupõe histórias e estruturas organizativas distintas. Moçambique apenas se distingue pelas rádios do Estado:

“Some have been developed at the instigation of ICS. (...) Others have been part of internationally-sponsored projects for the development of media and communication. The majority of the radios have their basis in local organisations that, to a large extent, have been set up with the purpose of running the radio for the community and having a base in the community. The work of the UNESCO/PNUD Media Development Project resulted in eight community radios being set up” (Orgeret & Ronning, 2009: 262).

9. Embora esta multiplicidade de origens signifique maior diversidade de fontes de financiamento (essencial à sua sobrevivência e/ou independência), a verdade é que poucas estações são auto-sustentáveis. Segundo Mefalopulos (2008: 185-86), as boas práticas e a experiência mundiais demonstram que a moldura legislativa da radiodifusão comunitária deve ser flexível, permitindo às estações angariar fundos de apoio às emissões e respectivo desenvolvimento destes Órgãos de Comunicação Social (OCS):

“This should allow for economic support from within the community itself, and for other forms of support, such as that from international development agencies, advertising, private or commercial sponsorship, government payment for air time, and the potential for sustained forms of public funding that may be levied from within the broadcasting sector”.

10. Em todas as RC analisadas há uma vantagem e uma desvantagem mais destacáveis, ei-las:

Voz de Quelélé (ONG AD): Inserida numa comunidade com um sistema comunitário tripartido (TV, Imprensa e Rádio) mas demasiado presa às demandas da AD e da RENARC, inibindo uma apropriação comunitária genuína, premissa-chave da C4D;

Jovem (RENAJ): Única estação comunitária *online*, o que facilita a motivação do seu público-alvo: a camada juvenil. Demasiado centrada no entretenimento (música) e menos focada em temas desenvolvimentistas, exceptuando-se a «Saúde Sexual Reprodutiva»;

Voz de Djalicunda (ONG Swissaid/KAFO): Embora faça a retransmissão dos noticiários da RDN (em detrimento da produção local), é muito activa em termos de projectos, pois o seu carácter rural permite-lhe chegar a comunidades remotas, quebrando inúmeras barreiras geográficas, corroborando White e Moreira (2001: 27, cited in Jane, 2004: 189):

“O papel das rádios comunitárias é o de ajudar a população rural pobre (os camponeses) a organizar a base do poder social para influenciar significativamente a política nacional. A combinação de rádios comunitárias locais e a comunicação intergrupual poderiam apoiar as acções do desenvolvimento comunitário, bem como influenciar as políticas públicas em favor do desenvolvimento local e da formação de um sistema de cooperativas de produção rural”.

Sol Mansi (Igreja): Programação de qualidade e extremamente diversificada, embora o seu vínculo à Igreja Católica e o seu espectro nacional me impeçam de a considerar uma RC;

Maria Moçambique (Igreja): Abrange uma comunidade de fé, mas exclui da sua programação temas essenciais ao progresso comunitário. O extenso raio de cobertura, a estrutura verticalizada e os equipamentos topo de gama são quase ofensivos para o sector;

Cascatas (UNESCO): A população é extremamente activa, há noticiários produzidos localmente, contudo, a gestão do CMC está a cargo de uma entidade pública: a Escola Secundária da Namacha que manipula/distribui as verbas ao seu bel-prazer;

Komati (UNESCO): Tem programas inovadores: “Informação Cambial” e “Informação Policial”. Todavia, a RC tem cerca de quatro metros quadrados, o Telecentro está quase inoperante “por falta de manutenção dos equipamentos” e a associação que gere o CMC tem membros do partido que se imiscuem “com frequência” na gestão do mesmo;

Muthiyana (AMCS): Tem como estandartes o facto de ser dedicada à emancipação da mulher e os seus “Clubes de Escuta”. Não obstante a sua directora, Palmira Velasco, ser jornalista num OCS público, abrindo espaços a ingerências governamentais;

Voz Coop (UNESCO): Sustentabilidade maioritariamente garantida pela União Geral das Cooperativas e pela UNESCO (situação estável) mas tem um raio de 100 km, situação que dificulta a apropriação comunitária. A meu ver, a cobertura não deve exceder os 50/70 km.

Xinavane (UNESCO/CIUEM): Sustentabilidade maioritariamente assegurada pela Açucareira de Xinavane através de um “Fundo de Apoio Social” (maior segurança), mas apresenta um desequilíbrio linguístico acentuado: Português (30%) e Xangana (70%);

Moamba (ICS): Apesar de visar mobilizar as populações para a educação escolar formal (objectivo comunitário louvável), a sua propriedade, gestão e financiamento são assegurados pelo ICS, leia-se: Estado moçambicano.

11. Todas as RC analisadas abusam da música, sobretudo aquando da sua criação. Neste contexto, Alfonso Gumucio Dagron comentou a habitual evolução de uma RC:

“A presença de uma emissora comunitária mesmo que não totalmente participativa, tem um efeito imediato na população. Pequenas emissoras geralmente começam a transmitir música na maior parte do dia, tendo assim um impacto na identidade cultural e no orgulho da comunidade. O próximo passo, geralmente associado à programação musical, é transmitir anúncios e dedicatórias, que contribuem para o fortalecimento das relações sociais locais. Quanto esta cresce em experiência e qualidade, começa a produção local de programas sobre saúde ou educação. Isso contribui para a divulgação de informações sobre questões importantes que afetam a comunidade” (Peruzzo, 2007: 2).

Apesar das limitações, as onze rádios suprareferidas (inclusive a Sol Mansi, a Maria e a Moamba) cumprem sempre um dos três princípios de Orgeret e Ronning (2009: 264): **1.** Estruturas organizacionais comunitárias fortes, implementadas desde o início; **2.** Iniciativas que dão voz às necessidades e aos interesses dos infoexcluídos; **3.** Associações de base promotoras de actividades primárias de carácter jurídico, político, organizativo e económico, alicerçadas em iniciativas locais, capacitação de base e sustentabilidade a longo prazo.

2. NTIC: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Comunitário

“The answer is not just another series of projects, a bit more money to send from developed countries to developing countries... the answer clearly is knowledge, partnership and opportunity brought about by this new (knowledge and digital) revolution”.

James Wolfensohn, President, World Bank
Second Global Knowledge Conference
Kuala Lumpur, March, 2000

A África de hoje - sejam quais forem as diferenças dos países, em termos de localização geográfica e/ou geopolítica, dimensão, densidade populacional, património natural ou herança

cultural - caracteriza-se por uma crise desenvolvimentista cujo resultado directo é a pobreza estrutural e conseqüente exclusão social. Os PVD são, sem dúvida, os principais perdedores desta globalização assimétrica.

“Under globalization, the world has become a “village” characterized by an economic, social and cultural divide in the North as well as in the South that translates itself into a democratic deficit, inequitable public policies, acute development challenges, inadequate distribution of wealth and opportunities, exclusion of women and the poor, cultural tensions, migrations and a series of open or latent conflicts. Concentration and corporate ownership of media, including the existence of large conglomerates, has lead to prioritize customer and profit interest resulting in the dilution of the critical role of media in informing citizens and holding governments and economic entities accountable” (AMARC, 2007: 21).

Com efeito, África é o continente que maior evolução tem registado em termos de penetração das TIC, face a um ponto de partida mais baixo, existindo ainda grandes limitações, porém, à sua disponibilidade e fruição, sobretudo ao nível da Internet: o gráfico 2 remete para uma notória assimetria no número de utilizadores (África 6.2% «versus» Mundo 93.8%); o gráfico 3 é revelador das massivas desigualdades de penetração (África 13.5% «versus» Mundo 36.1%) e o gráfico 4 prova que a Internet ainda permanece fora do alcance de muitos países pobres do continente africano. Nigéria, Egipto e Marrocos ocupam os três primeiros lugares, com a África do Sul (potência económica regional) a quase nove pontos percentuais do terceiro classificado. Dados estatísticos que reforçam o sentimento de inúmeros autores:

“O Terceiro Mundo não consegue controlar nem sequer influenciar a circulação internacional de informação, mesmo a que versa os seus próprios problemas. É apenas o receptor passivo de uma informação de segunda mão, alheia aos seus interesses. No entanto, a independência em matéria de fontes de informação é tão decisiva no crescimento político e económico como a independência técnica. Se a actual situação da Comunicação no mundo não for alterada é a própria capacidade de crescimento autónomo destes povos que está em questão” (Peixeiro & Ferreira, 2002: 193).

“Any discussion on modern information technologies has to address the problem of a digital divide, too, in the context of development communication (Inyang, 1996). There still exists an undoubtedly wide gap between the information-poor and the information-rich today. This exists not only between developed and less developed countries but also within the less developed countries” (Srampickal, 2006: 12).

Gráfico 2

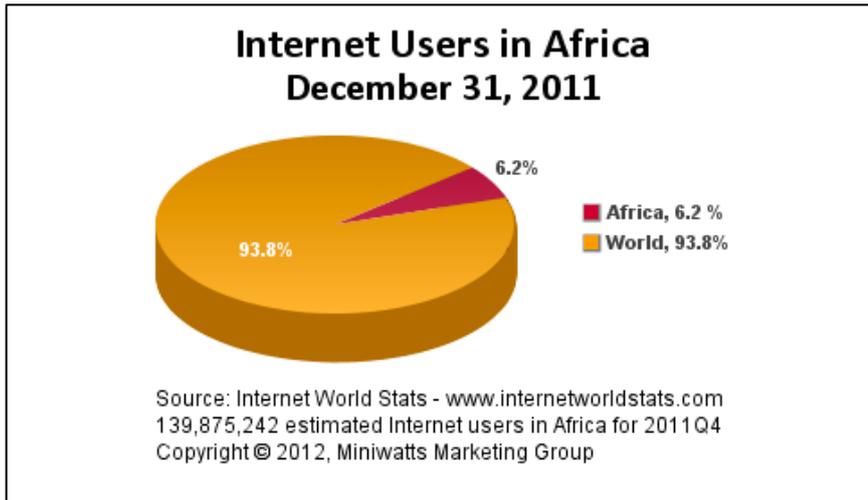


Gráfico 3

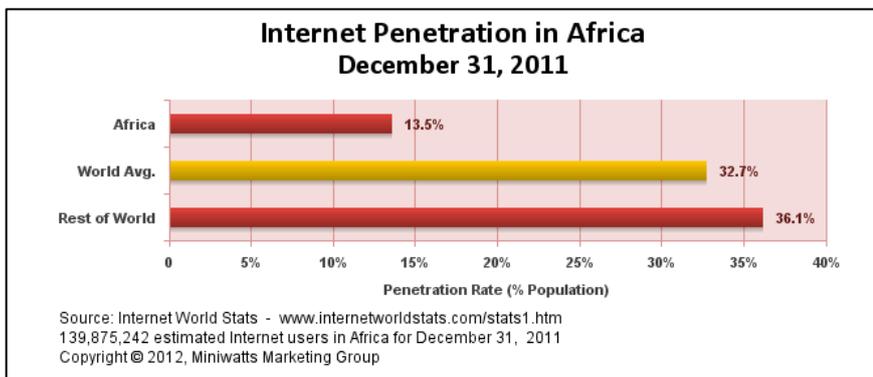
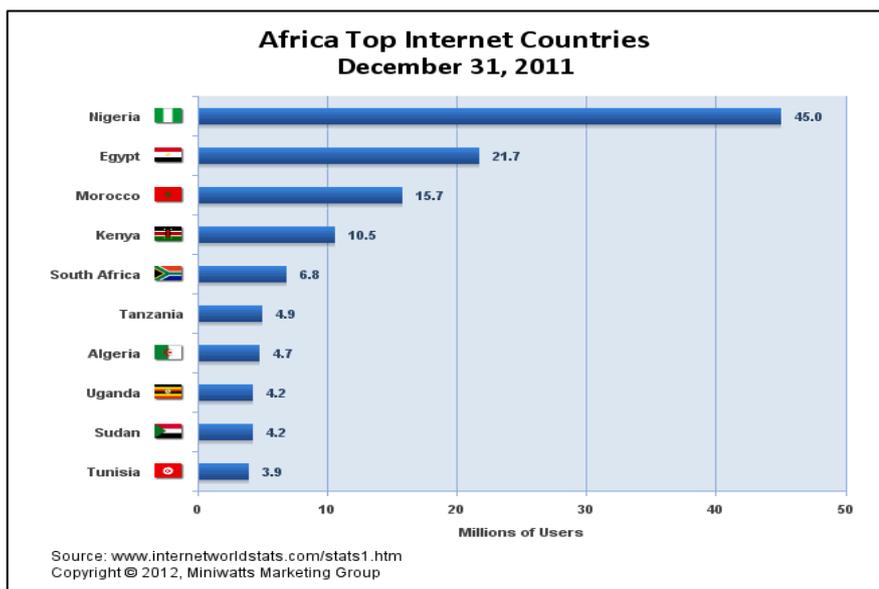


Gráfico 4



À medida que as NTIC se disseminam, mais investigadores se concentram nos seus possíveis usos - benéficos ou nocivos - ao serviço de estratégias de C4D multifacetadas, que possibilitem a tão almejada “mudança social”, leia-se democratização política e económica, em África. Distinguem-se duas perspectivas: os entusiastas, designados por “ciber-optimistas” que as definem como “mentoras” de uma nova era desenvolvimentista geradora de mudanças profundas: “The continent will, through the use of ICTs, move from agricultural-dominated societies into a future of bright information economies” (Orgeret & Ronning, 2009: 5).

Outros, mais cépticos, designados por “ciber-pessimistas” têm grandes reservas quanto à entrada do continente negro na «Era da Globalização da Informação», aludindo aos custos avultados de aquisição e manutenção das mesmas e a outros problemas estruturais “poor electricity coverage, low literacy and educational levels, and the fact that technologies are essentially tools that need to be situated in broad strategies for social change” (Idem).

“Both views contain some truths and both also have a tendency to be technology-fixated, rather than viewing the development of communication and media in a broader political perspective. Communications systems are more than a set of technical capabilities. They are part of a social fabric mirroring and often reproducing social differences and inequalities, even if they may take new forms” (Orgeret & Ronning, 2009: 7).

Por muito globalizado que o mundo esteja, é impossível ignorar que as populações do Sul ainda vivem em zonas geográficas com especificidades únicas: falam línguas locais próprias, valorizam sistemas de valores raros, têm carências, saberes, experiências e motivações singulares, mantêm relações institucionais exclusivas e movem-se em contextos político-económicos muito particulares. Por conseguinte, como investigadora na área das Ciências Sociais, consigo argumentar a favor e contra ambas as perspectivas pois considero que a globalização e a localização da informação são indissociáveis. Embora a exequibilidade desta coabitação pacífica constitua um desafio tecnológico e social deveras complexo.

Impõem-se, assim, algumas questões pertinentes à pesquisa sobre Comunicação Comunitária: As NTIC transformam as RC em «comunidades imaginadas»? As NTIC põem em causa a sustentabilidade do poder local/comunitário? De que forma, as NTIC influenciam o desenvolvimento local? As NTIC promovem ou limitam a emancipação das populações rurais, pobres e marginalizadas? Serão as NTIC ‘bodes espiatórios’ para que radialistas e animadores desinvistam na produção local? As NTIC dificultam ou instigam o resgate e a valorização da herança cultural dos povos? De que forma, as NTIC podem prejudicar a dinâmica singular das RC? Estarão as NTIC à altura do desafio da C4D e da missão inerente

ao desenvolvimento comunitário? Será a Internet um instrumento potenciador da acção e organização comunitárias? Obrigarão as NTIC a uma redefinição do conceito de comunidade e, naturalmente, de RC? Serão estas ferramentas, correctoras das naturais assimetrias da informação? Serão os CMC a resposta-chave para minimizar o fosso digital/tecnológico/informacional «Norte-Sul»? Como veremos, qualquer tipo de resposta resume-se à forma como as NTIC estão a ser utilizadas nos processos/projectos desenvolvimentistas, visto que cada país/cada comunidade/cada RC é um nicho ímpar.

Por um lado, é evidente que as novas tecnologias beneficiam um ambiente mediático mais independente, plural, democrático e interactivo pois disponibilizam aos cidadãos informações e/ou ferramentas promotoras de escolhas informadas que asseguram uma maior participação na tomada de decisões sobre questões que afectam as suas vidas (UNESCO, 2008: v). Elas também possibilitam aos PVD actuar/competir nos mercados globais, isto é, oferecer novos tipos de serviços a novos parceiros (agora mais fáceis de identificar e assegurar). Elas revitalizam e diversificam a produção intelectual e a sua projecção, fomentam a actualização de conhecimentos, criam novos espaços, plataformas e oportunidades de diálogo, de activismo e de trabalho em rede, reduzindo as barreiras culturais que se apresentam ao desenvolvimento sustentável:

“New Technologies have also been put to serious use for development communication. New technologies like mobile, website and internet are interactive in nature. Interactivity, instant feedback and persuasion capability are used to rope in common person into the process of development. Today government has different websites and call centers that provide instant information or answers queries to questions of development” (Choudhury, 2011: 2).

Apesar das insuficiências da disponibilidade informativa e/ou tecnológica, as NTIC contribuem igualmente para o crescimento/dinamização do sector agrícola dado que unem mais eficazmente os residentes às várias instituições comunitárias, como atestam Orgeret e Ronning (2009: 9) através de exemplos curiosos, em dois países distintos:

“SMS technology has contributed to growth in basic farming sectors. This is the case in Uganda where messages about what prices diferente products can fetch are being texted to farmers and sellers. Another example is how the experiment in Senegal, with a service called Xam Marsé, which means, “Know your market” in Wolof, has contributed to agricultural sales rising by up to 50% in the trial zone. The basis for the service is that market information on prices for different agricultural products is being distributed to the farmers that participate in the scheme by SMS”.

A Internet: **1.** Amplia a abrangência e a visibilidade dos movimentos sociais e/ou das demandas comunitárias, **2.** Potencia a troca de informações e experiências entre emissoras e a cooperação entre actores locais, **3.** Porque estreita o contacto entre RC, minimiza os efeitos nefastos da repressão estatal e do estrangulamento legal a que estão sujeitas, **4.** Viabiliza a formação de redes virtuais para o intercâmbio de projectos, experiências, grelhas de programação e novidades tecnológicas, **5.** Possibilita uma agradável interacção virtual dos intervenientes, eliminando a barreira da distância e gerando ciber-comunidades, **6.** Permite o acumular de forças para a prossecução de novos objectivos sociais e educativos, revolucionando a democracia:

“A emergência da internet a partir do final da década de 1980 e o surgimento da Worl Wide Web em 1994 prolongaram a precedente evolução da esfera pública, introduzindo ao mesmo tempo elementos radicalmente novos: a interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos com todos. Eu levanto a hipótese de que a revolução do ciberespaço vai reestruturar profundamente a esfera pública mundial, o que terá profundas repercussões sobre a vida democrática” (Lèvy, 2004: 369, cited in Gomes, 2007: 46).

Apesar das evidentes desigualdades, as NTIC contribuem para um somatório de forças comunitárias em prol de necessidades comuns - mesmo em localidades distintas e remotas - e permitem interligar percepções globais e tradições locais. Promovem, portanto, novos tipos de reflexão na chamada “economia do conhecimento” e tornam o acesso, processamento, armazenagem e transmissão de informação cada vez mais simples e económico. Valorizam o teletrabalho, o comércio electrónico e os novos sectores da economia digital:

“Internet access is scarce, particularly in rural areas, but where it is available to stations, its impact can be maximized among communities since broadcasters may download online material to be incorporated into their broadcasts. Community broadcasters may even upload digital recordings of the station’s programming, to be accessed by listeners around the world” (Mefalopulos, 2008: 183).

No entanto, segundo Mefalopulos (2008: 61-62), posição que merece a minha concordância, há factores a ponderar aquando da adopção das NTIC pelos PVD, e cuja natureza é tripartida:

1. Económicos: Custos associados aos componentes de *software* e *hardware* das TIC, colocando estes produtos fora do alcance da maioria das pessoas: “In the case of the Internet, there are also access and connectivity costs to consider. Other costs related to ICT’s include the establishment and maintenance of reliable infrastructure for telecommunications”.

2. **Tecnológicos:** Dificuldade em garantir o bom funcionamento destas tecnologias em locais sem telefone ou linhas eléctricas: “Even where those services are guaranteed, regular maintenance and updates, and issues of compatibility among different standards, become major issues. (...). Users need basic training in computer use, and prior to that, literacy skills to communicate effectively on the Internet”.

3. **Culturais:** A maioria das informações disponíveis na internet estão em inglês, o que pode representar uma barreira, dada a elevada taxa de analfabetismo nos PVD, isto é: potenciais usuários estão excluídos à partida: “Even when language barriers are overcome, often cultural issues remain crucial in gaining fundamental knowledge and the needed frame of mind in order to take full advantage of the power of these technologies”.

Por outras palavras, beneficiar das NTIC - em particular da Internet - não significa obter “capital cultural”, isto porque estamos a falar de pessoas com capacidades e aprendizagens distintas. O facto de as terem tecnicamente ao seu alcance, não significa necessariamente que tirarão o devido partido das mesmas. Exemplo: um aldeão que até saiba navegar, mas que apenas fale Tsonga ou Xangana, não consegue usufruir dos conteúdos electrónicos, tornando-se num recipiente passivo (Figura 63).

Figura 63



Referindo-se às vantagens de articulação «glocal-lobal» nas RC, Luz (2009: 14) afirma que apesar destas estações “serem o canal de articulação de uma parcela específica da população e suas motivações serem prioritariamente locais, não há nenhuma incoerência quando tais atores passam a solicitar a ampliação de seus espaços e trocas a níveis até mesmo globais”.

Todavia, a meu ver, existem algumas incoerências: a Internet pode constituir uma ferramenta homogeneizadora/padronizadora, subestimando os diferentes mecanismos locais de participação popular e a multiculturalidade que caracteriza os PVD. Mais, as profundas desigualdades no acesso às NTIC, quer no interior dos países, quer entre eles, amplia o fosso entre infoexcluídos e infoincluídos, gerando novas clivagens, dependências permanentes e sérios constrangimentos a longo prazo: a sua concentração nos centros urbanos pode marginalizar indefinidamente as populações rurais/pobres. Foi exactamente o que presenciei no terreno: as RC com Internet (normalmente inseridas em CMC) optam, mais frequentemente, pela retransmissão das notícias da rádio nacional pública e pela difusão de conteúdos massificados, transnacionais e cada vez mais formatados... contrastando com as estações que ainda não dispõem desta ferramenta electrónica e optam por valorizar a produção local/regional... objectivo-chave destas ferramentas de *empowerment*:

“The drawback is that the resources of the CMC are often so stretched that it cannot deliver all the services the management would like to. In particular, the local content of the radio is close to non-existent, with a great deal of recorded music played and a dwindling number of new, locally-made radio productions” (Orgeret & Ronning, 2009: 309).

As NTIC tornam-se, desta forma, instrumentos diferenciadores dos contextos locais. Complexidade da questão: Com a adopção das NTIC, as RC tornam-se, simultaneamente, Comunidades em REDE (através dos *chats*, dos *blogs*, dos *e-mails* e das redes sociais) e Comunidades Virtuais (*on-line*). Nas primeiras, “A informação pode ser fornecida por qualquer pessoa, nomeadamente, pelas autoridades locais, grupos comunitários locais, partidos políticos, associações ambientais, empresas, outros utilizadores, etc.” (Lopes et al., 2004: 61) que podem participar em debates electrónicos sobre qualquer tema. Hall (2002, cited in Lopes et al., 2004: 61) defende inclusive que estas estão “baseadas num espaço físico” e que unem os utilizadores através da “proximidade física” e do “interesse comum em assuntos locais que os afectam no dia-a-dia”. Nas segundas, as pessoas utilizam a via electrónica para comunicar entre si a partir de qualquer área geográfica do globo, “todavia poderá sempre existir um interesse local, isto é, interesses relacionados com determinada região, quer as pessoas estejam fisicamente dentro ou fora dela” (Lopes et al., 2004: 91).

Considero que a função-chave dos media comunitários não é captar públicos globais. Esse é o objectivo dos mass-media. A meu ver, as “*Webrádios* comunitárias” (estações convencionais com difusão via Internet) rompem com as restrições legais em termos de potência e de cobertura, reconfiguram os conceitos de localismo, de comunidade geográfica e até de

comunidade de interesses... já para não falar da apropriação, dificultada pela competição global inerente às NTIC. Deste modo, a forte componente social perde-se, comprometendo a produção de conteúdos locais. Embora fortaleçam a cidadania, será que as NTIC reforçam a cultura local? Não será a Internet um conversor automático de media comunitários/locais em *mass-media*? Isto porque deixa de ser um movimento «da, pela e para a comunidade», a não ser que tomemos em conta a noção de comunidade cibernauta... conceito desconfigurador das características-chave da comunicação local/comunitária/popular. A meu ver, o princípio “dar voz e vez ao rural” fica algo comprometido.

As rádios comerciais - dependentes das NTIC - visam abranger o maior número de ouvintes possível, e é esse volume que define a tabela publicitária e os lucros... intentos que desvirtuam a comunicação local. Uma posição corroborada por Castells (2001: 130, cited in Lopes et al., 2004: 62) para quem as comunidades virtuais são “comunidades efémeras e raramente articulam a interacção online com a interacção física. São entendidas como redes de socialização, com formas variáveis e composição variável, consoante a evolução dos interesses dos actores sociais e da própria sociedade”. Mas, como vimos anteriormente, já Ferdinand Tönnies distinguia comunidade de sociedade, pelos laços inerentes a cada contexto: a primeira, por laços de cooperativismo/solidariedade, a segunda, por laços de individualismo. Embora concorde que a adopção das NTIC por parte das RC não fará desaparecer os locais físicos e as actividades humanas, penso que – ao contrário do que é suposto – pode tornar estas comunidades - enquanto espaços vivos de convivência - mais fechadas, passivas e monótonas... dado que estes espaços virtuais são despojados de relações de vizinhança.

Mais, para manter os CMC/a Internet é preciso haver: **1.** Disponibilidade permanente de energia eléctrica, **2.** Capacidade de acesso regular à tecnologia de ponta, **3.** Informatização dos serviços de documentação, **4.** Conhecimento profundo dos novos «direitos de autor» inerentes à era *online*, **5.** Comprometimento sério dos financiadores para com o processo de informatização e manutenção dos equipamentos, assegurando a sustentabilidade destes media, **6.** Sensibilização para a consulta e/ou investigação permanente e para o acréscimo das responsabilidades financeiras, **7.** Garantias da sua evolução harmoniosa, definindo eixos prioritários de acção à luz dos recursos disponíveis e das prioridades comunitárias, **8.** Força de vontade para impedir a deslocalização de interesses, **9.** Uma aposta firme/uma acção concertada em torno da valorização dos saberes locais/da diversidade linguística e sua protecção contra todas as formas de pirataria, **10.** Uma lógica de combate ao analfabetismo como fonte de insegurança e **11.** Promoção da diversidade linguística no ciberespaço.

Conseguirão os PVD assegurar tudo isto? Não. Mas... porque “Transformar informação digital em valor económico e social é uma regra básica da economia do conhecimento” (CE 2000, cited in Lopes et al., 2004: 35-36), é que o NEPAD incluiu na sua agenda de prioridades o “investimento em TIC”. E porque contribuem para a prossecução dos ODM e para o estreitamento da divisão digital, é que a UNESCO apostou na criação dos CMC (modelo intervencionista cuja relevância para as comunidades isoladas nos PVD é inequívoca) que, ao disponibilizarem, em simultâneo, as velhas e as novas tecnologias, vieram mitigar o fosso tecnológico/informacional Norte-Sul e Urbano-Rural, realidade espelhada no IDH e comprovada por Orgeret e Ronning (2009: 309-310) no CMC de Nakaseke (Uganda):

“With the CMC in place, the community was finally in a reachable distance to computers, the Internet, a library, secretarial services and their own radio station, in addition to a pool of other ICT’s. (...) Additionally, it has channelled useful, relevant and packaged information to different groups, such as farmers, students, youth, women and so on. Furthermore, the CMC also developed links to education (...) a formidable development prerogative, as it is perceived here as representing future investment in human capacity development”.

Daí que a AMARC (2007: 7) seja peremptória ao afirmar que as RC - enquanto “novos media” - conseguem perfeitamente misturar as velhas e as novas tecnologias:

“The rapid development of CR worldwide that accompanies the expansion of new ICTs shows the existence of a positive link between ICT & CR. Community Radios properly highlight that the key communication processes underlying the information society are related to communication rights of people. CR shows the benefits in mixing old and new technologies with CR. With appropriate capacity building CR are able to circumvent restrictive media legislation thus strengthening the CR movement. It also shows that the key element in the information society is that beyond technology the key element is people communicating”.

Embora a AMARC (2007: 8) admita que “Knowledge sharing on best experiences across regions as well as increased use of new ICTs can make a difference”, também reconhece que todo este investimento global em aliar as NTIC às RC (CMC) coloca novos desafios de sustentabilidade financeira e tecnológica que diminuem a dedicação dos radialistas. Porquê? Constituem mais uma preocupação, também não são autosustentáveis e enfrentam “sustainability challenges regarding capacity building, and in enhancing local ownership”.

Embora me considere uma afro-optimista, sou também uma afro-realista e penso que construir uma «Sociedade da Informação» para todos (sem excepções) é, hoje, um ideal longínquo, não só porque o mundo digital é grande demais para acolher e resolver os

problemas das comunidades locais rurais, mas também pela profundidade dos desafios em causa no que concerne à C4D em África, explicitados por Orgeret e Ronning (2009: 13):

“The first is to develop media and communication systems in a manner that will contribute to growth and development in Africa. ICTs are important for all sectors of the economy and administration. The second challenge lies in overcoming the domestic communication gaps. Although a small, urban elite has managed to connect to international communication structures, the vast majority of people in Africa do not have access to communication media other than the radio and the simple versions of mobile telephony”.

Redesenhar estratégias sustentáveis de inclusão social com base no paradigma “Pensar global, Agir local” é, por conseguinte, condição indispensável para que os PVD apanhem o comboio da modernização. Mas... será que esta *sociedade global da informação* - caracterizada pela aceleração de transmissões, pela densificação de conexões e pela interação em tempo real - está preparada para incluí-los? Só através dos OCS comunitários.

Para Bindé (2007: 41), este tipo de sociedade só tem razão de ser se visar um objectivo maior, designadamente “a construção à escala global de sociedades do conhecimento que possam ser fonte de desenvolvimento para todos, principalmente para os países menos desenvolvidos”. Contudo, o autor reconhece que a revolução da informação “reforça claramente a supremacia dos conhecimentos científicos e tecnológicos” (2007: 257) sobre o Sistema de Saberes Locais e Indígenas (LINKS), sigla avançada pela UNESCO com o intuito de explicar a pluralidade/diversidade de: conhecimentos, tradições, saberes empíricos, práticas comuns, doutrinas, capacidades inatas, identidades colectivas, interpretações inverificáveis, raízes, valores vinculativos, regras de socialização, modos de valorização, modalidades de produção e de troca, vivências subjectivas de cada um, sistemas de significados, crenças partilhadas e culturas cognitivas a nível mundial.

Quer a iniciativa Leland «Africa Global Information Infrastructure Gateway», criada em 1997 e financiada pela USAID, quer a Rede para o Desenvolvimento Sustentável (SDNP), criada em 1996 e financiada pelas NU, contribuíram para a introdução da Internet em Moçambique, capacitando os Provedores de Serviços de Internet e as Universidades, visando melhorar infraestruturas e habilitar quadros técnicos (PNUD, 2008: 75). Este documento refere ainda que, em 1997 e em 2003, o canadiano Centro de Investigação e Desenvolvimento Internacional (IDRC) lançou os programas «Acácia» e «Conectividade para África», respectivamente, visando alertar as populações para os benefícios da Internet e das TIC no desenvolvimento, financiando alguns “projectos comunitários como o fórum de

debate sobre as TIC, o desenvolvimento de conteúdos locais e respectiva publicação *on-line* pelo Fórum Mulher e pelo Conselho Cristão de Moçambique”, todos altamente apropriados.

3. Afinal, que perigos podem apresentar as NTIC, a Internet e as CiberRC?

1. A extinção da tradição oral, de histórias e estórias, ou seja, de “saberes invisíveis” que passam de geração em geração, unificando as populações;
2. A quebra da relação de interacção contínua com a natureza que se corporiza “em práticas agrárias ou medicinais ou em comportamentos de adaptação às alterações ambientais” (Bindé, 2005: 258);
3. A minimização da originalidade e do potencial dos saberes locais e da multiculturalidade linguística (marginalização de conhecimentos expressos noutras línguas): “(...) 90% das línguas africanas são línguas não escritas, o que reduz consideravelmente a oportunidade de serem utilizadas como língua de comunicação na Web” (Bindé, 2005: 272), embora um inquérito sobre a utilização na *web* das 65 línguas africanas mais faladas, orientado por Marcel Diki-Kidiri e solicitado pelo Réseau International Francophone D’Aménagement Linguistique (RIFAL), confirme a presença de 24 dialectos africanos como idioma de comunicação nalguns *sites*, uma realidade encorajadora e surpreendente;
4. A submissão da lógica da identidade cultural à lógica comercial/da racionalidade económica/do *marketing*. A Internet motiva um jornalismo oportunista e exige jornalistas multifacetados em detrimento do jornalismo de associação/ligação, propiciado pelas RC;
5. A hibridização dos media comunitários (mais áreas cinzentas além das já avançadas: rádios estatais do ICS e rádios de matriz católica);
6. A desvalorização dos saberes locais nas acções desenvolvimentistas das NU, das ONG e das próprias Associações Comunitárias de Base “considerados dispendiosos ou até politicamente inoportunos pelas forças de poder” (Bindé, 2007: 259);
7. A substituição dos saberes locais pelos científicos que “provocaria consequências desastrosas para a humanidade, e em particular para os PVD, pois a produção científica não é suficiente para proteger alguns tipos de conhecimentos fundamentais” (Bindé, 2007: 259);
8. A incorrecta estigmatização destes saberes imateriais de auto-subsistência considerados “obsoletos ou destinados à extinção” (Bindé, 2007: 260) em prol das informações recicladas, multiplamente reproduzidas e não validadas que dominam o ciberespaço;

9. A má informação e/ou superabundância informativa e/ou desinformação e/ou “massa de dados indistintos produzidos pela revolução da informação” (Bindé, 2007: 63): difícil de decodificar por populações com um nível de instrução baixo;

10. A longevidade dos saberes e a confiabilidade nas práticas tradicionais dada a panóplia de conteúdos a que as populações rurais têm acesso;

11. Como diz Manuel Castells (2004) “À medida que a Internet se vai convertendo na infraestrutura dominante das nossas vidas, a propriedade e o controlo do acesso a ela convertem-se no principal cavalo de batalha pela liberdade” quando, nos PVD, ainda se luta pela efectivação de liberdades e direitos humanos elementares;

12. Em vez da tão almejada convergência, a ausência de estratégias e regras de apropriação poderá provocar uma dispersão dos escassos recursos humanos e uma fragmentação e duplicação de recursos, exs: infraestruturas paralelas e dispendiosas, e múltiplos provedores de conteúdos a cobrir os mesmos sectores, desconsiderando outros;

13. A segurança comunitária, visto que as populações rurais tornam-se cibernautas indefesos e alheios aos perigos que o ilimitado espaço *web* acarreta: “Esta nova concepção de segurança exige o desenvolvimento de soluções integradas (...) de novas ferramentas do conhecimento e vigilância para definir o impacto de cada uma delas da forma mais precisa possível, sobretudo quando a ameaça diz respeito às populações mais vulneráveis” (Bindé, 2007: 242);

14. Embora presumam convergência tecnológica, usos pluralistas e abordagens horizontais, as TIC também pressupõem “tentativas de super coordenação ou centralização”, potencialmente sufocantes aos projectos locais de desenvolvimento (PNUD, 2008: 68).

Perante o exposto, tendo a concordar com ambas as perspectivas de Gonçalves (2003:157): por um lado, “A análise das novas formas de mobilização popular não pode, naturalmente, ignorar a ‘Sociedade da Informação’ como espaço de comunicação e informação e de acção colectiva” até porque as NTIC foram inclusive designadas por Huber (1997: 13) como “tecnologias da liberdade”. Por outro lado, “a liberdade de informação sofre uma profunda metamorfose na era da Internet” devido à expansão dos direitos de propriedade intelectual a dados, informação e conhecimentos, com efeitos nefastos para o exercício de uma cidadania democrática. Uma dualidade de sentimentos partilhada por Nunes (2003: 191):

“Sociedade do conhecimento, sociedade da informação, sociedade de risco: é comum, hoje, caracterizar as sociedades contemporâneas através do recurso a termos e a expressões que, de diferentes maneiras, remetem para a importância do conhecimento das ciências ou das

tecnologias, para a sua relevância enquanto instrumentos de promoção da autonomia, da liberdade, da democracia, da saúde e do bem-estar, ou alternativamente, como fontes de incerteza e de risco que tornam o mundo mais inseguro, mais perigoso, menos previsível ou menos livre”.

Em suma, os saberes locais/tradicionais/índigenas/minoritários adquiriram o seu lugar por direito nas estratégias desenvolvimentistas das NU, e as RC conquistaram o direito de agir como garantes fidedignos do resgate, valorização e difusão dos mesmos. A coabitação dos saberes científicos e locais traz inequívocos benefícios para a «economia do conhecimento», mas também coloca sérios problemas à segurança da humanidade. Como tal, as RC instituem-se como ferramentas essenciais à estruturação destas novas dimensões físicas, económicas, sociais e culturais. O progresso local empreende um vastíssimo conjunto de práticas e perspectivas, realidade que deriva da multiplicidade dos actores envolvidos na gestão dos territórios. Engajamento democrático e empreendedorismo endógeno destacam-se como vertentes primordiais do desenvolvimento humano e social, que implica a participação da sociedade civil e do tecido socioeconómico local, condição vital ao livre arbítrio.

As RC têm a ver com a «ethos grupal» que, antropológicamente, significa “consciência viva do grupo que impõe o sentido de costume enquanto maneira regular ou mecânica de agir” e com a «hexis» que, filosoficamente, significa “costume como praxis ou prática de acções com a disposição voluntária e racional para atos justos e equilibrados” (Paiva & Sodré, 2011: 134). Ambas reiteram a ideia de Piaget de que o conhecimento não tem origem no objecto, mas sim, nas interac es coordenadas, recíprocas, co-determinadas e mutuamente apoiadas.

Apostar nelas exige: **1.** Um constante investimento no conhecimento científico internacional, para o qual contribuem os CMC da UNESCO; **2.** Uma elevada dose de tolerância activa na salvaguarda das minorias nacionais e dos grupos vulneráveis e **3.** Uma luta incessante no combate   intolerância,   violência, ao racismo,   xenofobia,   exclusão,   marginaliza o, ao nacionalismo exacerbado e   discrimina o de minorias únicas, religiosas e linguísticas, como instituido na Declara o de Princípios sobre a Tolerância, adoptada e assinada na 28^a sessão da Conferência Geral da UNESCO em 1955.

Neste contexto, julgo oportuno falar do movimento “Communication Rights in the Information Society” (CRIS) que integra indivíduos e organiza es de todo o mundo, motivados na amplia o da luta “contra a mercantiliza o exacerbada, a manipula o e a

concentração de poder que o uso das TIC tem gerado”¹²⁸. Objectivos-chave desta campanha:

- Reforçar a esfera pública e garantir que a informação e o conhecimento são utilizados ao serviço do desenvolvimento humano;
- Garantir a aquisição e o usufruto permanente e eficaz dos meios electrónicos nos PVD, mediante políticas reguladoras inclusivas, e sua sustentabilidade por via de investimentos públicos;
- Asseverar e ampliar os bens colectivos globais, sobretudo saberes indígenas, para os media públicos, privados e comunitários, bem como para o sector das telecomunicações;
- Regular o funcionamento democrático e transparente da Sociedade da Informação a todos os níveis, interligando global e local;
- Impedir o controlo e a censura por parte de governos e grandes corporações empresariais;
- Encorajar/estimular os media comunitários - ou outros - desde que centrados nas necessidades das populações, quer por meios tradicionais quer por vias modernas.

Os PVD devem, por isso, elaborar Estratégias Nacionais de Comunicação para o Desenvolvimento (ENCD) inclusivas e abrangentes, onde as RC - alicerçadas nas NTIC - possam constituir uma genuína ponte de comunicação interactiva entre as lideranças e as bases produtivas. Aliás, ao envolver as comunidades nos primeiros níveis de tomada de decisões, planeamento e gestão, estes media de proximidade facilitam a responsabilização da boa governação. Necessidade referida no Plano de Acção Regional Africano para a Economia do Conhecimento (ARAPKE)¹²⁹, cuja moldura foi proposta na segunda Conferência Regional Africana Preparatória da World Summit on the Information Society (WSIS), no Gana em 2005, baseada na “Accra Commitments for Tunis 2005”, e cuja visão foi definida pela African Information Society Initiative (AISII) e pelo NEPAD, sob a liderança da União Africana e com objectivos claros:

“A visão africana pede um esforço colectivo para estabelecer a informação e permitir à comunidade africana: **a)** Usar a informação para acelerar o desenvolvimento, induzir boa governação e apoiar a estabilidade; **b)** Providenciar bem-estar e aumentar o

¹²⁸ “Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e a luta pelos direitos da comunicação”. Revista Comunicação & Sociedade - No 41, pp. 239-242. Editora da Universidade Metodista de São Paulo. In: http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/cs_umesp/article/viewFile/183/141 (consultado a 25-08-2012).

¹²⁹ African Regional Action Plan on the Knowledge Economy (ARAPKE) - “A Framework for Action” – August 2005: **Project 6:** “Empowering Media in the Information Society”; **Project 7:** “Nurturing Research and Development in the Information Society”; **Project 8:** “Nurturing Research and Innovation in the Information Society”; **Project 11:** “Harnessing Information to empower Youth Leadership and Employment”. In: http://euroafrica-ict.org/files/2012/05/ARAPKE_2005.pdf

emprego, reduzir a pobreza e empoderar grupos desprivilegiados; **e)** Reforçar o capital natural e a capacidade humana da região e minorar as desigualdades internas; e **d)** Avançar os benefícios da informação integrando plenamente a sociedade de informação global” (African Union & ECA, 2005: 10).

O acesso desigual de alguns países às fontes, conteúdos, infraestruturas e materiais de comunicação/informação impôs o desafio de eliminar a divisão digital, assumir a diversidade das situações locais, assegurar o bem-estar das populações e consolidar as liberdades humanas conquistadas. Daí que a necessidade de adopção de indicadores para avaliar o nível de evolução da SI tenha seduzido o International Data Corporation (IDC) - instituto norte-americano especializado em TIC - a criar, em meados de 1990, o *Índice da Sociedade da Informação* (ISI), primeira ferramenta de diagnóstico que utiliza um padrão concreto¹³⁰ para avaliar os países, com base na sua capacidade de aceder e assimilar informação e tecnologias, semelhante ao IDH. Como podemos perceber, das 55 nações avaliadas (Quadro 3), África está apenas representada pela África do Sul no grupo dos “Sprinters”, na 36ª posição.

Quadro 3

Índice Sociedade da Informação 2001							
POS	SKATERS	POS	STRIDERS	POS	SPRINTERS	POS	STROLLERS
1.	Noruega	15.	Alemanha	27.	EAU	43.	Colômbia
2.	Suiça	16.	Áustria	28.	República Tcheca	44.	Rússia
3.	Suécia	17.	Nova Zelândia	29.	Hungria	45.	Filipinas
4.	EUA	18.	Coréia	30.	Malásia	46.	Tailândia
5.	Dinamarca	19.	Bélgica	31.	Polónia	47.	Arábia Saudita
6.	Holanda	20.	França	32.	Argentina	48.	Peru
7.	Reino Unido	21.	Irlanda	33.	Chile	49.	Equador
8.	Finlândia	22.	Israel	34.	Panamá	50.	Jordânia
9.	Austrália	23.	Itália	35.	Bulgária	51.	Egito
10.	Taiwan	24.	Espanha	36.	África do Sul	52.	China
11.	Hong Kong	25.	Grécia	37.	Turquia	53.	Índia
12.	Japão	26.	Portugal	38.	Romênia	54.	Indonésia
13.	Singapura			39.	Venezuela	55.	Paquistão
14.	Canadá			40.	México		
				41.	Costa Rica		
				42.	Brasil		

Fonte: International Data Corporation – IDC

¹³⁰ **Skaters:** países que mais usufruem da SI devido às avançadas infra-estruturas de informação, computorização e cibernética e às sólidas infra-estruturas sociais; **Striders:** nações bem encaminhadas em direção à SI, com muitas das infra-estruturas necessárias já instaladas; **Sprinters:** nações cuja evolução tem sido marcada por pequenos saltos tecnológicos rumo à SI devido às pressões de inversão das suas prioridades, em virtude da realidade económica, social e política. **Strollers:** nações cuja evolução é inconsistente devido à limitação dos recursos financeiros disponíveis e devido ao elevado número de pessoas que vivem na pobreza. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300011 (consultado a 24-08-2012).

Num estudo mais recente (2004), que combina a análise de quatro infraestruturas (computadores, telecomunicações, internet e social), e cuja análise recaiu sobre 53 nações, o IDC identifica os dez primeiros países no ISI (Gráfico 5), liderado pela Dinamarca, e do qual constam apenas dois países africanos: Egito e África do Sul (Gráfico 6), cujos dados aqui apresento por ser a grande potência regional do continente africano, com forte influência económica e cultural em Moçambique.

Gráfico 5 In: <http://www.idc.com/groups/isi/main.html>

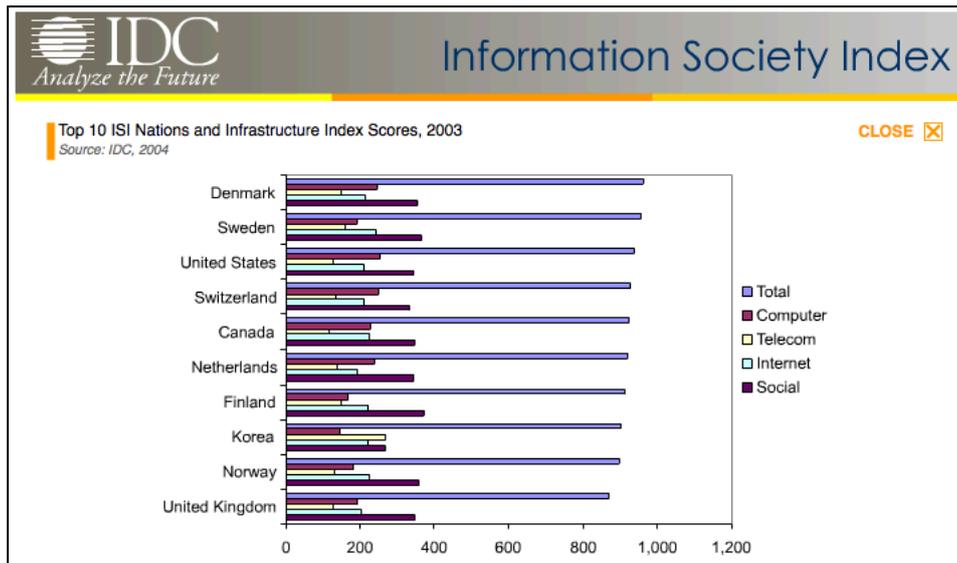
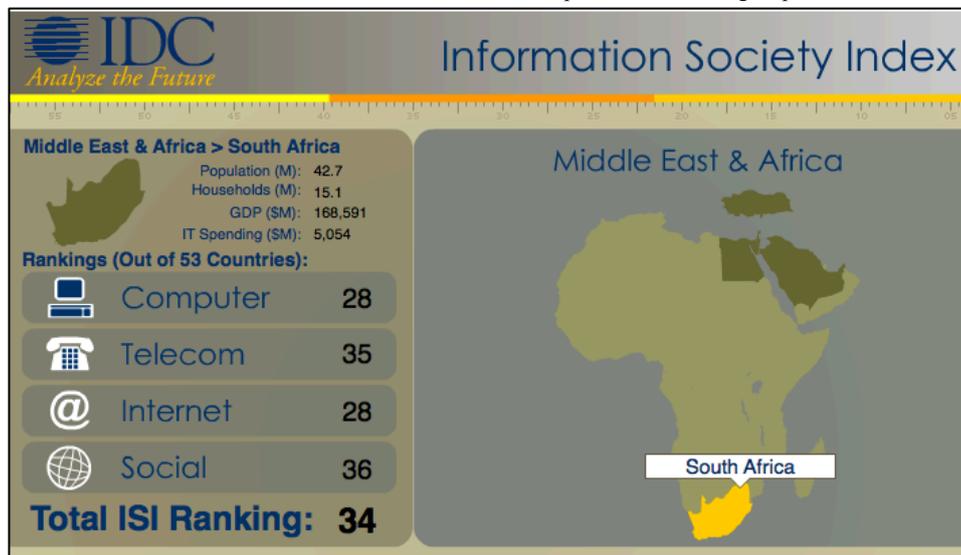


Gráfico 6 In: <http://www.idc.com/groups/isi/main.html>



Outro documento/estudo “Measuring the Information Society 2011”¹³¹, da União Internacional das Telecomunicações (UIT), apresenta o “ICT Development Index (IDI)”, composto por onze indicadores que visam monitorizar e comparar a evolução das TIC em inúmeros países,

¹³¹ In: <http://www.itu.int/net/pressoffice/backgrounders/general/pdf/5.pdf> (consultado a 25-08-2012).

nomeadamente Guiné Conacry e Moçambique, nas 144^a e 145^a posições (Quadro 4), respectivamente. Isto é: nos últimos lugares e bastante mal posicionados, se considerarmos que, segundo as NU, existem 193 países... listagem, quanto a mim, incompleta por excluir: Taiwan (cuja independência não é reconhecida pela China), Tibete (sob domínio chinês), Vaticano e Palestina (membros observadores das NU), a Gronelândia (considerada território da Dinamarca), Aruba e Ilhas Caimão (não reconhecidos por pertencerem, respectivamente, à Holanda e à Inglaterra), Saara Ocidental (Estado em disputa entre Marrocos e a Frente Polisário), Kosovo (maioria dos Estados-membros não reconhece a independência), etc. Não obstante, a conclusão deste organismo é óbvia: “Between 2008 and 2010, all 152 countries included in the IDI improved their scores, which confirms the continuous spread of ICTs and the growth of the information society worldwide. Overall, the average value of the IDI increased from 3.62 to 4.08, i.e. by 0.46 points” (ITU, 2011: 11).

Quadro 4

Economy	Rank 2010	IDI 2010	Rank 2008	IDI 2008
Comoros	128	1.67	130	1.44
Djibouti	129	1.66	124	1.56
Côte d'Ivoire	130	1.61	132	1.43
Mauritania	131	1.58	126	1.50
Angola	132	1.58	136	1.31
Togo	133	1.57	134	1.36
Nepal	134	1.56	137	1.28
Benin	135	1.54	138	1.27
Cameroon	136	1.53	133	1.40
Bangladesh	137	1.52	135	1.31
Tanzania	138	1.51	141	1.23
Zambia	139	1.50	131	1.44
Uganda	140	1.49	140	1.24
Madagascar	141	1.45	142	1.20
Rwanda	142	1.44	143	1.18
Papua New Guinea	143	1.38	139	1.24
Guinea	144	1.31	144	1.16
Mozambique	145	1.30	146	1.10
Mali	146	1.26	145	1.11
Congo (Dem. Rep.)	147	1.17	147	1.04
Eritrea	148	1.09	148	1.03
Burkina Faso	149	1.08	149	0.98
Ethiopia	150	1.08	150	0.94
Niger	151	0.92	152	0.79
Chad	152	0.83	151	0.80

In: <http://www.itu.int/net/pressoffice/backgrounders/general/pdf/5.pdf>

4. Migração Digital: fonte de ansiedades, receios, desafios, bloqueios e oportunidades

“Em 2005, os países vinculados à SADC assumiram o compromisso de migrar para o sistema digital de transmissão de dados televisivos e radiofónicos até 17 de Junho de 2015, prazo estabelecido pela UIT. A 44^a sessão do Conselho de Ministros (Dezembro 2010) aprovou o

padrão tecnológico de transição para Moçambique: o modelo DVB-T2”. Para o FORCOM, trata-se de uma iniciativa de extrema importância porque abrangerá as RC”, esclareceu Benilde Nhalevilo, actual directora executiva.

Eis outro desafio de sustentabilidade da radiodifusão comunitária em Moçambique, dado que se trata de uma acção que acarreta custos elevados e as RC dependem apenas de pequenos incentivos. Muitas pessoas não possuem sequer meios para adquirir o conversor de acesso ao novo sistema. Alguns especialistas em Direitos Humanos, defendem que a «Rádio Digital» constitui um imperativo técnico, uma urgência política ditada pelas necessidades sócio-económicas dos Estados-membros que têm agora a grande oportunidade de criar uma reserva de frequências e democratizarem o acesso às mesmas.

Outros afirmam que esta migração digital representa apenas uma oportunidade de negócio ditada pelos interesses geoestratégicos dos países detentores das patentes dos principais padrões tecnológicos nesta área. Por conseguinte, estão mais preocupados em garantir formas de regulação jurídica democrática do processo de transição. Eu diria que este debate deverá, igualmente, incluir as obrigações dos Estados e dos Governos bem como os direitos dos media comunitários e das próprias comunidades face ao processo. Uma coisa é certa: a execução deste compromisso pressupõe um caminho longo e desafios diários.

5. O que é a Rádio Digital? “nueva forma de hacer radio y su clave radica en el medio de transmitir la señal. Al ser comprimida en el espacio, donde antes cabía una sola frecuencia ahora puede ofrecerse hasta un total de seis” (Quisbert, 2010: 81). Além de um melhor aproveitamento do espectro radioelétrico, há outras vantagens que atestam a sua eficiência e flexibilidade: **1.** Qualidade de som muito superior ao sistema analógico, semelhante à de um CD; **2.** Elimina as interferências e as perturbações do FM, sobretudo nos rádios dos automóveis, **3.** Oferece mais programas num mesmo canal, cada rádio pode ter diferentes sub-rádios na mesma frequência (multicasting), **4.** Oferece múltiplos serviços complementares, ex: informações meteorológicas, rodoviárias, económicas e de última hora, **5.** Reduz os custos eléctricos: a cobertura utiliza menor potência e o transmissor consome menos energia.

“Trata-se de um processo iniciado pela UIT em 2000, mais confiável porque a informação “viaja” por pacotes de bits binários que distinguem o ruído do sinal, com ganhos ambientais inimagináveis, mas que impõe sérios desafios políticos, sociais e económicos que devem ser encarados com a máxima urgência e seriedade, sob risco de bloqueio do direito de acesso à informação das populações sem recursos para adquirir o conversor, custo calculado entre 75 a

80 dólares americanos, montante muito superior ao salário mínimo da maioria dos trabalhadores de grande parte dos países da SADC”, esclareceu Tomás V. Mário.

Desafios prementes: **1.** Revisão das legislações nacionais sobre NTIC, **2.** Harmonização do padrão tecnológico em prol da emergência de economias de escala e maior capacidade financeira, **3.** Uniformização eficaz dos equipamentos de conversão, **4.** Diálogo concertado com agências intergovernamentais, sobretudo decisores, sobre taxas de importação dos equipamentos de radiodifusão visando diminuir os direitos aduaneiros das *boxes*.

A 1 de Junho de 2012 realizou-se, em Moçambique, uma conferência internacional sobre as vantagens da rádio e televisão digital terrestre, intitulada “Moçambique Digital” e, entre 27 e 30 de Agosto de 2012, Maputo acolheu o 4º Fórum da SADC cujo objectivo foi aferir dos progressos registados ao nível da execução do plano para a “Migração Digital”, do desenvolvimento equilibrado do projecto relativo à banda de frequências para os serviços de radiodifusão digital, de um modelo de licenciamento conciliador e das diligências em curso para assegurar recursos humanos especializados e garantir a todos os cidadãos da SADC que possuam o modelo analógico, o acesso à tecnologia digital. O PNUD alerta para a inevitabilidade da migração, mas não esconde a preocupação com esta nova divisão informativa (desta feita digital) espelhada, outra vez, na exclusão das populações rurais e dos ouvintes transfronteiriços dos canais digitais de informação:

“As tecnologias digitais vão progressivamente substituir os sistemas analógicos. É preciso lembrar que, por um lado, muitos distritos de Moçambique ainda carecem de infraestruturas básicas para o uso produtivo de TICs e, por outro lado, que os investimentos feitos em iniciativas comunitárias ou outras a nível distrital não poderão ser repetidos regularmente em função das estratégias comerciais de ‘obsolescência instantânea’ dos produtores de software e hardware. Por mais que as oportunidades estejam animadoras, as escolhas estratégicas devem considerar a durabilidade, robustez, manutenção e custos como factores chave no investimento” (PNUD, 2008: 68).

Nhalevilo partilha esta inquietude reafirmando que o equipamento de emissão utilizado pelos operadores da rádio, bem como os aparelhos de rádio usados pelos ouvintes não são capazes de transmitir ou receber sinais digitais. Confirmou que haverá, à semelhança da Europa, um período de ‘dupla iluminação’, cujo prazo limite obriga os operadores a instalar novos transmissores e os consumidores a adquirir os “set-up-box”. Confirmou que as RC não têm condições financeiras para a aquisição de equipamento digital, inviabilizando a fluidez da informação nas zonas mais recônditas do país, “comunidades constantemente

excluídas como resultado de várias políticas e processos informativos desiguitários” e sugeriu que o Governo moçambicano seguisse os passos de outros países “subsidiando os cidadãos ou reduzindo os impostos alfandegários sobre este tipo de equipamento”. Para uma eficaz fruição do sistema digital, o PNUD (2008: 25) recomenda poucas empresas dedicadas exclusivamente à actividade de “multiplexar e transmissão de programas”.

6. Lei de Radiodifusão ou Código de Boas Práticas?

Um requisito que poderia, efectivamente, garantir às RC um investimento substancial na convergência tecnológica reside na legalização do sector, ou seja, na sua capacitação institucional. Foi exactamente neste âmbito que a AMARC produziu, em 2009, o documento “Princípios para um Marco Regulatório Democrático sobre Rádio e TV comunitária”¹³², cuja validação dos **14 pontos** nele inscritos - “desenvolvidos desde a década de 90 com diferentes organizações e pessoas do mundo inteiro e resultado da pesquisa «Melhores práticas sobre marcos regulatórios em Radiodifusão Comunitária», realizada em 29 países dos cinco continentes, para identificar as melhores experiências mundiais” - poderia motivar a elaboração e a promulgação de «Leis de Radiodifusão Comunitária» nos PALOP. Ei-los:

1. Necessidade de adoptar medidas de promoção da «**Diversidade de Meios, Conteúdos e Perspectivas**» em prol do pluralismo informativo, do acesso aos meios de radiodifusão e do reconhecimento das diversas formas jurídicas de propriedade, finalidade e estruturas de funcionamento, incluindo regras para limitar a concentração de meios;
2. Necessidade de «**Reconhecimento e Promoção**» do sector, distingui-lo na legislação nacional, garantindo os direitos e liberdades humanas fundamentais, assegurando a diversidade de meios e promovendo o seu acompanhamento por via de procedimentos, condições e políticas públicas que garantam a sua existência e o seu progresso;
3. Necessidade de respeitar «**Definição e Características**»: actores privados independentes e não governamentais, com objectivos sociais, sem fins lucrativos, “que não realizam proselitismo religioso, não são de propriedade ou estão controlados ou vinculados a partidos políticos e tão pouco a empresas comerciais”, cuja gestão é garantida por diversos tipos de organizações sociais, e cuja característica distintiva é a participação da comunidade na propriedade, na programação, na administração, na operacionalização, no financiamento e na avaliação da estação emissora;

¹³² In: <http://www.amarcbrasil.org/amarc-principios-14-pontos-port.pdf> (consultado a 26-08-2012).

4. Necessidade de reconhecer a multiplicidade de «**Objectivos e Finalidades**»: satisfazer as necessidades de comunicação/de desenvolvimento de comunidades específicas, garantir o direito à informação multiétnica, multicultural e multilinguística, promover o desenvolvimento social, os direitos humanos e os valores democráticos, a pluralidade informativa e opinativa, o diálogo e a convivência pacífica, o fortalecimento das identidades culturais e sociais e a participação activa de diversos movimentos sociais, independentemente da raça, da etnia, do género, da orientação sexual e religiosa e da idade;
5. Necessidade de garantir «**Acesso tecnológico**» a sistemas analógicos ou digitais “cabo, sinais de satélite, bandas de rádio e TV e outros sistemas que utilizem o espectro radioelétrico”, fazendo depender as características técnicas e os planos de gestão da emissora unicamente das necessidades da comunidade visada e da proposta comunicacional previamente apresentada;
6. Necessidade de afiançar «**Acesso universal**» a todas as comunidades organizadas e entidades sem fins lucrativos que estejam sedeadas em áreas urbanas, periurbanas ou rurais, isto é, conceder-lhes o direito a fundar emissoras de Rádio e TV sem limitações relativas a: “áreas geográficas de serviço, cobertura, potência ou números de estações em uma localidade, região ou país”, excepto em casos de limitada disponibilidade de frequências ou para impedir a concentração na propriedade de meios de comunicação;
7. Necessidade de garantir «**Reservas de Espectro**» equitativas face aos restantes sectores ou categorias de radiodifusão visando assegurar a sua existência, um princípio “extensivo às novas outorgas para emissoras digitais”;
8. Necessidade de assegurar que o deferimento de licenças, as concessões e demais aspectos operativos inerentes ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como a participação da Sociedade Civil nos processos de tomada de decisões sejam regulados pelas «**Autoridades Competentes**» de um Estado de Direito “organismos estatais independentes do governo, bem como de grupos económicos e empresariais”.
9. Os «**Procedimentos de Outorga**» devem acautelar concursos abertos, transparentes e públicos, incluindo audiências públicas, bem como uma ampla e clara divulgação dos critérios e mecanismos de avaliação para a concessão de licenças. O sector de radiodifusão, os procedimentos e os critérios específicos constituem elementos diferenciadores. Os concursos devem também avaliar a natureza e as especificidades do sector comunitário visando garantir-lhe uma participação sólida e igualitária;

10. «Requisitos e condições não discriminatórios»: às comunidades organizadas e entidades sem fins lucrativos, interessadas em criar media comunitários, devem ser exigidos os requisitos administrativos, económicos e técnicos estritamente necessários para garantir o seu funcionamento e o exercício pleno dos seus direitos. “As condições das licenças não podem ser, portanto, discriminatórias”;

11. A existência de vários interessados impõe «*Critérios de avaliação*» diferenciados em conformidade com os diversos modelos de radiodifusão. No que respeita aos media comunitários, a escolha deve privilegiar “a pertinência do projeto comunicacional, social e cultural, a participação da comunidade na emissora, os antecedentes de trabalho comunitário da organização interessada e a contribuição da emissora para a diversidade na área de cobertura”. Os recursos económicos não devem constituir um critério de avaliação, contudo, podem ser exigidas mais-valias financeiras sensatas em prol da sustentabilidade do projecto;

12. O «*Financiamento*» e/ou sustentabilidade económica e/ou independência e/ou desenvolvimento dos meios comunitários pode ser assegurado por meio de: doações, apoios, patrocínios, publicidade comercial e oficial e outros legítimos, os quais deverão ser integralmente reinvestidos na emissora para o cumprimento da sua missão-chave. A duração e quantidade de *spots* publicitários deve ser razoável e não discriminatória. “Os meios devem prestar contas de forma periódica à comunidade, tornando transparente e pública a gestão dos seus recursos”. Por que não criar um Fundo Regional para os OCS comunitários visando assegurar, pelo menos, a manutenção dos equipamentos e os cursos de formação?;

13. Os «*Recursos Públicos*», leia-se fundos, devem estar disponíveis para assegurar o desenvolvimento dos media comunitários; e apela à elaboração de políticas públicas que os isentem ou reduzam o pagamento de taxas e impostos, incluindo o uso do espectro, para que possam cabalmente cumprir a sua função de serviço público;

14. O fosso digital/tecnológico/informacional suprefenciado, e conseqüente exclusão social, exige que os Estados adoptem mecanismos de «*Inclusão Digital*» que garantam “o acesso e migração dos meios comunitários às novas tecnologias”. Os desafios de migração e de digitalização dos suportes analógicos devem ser encarados numa perspectiva de convergência tecnológica e regulatória, transparente e equitativa.

Esta listagem (já ampliada)¹³³ suscita alguns comentários ilustrados, aliás, pelas características de algumas RC, tratadas no capítulo IV:

¹³³ Actualmente são 40 Princípios, in: http://www.amarcalc.org/publicaciones/pdf/40ppios_pt_folleto.pdf

1. As rádios estatais locais do ICS (consideradas comunitárias pelo Estado moçambicano). Estou em total desacordo com a primeira parte do ponto 13. pois considero que, ao receberem fundos do Estado - exceptuando-se as campanhas de vacinação dos Ministérios da Saúde, de atribuição de bolsas de estudo dos Ministérios da Educação ou de patrocínios para a concessão de microcréditos dos Ministérios da Agricultura – as RC estão a abrir portas à ingerência político-partidária, como que “um presentinho pela parceria”;
2. As rádios da Igreja (também consideradas comunitárias por servirem uma «comunidade de fé»). Aqui corroboro na íntegra o ponto 3. que afirma categoricamente que os media comunitários são instrumentos de comunicação independentes, com uma estrutura horizontal, geridos, participados e apropriados por associações de base comunitárias e não por entidades superiores (governos, partidos políticos ou igrejas);
3. A posição dúbia da RENARC, na Guiné-Bissau, acusada por vários membros filiados de “pouca transparência na gestão dos fundos e de se recusar a autonomizar a REDE da ONG AD”, contradizendo nomeadamente o ponto 12 que apela à clareza total;
4. O facto das RC pagarem taxas e impostos em pé de igualdade com as estações privadas, facto que corrompe a segunda parte do ponto 13, com a qual concordo;
5. A cobertura das RC. Defendo que não deve exceder os 50/70 km (aproximadamente). Quantidade pode não significar qualidade. Maior abrangência significa mais pessoas inseridas no processo de comunicação mas menos proximidade/apropriação da estação. O contrário também se verifica: menor cobertura geográfica pressupõe maior apropriação da estação, contudo, menos indivíduos com acesso a programas de sensibilização, educação, informação, formação e entretenimento. Concordo com a nocividade de coberturas impostas arbitrariamente (ponto 6) mas essa delimitação tem que ser feita, ainda que compreenda um mínimo e um máximo, caso contrário, ao invés de rádios locais, temos rádios nacionais ou mesmo transnacionais, como já acontece em inúmeros casos.

Relembro que os únicos instrumentos legais que alicerçam a criação e o funcionamento dos media comunitários moçambicanos são: a *Constituição da República*, cujo art.º 48 consagra os direitos de todos os cidadãos à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão, a *Lei de Imprensa* (nº18/91, de 10 de Agosto) e a *Política e Estratégia Nacional de Informação*, de 1997, que prevê regulamentar as RC¹³⁴. Com base na Lei de Imprensa, formularam-se outros decretos: o 22/92, de 31 de Dezembro, que estabelece as condições técnico-legais de

¹³⁴ In: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/africa-media/09167.pdf> (consultado a 26-08-2012).

utilização do espectro radioelétrico, e o decreto 9/93, de 22 de Junho, que estabelece as condições de participação dos sectores privado, cooperativo e misto na radiodifusão e televisão.

Em Maio de 2010, o governo moçambicano iniciou o processo de preparação de uma «Lei de Rádio e Televisão», requereu o contributo da sociedade civil e de organizações ligadas à comunicação social para a elaboração de um ante-projecto e destacou equipas integradas pelo GABINFO para liderar debates públicos a nível nacional. O MISA Moçambique considerou-o inadequado/inconstitucional, por não responder aos padrões internacionais estabelecidos neste domínio e, sobretudo, por violar os compromissos assumidos pelo Estado moçambicano no âmbito da Carta Africana sobre a Radiodifusão (2001) e da Declaração sobre Liberdade de Expressão em África (2002), que consagram a clara separação entre os serviços público, comercial e comunitário. Até hoje, não houve quaisquer novos desenvolvimentos em torno deste processo específico.

Contudo, em 2011, o FORCOM finalizou o processo de elaboração de uma «Proposta de Lei para o Serviço Comunitário de Radiodifusão», ainda não depositada na Assembleia da República, pelo que é apenas um documento interno que estabelece alguns princípios inovadores e clarificadores para a gestão do sector. Destaco: acesso equitativo às frequências; reconhecimento e protecção dos jornalistas voluntários; exigência de produção de conteúdos locais; independência e autonomia das RC perante Governo, Delegações Provinciais, Partidos Políticos e outros interesses políticos ou económicos, locais, nacionais ou estrangeiros; reserva estatal de um canal específico comunitário evitando uma ocupação monopolista das frequências pelos restantes serviços; em vez da usual licença, as RC solicitariam apenas uma autorização para uso do canal a elas reservado; transferência da autorização do Conselho de Ministros para o Conselho Superior da Comunicação Social; pagamento de uma taxa simbólica de autorização; isenções fiscais iguais às atribuídas a entidades com estatuto de utilidade pública; garantia de espaço para anúncios estatais de carácter comunitário (apelo ao voto consciente, desastres naturais, etc.); admissão de anúncios pagos e patrocínios a programas em prol da sustentabilidade das RC e proibição da venda de tempo de antena para propaganda de partidos políticos e outras entidades afins.

Em ambos os PALOP... operadores, proprietários, comunidades, actores locais, sectores beneficiários (agrícola, apícola, pesqueiro, etc.) e parceiros internacionais aguardam, impacientemente, pela legalização do sector e/ou adopção dos princípios supracitados, visto que:

“This and similar kinds of broadcasting may also mitigate feelings of isolation, from which many impoverished communities suffer. Even very basic community radio stations are capable of delivering quality educational and development-oriented programs to diverse audiences. Measurable economic improvements can result from the access to key information that community radio stations offer” (Mefalopulos, 2008: 183).

Acrescentaria que as RC combatem a desertificação das zonas rurais, ajudam a realocar pessoas deslocadas e funcionam como instrumentos de antecipação, prevenção e gestão de desastres naturais. Contudo, porque a “palavra pública incomoda o poder”, a aprovação de uma Lei para o sector da radiodifusão, em geral, e para o sector da radiodifusão comunitária, em particular, parece constituir um desafio a longo prazo, em ambos os PALOP.

Há países, como a Austrália, que além de uma Lei de Radiodifusão, que contempla o sector comunitário, adoptaram uma solução intermédia/de compromisso: um «Código de Conduta»¹³⁵ específico para o sector comunitário visando minimizar as lacunas da Lei Geral, leia-se: harmonizar, uniformizar, flexibilizar, compatibilizar, complementar, agilizar e balizar políticas, práticas, modelos, estruturas, objectivos, direitos e deveres, explicou Debora Welch, oradora na AMARC 10:

“The Broadcasting Services Act 1992 outlines the legal framework for community broadcasting. The Community Radio Codes of Practice set out the guiding principles and policies for programming on community broadcasting stations. They also outline the operational standards for stations that hold a community broadcasting licence. The Codes do not replace the licence conditions in the Act; they are complementary and we are legally obliged to follow both the licence conditions and the Codes”.

É a Australian Communications and Media Authority (ACMA) quem regula a atribuição e as condições inscritas nas Licenças e os requisitos dos oito Códigos, que aqui resumo:

1. «**Responsabilidades perante a Comunidade**» visando garantir que as RC operam de acordo com os princípios orientadores estipulados e no âmbito da boa governança corporativa: “Each community radio station will be controlled and operated by an independent body that represents its community interest”;

2. «**Princípios sobre Diversidade e Independência**» para garantir que as RC tenham políticas e procedimentos escritos em prol da diversidade e da participação comunitária: “We will have in place policies and procedures to support this commitment. We will

¹³⁵ In: http://www.acma.gov.au/webwr/_assets/main/lib410018/community_radio_broadcasting-code_of_practice_2008.pdf (consultado a 27-08-2012).

document evidence of our efforts to encourage community participation”;

3. «**Programação Geral**» que considere “community interest, context, degree of explicitness, the possibility of alarming the listener, the potential for distress or shock, prevailing Indigenous laws or community standards and the social importance of the broadcast”, dispondo de meios adequados para transmissões de emergência locais;

4. «**Programação e cobertura de assuntos indígenas**» demonstrando respeito pelas diferenças regionais linguísticas, comportamentais, culturais e étnicas;

5. «**Música Australiana**»: compromisso das RC em desenvolver música nacional, transmitindo regularmente o trabalho dos seus artistas: “Of all music programming, we will broadcast at least 25 per cent of Australian music, except for ethnic and classical music stations”;

6. «**Patrocínios**»: Anúncios não podem exceder os cinco minutos por hora. “Sponsorship will not be accepted from individuals or groups whose policies or practices are inconsistent with the general directions of the station”;

7. «**Reclamações**» assumindo claramente os direitos dos ouvintes, membros ou voluntários: “A responsible officer of the licensee will maintain a record of complaints and responses for a period of at least two years from the date of the complaint”;

8. «**Revisão dos Códigos de Conduta**», a cada três ou cinco anos, com a participação de organizações ligadas ao sector, garantindo a sua actualidade e relevância: “The organisation will strive to seek agreement with the majority of community broadcasting stations and incorporate public feedback before the Codes are provided to ACMA for registration under the Act”.

Uma análise comparada permite concluir que, embora os PALOP aqui analisados não tenham uma moldura legal para as RC... teoricamente, as «Propostas de Lei para o Serviço Comunitário de Radiodifusão» elaborados pela RENARC e pelo FORCOM são muito semelhantes a estes Códigos de Conduta australianos. Contudo, a prática é bem distinta: além da inexistência de uma Lei de Radiodifusão, a Lei de Imprensa nem sequer reconhece a radiodifusão comunitária como um sector privado para efeitos de licenciamento (AfriMAP et al., 2010: 58) e as Entidades Reguladoras da Comunicação estão sempre dependentes dos governos centrais.

7. Legislação: Guiné-Bissau «versus» Moçambique

A Guiné-Bissau não tem uma legislação específica para as RC. Uma notícia do “Nobas di Guiné”, datada de 1 de Julho de 2011, dá conta de que o Parlamento aprovou, por unanimidade, o projecto-lei sobre a Radiodifusão. Uma notícia confirmada a 29 de Agosto de 2012, junto do responsável directo de Informação e Documentação da Assembleia Nacional Popular, Agostinho da Silva: “A ANP já aprovou, e mandou para publicação no Boletim Oficial Nacional, a Lei da Radiodifusão, a Lei da Televisão, a Lei de Publicidade, o Estatuto de Jornalista, a Lei Base de Tecnologias de Informação e Comunicação, assim como a alteração da Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social”.

Ao que consegui apurar, uma Lei sem grandes novidades para o sector comunitário cujo único quadro de referência é a Lei de Imprensa nº4/91, aprovada aquando da revisão constitucional de 1991 - onde se reconhece aos cidadãos a liberdade de expressão e de opinião - e cujo ponto um do artigo 6º «Exercício da Rádio e da Televisão» diz o seguinte: “O acesso das empresas de rádio e televisão ao espectro radioelétrico fica sujeito à concessão de licença, nos termos das normas aplicáveis ao domínio das telecomunicações”¹³⁶.

A Lei nº 6/91, de 3 de Outubro, criou o Conselho Nacional de Comunicação Social (CNCS), órgão independente que funciona junto da Assembleia Nacional Popular, a quem compete, nomeadamente: “Apreciar as candidaturas, a atribuição de alvará para o exercício de actividade de radiodifusão e emitir parecer fundamentado sobre as mesmas, a apresentar ao Governo” (Artigo 4º, alínea g)¹³⁷.

A Lei n.º 5/2010, de 27 de Maio, estabeleceu a Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação (ARN-TIC), incumbida de coordenar, tutelar, planear, regular, supervisionar, fiscalizar e representar tecnicamente o sector das NTIC. Uma das suas inúmeras atribuições é exactamente: “Assegurar a gestão do espectro radioelétrico, envolvendo a planificação, a atribuição dos recursos espectrais e a sua supervisão, bem como assegurar a coordenação entre as comunicações civis e militares”¹³⁸, como reiterou, via *e-mail*, Davi D’Almada, responsável do núcleo de informática da ARN:

“A Lei de Base das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), publicada no 3.º Suplemento do Boletim Oficial n.º 21, extinguiu o ICGB (Instituto de Comunicação da

¹³⁶ In: <http://www.didinho.org/Lei%20da%20Imprensa.htm> (consultado a 27-08-2012).

¹³⁷ In: http://guine-bissau.fi/org_pol_admin/legislacao/2.3.7.html (consultado a 27-08-2012).

¹³⁸ In: <http://arn-gb.com/quem-somos/atribuicoes> (consultado a 27-08-2012).

Guiné Bissau) e estabeleceu a ARN (Autoridade Reguladora Nacional) das TIC (ARN-TIC) que sucedeu ao ICGB na sua personalidade jurídica, mantendo todos os direitos e obrigações legais ou contratuais que integram a respectiva esfera jurídica. Relativamente às estações emissoras, temos responsabilidades repartidas com a Direcção Geral da Comunicação Social (DGCS). Esta autoriza o exercício de actividades e define, entre outras coisas, os conteúdos a serem difundidos e a cobertura das estações. A ARN certifica-se que estas directrizes técnicas são respeitadas”.

Em suma, a Guiné-Bissau não tem uma autoridade independente que regule a radiodifusão dado que estas entidades estão sob a tutela do Ministério da Comunicação Social e dos Assuntos Parlamentares a quem compete “formular, coordenar e executar a política de comunicação social do Governo, designadamente, nos domínios da imprensa, da rádio, da agência noticiosa, do cinema e da televisão e assegurar a ligação entre o Governo e a Assembleia Nacional Popular e entre aquele e os partidos políticos”, explicou o jornalista da Agência Lusa, Mussá Baldé. No fundo, quem concede as licenças é o governo guineense.

Em Moçambique, o Decreto nº9/93, de 22 de Junho de 1993, regulamenta a liberalização do sector da radiodifusão e reconhece a sua quádrupla divisão: pública, privada, mista e cooperativa. O artigo 3 deste Decreto descreve operadores cooperativos como organizações colectivas e não lucrativas. “Os operadores comunitários de radiodifusão são, portanto, entendidos como estando na categoria do sector cooperativo e na prática são tratados como tal” (Afrimap et al., 2010: 75). Conclusão: não há sequer uma definição específica sobre «radiofonia comunitária». O Decreto nº11/94, de 8 de Setembro, emitido pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, regula a atribuição de licenças de radiodifusão pelo Instituto Nacional das Comunicações (INCM). Contudo, a estratégia reguladora está fragmentada e envolve quatro instituições: Gabinfo, INCM, Conselho Superior da Comunicação Social (CSCS) e Conselho de Ministros.

Mas só as duas primeiras é que assumem funções centrais de regulação do sector de radiodifusão: o Gabinete de Informação do Estado tramita o registo legal e o INCM “inspecciona o equipamento, analisa as transmissões, dá o aval para a concessão de alvarás, verifica se o raio de acção estipulado para RC (não mais de 100 km) é cumprido, cobra a taxa de exploração do espectro radioelétrico e protege-as contra interferências na frequência”, esclareceu Benilde Nhalevilo.

“Nenhuma destas instituições é independente do Governo. O Gabinfo é um departamento subordinado ao gabinete do Primeiro Ministro e o INCM responde perante o Ministério dos

Transportes e Comunicações. O seu presidente é nomeado pelo Conselho de Ministros. Gabinfo e INCM prestam contas directamente às respectivas instituições governamentais de tutela. Não há políticas nacionais públicas de comunicações ou de radiodifusão em Moçambique. O INCM funciona numa base ad-hoc, como uma entidade técnica que assessora o Gabinfo na inspecção técnica para a atribuição de frequências” (AfriMAP et al., 2010: 76).

Em suma, ambas dirigem recomendações ao Conselho de Ministros, que detém a última palavra sobre a atribuição de licenças. Apesar da Constituição e do Diploma Ministerial nº86/98, de 15 de Julho, conferirem ao CSCS alguns poderes reguladores de supervisão no domínio da radiodifusão, este órgão “não tem desempenhado qualquer papel de relevo desde a sua criação em 1992”, assume Tomás V. Mário.

Nos termos do artigo 16 do Decreto nº 9/93, o Conselho de Ministros atribui licenças de dez anos, renováveis. O Artigo 4º da Lei de Imprensa enumera algumas obrigações de todos os sectores de radiodifusão em prol do serviço público, nomeadamente: “Elevação do nível de consciência social e cultural dos cidadãos e promoção do diálogo entre os poderes públicos e os cidadãos”, missões cumpridas pelas RC, embora não existam quotas de conteúdos locais para os sectores privado e cooperativo.

Mais, o Gabinfo é responsável pelo controlo efectivo dos procedimentos que garantem o cumprimento das condições de licenciamento mas, aparentemente, não detém a necessária capacidade institucional para o fazer: foi incapaz de elaborar uma base de dados com as empresas e indivíduos que, após o acordo de paz de 1992, receberam licenças de radiodifusão mas não as utilizaram “durante mais de dez anos” e, só em 2005, é que este organismo lhes pediu que se apresentassem para actualizar dados. Como é óbvio, também não conseguiu “avaliar o nível de acatamento das condições de licenciamento por parte das entidades licenciadas” (AfriMAP et al., 2010: 80).

Em suma, Moçambique não tem uma autoridade independente que regule a radiodifusão, dado que os instrumentos para o registo legal e atribuição das licenças de radiodifusão estão sob a tutela do Conselho de Ministros, aconselhado pelas três entidades suprarreferidas: Gabinfo, INCM e CSCS. Quando, de acordo com a Declaração dos Princípios sobre a Liberdade de Expressão em África, todas estas funções deveriam ser asseguradas por um órgão estatutariamente independente.

O relatório AfriMAP reforça a minha posição sobre a natureza estatal das rádios do ICS:

“No início de cada ano, o escritório-sede em Maputo, emite um modelo tipo de Programação, no qual vêm listados as principais componentes de conteúdo e o tempo de antena a ser alocado a cada um: assuntos correntes, desenvolvimento agrícola, cuidados primários de saúde (incluindo HIV/SIDA, malária) e por aí em diante. Tendo o programa-tipo à sua frente, os Delegados Provinciais devem conceber grelhas de programas específicas para as estações sob a sua jurisdição” (AfriMAP et al., 2010: 60).

Conclusão: Com os projectos de lei literalmente congelados, estes países limitam-se a documentar as conclusões dos encontros e das formações locais, regionais, nacionais e internacionais que RENARC, AD, UNOGBIS, INFORMORAC, FORCOM, ICS, CAICC, RENAJ, IBIS, ICCO, SWISSAID, ACEP, etc. ministram, realidade bem diferente da Austrália! Por conseguinte, defendo que para credibilizar o sector - negligenciado e/ou juridicamente ignorado pelos Estados guineense e moçambicano - a RENARC e o FORCOM devem institucionalizar «Códigos de Conduta» exactamente para reduzir as tais áreas cinzentas, facilitar pedidos de autorização e retirar as RC do impasse cognitivo em que se encontram. Mais, urge instituir uma entidade com autoridade para monitorizar/regular os princípios neles inscritos, análogos à natureza internacionalmente padronizada de uma RC.

“Um grande obstáculo para um maior desenvolvimento das RC em Moçambique é a ausência de um quadro jurídico específico para promover o desenvolvimento do sector. A lei de Imprensa é omissa sobre a possibilidade de comunidade locais ou pequenos grupos organizados de pessoas poderem submeter pedidos de licença de radiodifusão. Comunidades locais pretendendo estabelecer uma RC necessitariam, primeiro, de constituir-se em associações, nos termos da lei das associações. Este é um processo legal complexo, fora do alcance e capacidade de implementação das comunidades rurais” (AfriMAP et al., 2010: 63).

8. Saberes Locais e Desenvolvimento Sustentável

Falar de C4D, de cidadania, de *empowerment*, de *accountability*, de participação cívica e de RC é, sobretudo, “mergulhar” no conceito de «Desenvolvimento Humano» visionado/criado pelo falecido economista paquistanês Mahbub ul Haq e cujo objectivo-chave é a extensão das escolhas e/ou oportunidades das pessoas que, em princípio, devem ser ilimitadas e alteráveis ao longo da vida, de acordo com as suas necessidades e expectativas:

“As pessoas geralmente valorizam realizações não visíveis de todo, ou não visíveis de forma imediata, em termos de rendimento e números de crescimento: maior acesso ao *conhecimento*, melhor nutrição e melhores serviços de saúde, reservas alimentares mais seguras, segurança

contra o crime e violência física, horas de lazer satisfatórias, *liberdades políticas e culturais e sentimento de participação nas actividades da comunidade*. O objectivo do desenvolvimento é criar um ambiente favorável ao gozo de uma vida longa, saudável e criativa” (PNUD, 2008: 1).

Esta enunciação pressupõe uma nova forma de pensar o conhecimento científico e as ciências humanas e reorienta a problemática do desenvolvimento, centrando-a no Homem e na procura de estratégias eficazes em prol de um desenvolvimento humano sustentado, sustentável e participativo, aliado a um crescimento económico equitativo. Ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento adquiriu uma face humana, passando a sua identidade a privilegiar o bem-estar dos indivíduos “que agrega as suas necessidades materiais e imateriais, nomeadamente sistemas de educação social alicerçados na preservação e continuidade cultural, sistemas políticos com liderança e processos decisórios transparentes” (Burkey, 1996, cited in PNUD, 2008: 1). Realizações permitidas pelas RC que possibilitam o intercâmbio, a gestão, a produção e a difusão de informação de interesse comunitário nas línguas locais, bem como disponibilizam legislação e outros instrumentos legais como regulamentos, leis, políticas públicas, etc. (através de programas de sensibilização, dos seus *sites* e *blogs* ou de CD-ROM disponíveis nos Telecentros), permitindo ao cidadão participar na gestão da coisa pública.

Noção que nos permite abordar o conceito de «Desenvolvimento Sustentável» (DS), cuja proposta é preservar a natureza, reduzir a pobreza e minimizar as desigualdades. Os peritos sintetizam a questão, afirmando que se trata de um processo com implicações a nível macro (transformações estruturais nas sociedades de todo o mundo) e a nível micro (abrange as relações sociais das comunidades), alertando para a existência de interesses, perspectivas, necessidades e multiculturalidades que precisam de ser representados:

“Nas comunidades (...) manifestam-se também interesses e disputas de grupos e classes, mas não para reger os sistemas legais do Estado, mas antes para encontrar formas de existência na relação com este. Para a comunidade, o Desenvolvimento Sustentável, inicialmente, oferece mudanças, mas não participação, pois em seu discurso só restam as representações e as adaptações que o nível macro permite que sejam implementadas (Ranauro, 2004: 24).

Subscrevo o autor e defendo que as RC são movimentos contra-hegemónicos que permitem uma certa correcção dos rumos. Porém, o combate aos efeitos nefastos da Globalização empreende outro desafio mundial: reconhecer o «conhecimento» como dimensão da sustentabilidade. Em Joanesburgo (2002), o conceito de «Sustentabilidade» foi explicitado num tripé (Quadro 5), designado por “Teoria dos 3P’s”, quanto a mim incompleta.

Quadro 5



O DS deve integrar as vertentes Informação/Comunicação/Conhecimento/Liberdade de Expressão/de Imprensa e de Opinião visando minimizar o subdesenvolvimento dos PVD por via da participação, enquanto direito humano básico e expoente máximo da identidade individual e colectiva. Uma ideia reforçada por Díaz-Bordenave (1989: 3):

“The need to think, express oneself, belong to a group, be recognized as a person, be appreciated and respected, and have some say in crucial decisions affecting one’s life, are as essential to the development of an individual as eating, drinking, and sleeping. Participation is not a fringe benefit that authorities may Grant as a concession but every human being’s birthright that no authority may deny or prevent”.

A par desta proposta, e corroborando a posição da FAO (2010b: 1 e 4), sugiro uma crescente e contínua valorização da C4D através de projectos que transcendam a mera disseminação de informação “to focus on the different functions of communication and the relevant methodologies that can be applied (...) to design, implement, track and assess communication initiatives”, valorizando o contexto social no qual as pessoas vivem, pois também este “dictates behaviour” e contextualiza a informação veiculada.

Já existem, pelo menos, dois instrumentos que permitem avaliar o progresso da governação face aos pressupostos supracitados: o *Índice Ibrahim* (para o continente africano), concebido e estabelecido pela Mo Ibrahim Foundation¹³⁹, em 2007, que incorpora já a categoria

¹³⁹ In: <http://www.moibrahimfoundation.org/pt> (consultado a 29-02-2012).

“*Participação e Direitos Humanos*”, na qual Guiné-Bissau¹⁴⁰ e Moçambique¹⁴¹ ocupam a 34ª e 14ª posições, em 53 países, respectivamente. Em termos de posição geral no Índice de 2011¹⁴², ocupam a 44ª e 21ª posições, com a seguinte pontuação: 37 e 55 em 100. Cabo Verde ocupa um destacado segundo lugar com 79 pontos, posicionado no primeiro lugar dos 16 países da África Ocidental e próximo do desafio imposto ao DS que “requires states to be legitimate in the eyes of their citizens and to deliver the core functions of the state”, segundo o presidente da Fundação, José Barroso.

O segundo instrumento internacionalmente aceite é o *Dashboard of Sustainability* (Painel de Sustentabilidade), desenvolvido pelo International Institute for Sustainable Development e actualmente liderado pelo Consultative Group on Sustainable Development Indicators (CGSDI), um grupo de investigação que opera através de uma ampla rede de instituições que actuam no domínio do desenvolvimento, utilizando um vasto conjunto de indicadores de sustentabilidade. O termo *Dashboard* advém da metáfora «painel de automóvel» e seus respectivos instrumentos de controlo, cujos mostradores representam a:

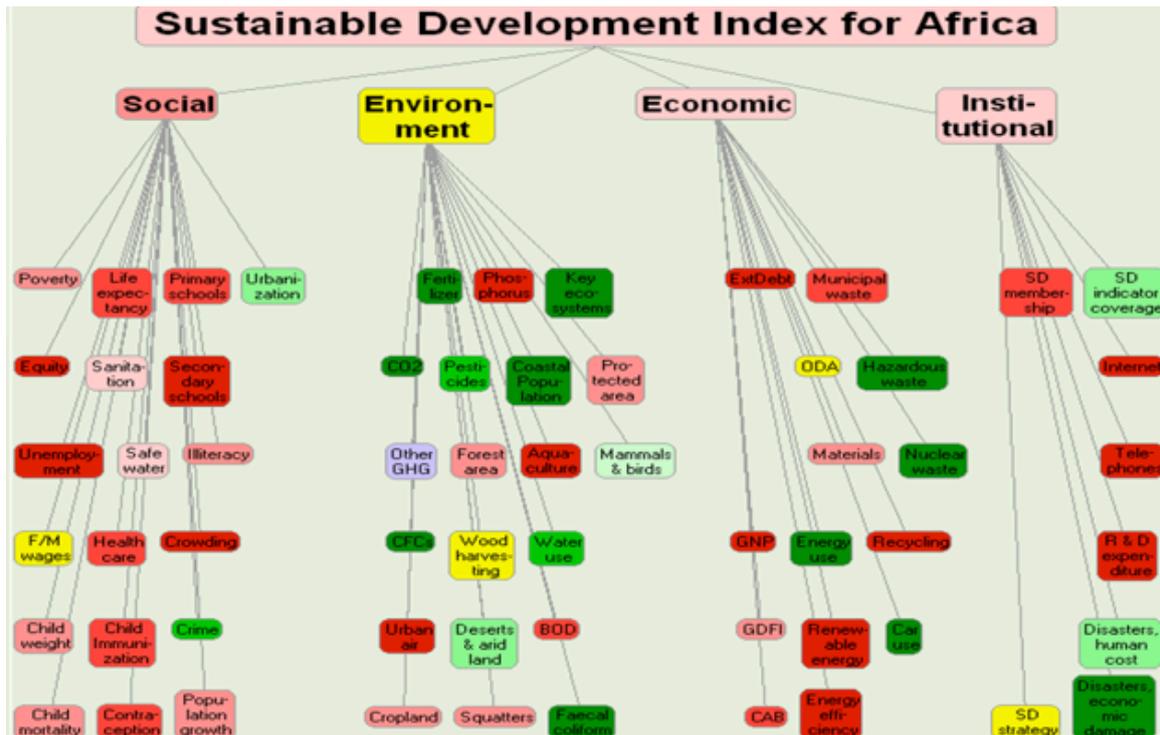
“performance da economia, da saúde social e da qualidade ambiental, para o caso de um país, ou de performance da economia, da responsabilidade social e do desempenho ambiental, no caso de um empreendimento. Cada um dos mostradores possui uma seta que aponta para um valor que reflete a performance atual do sistema. Um gráfico procura reflectir as mudanças de desempenho do sistema avaliado e existe um medidor que mostra a quantidade remanescente de alguns recursos críticos” (Antunes, 2009: 195).

A escala de cores (Quadro 6) oscila entre o vermelho escuro (posição crítica), passando pelo amarelo (situação média), até ao verde-escuro (estado positivo). Concebido com base numa visão interdisciplinar, este índice agregado de vários indicadores – dentro de cada um dos mostradores - visa chegar a um Índice de Sustentabilidade Global, designado por Sustainable Development Index (SDI). Contudo, apresenta algumas limitações, sobretudo por falta de consenso internacional quanto aos indicadores a abranger. Apesar do campo «social» incluir a equidade e a iliteracia, e do campo «institucional» incluir a internet e as telecomunicações, considero o *Dashboard* – bem como o Índice Ibrahim – limitados, devido à ausência de um quinto indicador «media».

¹⁴⁰ In: http://www.moibrahimfoundation.org/en/media/get/20111009_PTGuinea-Bissau.pdf

¹⁴¹ In: http://www.moibrahimfoundation.org/en/media/get/20111009_PTMozambique.pdf

¹⁴² In: http://www.moibrahimfoundation.org/en/media/get/20111003_ENG2011-IIAG-SummaryReport-sml.pdf



In: <http://esl.jrc.it/envind/dashbrds.htm> (consultado a 28-08-2012).

9. Sucesso ou Falhanço da C4D?

What is Communication for Development (C4D)?

The C4D Network Definition of Communication for Development (C4D)

Communication for Development (C4D) is purposeful mediated communication and support by, and for, a range of communication stakeholders in the setting of international development and human rights.

- C4D is strategic – it has objectives, strategy and design
- C4D is mediated – it utilizes broadcast, print, digital and other media (and may include interpersonal)
- C4D is located within the international development sector and human rights sector
- C4D is highly pluralistic – with varied C4D approaches and methods
- C4D is involved with emerging and innovative media- using varied media platforms and convergences
- C4D includes varied stakeholders – ranging from communication producers, participants, receivers/audiences, and facilitators
- C4D includes facilitation and support- advancing media development and supporting participation

In: <http://c4dnetwork.ning.com/> (consultado a 20-02-2012).

Segundo Choudhury (2011: 2), não tem sido dada a devida importância à C4D (Quadro 7) nos PVD, isto porque políticos e burocratas acreditam na total eficácia dos projectos económicos e das infraestruturas governamentais na erradicação da pobreza:

“Right from its inception, development communication has been pursued by all kinds of media, both traditional and new. However, sadly enough, it had been put into more theoretical use. Its possibilities, people’s change of demand and opportunities have not been used to its limit to get an overall success. Both the strength and weakness of the media and the message and access of people to these medium should be considered to achieve success in real sense and not only in pen and paper”.

Wilkins (2000: 19, cited in Srampickal, 2006: 4) acredita mesmo no falhanço da C4D, afirmando que estamos numa verdadeira encruzilhada:

“We are inundated with enthusiastic assessments of our shift from an industrial to an information age, where global knowledge takes precedence over national development... But serious problems such as poverty, malnutrition, over-population, inequality, and environmental degradation remain. Despite being designed to resolve these social problems through the strategic application of communication technologies and processes, development communication programs for the most part have failed to achieve their objectives... The burdens of global commercialization and development privatization have weighed heavily on the potential of development communication to foster significant social change”.

Discordo de Wilkins, a C4D não falhou e não estamos num impasse desenvolvimentista. Concordo com Choudhury e acrescento que o fortalecimento da C4D passa pela adopção de Índices e Indicadores que integrem as vertentes «mass-media» e «media comunitários» como mostradores principais:

“Community media build social movements and enable social change, but these processes are notoriously difficult to measure. There is an increasing need for appropriate tools and indicators that evaluate the social impact of community radio, indicators that go beyond information dissemination indicators or small project impact on individuals. To do so, the most important challenge is to embed and build the capacity within community radio stations for effective participatory monitoring and evaluation across the community radio network” (WCCD, 2006: 11).

O próprio PNUD tem vindo a aperfeiçoar os critérios de elaboração do IDH, apresentando índices complementares, destaque: Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), Índice de Desigualdade de Género (IDG), Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), Índice de Pobreza Humana (IPH), Medida de Participação segundo

o Género (MPG) e, curiosamente, o IDH de 2010, já admite as seguintes Dimensões do Desenvolvimento Humano: **1. «Capacitação»** que inclui, nomeadamente: a satisfação com a liberdade de escolha, violações dos direitos humanos, descentralização democrática e envolvimento político; **2. «Percepções sobre bem-estar e felicidade individuais»** onde consta, por exemplo: vida com objectivos e rede de apoio social; **3. «Bem-Estar Cívico e Comunitário»** que, infelizmente, apenas remete para a segurança, o alojamento, a saúde, a educação, etc., ignorando por completo o «Acesso à Informação/Comunicação Comunitária»; **4. «Ambiente impulsor: economia e infra-estruturas»** que, embora englobe os meios de comunicação social (jornais diários, cobertura de rádio e cobertura de televisão), é ainda muito incompleto (apresenta um valor - em seis possíveis - para um dos países por mim analisados) e extremamente desactualizado; **5. «Acesso às TIC»** que abarca a população coberta por rede telefónica móvel e os utilizadores de internet.

Outro passo complementar foi dado por Manuel de Azevedo Antunes, que elaborou o Índice de Desenvolvimento Humano Ponderado Sustentável (IDH_PS), alicerçado no seu conceito de desenvolvimento como bem-estar da população em harmonia com a natureza. Para a elaboração desse Índice, o autor começou por calcular o IDH_P, a partir de: IDH, IDG e MPG, deixando de parte o IPH, por não apresentar um critério uniforme para todos os países. Depois, foi só fazer a média aritmética desse IDH_P com o IDS, do *Dashboard*, de que resultou o IDH_PS (Antunes, 2009: II, 179, 188-189). Eis os dados referentes a 2000: Guiné-Bissau (0,388) e Moçambique (0,391), nos 159º e 158º lugares, em 163 países.

Em suma, nenhum dos índices suprarreferidos permite avaliar a importância e o impacto dos media nos PVD... exactamente por ausência de mecanismos de controlo contínuos, de procedimentos de monitorização/avaliação (qualitativa e quantitativa) rigorosos e de critérios/mecanismos/instrumentos/indicadores de medição de desempenho coerentes. Urge, portanto, desenvolvê-los para os OCS, em geral, e para o sector comunitário, em particular. Porque a presente tese aborda o sector radiofónico comunitário, sugiro alguns indicadores quantitativos que poderão contribuir para aferir da importância e progresso das RC, são eles:

1. Moldura Legal: cuja distinção é possível por via de três cenários: países cujo sector radiofónico é balizado apenas pela Lei de Imprensa, países com uma Lei de Radiodifusão que reconheça um sector cooperativo/misto (onde as RC estão, por vezes, indevidamente inseridas) ou países com uma Lei de Radiodifusão Comunitária aprovada pelos governos nacionais;

2. Diversidade de Formatos: distinguir entre RC criadas pelas NU, pela Igreja, por

iniciativa individual, por ONG (nacionais ou internacionais), por cooperativas, por associações de base comunitárias ou pelos Estados (rádios estatais ou públicas locais, erradamente consideradas comunitárias);

3. Códigos de Conduta: identificar que países já elaboraram e adoptaram este instrumento, reflector das exigências materiais, técnicas, financeiras, humanas e/ou de formação;

4. Entidades Reguladoras do Sector: existem ou não? São públicas ou privadas? São dependentes ou independentes do governo central? Tipo de dependência (legal, técnica ou financeira)? Estas devem: **a)** Garantir uma justa e equitativa distribuição de frequências, **b)** Delimitar as fontes de financiamento, **c)** Garantir equidade de antena aos partidos políticos, **d)** Assegurar o cumprimento do caderno de encargos previamente aprovado, **e)** Desenvolver planos de cooperação integrados, **f)** Articular as prioridades de desenvolvimento locais, regionais ou nacionais com as programações relevantes, **g)** Impedir a ingerência político-partidária na grelha de programação, **h)** Patrocinar equipas no terreno que assegurem o correcto funcionamento destas emissoras e **i)** Acautelar a eficácia de transmissão através de um justo equilíbrio entre potência de emissão e raio de acção;

5. Cobertura: A AMARC deve estabelecer critérios que visem uniformizar abordagens nacionais e impedir que rádios regionais, nacionais ou, mesmo, transnacionais sejam designadas por RC;

6. Existência (ou não) de REDES ou FÓRUNS nacionais e quantas RC têm filiadas;

7. Filiação à AMARC: Número de REDES/FÓRUMS e de RC membros da AMARC. Sem uma obrigatoriedade de filiação na AMARC, o número real de rádios reconhecidamente comunitárias nunca poderá corresponder à realidade;

8. Encontros/Conferências/Congressos Regionais, Nacionais e Internacionais organizados pelas REDES/FÓRUMS, parceiros ou outras organizações ligadas ao sector;

9. Cursos de Formação: RC e/ou radialistas que, anualmente, usufruem desta capacitação. E número de entidades creditadas para ministrá-los;

10. Livros/Documentos/Cadernos/Boletins produzidos em prol da dinamização e consolidação do sector a nível nacional;

11. Média Anual de Parceiros: visando avaliar o grau de sustentabilidade das RC;

12. Média Anual de Projectos atribuídos pelos diversos parceiros a cada RC;

13. Estudos de Audiometria (anuais) efectuados pelas RC visando medir o nível de engajamento e conhecer preocupações, necessidades, hábitos, preferências, contextos sócio-económicos, políticos e culturais, potencialidades e fraquezas das audiências. Pode optar-se por dois tipos de metodologia: O método quantitativo, através de entrevistas/inquéritos individuais a pessoas escolhidas aleatoriamente, com perguntas fechadas que, posteriormente, devem ser submetidas a tratamento estatístico. O método qualitativo caracteriza-se por sondagens de grupo - homogéneo em termos de idade, sexo, profissão, etnia, etc. -, a elementos de diferentes tabancas, cuja escolha é determinada pelo objectivo do estudo;

14. NTIC: RC com e sem Internet e número de RC integradas em CMC;

15. Programação: programas com impacto em e/ou dedicados a áreas-chave definidas pelas NU: educação, saúde, cultura, cidadania, agricultura, equidade de género, justiça/legislação/políticas públicas do Estado, direitos humanos, ambiente, entre outros;

16. Instituições que asseguram os direitos e deveres de todos os que trabalham no sector da Comunicação Social (Sindicato dos Jornalistas, Casa da Imprensa, Instituto da Comunicação Social, Conselho Nacional da Comunicação Social, etc.);

17. Porque a igualdade formal entre homens e mulheres perante a lei pode ocultar desigualdades de género e porque está provado que o acesso da mulher à esfera pública é restrito, urge apurar o **número de mulheres e de homens radialistas em cada RC**;

Filho (2009: 63) aponta outras conexões possíveis em termos de metodologias de avaliação:

“What is the affiliation of people on the Board of Management (e.g. political parties, NGOs) and how do they contribute to the initiatives? What is the level of interactivity, that is the capacity to involve listeners as producers and future directors of the initiatives? What are the principles regarding the building and elaboration of the programs? What is the role of the community in choosing the main themes? In each program, is there an effort to increase participation of the community, not only as producers, but active viewers/listeners?”

A serem adoptados e implementados, correcta e continuamente, estes indicadores quantitativos contribuirão, a meu ver, para a valorização, consolidação, credibilização e delimitação das RC e, conseqüentemente, financiamentos mais sólidos e frequentes de ONG e organizações internacionais. Cada país ficaria, assim, com a responsabilidade de disponibilizar estes dados quantitativos através de uma Plataforma *on-line* «radioscomunitarias.org» que possibilitasse inventariar as RC a nível mundial ou, numa

primeira fase, a nível regional, permitindo ao PNUD criar um índice específico para as RC. Um cenário que impõe uma reestruturação da AMARC - organização com quase cinco mil membros - e à qual se reclama uma actuação mais preponderante na regulamentação do sector, nomeadamente posicionar-se face às rádios católicas e às rádios de propriedade estatal, cuja estrutura verticalizada contradiz o conceito de RC. Urge também desconstruir a moldura em que estão alicerçados o IDH e os ODM (indicadores fáceis/generalistas e agenda simplista, respectivamente), incorporando os Direitos Humanos numa intenção clara de mudança de Paradigma: foco no *empowerment* dos indivíduos e das comunidades.

Não mudaremos o curso se não mudarmos o discurso. Uma ideia validada nas interrogações de Jan Vandemoortele¹⁴³: Are the 3Gs (Growth, Grants and Governance) enough to reduce poverty in Africa? Why is there no statistics about populations with access to information/media? Às quais respondeu de forma brilhante:

“The global discourse about human development is dominated by the formula that ‘faster economic growth + more foreign aid + better governance = MDGs’. The conventional view regards slow growth as the main reason why so many countries will miss the MDG by 2015. Others argue that it is insufficient foreign aid or inadequate governance that prevent so many countries from achieving the MDGs. In other words, human development is considered as either growth - aid - or governance-mediated. Thus, the development narrative is reduced to a technical argument about these three aspects of development”.

A totalidade dos oradores defendeu que, para reduzir a pobreza, é preciso transcender os 3G's dado que o desenvolvimento humano requer alterações societárias estruturais que transcendem qualquer modelo macroeconómico ou institucional. Por conseguinte, a presente tese defende a inclusão de um quarto G, de Glocalização. Não há desenvolvimento sem respeito pelos direitos humanos. A boa-governança só é possível se as políticas públicas se centrarem nas necessidades das pessoas, das comunidades, das aldeias, das tabancas. E para isso, é necessário que os índices comecem a utilizar indicadores mais complexos de C4D, mas cuja importância para o IDH e para os ODM's é vital. Este vício e/ou apreço desmesurado por estatísticas globais tem que ser substituído por práticas “glociais”, o que exige pensar fora das narrativas tradicionais, desenvolver novas metodologias, utilizar outras análises críticas, recentrar as prioridades e elaborar um novo conjunto de indicadores que permitam instituir a equidade informativa/tecnológica como factor de desenvolvimento económico, através de processos de «legitimação da palavra». As RC constroem-na

¹⁴³ In: Kapuscinski Lecture, Lisboa, 29 de Março de 2012.

diariamente permitindo passar de uma comunicação de massas para uma comunicação de causas. Como? Ajudam a edificar e a solidificar um sistema de relações sociais (Quadro 8). Defendo, por isso, que as RC podem constituir o instrumento estruturante desse novo paradigma alicerçado no “glocal” dado que, sem o seu testemunho, a história ficaria incompleta. Proponho, assim, a criação de uma Biblioteca das Rádios Comunitárias e de uma Escola de Formação de Rádios Comunitárias nos países analisados.



As RC introduzem a economia do afecto e o capital social: juntam as pessoas, as instituições, as comunidades e, até, as regiões e os países (através dos Encontros proporcionados pelas REDES/FÓRUNS de RC e pelas Conferências Mundiais da AMARC). A lógica actual do desenvolvimento deve centrar-se na elaboração de planos micro/endógenos, com base nas necessidades e expectativas das comunidades, visando dar-lhes capacidade de autonomia, de acção e de reestruturação da cientificidade da história africana, evitando que conceitos instrumentalizados pelo BM, “Estados Colapsados/Falhados”, interfiram nas agendas dos parceiros económicos. A nova moldura desenvolvimentista “Pensar Global, Agir Local” ilumina o estado da governança mundial na medida em que permite entender as diferentes manifestações da realidade humana. Porque, como diz Amartya Sen, democracia é diálogo. E, nos PVD, diálogo é sinónimo de RC.

Na conferência inaugural do VIII Congresso Internacional de Estudos Africanos (CIEA8) - Madrid, Junho de 2012 -, Adebayo Olukoshi, director do Instituto Africano das NU para o Planeamento e Desenvolvimento Económico (IDEP), foi mais longe e pôs o dedo na ferida: “África tem 30 anos de experiência em ajustamento estrutural e pode, agora, ajudar a

Europa/o Ocidente a sair desta crise com efeito dominó”. Também na conferência das NU sobre Desenvolvimento Sustentável “Rio+20” (Rio de Janeiro, Junho de 2012)¹⁴⁴, o Presidente do Uruguai, José Pepe Mujica falou da incoerência/inconsistência das estratégias/acordos da Humanidade para eliminar a pobreza mundial, instigando à luta por uma outra cultura e por um outro tipo de discussão:

“Como é possível que 7/8 bilhões de pessoas possam desfrutar do mesmo nível de consumo e desperdício que têm as sociedades mais ricas do Ocidente? Criámos esta civilização, filha do mercado/da competição, que se deparou com o progresso material, enfático e explosivo. A economia de mercado criou sociedades de mercado. Estamos a governar a Globalização ou é ela que nos governa a nós? É possível falar de solidariedade, num mundo caracterizado pela concorrência extrema e impiedosa? Onde chega a nossa fraternidade? Temos um desafio colossal pela frente, a grande crise não é ecológica mas sim política: a sociedade de consumo é que governa o homem e a vida. O hiper-consumo está a agredir o Planeta. Como diziam antigos pensadores (Epicúreo, Séneca): pobres não são os que têm pouco mas sim os que desejam cada vez mais e mais... O desenvolvimento tem que ser a favor da felicidade, do amor, das relações humanas (...). O primeiro elemento da luta pelo meio ambiente chama-se felicidade humana!”.

Na Guiné-Bissau e em Moçambique, o florescimento das RC deu-se com a abertura ao multipartidarismo e consequente liberalização do sector. Nasceram, portanto, de uma luta recente, enérgica e multifacetada pelo direito à Comunicação, à democratização dos meios e à felicidade humana. Hoje, múltiplos movimentos populares exigem do Estado o seu reconhecimento legal visando garantir a responsabilização política, a cidadania participativa, a construção de parcerias locais contra-hegemónicas e o respeito pelos direitos e liberdades humanas, apesar da situação contraditória em que a pós-modernidade os/as coloca:

“Adquiriram inusitada força discursiva, mas são ameaçados de todos os lados. Afirmaram-se como baliza da legitimidade institucional, mas sofrem rudes golpes da globalização económica. Fortaleceram-se na ciência política e são quase que descaracterizados pela filosofia epistemológica. Receberam, da Conferência Mundial de Viena de 1993, o selo governamental do universalismo em época de grande exacerbação dos particularismos” (Lindgren Alves, 2005: 9, cited in Gomes, 2007: 49).

Não obstante, a investigação no terreno permite concluir que, no geral, as emissoras analisadas têm vindo a desempenhar um papel educativo vital ao progresso das comunidades como veículo transmissor do sentimento de pertença às pátrias guineense e moçambicana.

¹⁴⁴ In: <http://www.youtube.com/watch?v=zsOGZKRVqHQ&feature=colike> (consultado a 30-08-2012).

Todavia, como ficou aqui demonstrado, muito há ainda a fazer para que haja uma genuína apropriação comunitária, apesar da crescente afirmação das estruturas onde estão inseridas:

“Permitir que as pessoas falem livremente nas esquinas ameaça menos um governo do que permitir que as pessoas se comuniquem livremente umas com as outras. O direito à liberdade de comunicação vai ao âmago do processo democrático, e é muito mais radical do que o direito à liberdade de expressão! A tentativa de ter um direito de comunicar adotado pela comunidade internacional deverá, desta forma, ter uma grande resistência” (Hamelink, 2005: 148, cited in Gomes, 2007: 66).

Perceber o valor da «palavra» na esfera social e/ou na existência humana passou a constituir uma forma de conhecer as sociedades, as culturas, as ideologias, as relações dos indivíduos com o mundo e as estruturas de poder que os rodeiam:

“A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de carácter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. A palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados” (Bakhtin, 2004: 41, cited in Gomes, 2007: 27).

10. Novo Desenvolvimento «versus» Agenda para o Século XXI

A meu ver, as RC motivam uma comunicação intercultural (constroem pontes de comunicação eficazes entre as diferentes culturas) e interactiva (pré-requisito para o sucesso da globalização nos PVD) e, conseqüentemente, pressupõem um “*Novo Desenvolvimento*”, termo utilizado pela Fundação Dag Hammarskjold, que lhe atribui as seguintes características:

“action based on needs, including nonmaterial needs like social equality, democracy, etc; the endogenous and autonomous nature of communication (change based on a community definition of community resources); protection of the environment (rational use of potential within the limitations of the local ecosystem); efforts to achieve structural transformation of social relations, economic activities, and power structures; and exercise and promotion of participatory democracy at all levels of society” (Srampickal, 2006: 8).

Curiosamente, um termo correlacionado com a extremamente actual “Agenda de Desenvolvimento para o Século XX” proposta por Beltran (1993: 30), onde já se lia nas entrelinhas a importância dos instrumentos locais de comunicação (RC) e da C4D:

“It should combine the best of the development support communication activities with alternative means of communication (technical skills with political perception); it should aim increasingly to reinforce institutions rather than mount short-term operations; it should persuade the large communication schools to include development communication in their curricula; it should support research into communication aimed at democratic development; it should support small communities, NGOs, and union organizations; it should place an emphasis on communication aimed at health, hygiene, nutrition, and the grassroots; it should insist that political planners and leaders use communication to reach development objectives; it should encourage basic communication training at all levels; and it should reinforce institutional regional communication” (Srampickal, 2006: 8).

O que nos permite hoje, em pleno século XXI, colocar as seguintes questões: estará África a organizar a sua própria revolução comunicacional? Será possível introduzir uma nova lógica de crescimento informacional no Sul, que privilegie uma melhoria de vida colectiva? No âmbito destas preocupações, Serge Latouche (2003:16-17) defende um “*decrecimento/desaceleração do Norte*” em prol de alternativas credíveis e exequíveis nas sociedades do Sul: “Para os náufragos do desenvolvimento, a solução só pode ser uma espécie de síntese entre a tradição perdida e a modernidade inacessível. O importante é acentuar a ruptura com o projecto de destruição que se perpetua sob o estandarte do desenvolvimento ou da globalização”. Para a executar, o autor apresenta a “espiral dos R’s”: **Reavaliar** (opções e estratégias implementadas), **Reconceptualizar** (valores, crenças, costumes, mitos e ritos), **Reestruturar** (modelos de gestão e organização), **Relocalizar** (nações face aos fenómenos actuais), **Redistribuir** (mais equitativamente a riqueza), **Reduzir** (assimetrias locais, regionais e globais), **Reutilizar** (experiências, projectos, acções), **Reciclar** (atitudes, conhecimentos, gestos, opiniões), **Romper** (com a dependência económica e cultural face ao Ocidente), **Reatar** (o fio da história interrompida pela colonização, pelo desenvolvimento pós-colonial e pela globalização), **Reencontrar** (identidades culturais próprias), **Reintroduzir** (produtos específicos esquecidos ou abandonados e valores anti-económicos), **Recuperar** (técnicas e saberes tradicionais), **Restituir** (honra e dignidade perdidas).

Ignacio Ramonet, especialista em geopolítica e estratégia internacional, defende uma outra forma dos países se reencontrarem com a história, a *Altermundialização*: por uma globalização alternativa ao modelo neoliberal em curso através de estratégias interventivas e campos de actuação alternativos, que respondam criativamente ao crescente desafio da complexificação dos processos económicos, políticos, sociais e culturais. Embora Touraine (2005: 37-38) tenha algumas reservas, das quais partilho:

“O movimento altermundista ocupa hoje um lugar tão importante como o socialismo nas primeiras décadas da sociedade industrial. Um e outro lutaram e lutam sobretudo contra a direcção capitalista da economia e da sociedade. Um e outro, por conseguinte, atacaram e atacam o modo de desenvolvimento mais do que o tipo de sociedade definido por formas de produção, de organização e de autoridade. O movimento altermundialista exige uma gestão democrática das grandes transformações históricas. Papel que é e continuará a ser diferente do papel do sindicalismo na sociedade industrial (...). A debilidade do altermundialismo, que é tão manifesta como o seu sucesso, deve-se ao facto de não conseguir definir claramente em nome de quem, de que interesses ou de que concepção de sociedade ele luta, de tal modo que se instaura uma certa confusão entre a defesa de determinados interesses adquiridos e reivindicações feitas efectivamente em nome das categorias mais directamente dominadas”.

O crescimento exponencial de RC em todo o mundo prova, não só, a insustentabilidade do modelo capitalista actualmente em curso mas, também, a sua capacidade única para implementar as duas propostas suprarreferidas, numa complementaridade sem precedentes, permitindo mais uma reinvenção deste sistema de relações económicas baseadas no lucro.

Esta tese visou possibilitar uma pequena viagem: **1º)** Pelos instrumentos político-legislativos aprovados, ao longo das últimas décadas, pelas NU, em prol da liberdade de imprensa/de expressão/de opinião/de pensamento/de associação, sobretudo nos PVD, **2º)** Pelo antídoto mais eficaz contra o atropelo aos direitos humanos supracitados: as RC (comunicação bilateral, horizontal e participativa), **3º)** Pelos recursos exíguos e/ou constrangimentos materiais, técnicos, humanos e financeiros que ameaçam a sustentabilidade destes OCS, **4º)** Pelas atribuições/reservas governamentais à legalização destes instrumentos de reforço à educação não formal nos países periféricos (talvez porque a cultura é a arma mais discreta e subtil de que a Humanidade dispõe), **5º)** Pelas vantagens e desvantagens das NTIC e da migração digital, **6º)** Por indicadores que possibilitam pensar na elaboração de um Índice de Desenvolvimento Humano Comunitário (IDHC) e **7º)** Pela constatação do óbvio:

“Information and communication are two-sided in terms of their importance and scope. To begin with, they may be essential for supporting and managing change but they are not, on their own, capable of bringing it about. Secondly, information and communication offer enormous benefits but at the same time they present huge risks. They can help reduce social divides by facilitating access to knowledge and promoting exchanges. On the other hand, they can also exacerbate inequalities and exclusion mechanisms if they are controlled by power structures that are adverse to change and the sharing of knowledge (i.e. the knowledge needed for negotiating and decision-making)” (FAO & Dimitra, 2011: 24).

Pela sua natureza de activismo de base e da inerente capacidade de comunicação, as RC enfrentam um relacionamento inevitavelmente tenso com as autoridades centrais. O exercício do poder e as decorrentes preocupações com a sua manutenção ou, mesmo, reforço suscitam dos governos instintos de controlo ou de manipulação de informação. Apenas em países democráticos que gozam de estabilidade política e social, as rádios comunitárias dispõem, na sua maioria, de alguma margem de actuação livre. Não é, pois, acidental que em países onde existem potenciais conflitos de ordem política, étnica ou social, as administrações centrais não autorizem a criação de RC ou que, autorizando-as, as mantenham em limbo jurídico, situação que lhes permite controlar por encerramento, suspensão ou manipulação, aquelas que se revelem incómodas para os poderes estabelecidos. A RC Macequece é disso exemplo:

“Tudo indica que a RC foi fechada por ordens do Presidente do Conselho Municipal. Comemorámos, a 4 de Outubro, o dia da Paz e uma semana depois ainda somos surpreendidos por comportamentos belicistas que nada dignificam o estado de direito. A confirmar-se o fecho por ordens da edilidade local, sugerimos que se prepare uma petição ao tribunal local, solicitando a ‘suspensão da eficácia’ do acto ou a ‘intimação por comportamento desviante’ para que o presidente se conforme imediata e incondicionalmente com a Constituição e as Leis”¹⁴⁵, alertaram Benilde Nhalevilo e Ericino Salema, via e-mail, a 13 de Outubro de 2012.

Eis porque a autonomia financeira e a capacitação dos seus radialistas se revelam de especial importância para a sustentabilidade e independência editorial das RC face aos poderes e interesses prevalecentes que nelas possam ver ameaças à sua agenda política. Com efeito, os poderes centrais podem reconhecer as RC, por critérios de mérito e, também, por interesse numa imagem de boa-governança mas, historicamente, o potencial de activismo de base das periferias nunca foi encorajado pelos centros decisores, excepto em momentos políticos de reconhecida consonância de objectivos.

Figura 64 Graffiti pintado nas paredes de Buenos Aires, fotografado em 2010.



A luta pela manutenção e/ou legalização das RC é um fenómeno à escala mundial.

¹⁴⁵ In: <http://www.cip.org.mz/article.asp?lang=&sub=actual&docno=164> (consultado a 22-10-2012).

ÍNDICE GERAL

Resumo	3
Abstract	4
Agradecimentos	5

INTRODUÇÃO

1. Enquadramento, Objecto de Estudo, Razões da Escolha do Tema	6
2. As Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau e de Moçambique – Porquê?	8
3. Objectivos Gerais e Específicos da Investigação	10
4. Perguntas de partida às quais o estudo pretende responder	11
5. Metodologia	12
6. Estrutura da Tese	13
7. Conceitos Operacionais Relevantes	17
8. Síntese dos Resultados	27
9. Limitações do Estudo	29

CAPÍTULO I

Comunicação e Direitos Humanos

Instrumentos Político-Legislativos para o seu reconhecimento e observância

1. Comunicação e/ou Informação: um bem social mundialmente precioso	31
2. A UNESCO e o mundo da Comunicação	36
3. Relatório McBride enfatiza «importância dos Media Locais»	40
4. «Instrumentos de Advocacia dos Media» dos últimos 62 anos (1948-2010)	45
5. Cinco Gerações de Direitos Humanos	74

CAPÍTULO II

Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) no Terceiro Mundo Passado, Presente e Futuro

1. As Três Décadas do Desenvolvimento «versus» Evolução da C4D	78
2. Modernização e Desenvolvimento: conceitos gémeos indissociáveis	85
3. Década de 1970 marca o aparecimento formal do termo «C4D»	93
4. C4D: <i>mass-media</i> «versus» media participativos	99
5. Evolução simultânea dos conceitos «Desenvolvimento & C4D»	107
6. C4D sinónimo de <i>Empowerment</i>	111
7. Agências das NU, ONG, Fundações e Consórcios apostam na C4D (RC)	112

CAPÍTULO III

Rádios Comunitárias: o futuro fala «glocal»

1. Rádio: ex-libris da Comunicação em África	133
2. Rádios Comunitárias: múltiplas funções, uma missão...	136
3. Como identificar uma Rádio Comunitária?	140
4. O conceito de «Comunidade»: sua origem, evolução e amplitude...	141
5. Comunidade Geográfica «versus» Comunidade de Interesse	150
6. Desenvolvimento Local e/ou Comunitário: significado e evolução do conceito	152
7. Media Sociais, Democracia, Boa-Governança e Identidade: conceitos indissociáveis	160
8. Desenvolvimento Local/Comunitário: sinónimo de «Identidade»	165
9. Carácter Inter e Multidisciplinar das Rádios Comunitárias	166
10. Desenvolvimento/Comunicação Participativos: libertação, identidade e legitimação	170
11. Rádios Comunitárias: Potencialidades «versus» Fraquezas	172
12. Comunicação Comunitária/Popular/Alternativa/Dialógica/Radical: sinónimos?	175

13. Rádios Comunitárias: ferramentas de «Educação para o Desenvolvimento»?	181
--	-----

CAPÍTULO IV

Perspectiva Comparada: Guiné-Bissau «versus» Moçambique

1. Enquadramento Histórico	184
2. Guiné-Bissau: Quando, Como e Porque surgiram as Rádios Comunitárias	186
2.1. Rádio Voz de Quelélé (RVQ)	188
2.2. Rádio Jovem (RJ)	202
2.3. Rádio Voz de Djalicunda (RVD)	209
2.4. Rádio Sol Mansi (RSM)	217
3. Semelhanças e Dissemelhanças com as Rádios Comunitárias anteriores	221
4. Moçambique: o dilema da propriedade, origem, história e definição de RC	224
5. Rádio Maria - Moçambique: Comunitária ou nem por isso?	232
6. Caracterização individual dos CMC, das RC e dos Telecentros de Moçambique	236
6.1. CMC da Namacha / Rádio Comunitária Cascatas	236
6.2. CMC da Manhiça / Rádio Comunitária Komati	240
6.3. Rádio Comunitária Muthiyana	242
6.4. Rádio Comunitária Voz Coop	245
6.5. CMC de Xinavane / Rádio Comunitária de Xinavane	250
6.6. CMC da Moamba /Rádio Moamba	254

CONCLUSÃO

1. Onze traços comuns entre Guiné-Bissau e Moçambique	260
2. NTIC: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Comunitário	274
3. Afinal, que perigos podem apresentar as NTIC, a Internet e as CiberRC?	285

4. Migração Digital: fonte de ansiedades, receios, desafios, bloqueios e oportunidades	291
5. O que é a Rádio Digital?	292
6. Lei de Radiodifusão ou Código de Boas Práticas?	294
7. Legislação: Guiné-Bissau «versus» Moçambique	301
8. Saberes Locais e Desenvolvimento Sustentável	304
9. Sucesso ou Falhanço da Comunicação para o Desenvolvimento?	308
10. Novo Desenvolvimento «versus» Agenda para o Século XXI	316
Índice Geral	320
Índice de Figuras	324
Índice de Gráficos	226
Índice de Quadros	326
Acrónimos	327
BIBLIOGRAFIA	329

ANEXOS

- I.** Mapa de Entrevistas efectuadas na Guiné-Bissau (1ª e 2ª fases: 2003 e 2004);
- II.** Mapa de Entrevistas realizadas na Guiné-Bissau (3ª fase: 2007);
- III.** Mapa de Entrevistas efectuadas em Moçambique (2009);
- IV.** Guião das entrevistas realizadas em ambos os PALOP;
- V.** Listagem das RC da Guiné-Bissau;
- VI.** Mapa dos Centros Emissores da Rádio Sol Mansi (Diagramas de Cobertura);
- VII.** Listagem das RC do FORCOM (Moçambique);
- VIII.** Listagem Geral dos CMC, Telecentros e RC de Moçambique
- IX.** Programa de Cooperação Guiné-Bissau/UNICEF (2003-2007)
- X.** Artigo científico publicado na revista colombiana Signo y Pensamiento nº 59 (Julho-Dezembro de 2011).

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Índice Mundial da Liberdade de Imprensa 2011/2012 (RSF)	35
Figura 2	A Liberdade de Imprensa no Mundo 2011 (RSF)	37
Figura 3	Notícia da <i>Article XIX</i> sobre Rádios Comunitárias	46
Figura 4	Desenvolvimento Sustentável I	56
Figura 5	Desenvolvimento Sustentável II	56
Figura 6	Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa (EISA)	67
Figura 7	PANOS «versus» Rádios Comunitárias I	114
Figura 8	PANOS «versus» Rádios Comunitárias II	115
Figura 9	PANOS «versus» Rádios Comunitárias III	115
Figura 10	PANOS «versus» Rádios Comunitárias IV	116
Figura 11	Dimitra Project FAO	118
Figura 12	FAORURALRADIO	120
Figura 13	UNESCO «versus» Rádios Comunitárias I	123
Figura 14	UNESCO «versus» Rádios Comunitárias II	124
Figura 15	UNICEF «versus» Rádios Comunitárias I	125
Figura 16	UNICEF «versus» Rádios Comunitárias II	126
Figura 17	UNICEF C4D Strategy Development	126
Figura 18	Communication for Social Change Consortium (CFSC) «versus» RC	128
Figura 19	Líderes Comunitários da KAFO - Rádio Voz de Djalicunda	157
Figura 20	Líderes Religiosos - Rádio Voz de Quelélé (RVQ)	158
Figura 21	Visitas Escolares - Rádio Voz de Quelélé (RVQ)	158
Figura 22	Instalações/Estúdio - Rádio Voz de Djalicunda	158
Figura 23	Federação KAFO - Casa de Ambiente e Cultura	159
Figura 24	Federação KAFO - Pavilhão Técnico	159
Figura 25	Federação KAFO - Bloco de Formação/CiberCafé	159
Figura 26	Community Development Exchange (CDX)	170
Figura 27	Cabine técnica de sonoplastia e montagem da RVQ	192
Figura 28	Estúdio de apresentação/locução da RVQ	192
Figura 29	Sala de Redacção da RVQ	192
Figura 30	Instalações da Rádio Jovem	207
Figura 31	Estúdio de locução/realização da Rádio Jovem	208
Figura 32	Sala Multi-funções da Rádio Jovem I	208

Figura 33	Sala Multi-funções da Rádio Jovem II	208
Figura 34	Estúdio de Locução/Sala de Redacção - Rádio Voz de Djalicunda	216
Figura 35	Cabine técnica de sonoplastia e montagem - Rádio Voz de Djalicunda	216
Figura 36	Sala Multimédia da Rádio Voz de Djalicunda	216
Figura 37	Cabine técnica de sonoplastia e montagem I - Rádio Sol Mansi	222
Figura 38	Cabine técnica de sonoplastia e montagem II - Rádio Sol Mansi	222
Figura 39	Sala de Redacção - Rádio Sol Mansi	223
Figura 40	Centros de Escuta Radiofónica I - Moçambique	228
Figura 41	Centros de Escuta Radiofónica II - Moçambique	228
Figura 42	Cabine de montagem e controlo de emissão - Rádio Maria	233
Figura 43	Cabine de locução - Rádio Maria	233
Figura 44	Instalações do CMC da Namacha - Moçambique	239
Figura 45	Estúdio de emissão/locução da Rádio Cascatas	239
Figura 46	Telecentro da Namacha	239
Figura 47	Instalações do CMC da Manhiça - Moçambique	241
Figura 48	Cabine técnica de sonoplastia, montagem e locução - Rádio Komati	241
Figura 49	Telecentro da Manhiça	241
Figura 50	Estúdio de locução/produção - Rádio Muthiyana	245
Figura 51	Sala de Redacção - Rádio Muthiyana	245
Figura 52	Estúdio de locução/emissão - Rádio Voz Coop	249
Figura 53	Telecentro Voz Coop	249
Figura 54	Sala de Redacção - Rádio Voz Coop	249
Figura 55	CMC de Xinavane	253
Figura 56	Estúdio de locução/produção - Rádio Comunitária de Xinavane	253
Figura 57	Telecentro de Xinavane	253
Figura 58	Instalações CMC da Moamba	257
Figura 59	Estúdio de emissão/produção - Rádio Moamba	258
Figura 60	Sala de Redacção - Rádio Moamba	258
Figura 61	Radialistas da Rádio Moamba	258
Figura 62	Telecentro da Moamba	259
Figura 63	Fosso Informacional/Tecnológico Norte-Sul / Urbano-Rural	280
Figura 64	Graffiti “No al cierre de Radios Comunitarias” – Argentina	319

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Inquérito Tese de Mestrado “Meio de Comunicação Social preferido”	133
Gráfico 2	Utilizadores de Internet em África 2011	276
Gráfico 3	Penetração da Internet em África 2011	276
Gráfico 4	Países africanos de topo no uso da Internet	276
Gráfico 5	Índice da Sociedade da Informação 2004 – IDC	290
Gráfico 6	Índice da Sociedade da Informação 2004 – IDC (África do Sul)	290

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau	188
Quadro 2	Actuais Fontes de Financiamento das RC	261
Quadro 3	Índice da Sociedade da Informação 2001 - IDC	289
Quadro 4	ICT Development Index (IDI) – UIT	291
Quadro 5	Conceito de Sustentabilidade (Teoria dos 3P’s - Joanesburgo 2002)	306
Quadro 6	Painel de Sustentabilidade – <i>Dashboard</i>	308
Quadro 7	O que é a Comunicação para o Desenvolvimento?	308
Quadro 8	Efeitos directos da Comunicação Comunitária	314

ACRÓNIMOS

AD	ONG «Acção para o Desenvolvimento»
AMARC	Associação Mundial das Rádios Comunitárias
ARAPKE	Plano de Acção Regional Africano para a Economia do Conhecimento
C4D/ComDev	Comunicação para o Desenvolvimento
CADHP	Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
CAICC	Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSD	Comunicação de Suporte ao Desenvolvimento
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENCD	Estratégia Nacional de Comunicação para o Desenvolvimento
FORCOM	Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (Moçambique)
GABINFO	Gabinete de Informação do Estado (Moçambique)
ICS	Instituto de Comunicação Social (Moçambique)
INFORMORAC	Iniciativa para a Formação Móvel das Rádios Comunitárias
MISA	Instituto da Comunicação Social da África Austral
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
NU	Nações Unidas
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OUA	Organização de Unidade Africana
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PLACON-GB	Plataforma de Concertação das ONG Nacionais e Internacionais GB
PMD	Países Menos Desenvolvidos
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PVD	Países em Vias de Desenvolvimento
RC	Rádios Comunitárias
RENAJ	Rede Nacional das Associações Juvenis
RENARC	Rede Nacional das Rádios Comunitárias (Guiné-Bissau)
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SI	Sociedade da Informação
UNDAF	Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento
UNDEF	Fundo das Nações Unidas para a Democracia
UNESCO	Fundo das Nações Unidas para a Educação e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para a Mulher
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (2006). *Comunicación/Desarrollo: Redes de Relaciones y Diálogos de Saberes*. Buenos Aires: Tram[50]as de la Comunicación y la Cultura.
- AA. VV. (2007). *Seminários: Desenvolvimento Sustentável/Inovação*. Lisboa: IST Press.
- AA. VV. (2009). *Construyendo Comunidades. Reflexiones actuales sobre comunicación comunitaria*. Buenos Aires: Ed. Crujía.
- AA. VV. (2010). *Comunicación Comunitaria. Apuntes para abordar las dimensiones de la construcción colectiva*. Buenos Aires: Ed. Crujía.
- ACEP, & PLACON-GB. (2005). *Guia dos Recursos Humanos das ONG da Guiné-Bissau*. Lisboa: ACEP.
- ACEP, AD, & RENARC. (2007). *Democratizar a Palavra para Democratizar a Sociedade*. Lisboa: ACEP.
- AFRICAN UNION, & ECA. (2005). *African Regional Action Plan on the Knowledge Economy (ARAPKE): A Framework for Action*. Bamako Bureau: World Summit on the Information Society.
- AFRRI. (2008). *The Economics of Rural Radio in Africa: An introductory study into the costs and revenues*. Ottawa: Farm Radio International.
- AfriMAP, et al. (2010). *Radiodifusão Pública em África. On Air*. South Africa: Open Society Initiative for South Africa.
- Alumuku, Patrick, & White, Robert. (2005). Rádio Comunitária para o Desenvolvimento na África. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 3(1), 53-65.
- Alumuku, Patrick. (2006). *Community Radio for Development - The World and Africa*. Nairobi: Paulines Publications Africa.
- AMARC. (1998). *What is Community Radio – A Resource Guide*. AMARC Africa and Panos Southern Africa in collaboration with IBIS/Interfund and WACC. In: http://www.amarc.org/documents/manuals/What_is_CR_english.pdf (consultado a 3-6-2012).
- AMARC Africa. (2004). *Media for Sustainable Development Content Survey. A Baseline Study Report on Sustainable Development Content/Themes for Community Radio*

- Stations in Africa and Central America*. [M4SD Final Baseline Study Report]. México: AMARC Africa.
- AMARC. (2007). *Community Radio Social Impact Assessment. Removing barriers increasing effectiveness*. Canada: AMARC Global Evaluation.
- Ander-Egg, Ezequiel. (1980). *Metodologia y Pratica del desarrollo de la comunidad* (10ª ed.). Tarragona: UNIEUROPE.
- Andreason, A. R. (1995). *Marketing for Social Change*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Antunes, Manuel de Azevedo. (2009). *A Dinâmica da População no Desenvolvimento de Moçambique*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutor, orientada por Marco António Monteiro de Oliveira, Lisboa.
- Aranha, Taís. (2010). *Comunicação Popular, Comunitária, Horizontal ou Dialógica? Articulações e Diferenças entre os Conceitos Teóricos*. Comunicação apresentada na Faculdade de Pato Branco [FADEP], VI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e I Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã, Pato Branco, Brasil.
- Atton, Chris. (2002). *Alternative Media*. Newbury Park: Sage Publications.
- Bakhtin, Mikhail. (2005). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- Barrat, Jacques, et al. (2009). *Médias, Information et Communication*. Paris: Ellipses Édition Marketing S.A.
- Beckett, Charlie, & Kyrke-Smith, Laura. (2007). *Development, Governance and the Media*. London: LSE/POLIS Report.
- Berrigan, Frances J. (1981). *Community Communications - the role of community media in development*. Paris: UNESCO Press.
- Bessette, Guy, & Rajasunderam, C. V. (1996). *Participatory Development Communication: A West African Agenda*. Ottawa: International Development Research Centre.
- Bindé, Jérôme. (2007). *Rumo às Sociedades do Conhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bobbio, N. (1986). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra.

- Bobbio, N. (2004). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Boserup, E. (1970). *Woman's Role in Economic Development*. New York: St. Martin's Press.
- Braid, Florangel Rosario. (1979). *Communication Strategies for Productivity Improvement*. Tokyo: Asian Productivity Organization.
- Brandão, Pedro. (2011). *Comunidade e Participação Local: uma análise do papel das rádios comunitárias no Brasil*. Comunicação apresentada no XI Congresso LUSO-AFRO-BRASILEIRO de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia [UFBA], Salvador, Brasil, Agosto 7-10, 2011.
- Buber, Martin. (1987). *Sobre comunidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Carlet, Flávia. (2005). As Rádios Comunitárias como concretizadoras dos Direitos Humanos Económicos, Sociais e Culturais. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, 43(0), s/i.
- Carmo, Hermano. (2007). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castells, Manuel. (1997). *The Information Age: Economy, Society and Culture. The Power of Identity* (Vol. II). Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Castells, Manuel. (2004). *A Galáxia Internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade* (2ª ed., Vol. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chavis, David M., & McMillan, David W. (1986). Sense of Community: A Definition and Theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Chichava, José A. C. (1999). *Participação comunitária e desenvolvimento. O caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique*. Maputo: ML Graphics.
- Choudhury, Payel Sen. (2011). Media in Development Communication. *Global Media Journal*, 2(2), 1-13 [Indian Edition - Winter Issue].
- CIDAC. (2001). *A Educação para o Desenvolvimento e os Jovens: Pistas de Reflexão*. Lisboa: CIDAC [Projecto Formar os Jovens para o Desenvolvimento].
- CIMA, & NED. (2007). *Community Radio: Its Impact and Challenges to its Development. Working Group Report*. Washington, D.C.: Center for International Media Assistance & National Endowment for Democracy.
- Coleman, S. (2003). *A Tale of Two Houses: The House of Commons, the Big Brother House*

- and the People at Home*. London: Ed. Hansard Society.
- Colle, R. D. (1989). *Communicating Scientific Knowledge*. In J. L. Compton (Ed.), *The Transformation of International Agricultural Research and Development* (pp. 59-83). Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- COMISSÃO EUROPEIA. (2008). *Fórum Media e Desenvolvimento* (Issues Paper). Ouagadougou: CPLP et al. In: <http://www.africa-eu-partnership.org/media-dev/download/Media-dev.eu-IssuesPaper-pt.pdf> (consultado a 5-6-2012).
- Comm, Joel. (2009). *O Poder do Twitter: estratégias para dominar seu Mercado e atingir seus objetivos com um tweet por vez*. São Paulo: Ed. Gente.
- Crush, J. (1995). Introduction: Imagining Development. In J. Crush (Ed.), *Power of Development* (pp. 1-23). London: Routledge.
- Cumbe, Fátima Alberto. (2004). *Comunicação Social no Desenvolvimento Rural - O papel da Rádio Comunitária no Desenvolvimento Rural do Distrito da Moamba no período entre 1999-2004: o caso de Educação Escolar Formal*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane [Faculdade de Letras e Ciências Sociais - Departamento de Linguística e Literatura].
- Dagron, A. G. (2001). *Making Waves: Stories of Participatory Communication for Social Change*. New York: Rockefeller Foundation.
- Daniels, Walter M. (1951). *The Point Four Program*. New York: H.W. Wilson.
- Díaz-Bordenave, Juan E. (1977). *Communication and Rural Development*. Paris: UNESCO.
- Díaz-Bordenave, Juan E. (1989). *Participative Communication as a Part of the Building of a Participative Society*. Paper prepared for the seminar, Participation: A Key Concept in Communication for Change and Development, Pune, Índia.
- Díaz-Bordenave, Juan E. (2003). *O que é Comunicação*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Downing, John D. H. (2001). *Radical Media - Rebellious Communication and Social Movements*. London: SAGE Publications.
- Duncan, Jane, & Seleokane, Mandla. (1998). *Media & Democracy in South Africa*. Johannesburg: Freedom of Expression Institute.
- Durham, Eunice Ribeiro. (1986). Apresentação. In C. C. Macedo (org.), *Tempo de Gênese: O Povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense.

- Fairchild, Charles. (2000). *Community Radio and Public Culture*. New Jersey: Hampton Press, INC.
- Fals-Borda, O. (1991). Some Basic Ingredients. In O. Fals-Borda and M. A. Rahman (eds.), *Action and Knowledge: Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research* (pp. 3-12). New York: Apex Press.
- FAO. (2004). *Participatory Communication Strategy Design Handbook*. Rome: Centre of Communication for Development [SADC].
- FAO. (2007). *Communication and Sustainable Development: selected papers from the 9th UN roundtable on communication for development*. Rome: FAO.
- FAO. (2010). *Advancing Adaptation through Communication for Development*. Rome: Communication for Sustainable Development Initiative [CSDI].
- FAO. (2010b). *Tracking Initiatives in Communication for Development in the Near East*. Rome: Office of Knowledge Exchange, Research and Extension.
- FAO, & Dimitra. (2011). *Communicating Gender for Rural Development: Integrating Gender in Communication for Development*. FAO: Gender, Equity and Rural Employment Division [ESWD].
- Fawcett, et al. (1984). Creating and Using Social Technologies for Community Empowerment. In J. Rappaport, C. Swift & R. Hess (Eds.), *Studies in Empowerment: Steps toward Understanding and Action* (pp. 145-172). New York: Haworth Press.
- Ferin, Isabel. (2002). *Comunicação e Culturas do Quotidiano*. Lisboa: Ed. Quimera.
- Fernandes, Tiago de Matos. (2009). *O Poder Local em Moçambique: Descentralização, Pluralismo Jurídico e Legitimização*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, Giovandro, et al. (2008). *Comunicação Comunitária e Mobilização Social*. Comunicação apresentada no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Natal, Brasil, Setembro 2-6, 2008.
- Filho, Adilson Vaz Cabral. (2009). Brazilian community communication initiatives in radio and TV digital switchover. *International Journal of Media and Cultural Politics*, 5 (1&2), 55-68.
- Fjes, Fred. (1976). *Communication and Development*. Unpublished Paper. College of

- Communications, University of Illinois, Urbana-Champaign.
- Fonseca, Fátima. (2010). *Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos*. Canelas: Instituto Piaget.
- Freire, Paulo. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Freitas, Lídia Silva de. (2002). A memória polêmica da noção de Sociedade da Informação e sua relação com a área de informação. *Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, 12(2)*, 1-23.
- Frey, Frederick W. (1973). Communications and Development. In F. Frey, I. SolaPool, W. Schramm, N. Maccoby & E. Parker (Eds.), *Handbook of Communication* (pp. 337-461). Chicago: Rand McNally College Publishing Company.
- Giddens, A. (1994). *Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Gomes, Raimunda Aline. (2007). *A Comunicação como Direito Humano: um conceito em construção*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, na Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Gonçalves, Maria Eduarda. (2003). Ironias do destino: As limitações à liberdade de informação na Internet. In José Rebelo (Coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular* (pp. 157-169). Porto: Campo das Letras.
- Gumucio, Dagron, & Tufte, Thomas. (2006). *Communication for social change anthology: historical and contemporary readings*. United States: Communication for Social Change Consortium, Inc.
- Gusfield, J. R. (1975). *Community: A critical response*. New York: Harper Colophon.
- Habermas, Jürgen. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hadland, Adrian, & Thorne, Karen. (2004). *The People's Voice – The Development and current state of the South African small media sector*. South Africa: HSRC Publishers.
- Hamelink, C. J. (2005). Direitos Humanos para a Sociedade da Informação. In J. Marques de Melo & L. Sathler, *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: UMESP.

- Harms, L. S. (1976). *An Emergent Communication Policy Science: Content, Rights, Problems and Methods*. Honolulu: Department of Communication, University of Hawaii.
- Hersberger, Julia A., Rioux, Kevin S., & Cruitt, Ray O. (2005). *Examining Information Sharing and Relationship Building in Online Social Networks: An Emergent Analytic Framework* (pp. 1-12). Greensboro: University of North Carolina.
- Hillery, G. A. (1955). Definitions of community: Areas of agreement. *Rural Sociology*, 20(2), 111-123.
- Hoogvelt, A. (1982). *The Third World in Global Development*. London: Macmillan.
- Horan, Thomas. (2000). *Digital Places. Building our City of Bits*. Washington D. C.: Urban Land Institute.
- Hornik, R. C. (1988). *Development Communication: Information, Agriculture and Nutrition in the Third World*. New York: Longman.
- Howley, Kewin. (2005). *Community Media: People, Places, and Communication Technologies*. England: Cambridge University Press.
- Huber, P. (1997). *Law and Disorder in Cyberspace*. Oxford: Oxford University Press.
- Hughes, Stella. (2003). Community Multimedia Centres: Creating digital opportunities for all. In FAO, *The one to Watch. Radio, new ICTs and interactivity* (pp. 83-96). Rome: FAO.
- ITU. (2011). *Measuring the Information Society*. Switzerland: International Telecommunication Union.
- Jane, Tomás José. (2004). O papel das rádios comunitárias na educação e mobilização das populações para os programas de desenvolvimento local em Moçambique. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 2(1), 177- 190.
- Jara, Carlos Julio. (1998). *A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local*. Recife: Ed. SEPLAN.
- Kabeer, N. (1994). *Reversed Realities: Gender Hierarchies in Development Thought*. London: Verso.
- Kisil, Marcos. (2000). Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In Evelyn Berg Ioschpe (Org.), *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado* (pp. 131-155). São Paulo: Paz e Terra.
- Kleinmayer, Luiz Augusto Martins, & Neves, Lafaiete Santos. (2009, Julho). A transição do

- desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. *Revista Desenvolvimento Social: Montes Claros*, 3, s/i.
- Kotler, P., & Zaltman, G. (1971, July). Social Marketing: An Approach to Planned Social Change. *Journal of Marketing*, 35(3), 3-12.
- Lahni, Cláudia Regina. (2008, Janeiro). Rádios Comunitárias Autênticas: entre a Comunicação Democrática e a Perseguição. *Revista ADUSP*, 34-42.
- Latouche, Serge. (2003, Novembro). Por uma sociedade de decrescimento. *Jornal Le Monde Diplomatique*, 56, 16-17.
- Librero, Felix. (1985). *Rural education broadcasting: A Philippine experience*. Laguna: UPLB College of Agriculture.
- Lerner, Daniel. (1958). *The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*. New York: Free Press.
- Locksley, Gareth. (2008). *The Media and Development. What's the Story?* [Working Paper n° 158, pp. 1-29]. Washington, D.C.: World Bank.
- Lopes, Vítor, et al. (2004). *Cidades e Regiões Digitais. Para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração [INA].
- Luz, Aline. (2009, Setembro). *Rádios Comunitárias no Brasil: cenário actual, conceituação e poder de acção*. Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação, Democracia e Cidadania”, do II Ecomig, UFMG, Belo Horizonte. In: http://www.fafich.ufmg.br/ecomig/wp-content/uploads/2009/09/GT2_Aline_Luz.pdf (consultado a 16-6-2012).
- Malerba, João Paulo Carrera. (2006). *Rádios Comunitárias: ampliando o poder de acção*. Tese apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Rio de Janeiro.
- Manyozo, Linje. (2004). Locating the praxis of development radio broadcasting within development communication. *Journal of Global Communication Research Association*, Vol. 1 (December). In: <http://gcra.uaeu.ac.ae/journal/dec2004/3.pdf> (consultado a 26-1-2012).
- Manyozo, Linje. (2006). Manifesto for Development Communication: Nora Quebral and the

- Los Baños School of Development Communication. *Asian Journal of Communication*, 16(1), 79-99.
- Manyozo, Linje. (2007). Method and practice in participatory radio: Rural radio forums in Malawi. *Ecquid Novi: African Journalism Studies*, 28(1&2), 11-29.
- Mário, Tomás Vieira. (2008). *Direito à Informação e Jornalismo em Moçambique*. Maputo: Ed. Ndjira.
- Mário, Tomás, et al. (2010). *Radiodifusão Pública em África – Moçambique*. South Africa: Fundações da Open Society.
- Martin, H. P., & Schumann, H. (1998). *A armadilha da Globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. Lisboa: Ed. Terramar.
- Mayo, J., & Servaes, J. (1994). *Approaches to Development Communication*. Paris/New York: UNESCO/UNFPA.
- Mazula, Brazão. (1995). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-África Group.
- Mefalopulos, Paolo. (2008). *Development Communication Sourcebook: Broadening the Boundaries of Communication*. Washington, D. C.: World Bank.
- Melkote, Srinivas R., & Steeves, H. Leslie. (2001). *Communication for Development in the Third World: Theory and Practice for Empowerment*. London: SAGE Publications.
- Melo, José Marque de. (2008, 1º semestre). McBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. *LOGOS 28: Globalização e Comunicação Internacional*, Ano 15, 42-59.
- Myers, Mary. (2008, August). *Radio and Development in Africa - A Concept Paper*. Canada: International Development Research Centre [IDRC]. In: http://www.dfid.gov.uk/r4d/PDF/Outputs/ICT4D/Radio_and_Development_in_Africa_concept_paper.pdf (consultado a 21-7-2012).
- Mill, J. S. (1859-1964). *Utilitarianism, Liberty and Representative Government*. London & New York: Ed. Everyman's Library.
- MISA. (2002). *Instrumentos de Advocacia dos Media. Direitos Humanos: Declarações, Cartas e Convenções (Livro de Recursos)*. Windhoek: MISA.
- MISA. (2010). *So this is Democracy?* Annual publication of the Media Institute of Southern

- Africa. Windhoek: MISA.
- Moemeka, Andrew A. (1989). Perspectives on Development Communication. *Africa Media Review*, 3(3), 1-24.
- Moemeka, Andrew A. (1994). *Communicating for Development: a new pan-disciplinary perspective*. Albany: State University of New York Press.
- Morin, Edgar. (1981). *As grandes questões do nosso tempo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Namburete, Eduardo. (2003). A Comunicação Social em Moçambique: da independência à liberdade. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 1(1), 25-38.
- Nel, Etienne, et al. (2001). Community-Based Development, Non-Governmental Organizations and Social Capital in Post-Apartheid South Africa. In *Geografiska Annaler*, Series B, Human Geography, 83(1), 3-13. In: <http://www.jstor.org/stable/491115> (consultado a 18-3-2012).
- Nordenstreng, Kaarle. (2008, 1º semestre). Um marco no grande debate da Mídia. *LOGOS 28: Globalização e Comunicação Internacional*, 119-123.
- Nunes, João Arriscado. (2003). Risco, Incerteza e formas emergentes de participação. In José Rebelo (Coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular* (pp. 191-196). Porto: Campo das Letras.
- Opubor, Alfred E. (2012). If Community Media is the Answer, What is the Question? In *Promoting Community Media in Africa*, Chapter 1, 11-24. In: http://www.unesco.org/webworld/publications/community_media/pdf/chap1.pdf (consultado a 14-5-2012).
- Orgeret, Kristin S., & Ronning, Helge. (2009). *The Power of Communication – Changes and Challenges in African Media*. Oslo: UNIPUB.
- OSISA, & AfriMAP. (2009). *Moçambique: Democracia e Participação Política*. África do Sul: OSISA.
- Otsyina, J. A., & Rosenberg, D. B. (1997). Participation and the Communication of development information: A review and reappraisal. In *Information Development*, 13(2), 89-93.
- Paiva, Raquel. (2003). *O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo* (2ª ed). Rio de Janeiro: Ed. Mauad.

- Paiva, Raquel, & SODRÉ, Muniz. (2003). *O seqüestro da fala comunitária*. Rio de Janeiro: ECO-PÓS.
- Paiva, Raquel, & SODRÉ, Muniz. (2011). Educação, mídia e espaço social. In *Revista Trajectos*, 18, 133-139.
- Parpart, J. L. (1995). Post-Modernism, Gender and Development. In J. Crush (Ed.), *Power of Development* (pp. 53-65). London: Routledge.
- Paula, Juarez de. (2009). *Políticas de Apoio ao Desenvolvimento Local. Crise e Oportunidades*. In: <http://criseoportunidade.wordpress.com> (consultado a 19-7-2012).
- Paula, Patrícia Mota. (2012a). *Comunicação para o Desenvolvimento: Novo Paradigma de Intervenção Comunitária. Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau e de Moçambique*. [ISCTE-IUL, CIES e-Working Paper N° 133/2012]. In: http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP133_Paula.pdf (consultado a 12-8-2012).
- Paula, Patrícia Mota. (2012b). *Towards African Communication for Development: Guinea-Bissau and Mozambique cases*. Paper produzido no âmbito do VII Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal, Junho 20-23, 2012. In: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0432_ed.pdf (consultado a 19-8-2012).
- Paula, Patrícia Mota. (2012c). *C4D: Manter tradições, Construir comunidades. Guiné-Bissau e Moçambique em análise*. Paper produzido no âmbito do VIII Congresso Ibérico de Estudos Africanos [CIEA8], Universidade Autónoma de Madrid, Madrid, Espanha, Junho 19-22, 2012. In: <http://www.ciea8.org/ocs/index.php?conference=CIEA2012&schedConf=pan25&page=paper&op=view&path%5B%5D=127> (consultado a 16-8-2012).
- Paula, Patrícia Mota. (2011a). Community Radio: the future speaks “glocal”. An African experience: the Guinea-Bissau & Mozambique cases. In *Signo y Pensamiento* 59, 282-297 [Colômbia].
- Paula, Patrícia Mota. (2011b). *Rádios comunitárias: por uma democracia activa. Dois estudos de caso: Guiné-Bissau e Moçambique*. Paper produzido no âmbito do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais [CONLAB], Universidade Federal da Bahia [UFBA], Salvador, Brasil, Agosto 7-10, 2011. In:

- http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307037575_ARQUIVO_ArtigoCONLAB2011BRASIL.pdf (consultado a 20-8-2012).
- Paula, Patrícia Mota. (2010). *Rádios Comunitárias: “Voz di Povo”*. Os casos da Guiné-Bissau e Moçambique. Paper produzido no âmbito do VII Congresso Ibérico de Estudos Africanos [CIEA7], Lisboa [ISCTE-IUL], Portugal, Setembro 9-11, 2010. In: http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/2246/3/CIEA7_26_PAULA_R%C3%A1dios%20Comunit%C3%A1rias.pdf (consultado a 22-8-2012).
- Paula, Patrícia Mota. (2009). Rádios Comunitárias: em prol da Comunicação para o Desenvolvimento. In *Africanologia: Revista Lusófona de Estudos Africanos*, 2, 141-166. In: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/africanologia/article/viewFile/1317/1072/> (consultado a 24-8-2012).
- Pavarala, Vinod, & Kumar, Kanchan. (2004). Enabling Community Radio: Case studies in national broadcasting policy, *MICA Communications Review*, 1(3), 5-23.
- Pavarala, Vinod, & Malik, Kanchan K. (2007). *Other Voices - The Struggle for Community Radio in India*. London: SAGE Publications.
- Peixeiro, Fernando, & Ferreira, José Gomes. (2002). O acesso aos meios de comunicação social. In *Comunicando: Unidade Didáctica* 5, 189-193.
- Peruzzo, Cícilia Maria Krohling (2002). Comunidades em tempo de redes. In AA. VV. *Comunicação e movimentos populares: quais redes?* (pp. 275-298). São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- Peruzzo, Cícilia Maria Krohling. (2006). *Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação [INTERCOM/UnB], Brasília, Brasil, Setembro 6-9, 2006.
- Peruzzo, Cícilia Maria Krohling. (2007). Rádio Comunitária, EduComunicação e Desenvolvimento Local. In Raquel Paiva (Org.), *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social* (pp. 69-94). Rio de Janeiro: Editora Mauad.
- Peruzzo, M. Krohling, & Volpato, Marcelo de Oliveira. (2009). *Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças*. Trabalho apresentado no II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação, São Paulo, Brasil, Abril 1-3, 2009.

- Pires, Maria José Morais. (1999). Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. In *Documentação e Direito Comparado*, 79/80, 333-350.
- PNUD. (2002). *Human Development Report: Deepening Democracy in a fragmented World*. New York: Oxford University Press. In: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2002_EN_Complete.pdf (consultado a 13-6-2012).
- PNUD. (2008). *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano: O Papel das Tecnologias de Informação e Comunicação na Realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Maputo: Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral [SARDC].
- Quadé, Pedro Fernandes. (2001). *Formas de Comunicação Tradicional na Guiné-Bissau*. Bissau: UNICEF.
- Quebral, Nora. (1975). Development Communication. In J. Jamias (Ed.), *Readings in development communication* (pp. 1-11). Laguna: UPLB College of Agriculture.
- Quebral, N., & GOMEZ, Ely. (1976). *Development Communication Primer*. Laguna: UPLB College of Agriculture.
- Quebral, Nora. (1988). *Development Communication*. Laguna: UPLB College of Agriculture.
- Quebral, Nora. (2002). *Reflections on Development Communication (25 years after)*. Filipinas: College of Development Communication, University of the Philippines Los Banos.
- Quebral, Nora. (2006a). Development communication in a borderless world. *Globala Tider*, 3. In: <http://webzone.k3.mah.se/projects/gt2/viewarticle.aspx?articleID=40&issueID=5> (consultado a 8-4-2006).
- Quebral, Nora. (2006b). Development communication in the agricultural context (1971, with a new foreword). *Asian Journal of Communication*, 16(1), 100-107.
- Quebral, Nora. (2012). *Development Communication Primer*. Penang: Southbound.
- Quisbert, Cristóbal Coronel. (2010). *Una aproximación a la historia de la radio comunitaria*. Bolivia: Ediciones ERBOL/Depto. De Formación y Capacitación.
- Raguso, Fabrizia. (2005). *O desafio do Multiculturalismo: entre a Identidade e o Reconhecimento. Uma leitura a partir de Charles Taylor*. Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia e Cultura, do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, para obtenção do grau de Doutor, Braga.

- Ranauro, Marcio Lima. (2004). Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. *Caderno Virtual de Turismo*, 4 (4), 23-30.
- Rappaport, J. (1977). *Community Psychology: Values, research and action*. New York: Rhinehart and Winston.
- Rennie, Ellie. (2006a). *Community Media and Direct Representation*. Paper presented at the annual meeting of the International Communication Association, Dresden International Congress Centre, Dresden, Germany.
- Rennie, Ellie. (2006b). *Community Media: A Global Introduction*. Lanham MD: Ed. Rowman & Littlefield.
- Rodrigues, Valdemar. (2010). *Desenvolvimento Sustentável: uma introdução crítica*. Parede: Príncipe Editora.
- Rogers, E. M. (1962). *Diffusion of Innovations*. New York: Free Press.
- Rogers, E. M. (1969). *Modernization among Peasants*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Rogers, E. M. (1975). The Anthropology of Modernization and the Modernization of Anthropology. *Reviews in Anthropology*, 2, 345-358.
- Rogers, E. M. (1976). Communication and Development: The Passing of a Dominant Paradigm. In Rogers (Ed.), *Communication and Development: Critical Perspectives* (pp. 121-148). Beverly Hills: Sage Publication.
- Roque, Fátima Moura. (2007). *África, a NEPAD e o Futuro*. Luanda: Texto Editores.
- Sachs, Ignacy. (2004). *Desenvolvimento Inclusivo, Sustentável, Sustentado*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- Santos, Henrique. (2002, Abril/Junho). Desenvolvimento Comunitário VS. Educação: Duas faces da mesma moeda? In *Cadernos de Educação de Infância* 62 (pp.40-42). Lisboa: APEI.
- Sarason, S.B. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass. (Out of print. See American Psychology and Schools.)
- Sathler, Luciano. (2004). Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e a luta pelos direitos

- da comunicação. In *Comunicação & Sociedade*, 41, 239-242.
- Schramm, Wilbur. (1964). *Mass Media and National Development: the Role of Information in Developing Countries*. California: Stanford University Press.
- Schramm, Wilbur. (1966). *L'information et le développement national. Le rôle de l'information dans les pays en voie de développement*. Genève: UNESCO.
- Scott, John, & Marshall, Gordon. (2005). *Oxford Dictionary of Sociology* (3^a ed.). UK: Oxford University Press.
- Sen, Amartya Kumar. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Serra, Paulo. (2006). *Comunidade e Mediatização*. In: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-comunicacao-mediatizacao.pdf> (consultado a 8-8-2012).
- Servaes, Jan. (1985). Toward an Alternative Concept of Communication and Development. In *Media Development*, 32 (4), s/i.
- Servaes, Jan, JACOBSON, Thomas L., & WHITE, Shirley A. (1996). *Participatory Communication for Social Change*. London: SAGE Publications.
- Servaes, Jan. (1999). *Communication for Development: One World, Multiple Cultures*. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Servaes, Jan. (2000). *Walking on the other side of the information highway: Communication, Culture and Development in the 21st century*. Penang: Southbound.
- Servaes, Jan. (2001). Participatory Communication research for Democracy and Social Change. In M. Richards, P. N. Thomas & Z. Nain (Eds.), *Communication and Development: The Freirean connection* (pp. 13-43). Cresskill, NJ: Hampton Press.
- Servaes, Jan. (2005). *Ideas and Ideologies in Development Communication: Mapping the Paradigm shift*. Paper presented at the Department of Community Resource Management Extension, Delhi, India.
- Servaes, Jan. (2008). *Communication for Development and Social Change*. London: SAGE Publications.
- Servaes, Jan, & Malikhao, Patchanee. (2005). Participatory Communication: the new paradigm? In Oscar Hemer & Thomas Tufte (Ed.), *Media and Glocal Change: Rethinking Communication for Development* (pp. 91-103) Sweden/Argentina:

NORDICOM/CLASCO.

- Silva, Maria Manuela da. (1962). *Desenvolvimento Comunitário: uma técnica de promoção social*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa.
- Silva, Maria Manuela da. (1963). Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. In *Análise Social*, 1(4), 538-558.
- Silva, Maria T. R., & ARNS, Paulo Cesar. (s/d). *Desenvolvimento Comunitário. Projeto BNDES – Desenvolvimento Local. Cooperação Técnica do PNUD*. In: <http://www.emprende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desenvolvimento%20Comunitario.pdf> (consultado a 24-7-2012).
- Singer, Paul. (2004). *É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?* Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria Nacional de Economia Solidária. In: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf (consultado a 26-6-2012).
- Singhal, Arvind, & Everett M. Rogers. (1999). *Entertainment-Education: A Communication Strategy for Social Change*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Strampickal, Jacob. (2006). Development and Participatory Communication. In *Quarterly Review of Communication Research*, 25(2), 1-43.
- Wilkins, Karen Gwinn. (2000). *Redeveloping Communication for Social Change: theory, practice, and power*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- Taylor, Charles. (1994). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Tehrani, M. (1994). Communication and Development. In D. Crowley & D. Mitchell (Eds.), *Communication Theory Today* (pp.274-306). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Toffler, A., & H. (1995). *Criando uma nova civilização*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Tönnies, Ferdinand. (1977). *Communauté et Société: catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris: Retz.
- Tönnies, Ferdinand. (1979). *Comunidad y Asociación*. Barcelona: Ediciones Península.
- Touraine, Alain. (2005). *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Lisboa: Ed. Epistemologia e Sociedade.

- Wang, Georgette, & Dissanayake, Wimal. (1984a). Culture, Development and Change: Some Exploitative Observations. In G. Wang & W. Dissanayake (Eds.), *Continuity and Change in Communication Systems* (pp. 3-20). New Jersey: Ablex.
- Wang, Georgette, & Dissanayake, Wimal. (1984b). Indigenous Communication Systems and Development: A Reappraisal. In G. Wang & W. Dissanayake (Eds.), *Continuity and Change in Communication Systems* (pp. 21-33). New Jersey: Ablex.
- WCCD. (2006). *Fighting Poverty: Utilizing Community Media in a Digital Age*. World Congress on Communication for Development [WCCD]. Published in 2008 by AMARC.
- White, Shirley. (2008). *Participatory Communication. Working for change and Development* (5^a ed.). London: SAGE Publications.
- Wolton, Dominique. (2004). *Pensar a Comunicação*. Brasília: Ed. UnB.
- World Bank. (2007). *Communicating the Impact of Communication for Development – Recent Trends in Empirical Research*. [Working Paper n° 120]. Washington, D.C.: World Bank.
- UNDP, CFSC, & UNDEF. (2008). *Communication for Empowerment in Mozambique. An assessment of communication and media needs at the community level*. [The Communication for Empowerment Project]. Maputo: UNDP, CFSC, UNDEF.
- UNESCO. (1968). *Meeting of Experts on Cultural Rights as Human Rights*. [Final report]. Paris: UNESCO.
- UNESCO. (1980). *Many Voices, One World. Communication and Society Today and Tomorrow*. London: Kogan Page.
- UNESCO. (1983). *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- UNESCO, & UNDP. (1999). *Media Pluralism Landscape: An Overview of the Media Sector in Mozambique*. [By Marie-Hélène Bonin, Nordic-SADC Journalism Centre – Media Development Project].
- UNESCO. (2001). *Community Radio Handbook*. Paris: UNESCO.
- UNESCO. (2005). *Convenção sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. [Texto Oficial], 3-21 Outubro, Paris, França. In:

- <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf> (consultado a 6-5-2012).
- UNESCO. (2008). *Media Development Indicators: A Framework for assessing media development*. Paris: IPDC, UNESCO.
- UNESCO. (2009, Dezembro). *Liberdade de Informação: um estudo de direito comparado* (2ª ed.). Brasília: UNESCO. in: http://portal.unesco.org/ci/en/files/26159/126398551119freedom_information_pt.pdf/freedom_information_pt.pdf (consultado a 12-4-2012).
- UNESCO. (2011). *Community Media: A Goog Practice Handbook*. Paris: UNESCO.
- UNESCO, & PNUD. (1999). *Uma Visão Geral sobre o Sector dos Media em Moçambique - Panorama do Pluralismo dos Media*. Moçambique: UNECO/UNDP.
- UNESCO, & PNUD. (2001). *Algumas experiências de Apoio ao estabelecimento de Rádios Comunitárias pela UNESCO em Moçambique*. Maputo: Projecto de Desenvolvimento dos Media.
- UNICEF. (2011). *Communication for Development: Strengthening the effectiveness of the United Nations*. Oslo: United Nations Development Programme.
- Vigil, José Ignacio López. (2009). *Golpe de Radio. Los 3 días que transmitimos peligrosamente*. Venezuela: Editorial Venezolana.
- Young, K. (1993). *Planning Development with Women*. New York: St. Martin's Press.
- Zyl, John Van. (2001). *A Sense of Belonging: Community Radio & Civil Society*. Braamfontein: ABC Ulwazi.

WEBSITES (consultados em 2012):

- <http://www.ncrf.org.za/>
- <http://www.thehoot.org/web/home/index.php>
- <http://www.communicationforsocialchange.org/>
- <http://www.comminit.com/>
- <http://www.audiencescapes.org/>
- <http://www.fao.org/sd/ruralradio/en/index.html>
- <http://www.telecentre.org>
- <http://www.forcom.org.mz/>
- <http://www.article19.org>

<http://www.connecting-africa.net/>
<http://www.cmfd.org/>
<http://comunica.org/>
<http://www.portaldogoverno.gov.mz>
<http://www.telecentros.org.mz/>
<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/>
<http://www.misa.org.mz/>
<http://www.mediamoz.com/>
<http://www.gabinho.gov.mz>
<http://en.rsfo.org/>
<http://www.informrac.org/index.php>
<http://www.communitymedia.org.za/>
www.acma.gov.au
<http://www.onda-rural.net/>
<http://www.youtube.com/watch?v=92taudt17Ec>
<http://www.governanceinafrica.org/>
<http://www.lidc.org.uk/pages.php?page=36>
http://www.idrc.ca/en/ev-1-201-1-DO_TOPIC.html
<http://www.ifad.org/>
<http://www.usaid.gov/where-we-work/africa>
<http://www.fao.org/oek/oek-what-we-do/communication-for-development/en/>
http://www.unicef.org/cbsc/index_42148.html
<http://www.craol.ie/1/0/home.html>
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/06/257082.shtml>
<http://empowerhouse.dk>
<http://www.comminit.com/node/114735>
<http://www.wan-ifra.org>
<http://www.audiencescapes.org/community-radio-informs-and-inspires-558>
<http://www.commedia.org.uk>
<http://vimeo.com/2927489>
<http://www.fao.org/docrep/012/i1553e/i1553e00.pdf>